

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em Antropologia

BRUNO PASTRE MÁXIMO

**VIDAS ENTRE CONCHAS: DINÂMICAS SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO
DE CONCHEIROS ENTRE OS DIOLA DA GUINÉ-BISSAU**



Belo Horizonte

2022

BRUNO PASTRE MÁXIMO

VIDAS ENTRE CONCHAS: DINÂMICAS SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DE CONCHEIROS ENTRE OS DIOLA DA GUINÉ-BISSAU

Versão final

Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Antropologia (PPGAN), da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em Antropologia, com ênfase em Arqueologia.

Orientador: Luís Cláudio Pereira Symanski
Coorientadora: Daniela Magalhães Klokler

Área de concentração: Arqueologia

Linha de Pesquisa: Arqueologia do Mundo Moderno e Contemporâneo.

Belo Horizonte

2022

306	Máximo, Bruno Pastre.
M464v	Vidas entre conchas [manuscrito] : dinâmicas sociais na
2022	construção de concheiros entre os Diola da Guiné-Bissau /
	Bruno Pastre Maximo. - 2022.
	322 f. : il.
	Orientador: Luís Cláudio Pereira Symanski.
	Coorientadora: Daniela Magalhães Klökler.
	 Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas
	Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
	Inclui bibliografia.
	 1. Antropologia – Teses. 2. África – Antiguidades -
	Teses. 3. Guiné-Bissau – História - Teses. 4. África –
	História – Teses. I. Symanski, Luís Cláudio Pereira.
	II. Klökler, Daniela Magalhães. III. Universidade Federal
	de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências
	Humanas. IV. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

ATA DA DEFESA DE TESE DE DOUTORADO EM ANTROPOLOGIA DE BRUNO PASTRE MÁXIMO (MATRÍCULA N.º 2018652278)

Aos 13 (treze) dias do mês de outubro de 2022 (dois mil e vinte e dois), reuniu-se às 14 hs em ambiente virtual, pela plataforma Google Meets, a Comissão Examinadora para julgar em exame final a tese intitulada: ***“Vidas entre conchas: dinâmicas sociais na construção de concheiros entre os Diola da Guiné-Bissau”***, requisito final para a obtenção do Grau de Doutor em Antropologia, área de concentração: Arqueologia - linha de pesquisa: Arqueologia do Mundo Moderno e Contemporâneo. A Comissão Examinadora foi composta pelos professores doutores: **Luis Cláudio Pereira Symanski – (PPGAn/UFMG) – Orientador; Daniela Magalhães Klokler (Universidade Federal de Sergipe) Coorientadora; Maria Dulce Barcellos Gaspar de Oliveira (Universidade Federal do Rio de Janeiro); Brenda Bowser (California State University); Peter Mark (Wesleyan University) e Peter Mitchell (University of Oxford)**. A defesa contou também com a participação especial de **Fernando Leonardo Cardoso (Ex-Diretor do INEP de Guiné-Bissau)**. Abrindo a sessão, o Presidente da Comissão, Prof. Luis Cláudio Pereira Symanski, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao doutorando Bruno Pastre Máximo para apresentação da sua Tese. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa do candidato. Logo após a arguição dos examinadores, a Comissão se reuniu, sem a presença do doutorando, para julgamento e expedição do resultado final. Concluída a reunião, os membros da Comissão Examinadora aprovaram a Tese por unanimidade e, devido à excelência da Pesquisa, sugeriram a publicação da tese em forma de livro, e o resultado foi comunicado publicamente ao candidato pelo Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022.

Membros da Comissão Examinadora:

Prof. Dr. Luis Cláudio Pereira Symanski - Orientador

Profa. Dra. Daniela Magalhães Klokler - Coorientadora

Profa. Dra. Maria Dulce Barcellos Gaspar de Oliveira

Profa. Dra. Brenda Bowser

Prof. Dr. Peter Mark

Prof. Dr. Peter Michell



Documento assinado eletronicamente por **Brenda Jean Bowser, Usuária Externa**, em 14/10/2022, às 14:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Peter Mark, Usuário Externo**, em 14/10/2022, às 14:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Peter John Mitchell, Usuário Externo**, em 14/10/2022, às 15:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Luis Claudio Pereira Symanski, Chefe de departamento**, em 14/10/2022, às 20:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Dulce Barcellos Gaspar de Oliveira, Usuário Externo**, em 15/10/2022, às 13:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Magalhães Klokler, Usuária Externa**, em 17/10/2022, às 09:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1794730** e o código CRC **E09450CD**.

Para meu pais, Wilson e Celina

Meu eterno professor de História, Paulo Afonso de Lima

Agradecimentos

Esta tese, como tudo na vida, é um trabalho e esforço coletivo. Foram dezenas de pessoas mobilizadas para que este texto tenha os resultados que possuí, passando pelas diferentes esferas da vida. Esta tese também foi escrita em momentos muito diferentes da minha vida, com muitas mudanças, e carrego elas nas minhas reflexões.

Primeiramente, gostaria de agradecer a minha mãe, Celina Pastre Máximo e ao meu finado pai, Wilson Máximo, que sempre acreditaram na importância da educação, e nunca mediram esforços para que eu pudesse aprender, estudar, e escolhendo o “desconhecido” caminho da arqueologia, me apoiassem incondicionalmente. Para pais amorosos e preocupados, ver seu filho único para locais distantes, com pouca ou nenhuma estrutura, dá um enorme angustia, que carrego comigo, nas saudades e no objetivo de fazer o melhor trabalho possível para compensar. Amo vocês!

Meu pai em especial, um guerreiro, que superou a miséria extrema e profunda violência doméstica, e me ensinou o que é ter caráter, honestidade, amizade, carinho, dedicação, idealismo. Me ensinou e me possibilitou a sonhar, e a acreditar no que fazemos. Muita saudades.

Também, na minha família, trago a saudade eterno do casal de padrinhos, Anor Pastre e Maria Augusta Pastre, vítimas da Covid-19, e da política genocida do governo Bolsonaro.

Aos amigos da vida, de graduação, pós-graduação, de vida, de intercâmbio: Alan, Raquel, Doca, Nai, Marcelo, Ana, Gabi, Gabi Amado, Gui, Adriel, Lorena, Allan, Ju, Marcelo, Betania, Bernardo, Barroso, Adans, César, Dani, Marina e muitos outros...

Esta tese foi pensada, no seu começo em 2017, enquanto trabalhava na prefeitura municipal de Andradadas e de Albertina. Durante o meu mestrado trabalhei como gestor do patrimônio cultural destas cidades, e mesmo sabendo dos momentos mágicos que vivenciei nestes trabalhos incríveis, somente quando entrei na condição de Técnico de Laboratório/Arqueologia na UFVJM que dei valor maior ainda ao trabalho realizado, e satisfação de trabalhar com pessoas tão especiais como a Cassinha e Juliana, que me ensinaram tanto, mas tanto mesmo, e me abriram os caminhos de pensar uma arqueologia, e mais em geral, o patrimônio cultural enquanto dever e necessidade pública do município, algo que acredito profundamente. Nestes últimos 5 anos distantes, acredito que não tenha tido um dia sequer sem sentir saudades de voltar a trabalhar nas prefeituras, por vislumbrar uma possibilidade de mudança real da vida das pessoas, e ver as coisas acontecerem. De verdade, não me sinto um acadêmico, mas sim um agente de formulação de políticas públicas. Muito Obrigado!

Minha ida a Diamantina, para trabalhar na UFVJM, foi uma mudança brusca e de muitos aprendizados. Como amei Diamantina, e tudo o que vivenciei por lá. Desde que deixei o ensino médio, não tinha me sentido tão amado por pessoas tão incríveis, que fizeram com que essa mudança fosse muito alegre e cheia de boas recordações. Em especial, agradeço a amizade dos docentes, Mario, Matheus, Danilo, Anieli, Adna,

Natália, Tarsila, Ana Paula, Ana e Rodrigo (que contribui nesse texto na descrição dos moluscos), e aos colegas Técnicos administrativos, Renato, Jairo, Tatiana, Marcelo, Carol e tantos outros, que estava conhecendo ainda, no meu envolvimento no Sindifes. Aos alunos estagiários do LAEP, guardo a recordação especial das muitas e muitas horas catalogando o acervo, junto a Allan, Gambassi, Lukas, e Mateus. Orgulho do que fizemos! As moradoras de Diamantina e amigas, Marcella e Rosângela, muitos bons e divertidos momentos. Agradecimento super especial ao motorista Júlio, de Couto de Magalhães, que, como mais um brasileiro guerreiro, faz viagens absolutamente desgastantes todos os dias para tentar ganhar a vida, e me levou em bate e volta de Diamantina para Belo Horizonte, dando 10 horas de viagem por dia, por 1 ano, todas as semanas, para cursar as disciplinas do doutorado na UFMG.

Infelizmente, dado que trabalhei todo o período do doutorado, não tive uma convivência dentro da UFMG, o que é muito triste, mas faz parte. Não posso deixar, no entanto, de agradecer as conversas e companhia das colegas de doutorado Daiane e Vanuzia. Também em Belo Horizonte, a minha melhor amiga de infância, Flaviane. Foi bom poder te ver mais vezes, mesmo que sempre breve. Você é muito especial.

A mudança para UFAM em Manaus também foi brusca, saindo de uma zona de conforto, para assumir um desafio de vir para milhares de quilômetros de distância, trabalhando sozinho, em uma megalópole caótica. Período de profundas incertezas por causa da pandemia, tive o apoio inestimável da direção do Museu Amazônico, na pessoa do Dysson, para cuidar do meu pai em seus últimos meses de vida. Foi muito humano, e agradeço muito. Na UFAM não há como não citar o herói de todos os Técnicos Administrativos, uma das maiores lendas da arqueologia brasileira, e um das pessoas mais carismáticas e gentis que conheci em minha vida, o Carlos, o famoso Dr. Tijolo, que me ensinou, e continua me ensinando sempre. É uma honra conhecer e trabalhar com pessoas como você, que trazem a arqueologia na alma. Em Manaus agradeço a amizade das freiras oblatas de assunção, amigas de longa data, que me apresentaram os queridos Francisca, Márcia e Mirco. Eles, junto com a grande amiga Mariana, Marlene e Bia, tornaram a vida em Manaus muito mais fácil. Também ao estagiário Gabriel, que se tornou um grande amigo durante a catalogação infinita do acervo. Muito Obrigado! Agradeço também a toda a equipe do Teatro Amazonas, minha segunda casa, que vou todas as semanas, e me proporciona momentos incríveis. Mesmo trabalhando sozinho fisicamente, estes anos foram de um trabalho enorme coletivo, e a possibilidade fazer amizades virtuais especiais, com a minha nova turma, da arqueologia amazônica. Agradeço a Meliam, Myrtle, Carol, Gabriela, Claide, Edith, Laura, Taubaté, Clarice, Mau, Kelly, Bruna, ao mentor Eduardo, e em especial a Helena Lima, que sempre me ajuda a apagar os incêndios das dúvidas cotidianas do acervo e da pesquisa. Agradeço também aos Professores Vanicléia Santos e Omar Thomaz, que são grandes amigos, e também compartilharam muitas discussões sobre o andamento da tese, inclusive problemas e angústias.

Para as bandas do além-mar, agradeço aos também grandes amigos, e inspiradores desta tese, Marina Temudo e Ramon Sarrò. Sem a ajuda deles, esta pesquisa não teriam acontecido, pois eles abriram todos os caminhos, não só institucionais, mas também intelectuais de pensar o imenso potencial da pesquisa na Guiné-Bissau. Agradeço especialmente a Ramon, por ter me convidado a ser aluno visitante em Oxford, e cursar online a minha primeira e única disciplina sobre arqueologia da África.

Ramon também me apresentou ao seu orientando, Ângelo Vasco, que hoje considero um dos meus melhores amigos. Grande entusiasta da pesquisa, foi um interlocutor constante em toda a segunda parte da pesquisa, e não há dúvidas que trabalharemos juntos no futuro. Também, a lembrança ao Manuel Bivar, que foi a primeira pessoa a me dar a dica da pesquisa na Guiné-Bissau. Agradeço também aos professores do departamento de arqueologia da Universidade Assane Seck, em Ziguinchor, que me receberam tão bem, e apontam para importantes parcerias futuras.

Agradeço a Professora Bruna Rocha, que me apresentou a fotógrafa e socióloga Daniela Moreau, que gentilmente decidiu patrocinar o segundo campo, financiando a viagem e as datações. Em um contexto de falta de financiamento, desvalorização das relações Brasil-África, o patrocínio de Daniela Moreau foi absolutamente fundamental para melhor entendermos os concheiros. Muito Obrigado!

Indo à Guiné-Bissau, agradecemos a Embaixada do Brasil em Bissau, pelo apoio nas atividades desenvolvidas, cartas de convite, cessão de espaço para eventos, e por fim, uma vontade com que a cooperação dos países aumente e seja cada vez mais intensa. Em especial, agradecemos a Professora Ticiane. A grande amiga Natália da Luz, que o destino quis que nos reencontrássemos em Bissau depois de muitos anos.

Junto ao governo da Guiné-Bissau, agradecemos primeiramente ao sábio Albano Mendes, diretor do Museu Etnográfico Nacional, que nos foi fundamental no primeiro trabalho de campo, ao introduzir as pessoas-chaves para autorização e liberação dos trabalhos. No segundo campo, agradecemos especialmente ao amigo, e profundo amante da Guiné-Bissau, Bruno Pinto, que nos ajudou muito também na articulação. O Diretor do INEP, Samba Camará, que nos recebeu bem e deu as devidas autorizações para as pesquisas no segundo campo. Em Bissau, também agradecemos a Leonardo Cardoso, por sua ajuda em nos introduzir aos outros arqueólogos do país, e principalmente, por compartilhar a sua experiência única de ter feito arqueologia na URSS e tentando pensar o papel da arqueologia na Guiné-Bissau.

Indo as aldeias, devemos a pesquisa ao amigo Djoka, que nos indicou para conhecer a família de André Correa. Que pessoa incrível André, super amigo e solícito com os brancos que chegaram sem avisar. É a nossa família na Guiné-Bissau. Agradecemos não somente a ele, mas todos da casa, Madlem Mendes, Paula da Silva, Aidil Correa, Marialu, Olélio, Silbia, Terezinha Gomes. Agradeço ao pequeno Gidilson, amigo que adora o tio branco. Em São Domingos agradeço também o guarda-parques Januário, que foi o que nos deu a maior dica sobre os concheiros de Coladje.

Agradecemos aqui, e nem todos os agradecimentos serão suficientes, ao filho de André, Euclides Correa, que nos acompanhou os dois campos em todos os momentos, até nos atolado na lama. Parceiro, amigo, companheiro, divertido, bom cozinheiro, cantor. Manga di sodade di bo. Sem você esta pesquisa não teria ocorrido da forma que aconteceu. OBRIGADO!

Outro agradecimento especial ao inteligente amigo Eusébio Coli, mais conhecido como Poldji, morador de Coladje. Reservado como quase todos os Diola que conhecemos, ele no entanto, se dispôs a nos escutar, e mais do que isso, se interessou e acreditou no nosso trabalho. Esteve conosco todo o tempo em Coladje

no primeiro campo, e todo o segundo campo, o que ajudou muito as traduções as confianças das pessoas em permitir brancos saírem cavando buracos em montes de conchas. É uma pessoa muito gentil, amiga, leal e companheira, com um enorme senso de responsabilidade social perante a sua comunidade e sua família. É um dos milhões de jovens africanos que certamente teria uma carreira intelectual se tivesse tido mais oportunidade. Agradecemos também a sua mãe, Sábado, e ao seu irmão, Justino, pela companhia. De modo geral, agradecemos a toda a tabanka de Coladje, por confiar em nosso trabalho, e permitir que façamos os trabalhos, em especial aos associados a organização Filhos de Coladje, na pessoa do seu presidente, Souza, e do professor Humberto que nos apoiaram decisivamente no trabalho. Também ao comitê Baciro, pelas autorizações junto as lideranças da aldeia.

Em Susana nos sentimos em casa. Aldeia central, por muitas vezes passamos por lá, e tivemos sempre uma hospedagem carinhosa e acolhedora pelos familiares de Euclides, a Maria Zé, Sábado e a matriarca Tia Susana. Além destas grandes mulheres, tivemos também o prazer de conhecer Nobu, jovem entusiasta da cultura Felupe, e que tivemos longas conversas. As irmãs franciscanas que nos hospedagem e nos deram jantar por diversos dias, um pouco do “ocidente” no meio do Tchon Diola. Por fim, e não menos importante, o mototaxista mais doido de toda a zona, Adi, que nos levou para as aldeias, nos acompanhou nas pesquisas, e sempre muito divertido, nos guiou pelos areais do sul.

Em Varela, tivemos o enorme prazer de conhecer a família de Mussa, com seu irmão Mustafá, e a criança mais inteligente que já conheci na vida, o pequeno Bá. Estiveram conosco no primeiro campo, nos levando nas aldeias do entorno, e no segundo campo, nos ajudaram a encontrar uma ótima hospedagem, e conversar (à distância) conosco nos dias tensos que estávamos em isolamento por causa da Covid. São incríveis, muito gente boa mesmo. Aos comitês de Varela e Yal, Suleiman, Gaston, Frederik. O pequeno Bá, levaremos no coração, que criança especial e amorosa. No segundo campo, tivemos a amável recepção e carinho da equipe da Escola de Yal, em nome do seu diretor, Isac e os Professores Ernesto e Martinho que nos acompanharam nos trabalhos, e nos apoiaram enfaticamente.

Nas demais aldeias, pudemos contar com o apoio de diversas pessoas que nos hospedaram, guiaram, conversaram, e tornaram a pesquisa possível.

Em Djobel, fomos incrivelmente recebidos pelo régulo, Dominic Djata e sua esposa Ana, o sorriso mais lindo de toda a região Diola. Também a sua família pelas conversas, diálogos e empréstimo das canoas. Em Edjim, agradecemos ao Zé e sua família, por todo o apoio de nos mostrar os concheiros, e nos deixar ficar em sua casa. Em Bulol ao comitê Chico e sua família, pela hospedagem e identificação dos concheiros. Em Elalab ao Mário, pelo transporte em barco, hospedagem e apoio para nos apresentar os concheiros. Em Elia fomos muito bem recebidos pelo comitê Capiton, Arafan Sanha, que gentilmente nos recebeu em sua casa, e sua esposa, que nos gentilmente fez comidas para nós. Em Elia também, agradecer a família de Miguel Coli, que nos apoiou nas pesquisas, ajudando a identificar os sítios. Por fim, a senhora Fatuh, que nos deu tanta atenção e compartilhamos o amor pela cerâmica.

Gostaria de agradecer as duas bancas de qualificação, Andrei Isnardis, Ibrahima Thiaw, Fabíola da Silva, Ximena Villagran e MaDu Gaspar, pelos comentários, críticas

e incentivos para que a tese caminhasse como ela está hoje. Espero que as sugestões que fizeram tenham sido incorporadas no texto, contribuindo definitivamente para melhorar a sua qualidade.

Em especial, agradeço a minha dupla de orientadores, Luís Symanski e Daniela Klokler, que aguentaram as teimosias, as conversas nervosas e idealistas, e que apoiaram incondicionalmente minha pesquisa durante todo o processo de construção da tese. Uma pena que não conseguiram estar nos campos, fizeram falta! Muito Obrigado!

Parceira, companheira, amiga, namorada, amor. Marília Oliveira Calazans me acompanha faz 9 anos, e viveu comigo toda a intensidade das mudanças, vivências, campos, viagens, escritas, escavações. Todo momento era o meu porto seguro, em que sabia que podia contar para o que precisasse, mesmo nas ansiedades, angustias e devaneios. Este texto e minha trajetória é um reflexo direto de nossa relação, do que construímos juntos. Considere como parte seu, pois é.

O último agradecimento vai para o meu finado amigo, Paulo Afonso de Lima. Professor de história da 6º série até o 2º colegial, não conseguiu ver o seu aluno doutor e atuando na área que tanto sonhava. Contigo aprendi o que é pensamento crítico, o amor pelo passado, pelas políticas públicas. Considere esta tese, e minha trajetória um pedaço de você em mim. Você faz muita falta.

Apesar do domínio colonial (e talvez por causa desse domínio), a África soube impor o respeito pelos seus valores culturais. Revelou-se mesmo como sendo um dos continentes mais ricos em valores culturais. De Cartago ou Guizeh ao Zimbabwe, de Meroé a Benin e Ifé, do Saara ou de Tombuctu a Kilwa, através da imensidade e da diversidade das condições naturais do continente, a cultura dos povos africanos é um facto inegável: tanto nas obras de arte como nas tradições orais e escritas, nas concepções cosmogónicas como na música e nas danças, nas religiões e crenças como no equilíbrio dinâmico das estruturas económicas, políticas e sociais que o homem africano soube criar.

Se o valor universal da cultura africana é, presentemente, um facto incontestável, não devemos no entanto esquecer que o homem africano, cujas mãos, como diz o poeta, “colocaram pedras nos alicerces do mundo” ; a desenvolveu em condições, senão sempre, pelo menos frequentemente, hostis: dos desertos às florestas equatoriais, dos pântanos do litoral às margens dos grandes rios sujeitos a cheias frequentes, através e contra todas as dificuldades, incluindo os flagelos destruidores não só das plantas e dos animais como também do homem. Pode dizer-se, de acordo com Basil Davidson e outros historiadores das sociedades e das culturas africanas, que as realizações do génio africano, nos planos económico, político, social e cultural, face ao carácter pouco hospitaleiro do meio, são uma epopeia comparável aos maiores exemplos históricos da grandeza do homem. Como é óbvio, esta realidade constitui um motivo de orgulho e um elemento estimulante para os que lutam pela liberdade e o progresso dos povos africanos.

Mas importa não perder de vista que nenhuma cultura é um todo perfeito e acabado. A cultura, tal como a história, é necessariamente um fenómeno em expansão, em desenvolvimento.

*Amílcar Cabral
Libertação Nacional e Cultura. 1970.*

*"Arqueologia é escutar as vozes humanas na
terra, nas águas e na floresta. É sentir os
ancestrais"*

*Dr. Carlos Augusto da Silva,
o famoso Dr. Tijolo*

Resumo

As conchas são um dos elementos mais presentes no cotidiano das populações Diola da Guiné-Bissau. Estão em quase todos os aspectos sociais, e perpassam a construção da paisagem, principalmente através de suas grandes acumulações, os concheiros. A partir do conceito de *Terroir*, tão presente e utilizado pela geografia africanista francófona articulamos nossos objetivos de pesquisa. Entender o *terroir* é entender o povo Diola, e vice-versa. Ambos são construtores e construídos a partir da interação entre si, e desta forma, apresentamos os concheiros como lugares privilegiados para entendermos o *Terroir* em toda sua complexidade, e consequentemente, entender o povo Diola e sua ocupação no território. Desde pelo menos dois mil anos, a ocupação no território foi constante, ocorrendo migrações e conflitos, e o que hoje entendemos como populações Diola são um amálgama de povos que se fundiram em uma identidade comum, construída principalmente a partir de uma classificação externa. Através de pesquisa de campo realizada em diferentes aldeias no noroeste da Guiné-Bissau, pudemos identificar e registrar mais de 120 sítios concheiros, e práticas atuais de coleta e processamento de moluscos. Através de intervenções e sondagens em alguns concheiros, conseguimos entender sua construção, e sua cronologia, colocando-os majoritariamente entre os séculos XVII e XX. Identificamos que estes concheiros possuem diferentes funções para as populações do presente, com as quais podemos aventar hipóteses para o passado. No presente, conseguimos identificar cinco funções claras: monturo, barreira, porto, caminhos e monumentais. Estes últimos, formulamos hipóteses, buscando explicar o porque de sua atipicidade regional, defendendo que possuem um carácter claro de poder e sacralidade, resultante de uma atividade pretérita de coleta massiva de molusco para venda comercial. Este tese teve como norte principal a tentativa de se estudar a história de um dos povos da Guiné-Bissau, os Diola, partindo de fontes produzidas por eles próprios, os concheiros e diferentes artefatos encontrados, buscando contrastar com a maioria dos trabalhos realizados feitos na região que privilegiam as fontes e um diálogo com a presença colonial portuguesa.

Palavras-chave

Arqueologia da África – Arqueologia da Guiné-Bissau – Concheiros – História da Guiné-Bissau – História dos Povos Diola

Abstract

Shells are one of the most present elements in the daily life of the Diola populations of Guinea-Bissau. They are present in almost all social aspects, and permeate the construction of the landscape, mainly through their large accumulations, the shell mounds. From the concept of *de Terroir*, so present and used by French-speaking Africanist geography, we articulated our research objectives. To understand *terroir* is to understand the Diola people, and vice versa. Both are builders and built from the interaction with each other, and in this way, we present the shell mounds as privileged places to understand the *Terroir* in all its complexity, and consequently, understand the Diola people and their occupation in the territory. Since at least two thousand years, the occupation of the territory has been constant, with migrations and conflicts occurring, and what we now understand as Diola populations are an amalgamation of peoples that merged into a common identity, built mainly from an external classification. Through field research carried out in different villages in northwest Guinea-Bissau, we were able to identify and record more than 120 shellfish sites, and current mollusc collection and processing practices. Through interventions and surveys in some shell mounds, we were able to understand their construction, and their chronology, placing them mostly between the 17th and 20th centuries. We identified that these shell mounds have different functions for the populations of the present, with which we can come up with hypotheses for the past. At present, we were able to identify five clear functions: dunghill, barrier, port, paths and monuments. The latter, we formulate hypotheses, seeking to explain the reason for their regional atypicality, arguing that they have a clear character of power and sacredness, resulting from a past activity of massive collection of molluscs for commercial sale. This thesis had as main objective the attempt to study the history of one of the peoples of Guinea-Bissau, the Diola, starting from sources produced by themselves, the shell mounds and different artifacts found, seeking to contrast with most of the works carried out in the region that privilege sources and a dialogue with the Portuguese colonial presence.

Key words

Archeology of Africa – Archeology of Guinea-Bissau – Shell Mounds – History of Guinea-Bissau – History of the Diola Peoples

Figuras:

Fig. 1 - Zona de pesquisa. Mapa: Karla Bianca de Oliveira.....	39
Fig. 2 - Mapa com delimitação da área Diola-Felupe e Diola-Baiote e as respectivas aldeias. Mapa: Karla Oliveira.....	40
Fig. 3 - Mapa da região de ocupação Diola entre os rios Casamansa e Cacheu.....	41
Fig. 4 - Infinitude de canais e bolon cortando as aldeias de Arame, Elalab, Djobel e Elia. Google Earth.....	42
Fig. 5 - Mapa do Parque Nacional Tarrafas do Rio Cacheu.....	43
Fig. 6 - Cortes esquemáticos dos lugares/terroir componentes da paisagem Diola (Cormier-Salem, 1992; p. 210).....	49
Fig. 7 - Tabanka de Yal/Varela na Guiné-Bissau corresponde a esquema semelhante ao observado pela autora. Google Earth.....	49
Fig. 8 - Mapa da foz do rio Casamansa com os sítios arqueológicos (Linares de Sapir, 1971, p. 24).....	59
Fig. 9 - Fragmentos cerâmicos ilustrando as duas técnicas do período mais antigo. Parte superior - Grelha / Parte inferior - linhas onduladas (Linares de Sapir, 1971; plate X).....	61
Fig. 10 - Vista da parede do sítio Lo-Oul-6, corte 1, mostrando os moluscos (Linares de Sapir, 1971; plate VIII).....	61
Fig. 11 - Plantação de arroz em área de mangue, Guiné-Bissau. Google Earth.....	63
Fig. 12 - Preparação do campo para plantio do arroz (Linares, 1992; p. 66).....	63
Fig. 13 - Mapa da região em 1594 e 1685. Mark, 1985; p. 16 e p. 23.....	68
Fig. 14 - Kajendu Diola.....	71
Fig. 15 - Detalhe de Bulol. Map of the coast and islands between Cape Roxo and the Isle of Tassagan. Labat, 1745-47. Disponível em: https://collections.leventhalmap.org/ommon/ommonwealth:cj82m267g	78
Fig. 16 - Correntes presas em árvores na aldeia de Bulol. Fotografia: autor.....	79
Fig. 17 - Aldeias Diola-Felupe e Baiote. (Journet-Diallo, 2007).....	82
Fig. 18 - História de vida de um concheiro Diola.....	87
Fig. 19 - Mapa de acampamento de alimentação temporária. Meehan, 1975 p.166.....	90
Fig. 20 - Desenho - Local de alimentação temporária em Boatche, Susana - Guiné-Bissau. Foto e desenhos: autor.....	90
Fig. 21 - Fotografia de local de alimentação temporária. Boatche, Susana. Fotografia: autor.....	91
Fig. 22 - Mapa de concheiros junto a zona de habitação permanente. (Meehan, 1975; p. 168).....	92
Fig. 23 - Mapa com as localizações das casas, concheiros e barcos. Hardy et Al, 2016.....	94
Fig. 24 - Concheiro com lixo em superfície. Hardy et Al, 2016.....	95
Fig. 25 - Concheiro junto a praia. Hardy et Al, 2016.....	95
Fig. 26 - Fases de construção do concheiro (Thompson, 2007; p. 93).....	97
Fig. 27 - Mapa com a localização dos sambaquis, destaque para o Jabuticabeira II. (Giusto, 2017, p. 42).....	100
Fig. 28 - Perfil estratigráfico do Sambaqui Jabuticabeira II. (Bianchini et al., 2011).....	101
Fig. 29 - Sepultamento no sambaqui (M. D. Gaspar et al., 2014, p. 98).....	102
Fig. 30 - Desenho representando configuração do sepultamento (Maria Gaspar et al., 2014, p. 98).....	102
Fig. 31 - Mapa do Delta do Saloum com indicação dos sítios arqueológicos (Hardy et al, 2016; p. 21).....	104
Fig. 32 - Fotografias de túmulos. Diouf, 2021.....	105
Fig. 33 - Sepultamento no concheiro Gandoul. Diouf, 2021. P. 147.....	106
Fig. 34 - Concheiro cemitério em Joal-Fadiouth. Hardy et Al, 2016.....	107
Fig. 35 - Vista aérea da ilha de Fadiouth. (M.-C. Cormier-Salem, 2013).....	109
Fig. 36 - Estradas e caminhos no Tchon Diola. Google Earth.....	116
Fig. 37 - O amanhecer em Elalab.....	116
Fig. 38 - Euclides tenta explicar por que brancos se interessam por montes de conchas em Esukudjak. Fotografia: autor.....	118
Fig. 39 - Dança dos homens no ritual de iniciação. Fotografia: autor.....	119
Fig. 40 - Eu, Marília, Euclides e Eusébio indo para Djobel de canoa. Fotografia: autor.....	126
Fig. 41 - Crianças caminhando na lama para buscar água potável. Fotografia: autor.....	127
Fig. 42 - Aldeias Prospectadas. Google Earth.....	131
Fig. 43 - Concha de caramujo. Foto: autor.....	134
Fig. 44 - Sambaqui Figueirinha I - Fonte: Wikipedia.....	134

Fig. 45 - Museu do Sambaqui em Joinville. Foto: autor.....	134
Fig. 46 - Cemitério de Fadiouth. Hardy et Al, 2016.....	134
Fig. 47 - Museu Arqueológico de Chiba. Foto: autor	134
Fig. 48 - Quem mora no Sambaqui? Ilustração: Mariana Massani.....	134
Fig. 49 - Sambaqui Cubatão I – Joinville. Vídeo: Arqueologia(s), Episódio: Sambaquis.....	134
Fig. 50 - Sambaqui em Santa Catarina. Foto: autor	134
Fig. 51 - Concheiros identificados. Fonte: Google Earth.	137
Fig. 52 - Samatite / Senegal. Ponto 3. Coordenadas: 12°53'66.94"N / 16°63'74.01"O.	147
Fig. 53 - De pé da esquerda para direita, Januário e Justino, sentado, Euclides, Eusébio e Marília. Fotografia: autor.	151
Fig. 54 - Abertura do perfil nordeste Icun I. Fotografia: autor.	151
Fig. 55 - Marília e Bruno em atividades de curadoria do material arqueológico. Fotografia: Euclides Correa.....	152
Fig. 56 - Concheiros em Yal/Varela – Google Earth	152
Fig. 57 - Perímetro concheiros Bumehban I e II - Google Earth	153
Fig. 58 - Superfície - Bumehban I	154
Fig. 59 - Escavação já existente - Bumehban I.....	154
Fig. 60 - Limpeza do Perfil - Bumehba I.....	154
Fig. 61 - Desenho do Perfil - Bumehban I.....	155
Fig. 62 - Fragmentos cerâmicos - Bumehban I.....	155
Fig. 63 - Fragmentos cerâmicos, vidro e metal - Bumehban I	156
Fig. 64 - Pintura em fragmento cerâmico - Bumehban I	156
Fig. 65 - Fragmento de vidro no perfil - Bumehban I	156
Fig. 66 - Superfície - Bumehban II.	157
Fig. 67 - Limpeza de superfície - Bumehban II	157
Fig. 68 - Abertura de perfil - Bumehban II.....	157
Fig. 69 - Fotografia do Perfil - Bumehban II	158
Fig. 70 - Desenho do Perfil - Bumehban II.....	158
Fig. 71 - Fragmentos de vidro, metal e plástico - Bumehban II.	159
Fig. 72 - Fragmentos cerâmicos - Bumehban II.....	159
Fig. 73 - Fragmentos cerâmicos e ossos - Bumehban II	160
Fig. 74 - Perímetro Wodjok I - Google Earth.....	161
Fig. 75 - Superfície escolhida para intervenção - Wodjok I.....	162
Fig. 76 - Fotografia do Perfil - Wodjok I	162
Fig. 77 - Desenho do Perfil - Wodjok 1	162
Fig. 78 - Fragmentos de vidro, carvão e cerâmica - Wodjok I	163
Fig. 79 - Fragmentos de cerâmica, osso - Wodjok I	164
Fig. 80 - Fragmentos cerâmicos, ossos e vidro - Wodjok I.....	164
Fig. 81 - Sítios em Elia	165
Fig. 82 - Concheiro Hoton 1 – Tabanka de Elia.....	166
Fig. 83 - Escavação de unidade - Sítio Hoton - Elia	166
Fig. 84 - Perfil estratigráfico - Hoton – Elia.	167
Fig. 85 - Sondagens realizadas em Coladje.	168
Fig. 86 - Perímetro do sítio - Horon Guiba	168
Fig. 87 - Perfil estratigráfico Horon Guiba.....	169
Fig. 88 - Fotografia do perfil estratigráfico	169
Fig. 89 - Localização e perímetro aproximado dos concheiros Icun em Coladje.....	170
Fig. 90 - Dimensões do Concheiro Icun I. Imagem: Google Earth. No canto superior direito, mapa topográfico. Imagem: GaiaGPS.	170
Fig. 91 - Formas e alturas. Visão da face norte.	171
Fig. 92 - Baloba das mulheres e Vista do cume, sentido leste	171
Fig. 93 - Vista do cume do Icun I.	171
Fig. 94 - Vista do caminho.	171
Fig. 95 - Posição do Icun I próximo ao Bolon principal de acesso a zona de manguezal	172
Fig. 96 - Vasilhame cerâmico encontrado em superfície próximo do caminho - Fragmentos do vasilhame	173
Fig. 97 - Locais das intervenções no sítio Icun I.....	173
Fig. 98 - Perfil Noroeste antes da intervenção.....	174
Fig. 99 - Fotografia do Perfil Nordeste - Icun I.....	174
Fig. 100 - Desenho do Perfil Icun I Face Nordeste	175

Fig. 101 - Camada com conchas fragmentadas formando sedimento – Perfil Nordeste – Iacun I	176
Fig. 102 - Visão lateral - Perfil Iacun I - NO	177
Fig. 103 - Desenho do perfil - Iacun I - face noroeste.....	179
Fig. 104 - Fotografia - Perfil Iacun I - face noroeste.....	180
Fig. 105 - Fotografia Perfil Iacun I - Parte superior.....	180
Fig. 106 - Fotografia Perfil Iacun I - Parte inferior.....	180
Fig. 107 - Camada com evidência de fogueira - Iacun I - Face noroeste e Fragmento cerâmico na parede do perfil - Iacun I - Face noroeste	181
Fig. 108 - Fragmento cerâmico encontrado há 2,5 metros de profundidade - Perfil NO - Iacun I.....	181
Fig. 109 - Fragmentos cerâmicos encontrados à 1,95 metros de profundidade – Perfil NO – Iacun I	182
Fig. 110 - Exemplo de decoração ponteadas. Olga Linares de Sapir, 1971; plate XI.	182
Fig. 111 - Mapa com a localização do sítio arqueológico Iacun V.....	184
Fig. 112 - Iacun V, braço de mar e o Perfil	185
Fig. 113 - Desenho do Perfil - Iacun V – Coladje.....	185
Fig. 114 - Vista de satélite com os perímetros dos sítios Iacun II, III e IV	186
Fig. 115 - Superfície da área de intervenção – Iacun III – Ponto 18.....	188
Fig. 116 -Esquema com as dimensões da intervenção, trabalhos de abertura do perfil, e concha de Gandhi – Iacun III.....	188
Fig. 117 - Desenho do perfil - Iacun III.....	189
Fig. 118 - Visão geral do Perfil e detalhe da parte inferior do Perfil.....	190
Fig. 119 - Coleta de Combe em Bulol.....	198
Fig. 120 - Balde com a coleta de uma hora	198
Fig. 121 - Trajeto desde o local de coleta até a tabanka de Eossor. Google Maps.....	199
Fig. 122 - Diversidade de moluscos existentes em Yal/Varela	201
Fig. 123 - Artefatos usados para coleta de ostras em Boatche - Martelo – Vergalhão de metal– Cinzel – Bolsa feita com rede plástica.	203
Fig. 124 - Processo de extração das ostras das rochas em Boatche - Suzana. - Olivio apresentando a ostra retirada.	204
Fig. 125 - Cozimento das ostras - https://www.alamyimages.fr/senegal-casamance-la-recolte-des-huitres-image159149279.htm e Ostras colocadas direto ao fogo. Fotografia: autor.	205
Fig. 126 - Processo de retirada da carne da ostra com o uso de uma pequena faca	205
Fig. 127 - Moradora de Djobel deposita as conchas em um concheiro e Arqueólogo e crianças colocam as conchas de ostras em um concheiro – Djobel.	205
Fig. 128 – Secagem de ostras no sol. - https://www.alamyimages.fr/senegal-casamance-huitres-sechees-au-soleil-image346205973.html	206
Fig. 129 – Composição do lugar sagrado. Maffeis, 1975, p. 411.....	207
Fig. 130 - Concha de Contchurbedja em um local sagrado. Suzana. Fotografia: autor	208
Fig. 131 - Detalhe de concheiro de Caramussa em Coladje. Fotografia: autor.	209
Fig. 132 - Instrumentos de pesca e a canoa em cima de um concheiro do tipo barreira em Bulol	210
Fig. 133 - Plantação de bolanha de água doce próximo a tabanka de Suzana – Guiné-Bissau.....	213
Fig. 134 - Bolanha de água salgada próximo a Bulol. Google Earth	214
Fig. 135 - Mata de palmeira. Fotografia: autor.....	216
Fig. 136 - Colocação das garrafas para coleta do vinho de palma. Fotografia: autor	216
Fig. 137 - Adaptação do esquema de Cormier-Salem para refletir o papel das conchas no Terroir.....	218
Fig. 138 - Sítio arqueológico - Elabab 1 – Ponto 02 – Aldeia de Elalab	220
Fig. 139 - Conexão das coisas que formam o concheiro.....	224
Fig. 140 - História de vida dos concheiros Diola.....	225
Fig. 141 - Concheiro Hobwa 1 - Elia	226
Fig. 142 - Loja na aldeia de Coladje	228
Fig. 143 - Concheiro de ostra construído em 3 dias, por três pessoas - Djobel	230
Fig. 144 - Concheiros de Combe recentes em Eossor.	231
Fig. 145 - Arroz limpo em Elalab.....	231
Fig. 146 - Palha do arroz depositada em concheiro Eossor 1 - Eossor.....	232
Fig. 147 - Edjonick 1 – Katon - transição entre a aldeia e a plantação de arroz.....	232
Fig. 148 - Djufunku 1 – vacas fogem do sol em cima do concheiro.....	233
Fig. 149 - Cercado de animais em cima de concheiro – Edjim.....	233

Fig. 150 - Hobwa 1 – Elia – Latrina construída em cima do concheiro.....	234
Fig. 151 - Elalab 7 – Elalab – Buraco para fezes em cima do concheiro.....	234
Fig. 152 -Porto de Andonga - São Domingos (Mesmo estando fora da nossa área de estudo, foi a única foto registrada, mas é exatamente igual a inúmeros visitados nas aldeias Diola)	235
Fig. 153 - Pequena Baloba – Concheiro Elalab 4 - Elalab.....	236
Fig. 154 - Baloba – Concheiro Djufunku 8 – Djufunku	236
Fig. 155 - Baobá em Concheiro. Sítio Djanghufer 2 – Edjim	237
Fig. 156 - Cerâmica colocada em Baloba – local próximo ao concheiro Buint 3 – Yal/Varela. Fotografia: autor.....	239
Fig. 157 - Detalhe do tempero de conchas. Fotografia: autor.....	239
Fig. 158 - Sra. coletando conchas no sítio Elabzan 2 – Elia. Fotografia: autor.	240
Fig. 159 - Queima de conchas – Elia. Fotografia: autor.....	240
Fig. 160 - Decoração da cerâmica com a caramussa – Elia. Fotografia: autor.	241
Fig. 161 - Aldeia de Katon. GaiaGps.	243
Fig. 162 - Aldeia de Elalab. GaiaGps.....	243
Fig. 163 – Djufunku	244
Fig. 164 – Eossor.....	245
Fig. 165 – Edjim	245
Fig. 166 - Esukudjak	246
Fig. 167 - Concheiro Bassumar 2 - Elia	247
Fig. 168 - Imagem contendo os concheiros em Bulol nos pontos azuis. No canto esquerdo superior em amarelo indicação da antiga aldeia. GaiaGps.	254
Fig. 169 - Barreira de Elia - Bassumar ponto 01.....	255
Fig. 170 - Barreira de Bulol - Ponto 14.....	255
Fig. 171 – Comparativo da linha da costa entre 1951 e 2022.	256
Fig. 172 - Imagens da Barreira de Bulol	256
Fig. 173 - Barreira de Elia - Ponto 20, e imagem de satélite com o detalhe das casas e dos concheiros.....	258
Fig. 174 - Comparativo das linhas da costa em 1951 e 2022.....	258
Fig. 175 - Elia nos anos 1960. Campos, 1970; p.57	259
Fig. 176 - Zona de antiga plantação de arroz de bolanha salgada tomada pelo mar. Manguezal crescendo no local.	260
Fig. 177 - Concheiro "testemunha" a invasão do mar sobre antigas bolanhas de água salgada. Ao fundo é possível observar alguns diques parcialmente emersos.	260
Fig. 178 - Crianças andando na lama em Djobel - Em maré cheia as casas ficam ilhadas	261
Fig. 179 - Comparativo das linhas da costa entre 1951 e 2022 mostram a escala gigantesca da devastação ocorrida pela subida do mar.	262
Fig. 180 - Mapa com as diferenças das localizações das casas em 1951 e atuais. Mapa: Karla Oliveira	262
Fig. 181 - Concheiro protegendo os fundos da casa da subida da maré em Djobel. Foto: autor	264
Fig. 182 - Concheiro Sr. Antônio vista da base.....	264
Fig. 183 - Concheiro Sr. Antônio visto de cima.....	264
Fig. 184 - Casas de Coladje ao sul da estrada. Fonte: GaiaGPS.....	265
Fig. 185 - Barreira de Coladje. Mapa: Karla Oliveira	266
Fig. 186 - Ponto 1 - Início da barreira do lado oeste.....	267
Fig. 187 - Ponto 80 (próximo ao Iacun V), ponto leste.....	267
Fig. 188 - Ponto 16. Exemplo de zona em que os montes de conchas se juntam, formando um contínuo	267
Fig. 189 - Ponto 26 - Momento mais espaçados da barreira	268
Fig. 190 - Ponto 37. Altura do monte altura superior a 2 metros.	268
Fig. 191 - Ponto 27 – Mesmo concheiro com duas cores de ostra, uma branca e outra acinzentada.....	269
Fig. 192 - Ponto 39 da barreira de Coladje	269
Fig. 193 - Ilustração do processo de construção do concheiro; Ilustração: autor.....	270
Fig. 194 - Local de processamento de ostras no Senegal. Hardy et Al, 2016. p. 26.	271
Fig. 195 - Djobel 9. Caminho se inicia próximo a um conjunto de casas.....	272
Fig. 196 - Concheiros-caminhos Arame e Elia. Mapa: Karla Oliveira.	272
Fig. 197 - Trecho do caminho-concheiro de Arame.....	273

Fig. 198 - Detalhe para os pequenos baobás crescendo e a clara divisa entre o mangue e as ostras	273
Fig. 199 - Estrutura na construção do caminho	273
Fig. 200 - Estrutura lateral para proteção contra erosão do caminho.....	273
Fig. 201 - Caminho de Elia. Também possui as estruturas de madeira para evitar erosão.	273
Fig. 202 - Concheiro Arame 1. Local apontado pela comunidade onde as conchas do caminho foram retiradas.	274
Fig. 203 - Caminho e porto de Susana. Mapa: Karla Olieira.	275
Fig. 204 - Trecho do caminho-concheiro desmoronado	275
Fig. 205 - Detalhe da espessa camada de conchas (combe) do caminho.	275
Fig. 206 - Imagem de satélite do porto ao final do caminho-concheiro	276
Fig. 207 - Antigo porto de Susana.	276
Fig. 208 - Mapa com a localização dos portos de Coladje	277
Fig. 209 - Porto presente no Ponto 14	277
Fig. 210 - Ponto 28 - Porto Horon Guiba	277
Fig. 211 - Sr. João Manga junto ao concheiro Hoton 1. Fotografia: Bruno Pastre Máximo.....	278
Fig. 212 - Concheiro Hoton 1 – Tabanka de Elia.....	279
Fig. 213 – Concheiro submerso em Djobel – Concheiro Djobel 19	280
Fig. 214 - Durante a maré baixa é possível ver parte do concheiro Djobel 19	281
Fig. 215 - Concheiro em Djobel cortado ao meio pela ação da maré. Fotografia: Bruno Pastre Máximo, janeiro de 2020.	281
Fig. 216 - Concheiro Saleck, hoje só está visível com maré baixa.	282
Fig. 217 - Artefatos encontrados na superfície do concheiro Salleck	283
Fig. 218 - Parede de casa com conchas em Elalab. Fotografia: autor	284
Fig. 219 - Construção de uma casa usando conchas – Yal/Varela. Fotografia: autor.....	285
Fig. 220 - Concheiro Bahemb 2 – Elala. Fotografia: autor.....	288
Fig. 221 - Concheiro Orun – Coladje. Fotografia: autor.	288
Fig. 222 - Conchas e Cerâmica em superfície do Bulhab 11 - Bulol. Fotografia: autor.	288
Fig. 223 - Bulhab 45 – Bulol. Exemplo de grande quantidade de conchas em superfície. Fotografia: autor.	289
Fig. 224 - Bulhab 50 - Bulol - Conchas evidentes na parede em dissolução. Fotografia: autor.....	290
Fig. 225 - Elia - Mulher retira conchas de Combe de um antigo concheiro. Fotografia: autor.....	291
Fig. 226 - Elia - Antiga igreja portuguesa com Combe na argamassa. Fotografia: autor.	291
Fig. 227 - Perfil aberto no concheiro Icun III - Coladje.....	295
Fig. 228 - Perfil e vista lateral do concheiro Icun I	295
Fig. 229 - Total de escravizados que saíram do porto de Cacheu. Fonte: slavevoyagers.org	299
Fig. 230 - Distância entre Coladje e Cacheu	301
Fig. 231 - Distância de Coladje para Ziguinchor	302
Fig. 232 - Trabalhos de abertura da sondagem do concheiro Icun I	311
Fig. 233 - Reunião para apresentação dos resultados das intervenções - Coladje.....	314
Fig. 234 - Moradores de Coladje visitando a escavação - Icun I	315
Fig. 235 - Souza e amigo posando para fotos no perfil do Icun III.....	316

Tabelas:

Tabela 1 - Aldeias Diola visitadas	131
Tabela 2- Concheiros encontrados durante a prospecção	145
tabela 3 - concheiros alvo de intervenções arqueológicas	149
Tabela 4 - Dimensões dos sítios Icun II, III e IV.....	187
Tabela 5 - Resultado das datações	193

Sumário

1. Introdução	22
2. Cap. 1 – Os concheiros no Terroir Diola	37
2.1. Zona de estudo	38
2.2. Pó di terra: Paisagem e o Terroir no tchon Diola da Guiné-Bissau.....	43
3. Cap. 2 – História de ocupação do território e o terroir Diola	57
3.1.O que sabemos sobre a história de ocupação do território antes da colonização?	57
3.1.1.Concheiros do Rio Casamansa	57
3.1.2.As populações Baynouk (banhuns) da Casamansa.....	65
3.2.A chegada dos colonizadores e o impacto do tráfico de escravizados na dinâmica regional	74
4. Cap. 3 - Concheiros multifuncionais? Exemplos e paralelos para entendermos o papel dos concheiros no terroir	84
4.1.Concheiros como monturo	89
4.2.Concheiros Funerários-Sagrados.....	99
4.3.Concheiro como plataforma de habitação	108
5. Cap. 4 - Inserção no campo	112
6. Cap. 5 – Prospeção e delimitação dos concheiros	130
7. Cap. 6 – Sondagens e análise da estratigrafia.....	149
7.1.Sondagens em Yal/Varela:	152
7.1.1.Bumehban I e II	153
7.1.2.Wodjok I	161
7.2.Sondagem em Elia.....	164
7.3.Sondagens em Coladje.....	167
7.3.1. Horon Guiba	168
7.3.2. Complexo Icn	169
7.4.Resultado das datações:	192
8. Cap. 7 – Os moluscos e a dinâmica da vivência no terroir Diola	194
8.1.Oceano/praias/dunas	196
8.1.1. Manguezal/Tarrafe/Mangal.....	199

8.1.2. Madeira:	199
8.1.3. Coleta de Moluscos:	200
8.1.4. Pesca.....	209
8.2. Terraços e platô	210
8.2.1. Arrozais.....	211
8.2.2. Vinho de palma	214
8.2.3. Outros cultivos	216
9. Cap. 8 – O monturo enquanto síntese do terroir Diola	220
9.1. A superfície do concheiro e a vida na aldeia: o lixo entre o local e o globalizado	226
9.1.1. Conchas.....	230
9.1.2. Arroz.....	231
9.1.3. Animais	232
9.1.4. Banheiro	234
9.1.5. Sagrado.....	235
9.1.6. Baobás e vegetação.....	236
9.1.7. A Cerâmica, as conchas e o concheiro	238
9.2. Os concheiros enquanto monturos no tempo	242
10. Cap. 9 – Identificando os sítios multifuncionais: barreiras, caminhos e portos.....	252
10.1. Concheiros com função de Barreira.....	254
10.2. A barreira de Coladje	265
10.3. Concheiros com função de caminho/aterro:.....	271
10.4. Concheiros com função de Porto	276
10.5. Concheiros enquanto lugares de Memória	278
10.5.1. As conchas e a resignificação das antigas moranças.....	283
11. Cap. 10 – Os concheiros monumentais de Coladje	295
11.1. Há um concheiro entre Cristo (Alá?) e a Baloba	308
12. Considerações finais.....	320
13. Bibliografia.....	330

Introdução

O estudo da história permite-nos saber como viviam os homens que existiram antes de nós. Permite-nos verificar os progressos realizados pelo homem e tirar as lições das experiências do passado. Assim, a história é muito útil. O objectivo da história é de nos permitir conhecer melhor as sociedades humanas; não é somente um estudo da vida dos reis e dos imperadores que nos deve interessar na história, mas sobretudo a vida dos povos, os problemas e as dificuldades que tiveram de enfrentar na vida quotidiana.

Durante milhares de anos, os povos foram mantidos na ignorância por aqueles que viviam do seu trabalho, que os exploravam: os colonialistas levaram este procedimento ao extremo. Assim, os colonialistas portugueses por exemplo, mantinham na ignorância as populações da Guiné e de Cabo Verde; eles tentavam fazer-lhes crer que elas não tinham uma história própria, não tinham passado e que a história começava somente a partir do momento de chegada dos primeiros navegadores portugueses, às costas da África. Mas hoje em dia, no mundo inteiro, os povos recusam deixar-se explorar e enganar por mais tempo. Na Guiné e Cabo Verde, sob direção do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, o povo tomou nas mãos a sua própria orientação, o seu próprio destino. Com as armas na mão, luta contra a barbaridade dos colonialistas. Ele luta para pôr fim à escravidão e à ignorância em que tinham mantido os colonialistas. Por isso, o povo deve conhecer o seu próprio passado (PAIGC, 1974, p. 13).

Sai os portugueses, os navegadores, os administradores, os colonialistas, e entra o POVO. Se durante o período colonial a história da Guiné era voltada para as fontes europeias, com a finalidade de glorificar a epopeia da conquista e “civilização” da Guiné por portugueses, o foco com a independência será o cotidiano, a simplicidade da vida nas aldeias, e principalmente, os diversos movimentos – constantes – de resistência à opressão colonial. Vemos, nesta epígrafe, que o primeiro livro de História escrito para o novo país - História da Guiné e Cabo Verde - independente em 1973, teria um cunho forte marxista, anti-imperialista, e colocando, mesmo que de forma indireta, a arqueologia como central para o conhecimento do passado do povo da Guiné. O livro pauta a necessidade de se conhecer o passado antes da chegada dos portugueses, e também em sociedades sem escrita. De forma contundente, a independência, então, tinha como objetivo não somente uma ruptura política, mas também cultural e histórica.

Neste livro, inaugura-se uma nova narrativa, que insere o passado da Guiné Bissau com o restante do continente africano, particularmente o oeste africano. Partindo da concepção clássica das três idades – pedra lascada, polida e metais – e do surgimento da agricultura e das classes sociais, a história então é compartilhada neste movimento teleológico Marxista de diferentes etapas. Especificamente para a região antes do advento do islamismo, o livro cita que na “(...) falta de documentos escritos, nós sabemos pouco sobre a África ao sul do Saará antes do 7º século, isto é antes da conquista árabe e da propagação do islamismo (PAIGC, 1974; p. 23).” E

com esta frase, se encerra as informações sobre o passado remoto da região. Interessante ressaltar que não faltavam informações arqueológicas sobre o Senegal, Mali, e outras regiões do oeste africano para o período anterior ao século VII, porém percebe-se um interesse por parte dos autores em orientar e focar o passado a partir das informações dos documentos escritos neste período. Assim, entra com destaque o chamado Império do Ghana, que teria, segundo os autores, ocupado territorialmente as proximidades da Guiné-Bissau.

A narrativa tanto sobre Ghana, como sobre o Império do Mali são apresentadas, de forma contraditória com a epígrafe, como uma sucessão de reis e impérios, uma narrativa política clássica da elite governante, valorizando as riquezas produtivas e as conquistas militares. Os diferentes imperadores e governos do Mali são descritos minuciosamente, exaltando seus feitos. Os autores comentam sobre o Reino do Gabu, e sua ligação com o Império do Mali. Falando especificamente das populações do litoral da Guiné:

Sabe-se pouca coisa sobre os povos do litoral da Guiné, os quais continuaram, na maior parte, fiéis à organização patriarcal em grupos familiares independentes. No século XV, no momento da chegada dos Portugueses, eles viviam já nestas regiões e, com pequenas diferenças, nos mesmo sítios que actualmente. Nesta época, toda a região reconhecia a autoridade do Imperador (Mansa) do Mali. Certos povos tinham constituído reinos ou organizações sociais comandadas por Chefes segundo o modelo mandinga. Após a queda do Império do Mali, estes pequenos reinos tornaram-se independentes e depois desapareceram (PAIGC, 1974; p. 62).

A história das populações anterior a chegada dos portugueses pode ser, desta forma, resumida como uma sucessão de reinos, impérios, conquistas, ou seja, uma história do Estado e das elites que as governavam. Para populações que não se encontravam sob égide estatal, ou seja, os grupos chamados “litorâneos”, pouco se sabe pois não possuem documentos, se assumindo uma imutabilidade social no espaço-tempo. Mesmo sendo a maior parte da população do país atualmente, as sociedades “litorâneas” são colocadas à margem, frente ao protagonismo e desenvolvimento das entidades Estatais na História da região. E isto, de forma perigosa se associa com o discurso colonial (Mota, 1954).

Esta tese busca justamente contribuir para uma história africana de um dos povos da costa, chamado Diola, que se subdivide em diferentes subgrupos entre Gâmbia, Senegal e Guiné-Bissau. Eles formam, junto com os Sereer, Niominka, Bainouk, Manjakos, Brames, Balantas, Nalus, Bijagós, Pepéis, Bagas, Soussou, Bullom, Temne e Mande, os chamados povos dos Rios do Sul (Cormier-Salem,

1999a), que compartilham diversos traços culturais semelhantes, principalmente o ambiente marcado pelo manguezal, falta de hierarquia política, trajetória histórica semelhante, e o cultivo do arroz *oryza glauaberrima*. Os Diola são um dos grupos mais estudados do Senegal em matéria etnográfica, como veremos nos próximos capítulos, sendo, no entanto, preteridos em âmbito arqueológico, sendo que até os dias de hoje o trabalho referência é dos anos 1970, em que a autora, a estadunidense Olga Linares, pesquisa os concheiros da região do baixo Casamança. É a partir do seu trabalho, que nos inspiramos a estudar e pesquisar os concheiros dos Diola, só que o dos seus conterrâneos bissau-guineeses.

Nosso estudo tem como objetivo apresentar o potencial arqueológico da região ao realizar um mapeamento dos concheiros da zona, registrar as práticas de coleta, processamento e construção de novos concheiros, identificar diferentes funções e usos dos concheiros, e, por fim, buscar entender a sua composição e profundidade cronológica, e o papel dos concheiros dentro da paisagem anfíbia, ou *terroir maritime*. Este trabalho busca ser uma primeira tentativa no estudo destes concheiros, dada a ausência de outros trabalhos arqueológicos na região, e mesmo no país.

A realidade da pesquisa arqueológica da Guiné-Bissau, tem que ser, desta forma, contextualizada para situar nosso trabalho. Diferente de outras colônias europeias, que tiveram sua independência de forma negociada e pacífica, o processo nas colônias portuguesas foi diferente. Dada a intransigência da ditadura salazarista, as armas foram a forma adotada para se ganhar a independência. Também diferente de Angola e Moçambique, a Guiné-Bissau não “herdou” nenhum centro universitário do colonizador, tendo que construir do zero toda uma política de pesquisa científica e ensino superior.

Referente a pesquisa arqueológica, no período colonial só foi feita uma iniciativa, conduzida por Amílcar Mateus, em 1947. Foi na Gruta de Nhampassaré que Mateus teve sucesso em identificar um sítio arqueológico, conduzindo nele a primeira escavação arqueológica da história do território da Guiné-Bissau. O sítio arqueológico se encontra a 12km a sudoeste da cidade Gabu, em uma formação de quartzito. A escavação foi feita em duas valas de sondagem, com formato de cruz, um sentido norte-sul, e a outro leste-oeste. Segundo Rodrigues (2012, p. 9) a escavação não primou pelo rigor técnico. As peças encontradas a partir dos 80 cm de profundidade consistiram de fragmentos de cerâmica, e instrumentos líticos de diferentes de materiais (dolerito, quartzo e grés) (Mateus, 1954). Poucos recursos, tempo, pouca

especialização na área da arqueologia, e ainda presos em um paradigma difusionista fizeram com que a relevância dos trabalhos e suas contribuições fossem ignoradas não somente pela comunidade científica como pelo próprio governo, que não investiu na continuidade das pesquisas.

A independência em 1973, contudo, não alterou esta situação de desconhecimento. Contando com poucos recursos, devido à falta de arrecadação de impostos e quadros técnicos, as dificuldades foram, e continuam a ser, inúmeras. Do ponto de vista institucional, para as ciências humanas, somente em 1984 que foi criada uma instituição voltada para a pesquisa, o INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas. Dentre suas atribuições estava incluída, de forma indireta a pesquisa arqueológica. Está em sua alçada os trabalhos relativos às ciências humanas, incluído aí a arqueologia.

Buscando criar os primeiros quadros da área, que no pós independência não contava com nenhum profissional, o governo enviou estudantes para a Universidade de Moscou na então URSS, destes, sabemos que três decidiram se graduar em Arqueologia. A trajetória destes três arqueólogos apresenta muito bem os desafios da arqueologia na Guiné-Bissau. Sem recursos, eles precisaram migrar da área de atuação para conseguirem manter seu sustento, mesmo contra sua vontade. Até hoje, o país não conta com nenhum arqueólogo que trabalha na área no país, o que leva a este desconhecimento geral. Concretamente, o país só possui um trabalho publicado no período pós-colonial sobre arqueologia até este momento, um artigo do arqueólogo Leonardo Cardoso, que fazia um balanço sobre as pesquisas realizadas na época colonial, e alguma iniciativa sua dos anos 1980 (Cardoso, 1992). Neste importante texto, Cardoso apontou para a necessidade de mais estudos e pesquisas:

De facto, mais do que nunca o interesse das pessoas ligadas às ciências se faz sentir no sentido de conhecer o seu passado histórico e, penso eu, não podemos atribuir a este facto um mero acaso. (...) Hoje, na Guiné-Bissau, urge a necessidade de serem retomadas alguns trabalhos [de arqueologia], mas claro, a um nível qualitativamente mais desenvolvido o que significa que, as escavações deverão ser concebidas e realizadas segundo os princípios metodológicos da arqueologia então que ciência. (...) Partindo do princípio de que são períodos que recuam de nós de milhares de anos, é imprescindível a realização de estudos arqueológicos a fim de poderem complementar as outras disciplinas (Cardoso, 1992; p. 48).

Este descaso com a arqueologia também se reflete na questão da legislação. Até hoje não existem normas que regulamentam a prática de profissionais, nem a gestão do patrimônio arqueológico⁴. Para se ter um panorama histórico sobre a situação das

políticas culturais na Guiné-Bissau, vale a pena consultar o mestrado de Sara Santana (2015). Segundo a autora, estava nos planos do IX governo a criação da legislação arqueológica. Na mesma conferência foi-se discutido áreas prioritárias para a atuação do setor de cultura. Novamente a arqueologia é citada com destaque:

(...) III Conferência Nacional da Cultura, propõe como objetivos prioritários para o trabalho de investigação na área da cultura, o financiamento de “estudos **aprofundados sobre a Escravatura e Arqueologia na Cidade de Cacheu e outras cidades históricas, e bem como o mapeamento arqueológico da Guiné-Bissau**” e o mapeamento dos “actores culturais e artísticos para a constituição de uma base de dados (III Conferência Nacional da Cultura, 2015: 3-4).” (Santana, 2015; p. 42)

A menção a cidade de Cacheu não é sem motivo. Primeiro entreposto fundado pelos portugueses em território guineense, ainda no século XVI, serviu como porto comercial de toda a zona, e lugar de embarque de milhares de escravizados para às Américas. O comércio de escravizados pelos portugueses, durante os séculos XV e XVI na costa ocidental, teve como foco outras localidades, principalmente com a fundação de fortes na costa do atual Gana, como o mais icônico e famoso, São Jorge da Mina em 1482. Segundo Hawthorne (2010; p. 52), foi somente no século XVIII-XIX que a região da Guiné-Bissau foi profundamente atingida pelo tráfico. No período de 1751-1842 um total de 73.842 escravizados foram levados só para a região amazônica, principal destino dos escravizados da região para a América portuguesa, e onde eles formaram as etnias dominantes nos séculos XVIII e XIX.

Acompanhando um movimento de valorização desta história afroatlântica (A. Araujo, 2010; A. L. Araujo, 2020; De Jong & Rowlands, 2016), em 2013 se iniciou um projeto de criação de um memorial da escravatura na cidade por uma ONG portuguesa, chamada Acção para o Desenvolvimento (AD).

Espera-se com este projeto inserir Cacheu nos roteiros internacionais relacionados com a temática da escravatura e ser uma forma de constituir uma base sólida de envolvimento e valorização da população local sendo, ao mesmo tempo, uma forma de afirmação nacional e internacional de uma cidade e de uma região empobrecidas e fragilizadas (A. Barreto & Santos, 2014, p. 411).

O memorial foi construído, e se encontra em funcionamento, sendo hoje o único museu do país. Em uma nova frente de atuação, a ONG financiou um projeto de arqueologia, coordenado por um grupo de pesquisadores portugueses com a finalidade de realizarem trabalhos de prospecção e escavação. Pelo enorme potencial

da cidade, seguramente teremos promissores resultados que certamente nos ajudarão a entender melhor a materialidade de Cacheu e dinâmica regional.

O projeto e execução do projeto do Memorial, não teve, no entanto, consenso por parte de pesquisadores bissau-guineenses. Ouvimos por parte de diferentes pesquisadores do país que o projeto foi pensado e executado sem nenhum debate com os profissionais locais, uma idealização totalmente externa e sem vínculos sociais regionais. Há ainda dúvidas sobre a ética da atuação da ONG no país, com graves acusações (Temudo, 2015).

Estes trabalhos, assim como tantos outros de historiadores (Cadango, 2018; Esteves, 1988; Green, 2019; Hawthorne, 1999, 2010b; Kelley, 2020; M. A. Klein, 2001; Lopes, 1993; Mark, 2002; Santos, 2012, a lista é enorme), se inserem em uma busca por entender – mesmo que não o objetivo principal – as dinâmicas da presença europeia, em especial a portuguesa na Guiné-Bissau. Fogem, portanto, do objetivo latente apontado pelo PAIGC em 1974, de estudar a *história ou passado próprio*, ou seja, aquele pré-colonial e/ou a história dos diferentes povos fora do prisma colonial, e com que concordamos. Cabe também a Arqueologia, como dito por Cardoso, esse papel de apoiar o rompimento com uma história calcada em fontes coloniais, e mais que isso, em perspectivas e explicações coloniais. Vale mencionar, contudo, a exceção, o trabalho de Carlos Lopes (1999), *Kaabunké: espaço, território e poder na Guiné-Bissau, Gâmbia e Casamance pré-coloniais*, em que o autor, busca entender o passado pré-colonial ligado ao Estado do Kaabu.

Nosso trabalho, assim, mesmo estando cronologicamente situado no período moderno e colonial (séculos XVI a XX), tem como objetivo principal tentar entender a história dos povos Diola a partir das dinâmicas locais da aldeia, através do estudo dos concheiros e a materialidade envolvida.

Hoje sabemos que os concheiros são um dos mais recorrentes tipos de sítios arqueológicos do mundo. A história das pesquisas sobre os concheiros se confunde com o próprio surgimento da arqueologia em meados do século XIX (Trigger, 2004; Waselkov, 1987). Um dos primeiros problemas colocados pelos pesquisadores, era sobre a artificialidade ou não dos concheiros. Se hoje nos é óbvio que os concheiros são resultado da obra humana em toda sua complexidade nos primórdios da pesquisa arqueológica não existia um consenso sobre a artificialidade de alguns concheiros. Exemplos destes debates ocorreram nos EUA (Waselkov, 1987; p. 139), Brasil e Senegal.

No caso do Senegal esta discussão chegou até os anos 1950, momento em que ainda se debatiam se os concheiros tinham origem natural ou antrópica (Dieng, 1980; Kantoussan, 2006). Esta questão teve Joire como principal defensor da artificialidade. Ele realizou as primeiras pesquisas sistemáticas nos anos 30, com uma pioneira escavação ocorrendo na região do delta do Saloum, em 1939 (Dieng, 1980). Nesta escavação, ele não só identificou a artificialidade, como apontou a presença de contextos funerários nos montes de conchas. Em 1947 publicou o mais relevante trabalho sobre os concheiros até então, dedicado a região de Saint-Louis na foz do Rio Senegal (Joire, 1947). Apesar das escavações e análise do material e dos sítios, ele foi contestado nos anos 1950 por J. Tricart, que recusava a ideia da artificialidade dos concheiros, e entendia os sítios como tendo sido formados na transgressão marítima (Tricart *apud* Mauny, 1957). Mauny (1957) revisa a literatura sobre os concheiros, e reforça a posição de Joire, que se torna a aceita pelos arqueólogos trabalhando com os concheiros, encerrando a questão.

Definir a artificialidade dos concheiros foi um passo importante para a arqueologia, trazendo muitas outras questões para o debate científico. Até hoje essas questões nos servem de guia para estudar concheiros. Perguntas como: qual período pertence o concheiro? O que podemos entender a partir do seu formato? Qual a estratigrafia, e o que ela nos revela do passado? Quais moluscos compõem o concheiro e o que estas espécies nos informam sobre o paleoambiente? Também as ausências, como bem notado, são significantes. Não possuir artefatos e animais domesticados pode significar um momento anterior de padrões culturais e uma cronologia. A conclusão de Laing, seguindo a inovadora proposta da época, era então situar o concheiro em um espaço cronológico regido pela tecnologia, as famosas idades da pedra, do bronze e do ferro. Segundo Andersen (2000), que trabalha nos concheiros da mesma região de Laing, ao mesmo tempo que os sítios foram fundamentais no desenvolvimento da disciplina, eles também acompanharam as mudanças nas problemáticas das pesquisas, conservando, assim, ainda muito interesse dos pesquisadores.

Estudos recentes consolidaram a importância das pesquisas, incorporaram novas possibilidades de estudo (Gutiérrez-Zugasti et al., 2011). Pesquisadores evidenciam como a coleta de moluscos fez parte da evolução humana (De Vynck et al., 2016; R. G. Klein & Bird, 2016). Os concheiros mais antigos registrados até hoje se encontram na África do Sul, e possuem datas muito recuadas, desde 130.000 a

30.000 anos A.P. Encontrados dentro de cavernas, estes concheiros representam os primeiros esforços humanos sistemáticos de consumo de moluscos (De Vynck et al., 2016; Klein & Bird, 2016; Volman, 1978). Este caso, no entanto, é isolado, e com exceção de outras localidades (Klein & Bird, 2016), os concheiros se tornaram parte da paisagem humana no holoceno, quando surgiram em muitos pontos de mundo e com diferentes dimensões e complexidades.

No continente africano as pesquisas se desenvolveram de forma desigual nos países, enquanto o Senegal possui uma longa tradição de pesquisas, regiões inteiras do oeste africano ou do litoral centro-africano possuem poucos trabalhos ou uma completa ausência. No ano de 1987, Waselkov buscou sistematizar as publicações até então, e já no momento se constatou a predominância dos estudos na África austral. Para além dos países citados naquele momento, outras zonas começaram a serem alvos de pesquisa mais recentemente, como Egito (Vermeersch et al., 2005), Eritrea (Mayer & Beyin, 2009), Tanzania (Ichumbaki, 2014; Walz, 2017), Angola (Da Silva Domingos, 2009). Observando estes trabalhos, é possível averiguar que os concheiros são alvo de duas perspectivas: a de entender ocupações humanas antigas no litoral e como a etnografia de populações contemporâneas nos ajudam a entender o fenômeno. Particularmente, o trabalho de Ichumbaki (2014) na Tanzania dialoga bastante com o nosso, ao apresentar um contexto de concheiros recentes e uma abordagem que combina intervenções arqueológicas e etnografia.

Presente em todos os continentes habitados e em grandes quantidades, sua onipresença levanta questões que vão além de um contexto local e regional, possibilitando que os pesquisadores tracem paralelos em diferentes partes do mundo. Como bem apontou Waselkov (1987; p. 145), o concheiro é muito mais que um lugar de acumulação de conchas, sendo que a onipresença das conchas oculta outros elementos menos visíveis. “De fato, estas outras atividades podem ter consumido mais tempo, provido mais alimento, ou ter sido consideravelmente de maior significado social que a coleta de moluscos, apesar que elas contribuem somente com uma fração dos resíduos arqueológicos.” Nos meandros de sua composição se encontram importantes informações que podem nos relevar elementos chaves, como a sua função e significado na sociedade.

Os concheiros, ou *monti di kaska*, o nome em *kriol*, são onipresentes na paisagem do *tchon* Diola. Formados principalmente por conchas de ostras e *combé*, eles se destacam na paisagem, sendo facilmente visualizados, seja nas aldeias, nos

manguezais e nos braços de mar. Em quase todas aldeias que visitamos as pessoas vivem junto aos concheiros, ou muito próximos. Assim, a “descoberta” deles por nossa equipe consistiu no questionamento junto à população sobre sua localização (consultar cap. 6).

Ao contrário do observado pelos estudos de Meehan (1975) e Bird & Bird (2002; 2000, 1997), que observam que o processamento dos moluscos geralmente ocorria próximo do local de coleta, a quase totalidade dos concheiros Diola (com exceção de Coladje) se encontra junto às zonas de habitação, ou seja, tendo as pessoas carregado os moluscos e os processado em suas casas. A coleta e processamento, possuem uma característica marcante de gênero, pois são as mulheres que dominam todo o percurso das conchas até chegar nos concheiros. Mesmo sabendo da importância desta relação das mulheres com os moluscos (Cormier-Salem, 1987b, 1987a, 1992), por diferentes motivos que comentamos no capítulo 4, não conseguimos ter acesso a esta esfera do conhecimento, e que fica explícito na narrativa trazida no capítulo 10.

Cabe destacar que apesar de onipresentes, não existe um nome específico para designar os concheiros nas línguas Diola (Felupe e Baiote), ou mesmo *Kriol*, e assim, nossa primeira abordagem com as pessoas consistia em um verdadeiro desafio para tentar explicar o que buscávamos na zona. Muitas vezes não muito cientes das interpretações, algo se tornou evidente: com exceção de alguns poucos concheiros, todos os outros não possuem nenhum tipo de significado sagrado para as populações do entorno. Àqueles que possuem uma *baloba*¹ em sua superfície, a sacralidade, acreditamos, se resume ao altar em si, não se estendendo a totalidade do concheiro, o que não deixa de dar relevância ao lugar.

Nas explicações que dávamos sobre o fato de no Brasil termos acumulações de conchas que seriam grandes montes funerários, as populações se surpreendiam, e não acreditavam que algo assim fosse possível entre eles, já que basicamente os concheiros são produzidos a partir do descarte das conchas e outros resíduos, e sua posterior reutilização para outros fins. Ou seja, os concheiros, não possuem um simbolismo místico intrínseco, e desta forma havia uma surpresa por parte das

¹ Lugar Ritual (C. C. Stein, 2021). Conhecido também como Irã, é um lugar sagrado, que geralmente contém algum artefato e é alvo de culto pelas comunidades.

peessoas sobre o motivo de brancos estrangeiros virem do outro lado do mundo para ver estes “montes de conchas” (na imensa maioria dos casos).

Buscamos explicar sobre o que seria possível descobrir nos concheiros, e assim, apresentamos nossas hipóteses principais para as populações: Esses concheiros são antigos? Quem os construiu? O que tem dentro deles? Qual o significado deles para as populações?

Feitas estas perguntas, em quase todos os casos, as pessoas decidiram nos apresentar os concheiros próximos em que viviam. No momento de apresentação dos concheiros da comunidade para nós, a pessoa que estava nos acompanhando dava algumas informações, que registramos no caderno de campo. No entanto, a quase totalidade dos concheiros não tinha informações, e as afirmações como “é antigo” ou “é novo” são relativas às experiências e parâmetros de cada um, o que dificulta uma generalização. Também se ressalta que somente após uma visita nos concheiros é que nos foi possível buscar padrões e características que nos permitissem generalizar, e estas sim foram discutidas com as pessoas das aldeias, afim de confirmar nossas hipóteses. Destas observações, verificamos a existência de pelo menos cinco funções diferentes para os concheiros. Estas funções são características que permitem inferir algum uso ou significado junto a sociedade, não limitando, de forma alguma, múltiplas interpretações, ou mesmo uma confluência de funções em determinadas circunstâncias para os concheiros. Há uma intercambialidade de sentidos em todos os concheiros, sendo que cada função compartilha elementos de outras. No entanto, quando propomos a nossa classificação, temos em mente a função social mais evidente do concheiro em questão, de forma alguma dizendo que é somente esta função que assim o possui. As 5 funções identificadas entre os sítios concheiros encontrados foram: monturo; barreira; porto; caminho/aterro; monumental/marco na paisagem.

Nosso trabalho então se propõe a fazer uma discussão que consiga responder as seguintes perguntas:

- Quais coisas compõem os concheiros, e o que elas nos dizem sobre a sociedade?
- Quais funções os concheiros possuem na sociedade Diola atualmente?
- Qual a relação dos concheiros com a paisagem?
- O que os concheiros nos dizem sobre a história do território e da sociedade Diola?

Para responder estas questões, vamos dividir nosso texto em 10 capítulos, abarcando diferentes aspectos das relações das pessoas com as conchas e a construção dos concheiros hoje e no passado.

No primeiro capítulo fazemos uma breve apresentação da nossa zona de estudo, e nos dedicamos a entender como o conceito de *Terroir*, tão presente e utilizado pela geografia africanista francófona se articula com nossos objetivos de pesquisa. Entender o *terroir* é entender o povo Diola, e vice-versa. Ambos são construtores e construídos a partir da interação entre si, e desta forma, acreditamos que os concheiros possam ser lugares privilegiados para entendermos o *Terroir* em toda sua complexidade, e consequentemente, entender o povo Diola e sua ocupação no território.

No segundo capítulo buscamos apresentar o histórico de ocupação do território Diola, a partir da arqueologia e depois da historiografia. Podemos observar que há uma ocupação ininterrupta da zona há pelo menos 2 mil anos, e esta possui muitos elementos semelhantes a que encontramos atualmente entre os Diola, o que não significa, que o mesmo grupo habitou este território. Durante os séculos, diferentes povos migraram para a região, muitas vezes com conflitos, e o que hoje entendemos como populações Diola são um amálgama de povos que se fundiram em uma identidade comum, construída principalmente a partir de uma classificação externa.

No terceiro capítulo fazemos uma discussão de nossas bases teóricas da arqueologia para análise da função dos concheiros. A partir do conceito de história de vida, e da análise de formação de sítios arqueológicos, apresentamos exemplos e referenciais teóricos de outros concheiros no mundo, para nos servir de referência de análise e comparação. O objetivo aqui é deixar evidente o caráter multifuncional dos concheiros e seus diferentes significados durante sua trajetória de vida enquanto um artefato.

Nos capítulos 4, 5 e 6 apresentamos nossa metodologia de pesquisa. No capítulo 4, fazemos um relato sobre como se deu nossa inserção no campo, desde a escolha da temática, da zona de estudo, até as dificuldades e dilemas de se realizar a pesquisa entre as populações Diola. O objetivo aqui é introduzir o leitor no mundo da construção da pesquisa, algo bastante distante da realidade da maioria dos arqueólogos ocidentais, especialmente brasileiros. Também, é deixar explícito como nossa pesquisa foi sendo construída a partir de nossa relação com as pessoas, as verdadeiras conhecedoras dos concheiros, e como nossas escolhas foram tomadas a

partir destas conversas e de como fomos recebidos. No capítulo 5, discutimos essencialmente as atividades de prospecção que ocorreram, e a nossa metodologia do *village based survey*, que consideramos a mais apropriada para o projeto. Há a listagem dos sítios encontrados e como se deu a sua identificação e registro. Por fim, encerrando a parte metodológica, temos o capítulo 6, que tratamos das intervenções e sondagens que realizamos nos concheiros. Descrevemos os critérios de escolhas dos concheiros a serem sondados, e o que encontramos no seu interior, descrevendo a estratigrafia e os artefatos.

No sétimo capítulo apresentamos as dinâmicas de coleta e processamento dos moluscos. A partir de observação etnográfica direta, e de relatos de outros autores, descrevemos quais atividades ocorrem nos diferentes lugares componentes do *terroir*, e como eles estruturam a paisagem, criando a identidade Diola. Demos especial atenção ao percurso das conchas na sociedade Diola, além de comentar outras atividades centrais na relação das pessoas na domesticação da paisagem.

Os capítulos finais, 8, 9 e 10, contém nossas análises dos concheiros. O capítulo 8 trata dos concheiros com a função de monturo. Através da observação etnográfica e das sondagens, conseguimos identificar diferentes componentes que sustentam sua função enquanto monturo, porém sem deixar de refletir e questionar o que significa monturo e lixo entre os Diola. O capítulo 9 trata das demais funções dos concheiros que identificamos, barreira, porto e caminhos, que acreditamos serem uma transformação dos concheiros monturos, uma nova etapa de suas vidas enquanto artefato. Estas diferentes funções demonstram como os concheiros possuem grande importância para as populações, sendo fundamentais no cotidiano, e permitindo uma visão de longa duração sobre o porquê de suas construções. Por fim, para concluir a tese, temos o capítulo 10, que trata especificamente dos concheiros da aldeia de Coladje, localidade que concentramos nossos esforços de pesquisa, dada a singularidade tanto na quantidade de concheiros como em suas dimensões. Aqui buscamos apresentar hipóteses que consigam explicar a construção dos concheiros monumentais do complexo Icuun, e como eles podem se relacionar com o turbulento momento histórico que acontecia regionalmente. Enquanto pesquisa pioneira na área, há muito mais dúvidas do que respostas para as nossas análises e interpretações, porém apontamos diferentes possibilidades e caminhos para aprofundamento.

Como chegamos na escolha do tema?

O início da pesquisa sobre a Guiné-Bissau se inicia em Angola, durante o período do mestrado. Ainda na Unicamp, o colega Manuel Bivar, que fazia doutorado em antropologia, já tinha me dito: “desista de Angola, lá é muito difícil. Vá estudar a Guiné-Bissau, lá ninguém vai colocar dificuldades para o seu trabalho.” Tendo estudado o Reino do Kongo desde o segundo ano da graduação, esta mudança brusca não parecia fazer sentido naquele momento, pois, afinal, o que tinha na Guiné-Bissau para estudar? (Pergunta ingênua, em um momento de descoberta da própria arqueologia no mestrado). Realmente, Manuel não estava incorreto, e o trabalho de campo Angola teve muitas dificuldades. Mesmo assim, tivemos muito sucesso na pesquisa, principalmente pela natureza dos nossos interlocutores – religiosos que buscavam explicar sua narrativa sobre a história Kongo.

Fui apresentado por Manuel à professora de agronomia da Universidade de Lisboa, Marina Temudo e ao professor de antropologia da Universidade de Oxford, Ramon Sarrò que iriam em breve para trabalho de campo em Mbanza Kongo,. Imediatamente conversamos muito sobre Angola, e além. Em um campo onde há tão poucos interessados em realizar “terreno”, houve uma imediata conexão. Neste momento, já comentando sobre as inúmeras dificuldades passadas em Angolas, eles, que trabalharam muitos anos na Guiné-Bissau, disseram que há inúmeras possibilidades de estudo e facilidade. Quando terminei meu mestrado, pensando no doutorado, fui procurar informações sobre o país. Por experiências de viagem anteriores ao Benim, Gana e Togo, tinha um carinho especial pela África Ocidental, e seu mosaico incrível de culturas. Aliado a isto, após repercussão positiva sobre o trabalho sobre Mbanza Kongo, decidi que iria propor algo semelhante para a Guiné-Bissau, analisar as diferentes narrativas sobre o mais importante lugar colonial do país, a cidade histórica de Cacheu. Nesta linha preparei o projeto de doutorado que ingressei na pós-graduação da UFMG.

Durante a escrita, fui surpreendido por uma apresentação da Prof. Marina Temudo, em que ela, ao comentar sobre a plantação do arroz, mostrava várias fotos, e consegui ver ao fundo enormes concheiros. Com um olhar já atento aos nossos sambaquis, perguntei o que era aquilo? Ela me disse que eram montes de conchas que as populações faziam atualmente, e que existia em grandes quantidades em todas as aldeias que ela trabalhava na zona Diola. Percebendo o enorme potencial

desta temática, rapidamente abandonei a pesquisa sobre Cacheu, e passei a me interessar sobre concheiros, mesmo sabendo dos inúmeros desafios que esta mudança traria, principalmente de uma perspectiva metodológica. Escolher os concheiros era necessariamente sair da minha zona de conforto, e de alguma forma, assumir de fato uma perspectiva arqueológica “clássica”.

A motivação maior era, e ainda é, o fato da total ausência de pesquisas arqueológicas no país, representando uma imensa oportunidade de iniciar um trabalho de longo prazo, em diferentes perspectivas, e com grandes possibilidades de impacto social para as populações da Guiné-Bissau. Descortina-se, e vamos buscar ao máximo isto, uma parceria de longo prazo entre países do sul global, que compartilham histórias e uma trajetória colonial imbricadas.

No entanto desafios não faltavam: Terei tempo de realizar um trabalho de campo adequado? Aprenderei Kriol o suficiente para conseguir conversar com as pessoas? Me concentro em uma aldeia e busco entender a dinâmica local, ou faço uma prospecção regional e menos intensa com vista a entendermos as diferenças e semelhanças? As pessoas iriam me aceitar e me apoiar na pesquisa? Terei apoio de alguma instituição do país? Como vou contratar pessoas não contar com recursos?

Ao ingressar na pós-graduação não tive bolsa de estudos do programa pois durante toda a trajetória do doutorado o fiz trabalhando em universidades. De 2018 a 2019, estive em Diamantina (MG) na UFVJM, na posição de técnico de laboratório. Entre 2020 e 2022 assumi o posto de Arqueólogo do Museu Amazônico, da UFAM, em Manaus (AM). Estar trabalhando 40 horas semanais em ambos os trabalhos restringiu muito o tempo para estudo e concentração, e no meu caso concreto, a possibilidade de um campo longo de observação participativa, que seria o ideal. Os dois campos que realizamos foram feitos nas minhas férias. Soma-se isto a questão da pandemia da COVID-19, que trouxe uma ruptura de todas as perspectivas de trabalho de campo, angustias e perdas familiares.

A região escolhida para os trabalhos se deu em um critério exclusivamente de apoio local. Em conversas, a professora Marina Temudo, com seus mais de 30 anos trabalhando na região, descreveu as aldeias, as possibilidades e os interlocutores que iriam nos apoiar na pesquisa, que ela já conhecia e trabalhava junto. Os concheiros, no entanto, não se restringem à zona Diola. Após chegar a Bissau, e em conversas com diversas pessoas das mais diferentes origens e etnias, todos disseram que na zona litorânea há muitos concheiros e que continuam sendo construídos. Destaque

principalmente para a ilha de Bubaque, no arquipélago dos Bijagós, que foi mencionado diversas vezes como tendo um dos maiores concheiros existentes. Eu mesmo, em viagem a Cacheu, em zona atualmente Mandjako, pude visitar diferentes concheiros existentes no entorno da cidade, e que as pessoas apontaram como antigos.

Desde a independência, há um clamor na Guiné-Bissau, e outros países africanos, por uma história que não seja pautada pela cronologia e fontes oriundas da presença europeia na região. Acreditamos que os concheiros Diola nos permitem adentrar nesta discussão com propriedade, pois são, e isto defendemos, verdadeiras síntese do *terroir* Diola, ou seja, a história do processo de domesticação da paisagem. É escutar as vozes humanas nas conchas. Com todas as dificuldades de se realizar uma pesquisa em zona sem referências anteriores, sem financiamento, pouco tempo de trabalho de campo e, não menos desafiador, uma pandemia, convidamos os leitores a compartilhar conosco a colher de pedreiro e o caderno de campo, nesta jornada pelo *terroir* Diola, e vivenciar como os concheiros podem ser tão singelos, mas ao mesmo tempo tão complexos. Afinal, a questão que a missionária brasileira fez sobre nossa presença e pesquisa (capítulo 10) não nos parece, tão equivocado: *Quem poderia imaginar que conchas, algo tão singelo do seu cotidiano, seriam tão importantes?* Espero que vocês, como ela, sintam-se convencidos da importância das conchas e dos concheiros para a história Diola, e que destas conchas possam se abrir novas perspectivas para a arqueologia e história da Guiné-Bissau.

Cap. 1 – Os concheiros no Terroir Diola

*Mas pra quê?
Pra que tanto céu?
Pra que tanto mar? Pra quê?
De que serve esta onda que quebra?
E o vento da tarde? De que serve a tarde?*

*Inútil paisagem
Pode ser que não venhas mais
Que não voltes nunca mais
De que servem as flores que nascem pelos caminhos?
Se meu caminho sozinho é nada*

*Composição:
Aloysio de Oliveira / Tom Jobim*

Cheia de mistérios, dilemas, contradições e emoções, a Bossa Nova foi uma ruptura na musicalidade brasileira de então. Novos arranjos, novas temáticas, novos tempos democráticos, uma tentativa de misturar o erudito com o popular, que conquistou não somente o Brasil como o mundo. Certamente, na “paisagem” da música brasileira, há um lugar definitivo para a Bossa Nova.

Esses versos de Tom Jobim e Oliveira nos introduzem à temática deste capítulo: a paisagem. Nas belas palavras dos poetas, podemos perceber que há uma complexidade na paisagem, a ponto de ela mesmo ser, inútil. Na experiência da letra, a paisagem é sentida em diversas facetas: o ver o céu, o ver/escutar o mar, sentir o vento, sentir o tempo passando, os caminhos bonitos que nos levam a outros lugares. Mas há uma inutilidade em todos esses sentimentos, pois falta algo. Falta a companhia, o amor, as pessoas. Assim, de forma bem sucinta, podemos entender o que será o mote de nosso capítulo: a paisagem Diola, composta de lugares, caminhos, e, principalmente, pessoas. Concordamos com Oliveira e Jobim: sem pessoas, paisagens são inúteis, ou melhor, nem existem, pois, paisagens são elas próprias uma construção humana.

Com uma origem e utilização polissêmica (Gosden & Head, 1994), muitas possibilidades de interpretação e adjetivação acontecem na paisagem. Neste prisma de perspectivas, consideramos como fundamental a relação entre as populações e o ambiente. Neste atese adotamos o conceito de *terroir* como fio do condutor da análise. Entendemos *terroir* como o resultado das ações de transformação de um território para uso das pessoas durante o tempo, domesticando-o e possibilitando que a vida social e cultural se desenvolva e se perpetue. É o *terroir* anfíbio (Linares, 1981), produto e produtor da estrutura social das populações Diola. A partir do nosso trabalho

de campo e da farta literatura disponível sobre a região acreditamos que o conceito de *terroir* seja a chave para entendermos essa relação dialética entre pessoas e lugares.

Zona de estudo:

O barco retomou sua lenta subida rio acima. A água estava pesada e amarela; de um lado da margem estendia-se uma planície coberta de juncos, refúgio de jacarés. Além, podíamos ver a borda escura do arbusto com mil perigos. Pássaros em voo pesado passavam em esquadrões acima dos juncos, roçando-os com suas asas; os marabus, depois de pescarem abundantemente nos lagos, atingiram alturas vertiginosas. Na margem direita, onde o navio agora se aproximava, o arbusto precipitava a avalanche de suas árvores, que se acotovelavam para chegar ao rio. O primeiro inclinou-se avidamente sobre a água turva; seus galhos e cipós se entrelaçaram em um caos desconcertante, um verdadeiro caldeirão de plantas. Esculpido pela água e golpeado por este golpe furioso, as palmeiras se deitam no rio, oferecendo seus troncos ásperos aos demais filhotes de jacaré; suas palmas, abandonadas na corrente, pareciam algas flutuantes. (...) Conforme o barco avançava, o estuário se alargava, o panorama se tornava mais impressionante. As grandes árvores afastaram-se do rio e apareceram margens lamacentas onde os manguezais formavam uma longa linha verde-escura de igualdade monótona; suas raízes brotaram da água, carregadas de cachos de ostras monstruosas que a maré cobriu e descobriu por sua vez.
Ousmane Sembene. *Ô pays, mon beau people*. (1975).

Neste célebre livro do escritor e diretor senegalês, Ousmane Sembene nos conta a trajetória de um antigo soldado senegalês retornando a sua terra natal – Casamança – após os traumas da segunda guerra mundial, junto com uma esposa branca. Tema semelhante da guerra é tratado no belíssimo filme *Emitai* (1971) que para além de toda a crítica ao colonialismo, complementa visualmente esta narrativa sobre a paisagem em que vivem os Diola. As ostras estão nesta narrativa, onipresentes na paisagem, sejam nos locais de reprodução – os manguezais – ou nos concheiros existentes em grande quantidade nas aldeias. Nossa zona de pesquisa compreende o noroeste da Guiné-Bissau (Fig. 1). Apesar de se falar sobre o rio Casamança, e, portanto, fora de nosso escopo de pesquisa de campo, é uma realidade ambiental e cultural muito próxima a que estudamos, no noroeste da Guiné-Bissau e podemos afirmar que há uma unidade ambiental e cultural entre os rios Cacheu e Casamança.

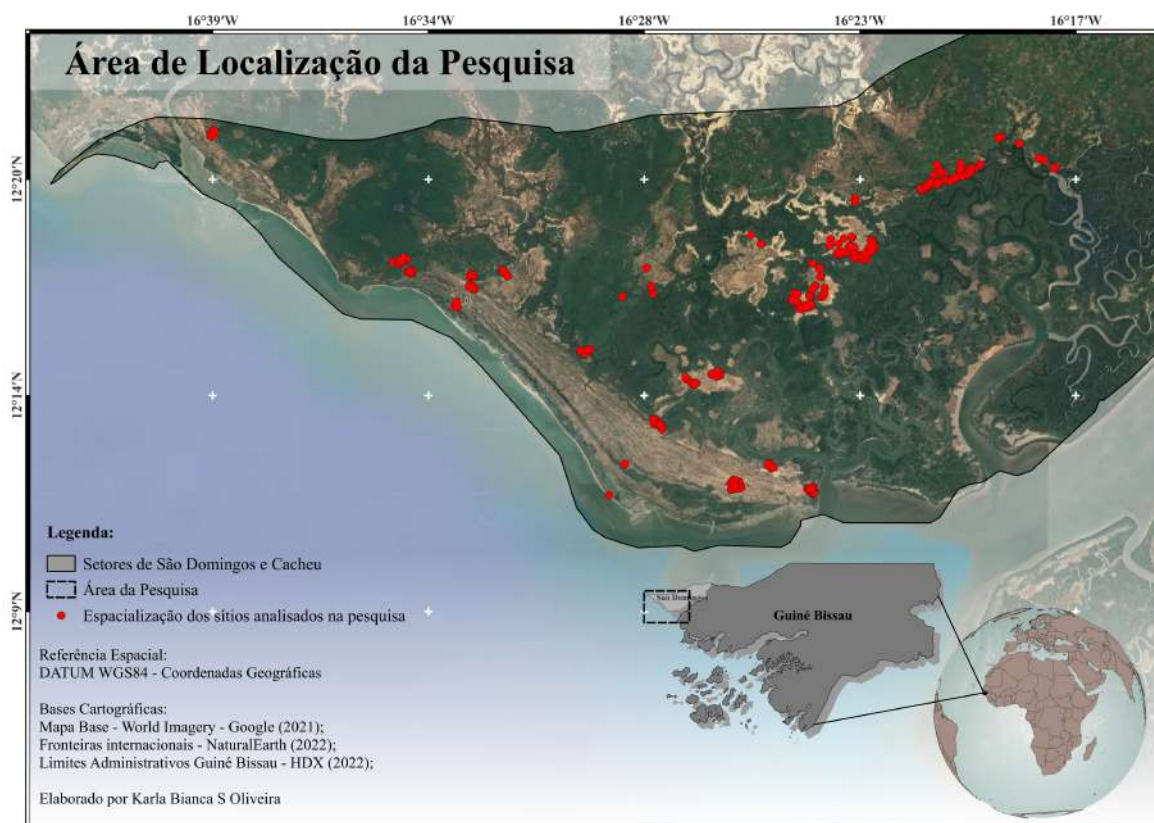


Fig. 1 - Zona de pesquisa. Mapa: Karla Bianca de Oliveira.

As populações Diola habitam a região há muitos séculos. Olga Linares (1971) sustentava, inclusive, que as primeiras ocupações que ocorreram na região, que datam de 2000 anos atrás, estão ligadas às primeiras migrações destes povos. Baum já descarta tamanha ancestralidade, registrando migrações durante os séculos XIII de ancestrais dos povos Diola, chamados de Flups, que se integrando provavelmente com populações Banhuns que lá viviam, originaram o que hoje se chamam de Diolas (cap. 2).

Atualmente as populações Diola da Guiné-Bissau estão divididas entre dois subgrupos, chamados Felupes e Baiotes (Fig. 2) que se assemelham muito culturalmente, sendo a principal diferença a linguística, mas que não impede a comunicação, pelo contrário, ambos consideram o outro parte da mesma etnia, Diola. Do lado senegalês há outros subgrupos, que totalizam, dependendo do critério de análise, 8 subgrupos Diola.

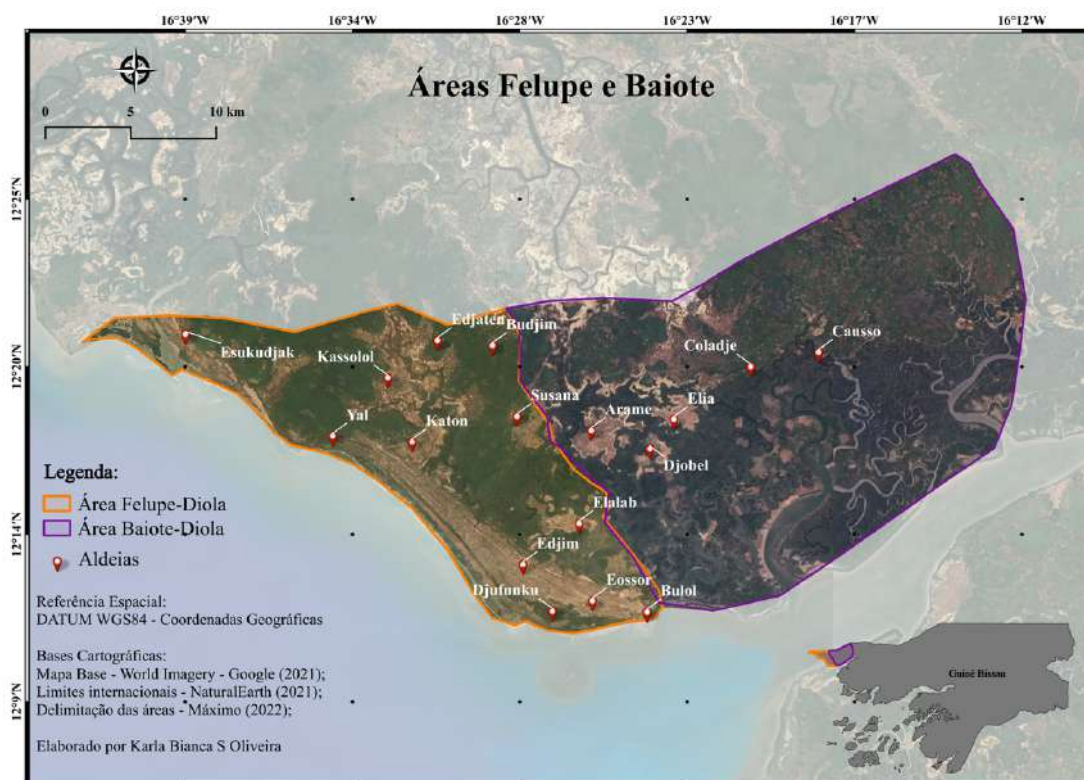


Fig. 2 - Mapa com delimitação da área Diola-Felupe e Diola-Baiote e as respectivas aldeias. Mapa: Karla Oliveira.

Dentro do contexto multiétnico da Guiné-Bissau, os grupos Diola são minoritários. Os primeiros registros no início do século XX apontam para um crescimento populacional, desde 12.972 (9.081 Felupes e 3.891 Baiotes) em 1928 (Corrêa, 1943, p. 361) para 28.886 (21.137 Felupes e 7.749 Baiotes) em 1991 (INEC, 1996). Atualmente, em um mosaico de mais de 27 etnias, os Diolas são a 8ª mais populosa, compreendendo, de acordo com o censo de 2009, 1,7% em proporção, um total de 26 mil pessoas, divididas entre 20 aldeias na região noroeste do país, junto à fronteira do Senegal². Neste país, eles também compõem uma parcela pequena da população, 4% do total do Senegal, porém compreendem muito mais pessoas, com estimativas de 680.000 habitantes.

A zona que ocupam, como visto na epígrafe, é composta principalmente de manguezais, e não é exagero afirmar que os povos Diola são populações do mangue. A região (Fig. 3) é uma imensa planície, parcialmente alagada pelas variações das marés (podendo chegar a 6 metros em alguns pontos), com a maioria do território abaixo dos 50 metros de altura. A baixa Casamança é tão plana que os Diola não possuem palavra para montanha (Linares, 1981, p. 560).

² Não vamos aqui discutir as divergências entre os números, dado que a identificação étnica é algo bastante variável.



Fig. 3 - Mapa da região de ocupação Diola entre os rios Casamansa e Cacheu. Fonte: Google Earth

O clima da região de nosso estudo é classificado como Saheliano do oeste africano, estando em região tropical e tendo duas estações bem definidas, uma chuvosa – de maio a outubro – e outra seca no restante do ano. As chuvas, como aponta Embaló (2008), devido as alterações climáticas atuais, estão muito irregulares, com o aumento da temperatura e secas mais frequentes.

A região é cortada pelos braços de mar, chamados de *bolons* ou *marigots*, que permeiam toda a região (Fig. 4). Eles são de água salobra, uma mistura das águas do oceano atlântico com os dos rios da região – Cacheu e Casamansa. Eles são formados por águas calmas e com profundidade variada a depender da zona.



Fig. 4 - Infinitude de canais e bolon cortando as aldeias de Arame, Elalab, Djobel e Elia. Google Earth

A região é muito arenosa, principalmente nas aldeias mais ao sul, o que dificulta o transitar. Mesmo uma motocicleta tem bastante dificuldade. Algumas aldeias são ilhas – Elalab, Elia e Djobel – que até pouco tempo, só podiam ser acessadas por barco. A localização das diferentes tabankas próximos aos bolons, permite que se acesse a todas por barco, o que reforça um papel crucial dos mesmos na mobilidade regional. Inclusive, é possível ir até o rio Casamansa desde o Cacheu e vice-versa, dado que há canais de ligação entre os dois rios. Sem dúvida era o meio de transporte prioritário para boa parte das tabankas (aldeia na língua Kriol da Guiné-Bissau), as unindo principalmente em cerimônias como nascimento, enterros, festas para os ancestrais, ritos de iniciação e etc. Se encontrando entre o bolon e a terra estão os manguezais, que se configuram como sistema ambiental muito rico, com muita biomassa, sendo muito produtivo e servindo como berçário natural para várias espécies de moluscos, crustáceos e peixes de interesse econômico (Junior et al., 2019).

Visando preservar área tão importante para o sustento de milhares de pessoas na região, o governo da Guiné-Bissau criou no ano 2000 o Parque Natural dos Tarrafes do Rio Cacheu, a maior área de proteção contínua dessa vegetação na África (Fig. 5). Estão presentes seis espécies de manguezal, sendo a *A. R. Racemosa* a dominante. O parque abrange boa parte do Tchon Diola-Baiote, sendo a fronteira do parque a oeste praticamente a mesma divisão entre este grupo e o Tchon Diola-Felupes.

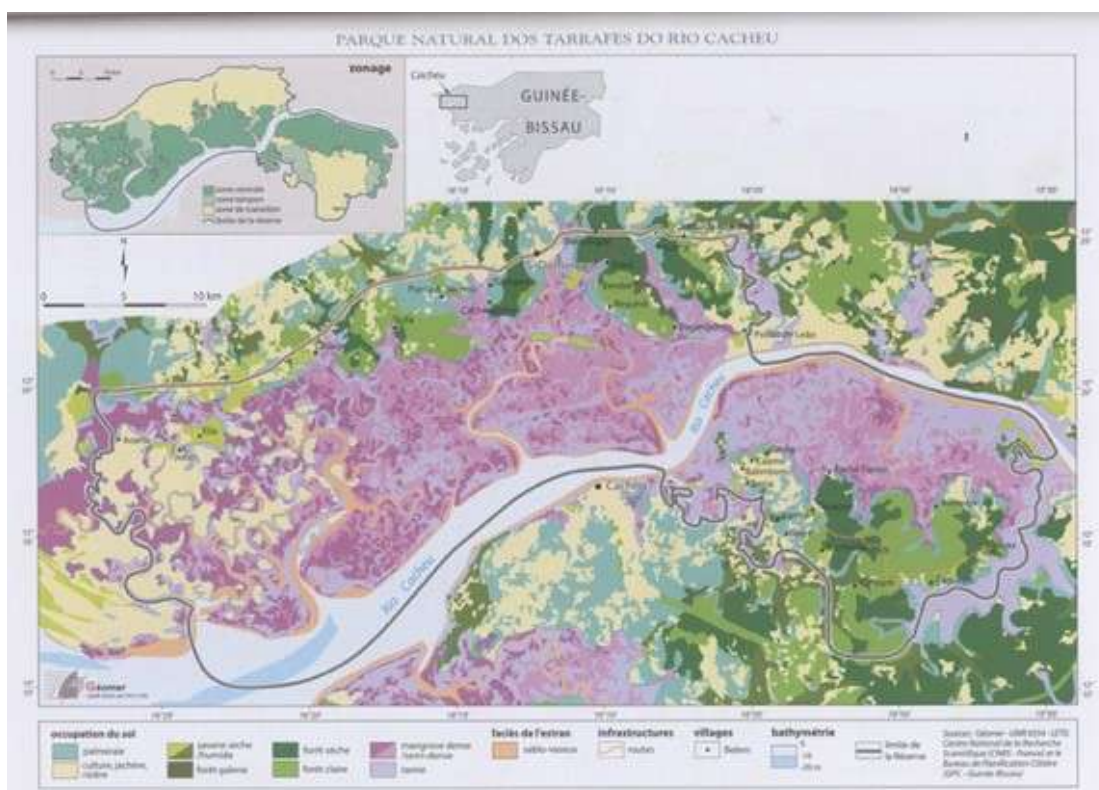


Fig. 5 - Mapa do Parque Nacional Tarrafes do Rio Cacheu

Pó di terra: Paisagem e o Terroir no tchon Diola da Guiné-Bissau

O que significa pó di terra? Por exemplo, é dar a força a quem é fundador, quem é e mais quem é, quem que sabe de todos, o que surge no terreno e também o que surge, em qualquer tabanka ou em qualquer local. É como se fosse uma árvore que é superior de todas as árvores que nascem próxima delas. [Isso é o] que pode ser essa que é pó di terra. Sim, é isso o significado de pó di terra. É o próprio fundador da origem da tabanka ou quem sabe a história da tabanka.

Eusébio Coli, morador de Coladje.

Em nossas andanças pela zona, uma brincadeira recorrente entre a equipe, é quem seria *pó di terra*. Nas brincadeiras, sempre nos diziam: “ainda falta, ainda falta muito para ser pó di terra”. No cotidiano o *pó di terra* é aquele que conhece a aldeia, a vida, as pessoas e a história, como bem disse Eusébio. A expressão *pó di terra* resume bem ao nosso ver, o que significa o *terroir* para essas populações, esse vínculo entre o ambiente e as pessoas, que só existem um pelo o outro. Para a arqueologia, o conceito de paisagem dialoga com essa vivência, sendo assim um instrumento importante para conseguirmos entender a complexidade das relações dos povos Diola com o ambiente. Acreditamos que muito antes das discussões arqueológicas, os estudos de Paul Péliesser e Gillers Sautter (1964) traziam questões pertinentes atualmente para a Arqueologia para o centro do debate do entendimento da relação do ser humano com o ambiente. O conceito de *terroir* foi cunhado por eles

em 1964 enquanto trabalhavam sobre projetos agrícolas nas então colônias francesas africanas para o escritório francês de pesquisa técnica e científica do ultramar (ORSTOM) (Bassett et al., 2007, p. 106), e a pesquisa tinha como objetivo: “(...) levar em consideração a dimensão social dos sistemas agrários locais, e pretendia fazer isso examinando os espaços de subsistência das comunidades rurais ou *terroirs*, com atenção especial à análise cartográfica dos vários temas de pesquisa (Couty, 1992)”.

Em um momento histórico de explosão demográfica e urbanização na África, as potências coloniais receavam revoltas por falta de alimento, e desta forma no final dos anos 1940 iniciaram os primeiros estudos que buscavam sistematizar a quantidade da produção agrícola nas colônias e como incrementar sua produção. Estes estudos, no entanto, tinham muitas deficiências, por falta de capacidade de coletar os dados corretamente, e por desconsiderar muitas variáveis regionais. O conceito de *terroir* surge deste debate, com o objetivo de redefinir a forma da análise ao incluir uma escala intermediária entre o nacional e a aldeia, criando uma abordagem que buscava entender a construção socioespacial da produção agrícola e as dinâmicas sociais envolvidas.

Focado em produção de mapas e em buscar práticas que pudessem guiar projetos de desenvolvimento agrícola, a abordagem de Pelisser e Sautter teve grande influência na geografia africana (francófona, pelo menos) (Cochet, 2012; Deloire et al., 2008; Gonin & Gautier, 2015; Prévost et al., 2014). Segundo Sautter e Pélissier, o conceito de *terroir*

(...) comumente significa a porção de território apropriada, desenvolvida e utilizada pelo grupo que ali reside e dela tira seus meios de existência. O termo é, naturalmente, apropriado apenas na medida em que o solo é usado para fins agrícolas. A marca disso na paisagem pode, além disso, ajudar muito a reconhecer os limites de uma terra, individualizando-a em relação à natureza desocupada ou em relação às células rurais vizinhas. Mas é sempre possível isolar para estudo um espaço que atenda a essa definição empírica? (...) Devemos então confiar em pistas tênues e empurrar o levantamento a nível histórico, agrícola ou fundiário para ter as bases objetivas de uma demarcação. Em muitos casos, enfim, nos deparamos com uma dificuldade de princípio: aberto, fragmentado, flutuante ou discordante do habitat, o espaço explorado não oferece mais as características associadas à própria ideia de *terroir*. Soluções alternativas devem então ser consideradas. (Sautter & Pélissier, 1964, p. 57).

Assim, por esta definição, o termo é relacionado diretamente com a prática agrícola, centro de suas pesquisas e inquietações intelectuais. Definir o *terroir*, é definir um espaço de uso (subsistência) da comunidade. Porém, Sautter e Pelisser entendem que a definição funcionalista não dá conta disto, pois determinar o uso do

espaço, é adentrar em um emaranhado de práticas sociais complexas que vão além do uso em si, e que necessita de uma abordagem histórica e cultural. Assim, o conceito de *terroir* incorpora outras dimensões que discutem diretamente com as preocupações da arqueologia e do nosso trabalho, como a história, manejo e exploração do ambiente, habitação, caminhos e etc.

Para identificar o *terroir*, Sautter e Pelisser defenderam que fosse feita uma análise do espaço a partir dos diferentes usos, que, para eles, poderiam ser expressos através de representações gráficas que apresenta a paisagem Diola. As características essenciais, os autores definiram como “planos”, e que nós entendemos como componentes ou estruturas do *terroir*. O primeiro plano a ser considerado é o natural, que os mesmos entendem como sendo “a tela onde se enquadra as ações”³, e compreende o relevo, posição dos cursos de água permanentes e temporários, tipos de solo, afloramentos rochosos e a vegetação espontânea.

O segundo plano consiste dos chamados elementos permanentes, que são divididos entre os construídos e selecionados. Os construídos são as habitações das pessoas e suas edificações complementares tais como caminhos, terraços, poços, canais de água, marcadores do solo e etc. Já os selecionados, ou o termo mais usado na arqueologia, o manejo, consiste na seleção e intervenção da flora, selecionando espécies de maior interesse para as populações, eliminando vegetação em outras e criando reservas de exploração. Sautter e Pelisser, de forma bastante interessante, apontam para esta relação fundante entre as pessoas e a vegetação enquanto ato de domesticação da paisagem (Sautter & Pélissier, 1964, p. 66).

O terceiro plano é o do uso do solo para as prática agropastoril, ou seja, as plantações e criações de animais e como elas são realizadas e alteram o ambiente. Os autores reforçam a necessidade de entendermos as diferentes dinâmicas que envolvem as práticas agropastoris e como elas afetam e alteram de forma diferente o *terroir*.

Por fim, o quarto plano é o entender como as pessoas usam a terra enquanto organizador da vida social. Como o trabalho, de fato, é organizado e regido para com a terra, e como este define muitos aspectos sociais, como propriedade, relações entre indivíduos, famílias e a própria comunidade.

³ *le canevas naturel où s'insere l'exploitation*

Estes planos, ou como preferimos, estruturas, constituem o *terroir*. Sautter e Pelisser, ressaltavam, que para entender estas estruturas do *terroir*, é necessário aplicar diferentes metodologias. Escrevendo em uma época anterior a dos satélites e GPS, eles apontavam a importância para fotografias aéreas e a correta correlação entre as características visíveis e os mapas. Além destas, são necessários estudos etnográficos e históricos, com a finalidade de entender o que eles chamaram de “elementos completos da vida agrícola”. Ressaltaram, especialmente, a importância de considerar os diferentes vínculos jurídicos e religiosos existentes nas relações entre as pessoas e o espaço geográfico, e as diferentes dinâmicas que influenciam na transformação do ambiente. Com todos estes dados coletados e analisados, é importante dialogar e comparar com os outros *terroir* regionais, a fim de observar singularidades e diferenças, considerando densidade populacional, situação geográfica, e o pertencer a uma “civilização”. Este último ponto é particularmente interessante, pois traz justamente a cultura do grupo como elemento central para entender o *terroir* (Sautter & Pélissier, 1964, p. 68).

Após a publicação deste artigo iniciou-se uma grande quantidade de projetos e estudos na África a partir da perspectiva do *terroir* (Bassett et al., 2007; Pélissier & Sautter (1970). Com o passar do tempo, o significado original foi sendo alterado, passando a significar um programa de desenvolvimento agrícola nos anos 1980 e mais recentemente, uma ferramenta de conservação, estruturação territorial e privatização. Nesta tese, no entanto, nos atemos a sua formulação original, como apresentada acima. Para Bassett et Al (2007; p. 123), o maior legado da abordagem é “(...) a conceituação de um *terroir* como um patrimônio socionatural que liga uma comunidade local e sua identidade a um lugar.”

Para a zona de nosso estudo, para além de obra do próprio Pelisser (1966), temos o vasto trabalho de Marie Cormier-Salem. Desde o final dos anos 1980, a autora buscou entender a região da Casamança através do *terroir* em diversos artigos publicados (Cormier-Salem, 2000, 2013, 2018, 1987a, 1987b, 1990, 1992, 1995b, 1995a, 1995c, 1999b; Cormier-Salem & Mbaye, 2018; Cormier-Salem, 1989; Cormier Salem, 1986). Sua pesquisa parte da análise do *terroir* Diola de Pelisser (1966), buscando aprofundar as diferentes estruturas do *terroir*, principalmente as dinâmicas envolvidas com as atividades aquáticas, como a coleta de moluscos e a pesca e suas imbricações socioculturais, temática secundária na obra de Pelisser.

A temática que perpassa toda a sua obra, assim, é a relação/construção pelas populações Diola da Casamança do *terroir*, em especial sua relação com o mar. Em seus trabalhos, a autora busca expandir, alargar e aprofundar o conceito de *terroir*, ampliando de sua noção original ligada à agricultura e ao solo, para dar maior ênfase aos aspectos históricos, sociais e políticos, e a interação com o mar:

Essa noção [*terroir*], originalmente utilizada para designar as porções de território das quais as comunidades rurais dependem para sua subsistência, nos pareceu relevante na qualificação de áreas controladas por camponeses-pescadores e que distinguíamos das viagens de pescadores (Cormier-Salem 1995^a). (...) a noção de espaço geográfico designa, dialeticamente, um meio físico (substrato, baixio, etc.), um produto histórico e social (paisagem, socioecossistema, etc.) e uma aposta nas relações sociais (competição, alocação, etc.). O *terroir* é uma construção mais simbólica e política do espaço, um referente identitário e patrimonial (Cormier-Salem & Mbaye, 2018, p. 3).

Ao trazer a categoria de camponês-pescador para o debate, fica evidente que há uma complementaridade na hora da aquisição de alimento de diversas formas, o que ela chama de agro-pastor-haliêutico (Cormier-Salem, 1995c). Esses camponeses-pescadores vivem entre a terra e o mar (e na sua intersecção), são herdeiros de terras ancestrais, dominam completamente a dinâmica das marés e zonas de terra firme, preferindo habitar nas chamadas zonas anfíbias ou ilhas, e assim exploram intensamente as águas interiores e de fácil acesso, não se aventurando em mar aberto. Diferente do continente, o mar, e mesmo o estuário, é volátil em sua essência, porém não deixam de ser materiais. Cormier-Salem afirma que assim como existe um sistema agrícola, tão bem estudado por Pelisser, existe um sistema haliêutico, que estrutura o *terroir*, incorporado na vida da comunidade.

O sistema pesqueiro ou haliêutico é constituído por elementos “intimamente dependentes uns dos outros, ligados por redes complexas de fluxos que determinam o seu estado de equilíbrio ou desequilíbrio” (3.-P. Corlay, 1979). Os constituintes são biológicos (biomassa, recursos explorados), técnicos (meios de produção no mar e processamento em terra), econômicos (estruturas financeiras das companhias marítimas, vocação e destino das capturas, parceiros comerciais), sociais (produtores e consumidores envolvidos), culturais (práticas alimentares e religiosas, percepção do meio ambiente, etc.) e políticas (regulamentos, ajuda). (Cormier-Salem, 1995b, p. 47).

Para melhor entender o *terroir* Diola, a autora o divide em diversos segmentos o que ela chama de *terroir haliéutique*, *terroir agricole* e *terroir pastoral*, sendo que todos eles se encontram unidos em uma dinâmica maior, o que ela chama de *terroir maritime* ou *terroir aquatique*, que incorpora os demais. Durante o percurso intelectual da autora, há pequenas divergências entre as definições de cada conceito. Adotamos

aqui a apresentada em seu estudo mais recente de 2018. O *terroir maritime* seria então composto da soma destes *terroirs*:

Em socioecossistemas semi-fechados (lagoas, estuários, manguezais) ou ilhas (recifes de coral, arquipélagos e ilhas), as comunidades construíram “*terroirs maritime*”, projetados, administrados, controlados coletivamente, como uma extensão de *terroirs* agro-silvipastoris, segundo as mesmas instituições. (...) *Terroir Maritime* incluem locais de exploração – arrozais, pastagens, cardumes para coleta, pesca, etc. – mas também vias de comunicação (canais de maré ou bolons), locais sagrados, reservas de terra. Assim, o *terroir maritime*, embora delimitado, não é fixo, mas participa da dinâmica dos socioecossistemas (Cormier-Salem, 2018, p. 4).

Diferente da proposta original, que observava prioritariamente o agrícola, ou o continente, Cormier-Salem parte do encontro do mar com o continente para entender a estrutura. É, sem dúvida um refinamento da proposta original, baseado em grande trabalho de campo executado por décadas pela autora.

Estes *terroirs maritimes/aquatiques* são líquidos e mutáveis, com fronteiras porosas e fluidas, que se alteram conforme as dinâmicas sociais. Isso não significa que não existe um domínio sobre ele, pois é controlado pelas diferentes aldeias para seu uso prioritário (Cormier-Salem, 1986; p. 214). Ainda mantendo uma perspectiva ligada ao conceito original, ela entende que o *terroir* é composto de diferentes lugares que são definidos/criados pela ação humana a partir da ação de explorar/conhecer o ambiente, ou seja, domesticar a paisagem. Esta ação não consiste em uma relação passiva, mas dinâmica, em que o ato de explorar altera também a existência (cultura) humana, criando o *terroir* – no caso, o *terroir maritime/aquatiques*, ou como chama Olga Linares (1981), uma paisagem anfíbia.

Acreditamos que a abordagem de Cormier-Salem dá um imenso impulso ao conceito de *terroir*, e pelo nosso trabalho de campo na Guiné-Bissau entre as populações Diola Felupe e Baiote, corroboramos com suas descrições. O conceito de *terroir* é assim poderoso para explicar a dinâmica socioambiental, pois parte das atividades humanas de alteração/reação do meio ambiente para a suas análises, e coincide com o que acreditamos que seja uma paisagem em termos arqueológicos. Entendemos, então, que a paisagem Diola é a domesticação do ambiente, o *terroir*, incluindo aí as dinâmicas sociais envolvidas no processo, lugares significativos e os caminhos e redes que os conectam entre si, na construção da paisagem, assim como na ligação com outros *terroir* do entorno.

Seguindo uma das propostas de Sautter e Pelisser, Cormier-Salem procura criar diferentes mapas e planos para apresentar o *terroir maritime*. Trazemos aqui uma

ilustração chave, onde ela apresenta os diferentes *terroirs* e os seus percursos do cotidiano de exploração, indo do oceano, passando pelo bolon (braço de mar) até chegar na zona de habitação (Fig. 6). Veremos que todos estes lugares não estão isolados, mas existem em relação ao todo, compondo a rede/teia da vida Diola e ao mesmo tempo a própria paisagem (que assim, seria uma junção de diferentes *terroirs*). Trazemos também a imagem de Yal/Varela que corresponde ao esquema proposto (Fig. 7).

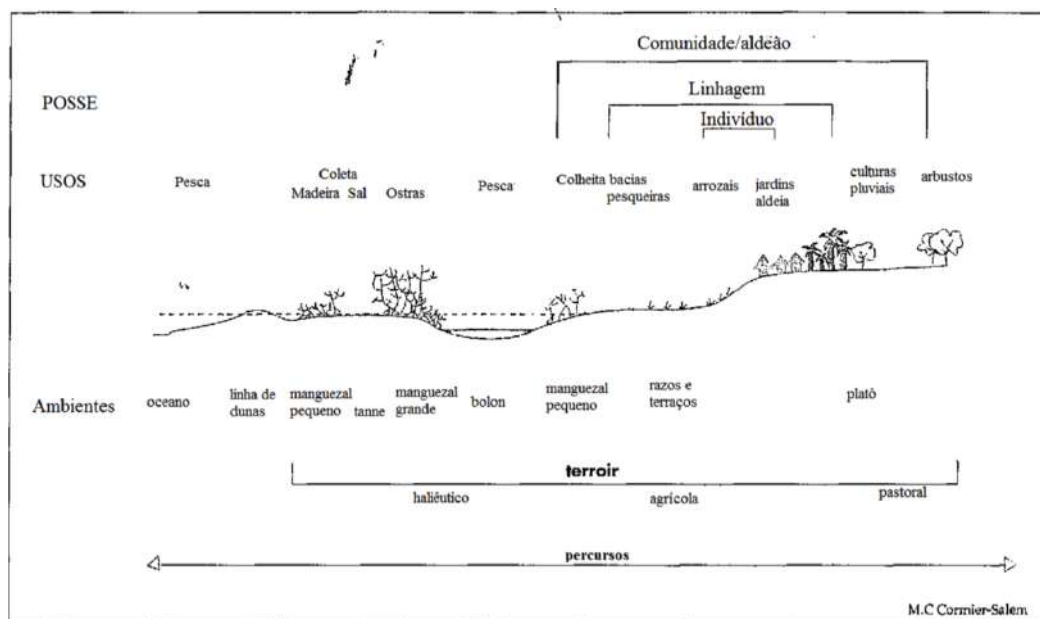


Fig. 6 – Cortes esquemáticos dos lugares/terroir componentes da paisagem Diola (Cormier-Salem, 1992; p. 210).



Fig. 7 – Tabanka de Yal/Varela na Guiné-Bissau corresponde a esquema semelhante ao observado pela autora. Google Earth

A análise do percurso haliêutico requer uma perspectiva diferente, pois diferente das estruturas (planos) apresentados por Sautter e Pelisser para o continente, a natureza fluída do ambiente aquático dificulta sua delimitação e demarcação e identificação. Devemos considerar, segundo Cormier-Salem (1995; p. 47) tantos os elementos materiais que “(...) aparecem nas paisagens (canoas, ostras, viveiros de peixes, artes de pesca fixas, materializadas na superfície da água por bujões, estacas, paliçadas, instalações de pescadores em acampamentos ou portos de pesca, mercados de distribuição de peixe)” como outros que estão submersos ou não são “(...) perceptíveis, mas mesmo assim estruturam o espaço.” Estruturam aqui, nos sentido das dinâmicas de manejo, uso e simbolismo.

Enquanto sociedades profundamente ligadas ao seu ambiente, não há divisão entre natureza e cultura, já que os tabus são, a base da gestão dos recursos naturais (Diatta et al 2020; p. 10). Quebrá-los é questionar a ordem vigente, e pode gerar sanções ao infrator, como doenças ou morte. Estes recursos são, de acordo com os autores, a forma como mantém a “(...) a estabilidade do ambiente natural e a manutenção da ordem estabelecida pela comunidade.”

É isso o que Pelisser (1966; pp. 707-708) chama de religião do *terroir* Diola, em que a “cultura” e o “ambiente” estão interligados:

Finalmente, essa religião do *terroir* tem objetivos essencialmente utilitários no próprio quadro das preocupações camponesas; os sacrifícios de animais, de arroz, de vinho de palma, concedidos ao boekin [kriol: baloba. Lugar sagrado] nem sempre são reparações por faltas cometidas. Estas são, na maioria das vezes, oferendas destinadas a obter da divindade satisfações muito específicas e, em particular, proteção contra as pragas que ameaçam os homens, os arrozais e o rebanho. Pedir chuva para os arrozais, por exemplo, implica a dispendiosa intervenção dos fetichistas mais poderosos, sobretudo reis, e sacrifícios particularmente meritórios (...). Tais demandas das forças misteriosas que decidem sobre a segurança, a fertilidade, a sobrevivência do grupo, explicam o clima de medo que envolve tudo relacionado à vida religiosa e o consentimento fatalista com que o camponês participa dessa vida. Ao fazer voluntariamente sua parte aos poderes da natureza e aos do além que os dirigem, o Diola se protege contra a raiva deles, se coloca em condições de se beneficiar de seus favores ou, pelo menos, limita os riscos que deles pairam sobre seus família e seus bens. Ele pode então buscar no trabalho diário, na vida familiar, nas festas da aldeia, na conquista da riqueza material, as fontes de uma vida equilibrada e, assim, aproveitar, em harmonia com o ambiente natural e em respeito às forças sobrenaturais poderes que animam as florestas, as águas e o céu, a uma autêntica sabedoria. A religião Diola é, portanto, um poderoso cimento social e um elo precioso entre o homem e o meio ambiente (I).

Diversos trabalhos buscam entender e estudar a religião Diola e suas relações com o cotidiano e o *terroir* (Baum, 1999b; Linares, 1992; Thomas, 1959), e apontam para a importância da água para a estrutura deste *terroir*. Recentemente, Lamine Sané et Al

(2021) se dedicaram especificamente a apresentar essa relação fundamental entre os Diolas-Felupe⁴ (Ajamaat, termo êmico): o sagrado e as águas. Para além da questão econômica e social, que apontam Pelisser e Cormier-Salem, as paisagens anfíbias da Baixa Casamança são também particularizadas pela sacralidade que as envolve. Segundo os Lamine Sané et Al (2021; p. 20), “(...) nas representações coletivas raramente resta um ponto de água natural sem constituir um local de residência dos poderes sobrenaturais que povoam o universo religioso ajamaat. Os espíritos dos ancestrais, os seres totêmicos e diversos espíritos que povoam o mundo invisível têm como habitat privilegiado o meio aquático.” Assim, a religião do *terroir* de Pelisser deve compreender também o mundo aquático.

Lamine Sané et Al (2021), Diatta et Al (2020), Cormier-Salem (1987) e Temudo e Cabral (2017), avançam, e colocam questões muito interessantes sobre a relação da preservação e manejo do ambiente com a religião. Estas autoras demonstram como a religião tradicional é uma aliada na manutenção dos estoques de peixe e moluscos, além de atuar nas áreas de manguezal. Para o caso específico da coleta das ostras, há um tabu sobre o período de coleta, que proíbe a coleta no período das chuvas, pois caso isso aconteça, arruinará a plantação de arroz. Em conversas em Djobel em 2022, também nos foi dito que é necessária uma autorização expressa da *baloba* para a coleta. Com relação aos manguezais, em estudo histórico sobre a distribuição da cobertura vegetal Temudo e Cabral (2017), Diatta et Al (2020) mostram como aumento da população na zona Diola da Guiné-Bissau não gerou um maior desmatamento. Pelo contrário, houve uma ampliação da cobertura do manguezal, o que as autoras identificam como um manejo consciente pelas populações, e que Diatra et al. Identificam como uma forma consciente, através da imposição de diversos tabus sociais.

Para Lamine Sané et Al (2021), a proteção e gestão deste *terroir aquatique*, ou paisagem anfíbia através da sacralidade é constituinte da sociedade Diola. Há vedações explícitas e sanções malignas para aqueles que profanam os lugares. Para eles, existe uma esforço consciente em manter a harmonia da paisagem, e isto

⁴ Há uma profusão de variantes para designar Diola (Jola, Joola, Jôola, Djola etc), Felupe (Flup, Flupe, Felup), Baiote (Bayot, Bayott, Baiot). Como não há padronização destes termos em língua portuguesa, decidimos manter os termos usados desde o período colonial, e que seguem em uso pelo estado da Guiné-Bissau. Em trabalho de campo, questionamos as pessoas como gostariam de ser chamados, e os que conversaram responderam que Diola, Baiote e Felupe estão corretos. O termo êmico Ajamaat, usado por parte da bibliografia para designar os Felupes está correto, e é o termo êmico. Pelo seu pouco uso entre os pesquisadores lusófonos, e pela tradição do termo e o seu não incômodo, mantivemos o termo Felupe, por acreditar ser o mais propício neste momento.

significa respeitar e perpetuar práticas que nós, não-Diolas, podemos observar como conservacionistas e proteção da biodiversidade. É respeitar o mundo das diferentes divindades e espíritos, que habitam os rios, bolons e lagoas.

É por isso que a relação entre o ajamaat e o ambiente aquático é imbuída de atenção. Este ambiente, que aparece como um “segundo mundo” do qual depende a vida dos membros da comunidade, deve ser protegido para a segurança e o bem-estar comum. É certo que os *siwuum* aquáticos, principalmente os de crianças e incapazes de se proteger, costumam residir no fundo do remanso ou do rio (Diédhiou, 2011), mas, acontece que alguns se afastam destes fundos marinhos e ficam à mercê das redes de pesca. Eles também podem se assustar com o barulho do motor ou se encontrar em um local onde são colhidas ostras. Assim, pescando nesses locais ou catando ostras ali, os totens podem ser capturados, feridos acidentalmente (Diatte et al. 2017). Daí a proibição das atividades de pesca e coleta de ostras em certos bolongs na Baixa Casamança (Fall et al., 2011). (Lamine Sané et Al, 2021; p. 44).

Tendo povoado desde tempos imemoriais esta região, criando e moldando seu *terroir* no espaço, os Diola estruturaram uma relação de harmonia, domesticação, entre o ambiente e os seres do outro mundo, e também, conseqüentemente, uma relação que permite a própria continuação de seu modo de vida e assim, o *terroir*. É uma relação de criação e ser criado, em que ambos se sustentam, e no limite se tornam uma coisa só.

Até o momento conceito de *terroir* não possui muita ressonância na arqueologia. Usar o conceito de *terroir* como fio condutor da análise não nos impede de observarmos diversas semelhanças e aproximações, especialmente nos trabalhos que tratam especificamente sobre concheiros e ou sambaquis. Das muitas possibilidades de diálogo conceitual, citamos os conceitos de aquatário, paisagem cultural marítima e *seascape* como tendo um diálogo, inclusive epistemológico.

Referente às pesquisas de sambaquis no Brasil, temos o conceito de aquatário, que foi colocado por Kneip et Al (2018) buscando explicar a integração existente entre os sambaquis do sul de Santa Catarina e os assentamentos junto a laguna, eixo central da vida das pessoas. O que sabemos sobre os sambaquieiros permitem, segundo eles, identificar

(..) um padrão de integração social envolvendo a partilha do território, muito especialmente dos recursos aquáticos, essenciais ao modo de vida sambaquieiro. Tal padrão reforça a noção de intensificação econômica com base na lagoa (e além) e a presença de estratégias integradas de gestão e manejo do ambiente lagunar socialmente compartilhado, um território (na

verdade, um “aquatório”) manejado conjuntamente pelas comunidades concomitantes no entorno da laguna (Kneip et al., 2018, p. 47).

Este conceito converge com o que observamos da perspectiva do *terroir*. Os autores, no entanto, não o desenvolvem, o que nos limita aprofundar na discussão.

De forma mais ampla, temos os conceitos de *seascape* e paisagem cultural marítima. Ambos são próximos, tratando basicamente da relação entre as populações com o mar. *Seascape* tem um uso mais generalizado entre as diferentes ciências, incluindo geografia, biologia, gestão e etc, enquanto o segundo tem uma perspectiva mais atrelada aos trabalhos de arqueologia oriundos da proposta de Westerdahl (1992, p. 5), “A paisagem cultural marítima significa a utilização humana (economia) do espaço marítimo por barco: povoamento, pesca, caça, navegação e suas subculturas associadas, como a pilotagem, o farol e a manutenção do mar.”

De acordo com McKinnon et Al (2014, p. 61), ambos conceitos convergem ao representar tanto o meio físico como o cognitivo, porém, o *seascape* não “(...) pressupõe uma “cultura marítima”, nem exige limites geográficos ou temporais separados e distintos de espaços não relacionados ao mar, nem leva em conta uma fronteira prescrita entre terra e mar.” Considerando o envolvimento parcial das populações Diola com o mar, não podemos considerar que eles possuem uma verdadeira cultura marítima, pois estão, sim, focados principalmente na produção de arroz, sendo o mar, ou mais especificamente o bolon/manguezal parte do *terroir*, e não o seu componente principal, como seria o caso de populações ou comunidades essencialmente marítimas, tais como pescadores-coletores intensivos, como as do delta do Saloum, citadas por Hardy et Al (2016), para ficarmos em um exemplo regional. Os concheiros, na perspectiva do *seascape* seriam um elemento de análise, materialidade desta interconexão entre a terra e o mar. Segundo Klokler (2018, p. 101), no caso dos povos sambaquieiros, o uso dos moluscos enquanto elemento construtivo reflete esse mundo simbólico do mar, uma forma de “(...) modificar a paisagem em *seascape*. De fato, eles trazem o mundo aquático na terra. (...) Montes de conchas podem ser entendidos enquanto reproduzindo o mundo aquático, um lugar onde estes indivíduos se sentiriam confortáveis e seguros.”

Tratando especificamente das costas enquanto ambientes de manejo e obtenção e alimentos, Roe (2018, p. 142) resgata uma importante fala de Salmon, que este afirma que “(...) comer não é somente um ato político, mas também um ato cultural”, e desta forma, enquanto artefatos produzidos a partir da alimentação, os

concheiros Diola são repositórios chaves para entendermos a cultura e a domesticação da paisagem (*terroir*), manifestos nos diferentes componentes dos concheiros, como veremos nos capítulos 8, 9 e 10. Segundo Roe, olhar os concheiros enquanto produtos da alimentação nos permite entendermos melhor as dinâmicas entre pessoas o ambiente, seu apego ao lugar, identidade, tradições, que no limite definem as próprias pessoas. É nesse sentido que ela define *seascape* como “(...) as oportunidades ou possibilidades do ambiente marinho como uma “paisagem” cultural onde os alimentos são cultivados e coletados, e significados e associações culturais se desenvolveram.” (Roe, 2018, p. 142)

Estes conceitos, por serem usados por arqueólogos, possuem uma evidente perspectiva histórica, e além, de longa duração, para se entender as mudanças e transformações no ambiente e sociedades que eles analisam. É justamente esta perspectiva que queremos ressaltar em nosso trabalho. Apesar de apontando como parte fundamental da análise de *terroir*, tanto por Sautter e Pelisser, como por Marie Cormier-Salem, a perspectiva histórica sempre teve um papel secundário nas análises e na aplicação do conceito, justamente pelas limitações dos geógrafos em conseguirem atuar nesta seara. Nosso trabalho, busca, desta forma, dar profundidade cronológica ao *terroir*, ao tentar entender como as práticas que hoje observamos ocorriam no passado através dos concheiros, e como isto significa permanências ou transformações na domesticação da paisagem. Neste sentido, nosso trabalho colabora pra entender o que Marie Cormier-Salem (1987b, p. 13) entendeu como prática de longa duração:

Em outra hipótese, a colheita de ostras é uma prática de longa duração, a das civilizações. Eles têm um lugar no sistema operacional diola, certamente variável de acordo com as condições do ambiente, mas permanente. Base da dieta nos anos de seca, as ostras são um complemento muito valorizado ao arroz – em períodos de boa pluviosidade. Esta segunda hipótese histórica nos parece mais bem fundamentada em relação aos testemunhos atuais e passados. Entre documentos do passado, relatos de viajantes e marinheiros do século XV descrevem os habitantes da época, Arriates e Feloupes “em grupos ou em numerosas companhias instaladas nas praias ou nos remansos, comendo peixe ou ostras” (A. Alvarès d’ALMADA, 1594 citado em L.V. THOMAS, 1959 310). Para além do consumo de ostras, aqui são descritas as campanhas de pesca e apanha de ostras que levaram os aldeões em grupos a afastarem-se da sua aldeia. As ostras não são apenas colhidas, mas também cultivadas em parques. A ostreicultura é uma prática tradicional, como atesta esta descrição do início do século [XX] “Os Djougoutes e os Carones praticam o cultivo de ostras; eles pegam ostras nos manguezais e as trancam em parques à beira dos remansos quando são grandes o suficiente, tiram-nos da balança, fumam-nos e vendem-nos em Carabane ou no rio” (LASNET Dr, 1900: 171).

O conceito de *terroir*, com a nossa contribuição para a sua historicidade, se apresenta como importante ferramenta teórica para entendermos a realidade dos concheiros Diola. Para se entender o *terroir*, devemos entender o espaço/território como um todo, ou seja, todas as atividades humanas que alteram o território. Estas são eminentemente culturais, e se configuram em uma ação clara de domesticação da paisagem. Sautter e Pelisser possuem como foco a agricultura, o que faz todo sentido, pois os Diola são uma sociedade profundamente agrícola, em que o ciclo agrícola comanda a temporalidade da vida em todas as esferas. Marie Cormier-Salem amplia, incorporando as práticas marítimas, afirmando que estas são também fundantes do *terroir*, no caso, o *terroir maritime*. Os concheiros, neste perspectiva, são construções importantes na significação do território, e se encontram no centro desta dinâmica do *terroir*, sendo lugares privilegiados para entendermos os diferentes percursos, mas não só, pois nos permite que os entendamos como artefatos eles próprios domesticadores da paisagem, como veremos no capítulo 9.

Entendemos que a prática de coleta de moluscos e a pesca estão diretamente relacionadas com a agricultura pois são complementares; a atividade é feita em uma época justamente com menor demanda de trabalho no arroz. As duas tarefas possuem um percurso imbricado de atividades secundárias, que vão alterando a paisagem, a domesticando, para melhor proporcionar o manejo ambiental para as pessoas. As ostras são alvo de manejo tradicional, que busca equalizar a demanda pela alimentação e a sua reprodução, sendo uma forma de coexistência e manejo tradicional. Os manguezais, que abrigam as ostras, também são eles alvo de manejo, para além das ostras, para mais usos, e principalmente, para o arroz da bolanha salgada. Observando o todo, é importante entender que a agricultura é uma parte da vida das pessoas, sendo que as relações de consumo alimentar vão além, o que se pode melhor entende-los como “pescador, coletor e agricultor”

Os concheiros, defendemos nesta tese, são a síntese destes percursos do *terroir*, pois em sua composição há os elementos materiais de quase todos os percursos e atividades sociais, como veremos no capítulo 8. Assim, os concheiros são alterações na paisagem que possuem diferentes funções identificáveis, o que os tornam importantes pontos de referência sobre a presença humana, e na paisagem, enquanto possível “recurso” para diferentes fins. Ou seja, os diferentes *terroirs* que compõem o *terroir aquatique*, possuem diferentes usos pelas populações, que estão todos interligados, e que compõe o todo, que no limite, é o *terroir* Diola, entendido aqui

enquanto uma soma entre o homem e o território, em que ambos são somente um. O próprio nome “Felupe” carrega em si o *terroir* em suas duas versões, “pessoas do pântano” (Bühnen, 1992, p. 73) ou “casa” (Mark, 1985, p. 7), refletindo com precisão essa ligação profunda com o ambiente. Talvez, somente talvez, de tantos erros coloniais que foram feitos no passado com relação à nomeação de povos, os portugueses tenham escolhido um que de fato represente as populações da região.

Desta forma, em toda esta tese, quando usarmos o conceito de *terroir*, estamos nos referindo especialmente a este *terroir aquatique*, que incorpora todo o território de vivência das populações, ou seja, suas dimensões marítimas, mangue, agrícolas, pastoris e florestal, sendo o mesmo que paisagem anfíbia. O *terroir* é a domesticação da paisagem, criando ao mesmo tempo o ambiente e a cultura e identidade Diola.

Cap. 2 – História de ocupação do território e o *terroir* Diola

Se os dados arqueológicos sobre a região da baixa Casamança são ainda poucos e concentrados nas pesquisas dos concheiros e cerâmicas, como veremos, existe uma enorme riqueza de trabalhos historiográficos sobre a região. Antropólogos, linguistas e historiadores se debruçaram na tradição oral, relatos de viajantes e nos documentos coloniais para construir um panorama da ocupação humana. Estes estudos revelam, o que é também apontado pelos trabalhos de Olga Linares, uma diversidade de culturas que hoje formam os povos Diola.

Longe de uma unicidade cultural, o passado da região nos revela diversas migrações, integrações com populações que já lá existiam, a formação de reinos e outras diferentes formas de organização política, para além, é claro, da chegada de povos muçulmanos e dos colonialistas portugueses, em um primeiro momento, e posteriormente franceses.

Neste capítulo buscaremos apresentar de forma resumida diferentes trajetórias da ocupação e construção do *terroir* Diola (cap. 1), trazendo o debate com a história, antropologia e linguística, para entendermos o potencial dos trabalhos de arqueologia na região. O foco será na discussão da produção acadêmica do Senegal, considerando que no território da Guiné-Bissau, na área de arqueologia nada foi feito, e nas áreas afins há poucas obras, que serão citadas quando fizerem sentido.

O que sabemos sobre a história de ocupação do território antes da colonização?

Como sugere Jan Vansina, "muitos historiadores imaginam que a comunidade cultural, a 'tribo' é perene... não se altera ao longo dos tempos... Pode-se mostrar facilmente que as tribos nascem e morrem.

(R. Baum, 1999a, p. 62)

Os povos do baixo Casamança e noroeste Casamança tem uma longa história comum; suas relações vão de migração e casamentos para o comércio, o qual inclui o comércio de escravos. Séculos de contato levaram a extensivas relações culturais e empréstimos. Consequentemente, muitos traços culturais não ficaram confinados a áreas específicas (Mark, 1992 p. 113)

Concheiros do Rio Casamança

De todas as zonas arqueológica do Senegal, a Casamança é, até os dias de hoje, a que menos teve pesquisas com relação aos concheiros. Em realidade, os trabalhos sobre o tema se resumem a um, o excelente artigo de Olga Linares de Sapir, *Shell Middens of Lower Casamance and Problems of Diola protohistory*, publicado em 1971, e referente a extenso trabalho de campo realizado no final dos anos 1960. O primeiro elemento a se destacar é a própria autoria do trabalho. Olga Linares era antropóloga estadunidense, ligada ao Smithsonian Institute do Panamá. Possuidora de vasta obra bibliográfica etnográfica posterior sobre as populações Diola sua única incursão na arqueologia foi justamente no início de sua relação com o território de pesquisa. Sua formação na antropologia/arqueologia dos anos 1960 nos EUA, a colocava distante das perspectivas histórico-culturalistas, sendo ela, nas palavras de Thiaw, a pioneira em aplicar uma abordagem e programa processualista para a arqueologia senegalesa.

A suposição que dentro de cada área cultural somente um tipo de monumento foi erigido e outros sítios arqueológicos não-monumentais não valiam a pena registrar, foi somente questionado pelo trabalho de arqueólogos americanos trabalhando na Senegâmbia. O trabalho pioneiro de Olga Linares de Sapir (1971) sobre os concheiros da Casamança estava claramente orientado para estabelecer uma sequência da história cultural, triangulando entre a produção local e os sistemas de consumo, padrões de assentamento, e inovações culturais e continuidades no tempo. Este trabalho, entretanto, não influenciou os arqueólogos franceses trabalhando no Senegal (Thiaw, 2012, p. 361).

Os trabalhos de Olga foram conduzidos na foz do rio Casamança, em zona marcada pela predominância das populações Diola, em diversas aldeias (Fig. 8). A autora posicionou os locais de escavação e sondagem no mapa da região, marcando-os com triângulo. Detalhe para as marcações 2 e 3, que estão bem próximas da fronteira da Guiné-Bissau, aproximadamente 10 quilômetros de um local que identificamos concheiros, chamado Esukudjak.



Fig. 8 - Mapa da foz do rio Casamança com os sítios arqueológicos (Linares de Sapir, 1971, p. 24).

A zona da Casamança é ambientalmente a mesma da região que estudamos. Composta por uma planície semialagada, a região é propícia para pesca e coleta de moluscos, possuindo milhares de canais de água salgada ou *bolon* que permitem uma ligação rápida entre a zona compreendida entre os rios Casamança e o rio Cacheu (Fig. 4). O ambiente é dividido entre três zonas distintas, uma compreendida por planícies alagadas, cobertas de manguezais ou plantações de arroz “de água salgada”, outra de dunas e bancos de areia e ainda uma com floresta de palmeiras, cajueiros e bosques sagrados.

Suas escavações permitiram a datação de 13 amostras, que colocam uma cronologia contínua desde 200 a.C até 1800 d.C. (ou até os dias de hoje). A cronologia é semelhante a encontrada em outras regiões construtoras de concheiros, o que nos permite compreender que as populações litorâneas da Senegâmbia compartilhavam a coleta e acumulação de moluscos em montes. As escavações de Linares, no entanto, não revelam a presença de contextos funerários, diferenciando a zona do Saloum e do rio Senegal. Os sítios concheiros identificados por Linares se encontram próximos de aldeias atuais e seguem sendo lugares significativos para as comunidades do entorno.

Suas escavações revelaram uma grande quantidade de artefatos que foram todos analisados e colocados em contexto. Os vestígios mais comuns são os faunísticos, principalmente as conchas e ossos de animais, e a cerâmica.

Em centenas de quilos de materiais escavados (moluscos, cerâmica, ossos de animais) nenhuma pedra ou ferramenta de concha foi encontrada. Algumas escórias de ferro estavam presentes. Isto significa, tecnologicamente falando, que toda nossa sequência cai dentro do início da idade do ferro, com o mais antigo período possivelmente pertencendo a uma fase neolítica final. Entretanto, classificações de períodos em estágios tecnológicos (Neolítico, Idade do Ferro, etc.), obscura, ao invés de clarificar, importantes mudanças em subsistência (atividades de busca por comida) através do tempo. Se nós definirmos Neolítico somente em termos de uma tecnologia de pedra ou concha, nós provavelmente não encontraremos material Neolítico em partes da Casamança onde pedra é totalmente ausente, e ferramentas de conchas não seriam práticas em trabalhar os solos pesados e argilosos, ou para limpar o manguezal (Linares de Sapir, 1971; p. 36).

A autora levanta questões pertinentes sobre a limitação das classificações em voga até então, e que ainda repercutem na arqueologia senegalesa. Concordamos com ela, e acreditamos que estes tipos de classificações reificam consensos, e, desta forma, limitam as possibilidades de análise e interpretação.

Segundo ela, foram encontrados mais de 45.000 fragmentos cerâmicos, que foram analisados e permitiram construir sequências, tanto cronológicas, quanto de decoração e estilo (Fig. 9 e Fig. 10). Os tipos identificados em toda baixa Casamança, do mais recente para o antigo, são “(...) red slipped punctated, braid/wavy-line, and grid-stamped.” De forma mais ampla, a cerâmica pode ser dividida em dois grupos: “Ware A, the most recent, is the red slipped punctated ware and Ware B, the oldest, is the surface textured ware (which includes the other three decorative techniques) (Linares de Sapir, 1971; p. 36)” Descrevendo com maiores detalhes a decoração cerâmica, ela propõe a divisão em quatro períodos:

- (a) Period I is defined by the presence of high percentages of two decorative techniques, wavy-line incision and grid-stamping, both of which continue in Period II but practically disappear in Periods III and IV. Braid impression is also a popular technique in this period.
- (b) Period II is characterized by a predominance of the braid-impressed technique. Although small percentages of punctations, characteristic of the following period are present, this period can be isolated at Di-3, Mound D, Cut I.
- (c) Period III is marked by a substantial increase in popularity of the punctated pottery type, which is also shell-tempered and slipped.
- (d) The punctated type occurs almost alone in levels belonging to Period IV. Modern Diola pottery is exactly like that of this period, except that in some areas such as Niomoune it is being imported from the Fogny where sherd and not shell is being used for temper (Linares de Sapir, 1971; p. 38)

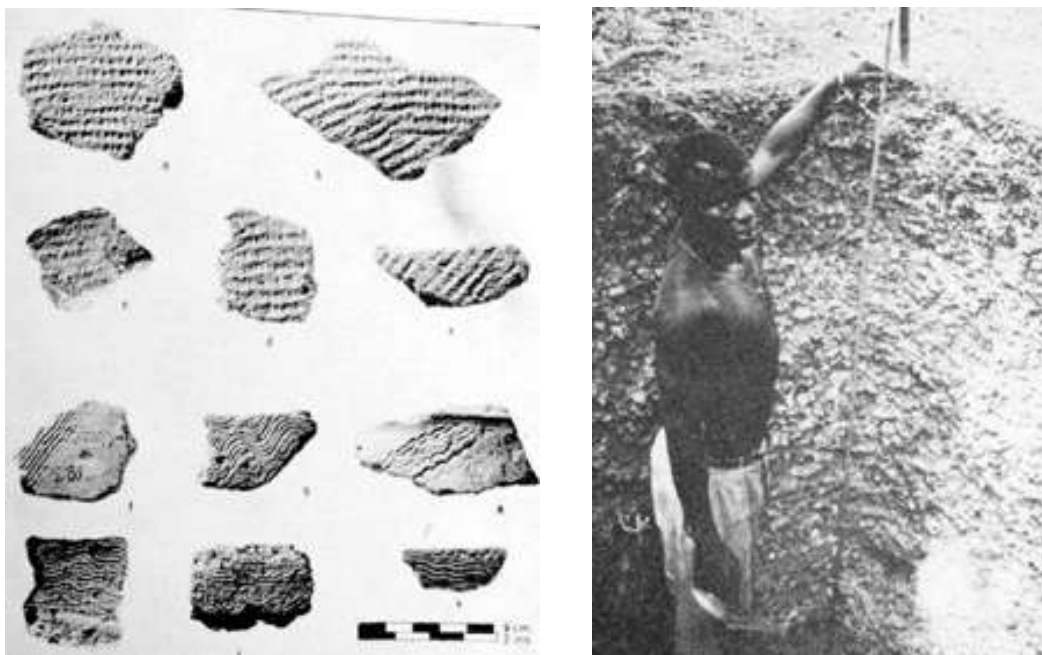


Fig. 9 - Fragmentos cerâmicos ilustrando as duas técnicas do período mais antigo. Parte superior – Grelha / Parte inferior – linhas onduladas (Linares de Sapir, 1971; plate X).

Fig. 10 - Vista da parede do sítio Lo-Oul-6, corte 1, mostrando os moluscos (Linares de Sapir, 1971; plate VIII).

A autora divide os sítios como tendo quatro cronologias e padrões de ocupação e assentamento. O período I (200 a.C – 200 d.C.), com as informações obtidas do sítio Loudia-Ouolof, permite afirmar que a primeira ocupação do lugar não era de pessoas coletoras de moluscos. Os primeiros habitantes eram poucos e com vivência espaçada entre os bosques de arbustos e as florestas. Pela ausência de vestígios, é difícil saber qual era a alimentação destes primeiros grupos.

Assim, diversas linhas de evidência sugerem que estes primeiros colonos não eram adaptados à vida costeira: a completa ausência de vestígios de moluscos (de quatro sítios em 400 anos), a ausência de qualquer osso de peixe, e a têmpera da cerâmica, ao invés de concha, com cacos de outras cerâmicas. Talvez, sua proveniência imediata era o leste, e eles moveram para a área seguindo as ricas terras aluviais ao longo do rio Casamansa e seus tributários (Linares de Sapir, 1971; p. 38)

Não sendo então culturas litorâneas, estas populações possivelmente eram agricultoras, talvez até de arroz. Ressalta-se que não foram feitas análises arqueobotânicas no trabalho, o que Linares comenta como possibilidade para aprimorar o conhecimento paleoambiental e também sobre a história da agricultura na região, principalmente sobre a chegada e domesticação do arroz africano, o *oryza glaberrima*. Desde as primeiras camadas até as mais recentes, foram encontradas escórias de ferro.

A coleta de moluscos marca o início do período II (200 d.C. – 700 d.C.), que teria se iniciado entre 200 d.C. e 300 d.C. Neste primeiro momento, o molusco mais abundante foi a *arca senillis*, ou *combe* (kriol da Guiné-Bissau), com os outros aparecendo em menor quantidade. Assim como ocorreu em outras localidades do mundo (Waselkov, 1987, p. 134), as conchas revelam não somente esta mudança de hábito alimentar, como também uma progressiva pressão social no ambiente:

É interessante notar que a *Arca* que nós encontramos nos níveis mais baixos eram muito maiores e pesadas que aquelas dos níveis mais recentes, indicando que quando os suprimentos se tornaram esgotados, pessoas foram forçadas a coletar indivíduos menores. Desde a quantidade de conchas coletadas era muito menor no começo do período que no seu fim, aparentemente levou tempo para utilizarem elas completamente como comida. Como o sítio Lo-Oul-6 representa 400 anos de ocupação, então o aumento no uso de moluscos poderia ter sido causado pelo crescimento populacional e consequentemente uma pressão nos recursos (Linares de Sapir, 1971; p. 41).

Com a maior presença de conchas, os ossos de outros animais foram melhores preservados. Nos concheiros mais interiores, se verificou a presença única de mamíferos, principalmente gado, sem peixes. Nos litorâneos, também se encontraram peixes. Mesmo não tendo os vestígios vegetais, para ela, não há dúvidas que estas populações eram agricultoras.

Como argumento, a autora afirma que uma ocupação de 400 anos no mesmo lugar, a presença de vestígios de metal (possivelmente ferramentas agrícolas) e a alteração no ambiente, com a utilização de áreas de mangue para plantação (Fig. 11 e Fig. 12). Esta “conquista” de áreas de mangue, algo muito comum e símbolo da agricultura Diola, é colocado por Linares, como possível evidência da chegada destas populações, provavelmente do Norte, que teriam deslocados as populações até então viventes na região. Este argumento da autora é questionado por antropólogos e arqueólogos posteriores, como veremos mais a diante.



Fig. 11 - Plantação de arroz em área de mangue, Guiné-Bissau. Google Earth.



Fig. 12 - Preparação do campo para plantio do arroz (Linares, 1992; p. 66).

A transição do Período II para Período III (700 d.C. – 1500 d.C.) foi mais sutil. Segundo Linares, as atividades de subsistência seguiram uma continuidade. O que se tornou o marcador do período são a presença de novos vestígios ausentes nos períodos anteriores, principalmente ovelhas e cabras, assim como o gado. Também estão presentes nos concheiros peixes pequenos e crânios, todos marinhos. A coleta de moluscos continuou ativa, porém houve uma mudança na predileção dos

moluscos, se tornando predominante nos concheiros, a ostra do manguezal (*Gryphea Gasar*), compondo de 50% a 80% da camada. Em sítios como Lo-Oul-1 o pequeno molusco *Tympanotonus* (caramussa) também entrou na dieta de forma relevante, chegando a compor de 3% a 12% dos vestígios de conchas.

A cerâmica que aparece neste período também possui grandes semelhanças com a região do Saloum, mais especialmente a região de Gandoul-Bandiala. Segundo a autora, a presença deste material aventa a possibilidade de conexão culturais entre os Diola e os populações Niominka Sereer, algo também questionado por historiadores, linguistas e antropólogos, como veremos adiante.

O período IV (1500 d.C – 1700 d.C) é o mais recente, o que se aproxima culturalmente das populações contemporâneas que vivem na região. Os solos da camada passam a ser uma mistura de argilas e *Arcas* e *Ostrea*. Vestígios faunísticos de porcos e cachorros aparecem, o que a autora associa com a possível chegada dos contatos europeus na Casamança. A cerâmica possui semelhanças com o período anterior, e próximos com os padrões decorativos e tipos contemporâneos, demonstrando uma permanência no tempo.

Alguns sítios, no entanto, foram abandonados em meados dos séculos XVII e XVIII, o que coincide com turbulências e conflitos políticos registrados por cronistas e pela tradição oral, e também mudanças ambientais, levando a ocupação de novas zonas para cultivo de arroz.

Para a autora é neste período que o que chamamos de “cultura Diola” foi estabelecida, e é identificada no registro arqueológico:

Alguns aspectos da cultura Diola foram seguramente estabelecidos neste tempo. Nas escavações do Di-3, Monte C (Corte 1, nível 100-120cm) nós descobrimos dez pequenos copos redondos com buracos na base, junto com uma grande concha (*Cymbium* sp.). Estes foram prontamente identificados por Diolas locais como instrumentos descartados usados em adivinhação por antigos sacerdotes do espírito *buwinko*. Estes copos foram colocados no chão e vinho de palma jorrados dentro deles com uma grande concha durante a sessão divinatória. Com a morte do sacerdote, o lote inteiro foi descartado, e aquele que herdou o espírito patrilinear deve usar o novo conjunto (Linares de Sapir, 1971; p. 45)

Esta cultura material associada ao povo Diola teria se iniciado com a chegada deles no período II, seguindo até os dias de hoje. Segundo a autora, além destas semelhanças na cultura material, elementos linguísticos e as fontes históricas corroborariam para esta presença antiga dos Diola no território.

(...) aspectos reconhecíveis da cultura Diola já estavam presentes a partir do Período II. Grupos viviam em dunas arenosas nos vales aluviais ou próximos

a eles, exatamente como hoje, jogando o lixo em locais específicos. Lá, acumulou-se em montes regulares contendo fragmentos de cerâmica e outros resíduos que se comparam com a atual cultura de materiais de Diola. Do início ao fim, a tradição cerâmica da Baixa Casamança tem enfatizado a incisão, pontuação e impressão, não pintura, e de utilidade e não de formas ornamentais ou cerimoniais. Talvez seja o uso de vasos de cerâmica estritamente para as necessidades cotidianas que contribua para esse conservadorismo e para a ausência de muita inovação (Linares de Sapiir, 1970). As funções dos vasos de transporte de água, culinária e armazenamento permaneceram inalteradas ao longo dos tempos. Se os Diola daqueles dias enterraram panelas com seus mortos permanece desconhecido, pois nenhuma sepultura foi encontrada em nossas escavações ou perto delas. Talvez os mortos tenham sido enterrados na floresta, como é comumente feito hoje, mas eu não poderia me aventurar a investigar, pois agora as florestas são sagradas e proibidas para mulheres e estranhos (Linares de Sapiir, 1971; p. 45).

Pelo caráter dos locais escavados – os concheiros – não foram encontradas zonas de habitação, e, são estes, justamente, que a autora defende como maior mudança cultural. Provavelmente, segundo Linares, as habitações antigas seriam menos permanentes, e feitos com materiais perecíveis, impedindo sua exata localização e estudo.

Após seu trabalho, seguiu a estudar a região até sua morte em 2014, porém se dedicou integralmente a aspectos etnográficos, como a agricultura do arroz e o papel das mulheres na sociedade Diola (Linares, 1981, 1987, 1992, 1996, 2002a). Em nenhum outro trabalho se dedicou a arqueologia, ou aos concheiros, não ocorrendo, desde então, nenhuma escavação arqueológica no baixo Casamança.

As populações Baynouk (banhuns) da Casamança

“Embora os arqueólogos tenham mostrado que Esulalu foi habitada por agricultores sedentários de arroz por pelo menos mil e quinhentos anos, as evidências são muito limitadas para determinar a identidade étnica desses primeiros habitantes ou a natureza de sua relação com os Koonjaen ou com os ancestrais dos Diola. As tradições Esulalu relativas aos Koonjaen não citam um lugar de origem anterior; em vez disso, eles são geralmente considerados os primeiros habitantes da região. Chamados por várias formas da palavra Bainounk ou Cassanga pelos exploradores europeus, foram identificados como ocupando grandes áreas da Casamança no início do século XVI. Naquela época, as pessoas que eram identificadas nas tradições orais Esulalu como Diola, a quem os portugueses chamavam de Floup ou Felupe, também se estabeleceram na área.
(R. Baum, 1999b, p. 63)

O pesquisador estadunidense Robert Baum realizou extenso e longo trabalho de campo na baixa Casamança (Baum, 2018) em diversas aldeias Diola, mas se focando em algumas, em especial as da zona do subgrupo Diola Esulalu. Seu trabalho tem como foco entender as práticas religiosas e o sagrado entre os povos Diola, e

para isto, ele realizou um denso trabalho de história oral sobre a aldeia, que nos ajuda, com apoio de outros pesquisadores, a entender um pouco a história regional.

O termo Diola e sua categorização enquanto classificação identitária de um povo surgiu no século XIX com a colonização francesa. Segundo Baum, o termo possivelmente advém de marinheiros Wolof, que conjuntamente com franceses, nomearam as populações costeiras da Casamança como Diola. O termo não refletia categorias étnicas das populações, tendo outras classificações para se autodesignarem, geralmente o nome de seus grupos/aldeias (como Esulalu ou Huluf, ou ajaamat para os povos Diola-Felupes), que compartilhavam o mesmo “dialetos” (Baum, 1999, p. 62; para uma visão mais aprofundada consultar Jong, 1995). No total, existem pelo menos 10 dialetos Diola (a classificação varia de acordo com os critérios), nem todos sendo mutuamente inteligíveis, e há diferenças culturais significativas entre estes diferentes grupos.

Segundo Mark, “Na verdade, o sentido de identidade étnica Diola é um produto do período colonial. Somente como resultado de um extenso contato com outros povos é que os membros desses subgrupos passaram a se considerar “Diola” (Mark, 1985, p. 6)”. No território colonial português sempre foram chamados de Felupes (Flup, Falupos, Fulup, Felup e outras variantes) pela administração e cronistas. Segundo Buhnem, esta designação provavelmente vem do “(...) Diola *fa-lup* “pessoas do pântano”, formado pelo prefixo *fa/fu/hu-* para o plural de pessoas, e o tronco *-luf/lup*, “lama/barro, pantanoso” (Bühnen, 1992, p. 73), já Peter Mark aponta a origem na palavra Diola *elup*, que significa casa (Mark, 1985, p. 7).

O que hoje chamamos de populações Diola são um amálgama de diversos grupos culturais que se misturaram por séculos. Pela história oral e documentos históricos, sabemos que por volta do século XV/XVI existia uma grande quantidade de povos Baynouks, ou Banhuns (termo usado por pesquisadores portugueses, Nogueira, 1947), na região. Assim como Diola, o termo Baynouk não era autorreferente, sendo uma classificação provavelmente de origem Mandinga (Lüpke, 2010; p. 159).

Baum nos conta que a identidade étnica da hoje aldeia Diola de Esulalu, foi resultado de “(...) um longo processo culminando no século XVIII, quando dois grupos distintos, uma comunidade dos “primeiros habitantes” chamados de Koonjaen e um novo grupo identificado como Diola nas tradições orais atuais, forjaram uma tradição

comum (Baum, 1999, p. 63).” Eles partilharam elementos chaves, como santuários, ritos, costumes e ideias.

Moustapha Sall foi o único arqueólogo consultado que buscou refletir sobre essa primeira ocupação. No início deste século, ele realizou trabalhos de prospecção e etnoarqueologia de produção cerâmica na porção norte da Casamança, junto à fronteira com a Gâmbia. Teve como objetivo refletir criticamente sobre as conclusões de Olga Linares acerca da antiguidade das populações Diola na região. Segundo ele, esta hipótese de uma longa ocupação Diola na região:

(...) contrasta com os dados da tradição oral e dos documentos escritos que consideram que as populações mais antigas estabelecidas no Fogny pertencem ao grupo Baynouk (Becker 1985; de Lespinay 2000; Girard 1993; Gravrand 1983). A zona histórica do Fogny e certas vilas (Bintang e Brefet), por sua posição estratégica (zona de contato entre o baixo Gambia e o fértil Casamança), teriam constituído de lugares de contatos duplos entre as culturas Baynouk e de outras populações senegambianas (Mandingas, Diola), de uma parte, e de outra parte, entre os Baynoul e os comerciantes luso-africanos e portugueses (Sall, 2010, p. 52).

Dentre os sítios prospectados, Sall identificou um concheiro, na aldeia gambiana de Katakori. O concheiro encontrado mede 14 metros de longitude e 12 metros de largura, e em superfície foram coletados fragmentos de cerâmica (93, sendo 14 de bordas) e um vestígio de ferro. Os fragmentos possuem decoração variada, e o antiplástico é de conchas.

Em uma análise deste, e muitos outros sítios, considerando cerâmicas de superfície, elementos linguísticos, a fabricação de cerâmicas por populações contemporâneas, tradições orais e documentos históricos, Sall chega à conclusão que buscar classificações identitárias no passado é um grande desafio. Se há muitos elementos que indicam a presença Baynouk na região como a mais antiga, a própria definição do que é ser Diola, como dito anteriormente, ou ainda Diola Fogny, é difícil determinar, pois havia uma “mobilidade identitária” na região. A cultura material, pelo seu trabalho, não conseguiu de forma clara apontar caminhos conclusivos sobre a cronologia étnica da região. Isto não quer dizer que a hipótese Baynouk seja descartada como principal, pois fica evidente um legado Baynouk entre os Diolas por inúmeros indícios culturais: “(...) as populações Diola (todos os sub-grupos sociolinguísticos confundidos) teriam adotado o essencial das cerimônias rituais e culturais de seus predecessores, entre eles a organização das florestas sagradas e suas expressões materiais (Sall, 2010; p. 60)”.

era subordinado ao governante de Kaabu, e por consequência, ao Mansa do Mali, mesmo que esta influência seja meramente teórica (Mark & Tomàs, 2010).⁵

Existiam na região uma grande quantidade de reinos Baynouk no período da chegada e contato dos europeus, séculos XVI e XVII (Coelho, 1990) sendo oriundos, segundo historiadores, do controle de rotas de comércio de longa distância. No caso específico do reino de Casa Mansa, a fabricação de tecidos foi um destaque registrado por Fernandes (Fernandes, 1952, p. 9): “Os habitantes deste país são comercialmente todos tecelões e fazem tecidos de muitos estilos e cores diferentes. E aí os Cristãos vão para comercializar (...)”. Em feiras organizadas semanalmente, costumam aparecer “(...) até 800 pessoas, os Portugueses vendem ferro, tecido, cavalos, contas, vinho e papel em troca da compra de escravos, arroz, marfim e cera de abelha.” No final do século XVI, o reino já era um grande parceiro comercial de Portugal, fornecendo escravizados.

O que se entende por reino Baynouk, no entanto, precisa ser contextualizado (para uma discussão aprofundada ver Mark & Tomàs, 2010). A falta de repertório político por parte dos cronistas do século XVI fez com que organizações políticas africanas fossem interpretadas a partir das referências europeias da época, assim, os chamados “reinos” podem ter se configurado em uma organização política distinta do modelo europeu.

Na região litorânea entre o rio Gâmbia e o Geba, somente os povos Manjakos/Papel/Mancanha tinham reis centralizados com poder coercitivo (Bühnen, 1992, p. 52). Segundo Lupke (2010, p. 160), os povos baynouk, assim como os Diolas, “(...) não são organizados em ampla formação estatal, mas constituem sociedades relativamente igualitárias agrupadas em diferentes linhagens patrilineares, algumas vezes com um rei na liderança, mas sem um governo central ou uma estrutura abrangente”. Decisões importantes sobre guerra ou paz era decidido por um conselho de anciãos, sem que o rei tivesse participação militar nas atividades, porém sua posição permitia influenciar de facto as decisões, situação que Buhnen chama de

⁵ Esta tese não tem como objetivo discutir sobre a história política da região, e, assim, a questão dos reinos e domínios são discutidas na análise quando fizeram algum sentido para a análise arqueológica dos concheiros. Não obstante, é importante destacar aqui a tese de Manuel Abrantes (2018) que busca fazer uma revisão cuidadosa de toda a historiografia produzida na região, confrontando com a documentação portuguesa e fontes orais. Sua conclusão é de que a existência de uma entidade política chamada Kaabu, ligada ao Império do Mali, não se sustenta nas fontes, sendo uma construção de historiadores, primeiramente senegaleses, e posteriormente guineenses e europeus, na vinculação a história da região a macro história política do Mali. Para contraponto, ver (Lopes, 1999).

“governo quase-autocrático”. Sua posição estava envolta em uma sacralidade, ele tinha posição chave na condução de atividades rituais (Baum, 1999, p. 66).

No entanto, no período da chegada dos primeiros europeus, as populações Baynouk estavam já em situação de declínio, principalmente com a invasão de povos Mandinga, Felupe e Balantas à região, a ocorrência de guerras, o tráfico de escravizados e consequente competição no controle das rotas comerciais. Existe, segundo Baum, duas narrativas sobre a origem dos povos Felupes. A primeira afirma que dois irmãos vieram do norte, da região de Gabou, viajando pelo rio Gâmbia, quando a canoa quebrou, uma delas foi para a margem norte, dando origem aos povos Sereer, e outra para a margem sul, formando os povos Felupes. Esta narrativa é questionada por Baum e Thomas (1959) pois faltam afinidades linguísticas entre os povos, e este tipo de narrativa não aparece entre os povos Sereer. A segunda narrativa traça as origens Diola na Guiné-Bissau, na região ao sul de São Domingos, atualmente território Manjako. Esta possibilidade é mais plausível, considerando a proximidade linguística, provavelmente possuindo um tronco comum com as populações Manjakos (Antonio Carreira, 1947; Mark, 1985). Além disto, muitos Diola apontam que o mundo dos ancestrais fica em *Housandioume*, que atualmente é localizado na Guiné-Bissau, sendo que a trajetória ao sul simula o retorno ao local de partida. Por fim, muito dos santuários mais poderosos Diola identificados por Baum possuem suas origens em Ediamat ou em zona Manjako (R. Baum, 1999b, p. 72).

Os Felupes, ou Ajamaat definição êmica, são o subgrupo Diola que vivem ao sudoeste da foz do Casamansa, e são considerados os mais antigos. Provavelmente já se encontravam na região anteriormente ao século XV, ocupando a costa primeiro, e migrando em direção ao interior, ocupando as zonas Baynouk tanto de forma pacífica como violenta (Bühnen, 1992, p. 52; Cobbinah, 2010, p. 177).

O que teria motivado essa movimentação das populações ancestrais Diola para a região já ocupada por Baynouk? Paul Pélissier e Walder Rodney possuem uma hipótese semelhante, chamada por Journet-Diallo de “povoamento-refúgio”, que considera as profundas mudanças na região com a chegada do islã e a expansão de Estados na região.

(...) velhos camponeses igualitários, forçados a fugir das pressões de sociedades hierárquicas e guerreiras, refugiam-se nas zonas costeiras de manguezais onde desenvolvem técnicas particularmente eficazes para valorizar o meio ambiente: dessalinização de terras, conquista e transformação de pântanos em arrozais, obras de aterro visando permitir uma

agricultura intensiva, que caminham a par de densidades demográficas muito elevadas (Journet-Diallo, 2007, p. 25).

Esta hipótese se baseia em uma questão de adaptação ao meio ambiente, comum nos anos 50 e 60 que sociedades em ambientes de floresta tropical tenderiam a ser descentralizadas (ver Moraes, 2015 para exemplo da Amazônia), enquanto os pastores e agricultores do interior seriam os responsáveis pela introdução da hierarquia social. Resumindo, cria e normatiza um parâmetro bastante comum na análise da Guiné-Bissau: a divisão entre “sociedades da costa” e “sociedades do interior”, em que as primeiras, grosso modo, são descentralizadas, passivas, se refugiando nos “impenetráveis” manguezais, e as segundas, são centralizadas e expansionistas. Manuel Abrantes em sua tese (2018) questiona este tipo de dicotomia, mostrando sua falta de correlação com a história, apresentando fronteiras e movimentos fluídos entre estas categorias sociais.

A chegada das populações Felupe no baixo Casamansa foi algo gradual, ocorrendo entre os séculos XVI e XIX. O que levou a situação atual de praticamente completa substituição/incorporação de populações Bayunk por Diolas? Peter Mark acredita que dois fatores foram decisivos, 1 – uma explosão populacional; 2 - uma maior habilidade com a guerra. O primeiro fato decorre da chegada dos colonizadores e uma maior disponibilidade de ferro para comércio. Este ferro foi trocado pelos povos Felupe, que melhoraram substancialmente suas práticas agrícolas, conseguindo aumentar a quantidade de instrumentos de trabalho disponíveis, o autêntico *kajendu* (instrumento utilizado para cultivo do arroz, imagem ao lado) (Fig. 14), ampliando as áreas de cultivo, a construção dos diques e etc. Também possibilitaram o aumento do número de armas disponíveis para guerra (Mark, 1985, pp. 28–29).



Fig. 14 - *Kajendu* Diola

A principal razão parece ser que os Diola eram guerreiros mais eficazes. Mesmo que o Bagnun de Fogny tivesse estabelecido pelo menos o início do estado centralizado com um “imperador”, eram os Feloupes que tinham uma reputação de longa data como lutadores ferozes. Em Kasa, e mais tarde em Buluf, os Diola eram particularmente famosos e temidos como guerreiros. Os Bagnun, por outro lado, eram basicamente comerciantes: isso não os preparava para a guerra. A luta, que em Fogny inicialmente forneceu aos Bagnun cativos para serem vendidos, acabou interrompendo o comércio que era a base de sua economia. Além disso, como Lauer aponta, em meados de 1600 o comércio português estava em declínio, um desenvolvimento que provavelmente prejudicou a posição econômica dos Bagnuns. Ao longo do Soungrougrou, mais tarde, eles foram enfraquecidos ainda mais quando os

Mandingas os substituíram como o principal grupo a serviço dos interesses comerciais ingleses na Gâmbia. Pode ser que o sistema Diola de incorporar cativos à sua própria sociedade tenha sido, a longo prazo, uma importante fonte de nova mão de obra e os tenha ajudado a se expandir geograficamente. No final do século XVII, os Diola haviam se tornado o grupo étnico dominante em Buluf e estavam a caminho de substituir os Bagnun como o grupo mais poderoso em Fogny. Os Bagnuns que não foram assimilados pelos recém-chegados foram reduzidos a bolsões habitacionais no meio de uma região predominantemente Diola, ou foram forçados a se mover para o leste na estreita faixa de território ao longo do Soungrougrou (Mark, 1985, p. 31).

Em uma análise mais aprofundada sobre a aldeia de Esulalu, Baum escutou histórias destas primeiras migrações. Suas narrativas afirmam que a principal razão da migração para a região foi devido a uma escassez de áreas de cultivo de arroz, sendo que esta exploração e escolha do território de migração ocorreu enquanto as pessoas “(...) foram lá em busca de peixes e mariscos (Baum, 1999; p. 73).” Ressaltamos esta citação de Baum pois se as pessoas iam em busca de moluscos, certamente um indicativo da presença deles e de ocupação humana seriam os concheiros. Assim, podemos especular que os concheiros serviram como marcadores da presença humana anterior – e da quantidade de moluscos na zona – indicando aos migrantes, portanto, um possível local propício para habitação.

É difícil saber o quão diferente eram essas populações Felupes dos Bayounks que lá então viviam, o que sabemos é que os grupos então presentes foram incorporados (transformados), resultando em um subgrupo Diola atual. Baum aponta que no final do século XVII estas migrações para Esulalu encerraram, continuando mais para norte. Esta movimentação de pessoas não ocorreu sem tensões, principalmente com relação às áreas de cultivo. Baum registra diversas “queixas” com relação a atos de furto de gado e arroz, e outras resistências à presença Felipe vindoura. Estas tensões se escalaram, e no final do século XVII diversos conflitos armados ocorreram, levando a mortes e a conquista das regiões Baynouk. Os conquistados, que já conviviam com os invasores por décadas, foram incorporados à sociedade Felipe (a partir de então, Diola):

Badiat Sambou sugere que os Koonjaen buscaram asilo nas casas de seus parentes maternos nos distritos de Floup, indicando assim um grau substancial de casamento misto e aculturação entre os dois grupos. Os machos Koonjaen ajudaram seus patronos com o gado, com a agricultura e em guerras com Djougoutes. Depois de um tempo, os patronos os ajudaram a encontrar esposas e terras, mas eles permaneceram cientes de status inferior. As mulheres Koonjaen representavam menos problemas sociais. Uma vez incorporados ao complexo de seu patrono, eles ajudaram na agricultura e nas tarefas domésticas, antes de se casar dentro da família do patrono ou em outras linhagens. Seus filhos assumiram o status de seus pais.

Esses processos de solicitação de asilo e incorporação foram repetidos nas comunidades de Esulalu e Huluf. Os métodos relativamente pacíficos do Floup de incorporar seus antigos inimigos facilitaram o processo de adoção seletiva de ideias religiosas e práticas rituais Koonjaen (Baum, 1999; pp 77-78).

Uma questão relevante precede esta integração: por que os Koonjaen não atacaram os Felupes e os expulsaram antes que eles se estabelecessem? Não há uma resposta clara. Baum, aponta que talvez seja por causa da existência de um poderoso reino que dava apoio a estas migrações e que os Koonjaen não podiam se opor, o reino de Mansa Felupe.

Como dito anteriormente, os Diola não se organizam em entidades políticas centralizadas, sendo preferencialmente regidos por um régulo (rei) junto a um conselho de anciões. No entanto, Valentim Fernandes registra no ano de 1505 a existência de um rei Felupe, chamado por Mansa Felupe. Nos levanta a dúvida se a descrição não seria de algum “rei” Baynouk, por ser algo mais recorrente na documentação, já que a única menção a sua existência é neste texto. De acordo com Fernandes, o Mansa Felupe governava um Estado poderoso, com controle sobre as propriedades, rico em arroz e gado e com homens treinados para a guerra. Exemplo disto era a existência de canoas capazes de levar 50 homens para ataques na região. Ele tinha um papel sagrado entre os povos, um símbolo da unidade do povo, assim como ocorre no século XX (Thomas, 1959; Baum, 1999; Mark & Tòmas, 2010). Thomas e Baum acreditam que o atual rei de Kerouhay (Caroai), na Guiné-Bissau, seja o herdeiro simbólico deste monarca antigo, e, se assim o for, seu território provavelmente compreendia boa parte de nossa zona de interesse de pesquisa. Thomas, a partir do relato do viajante colonial francês Bocande, sumariza características principais do rei Diola:

A administração da aldeia (koelum, esuk) era responsabilidade direta de um chefe tradicional (ân akan) assistido por um grande conselho (kalay) formado principalmente pelos anciãos (kuhlin aku). (...) A tradicional monarquia diola, portanto, parece ser uma chefia fortemente hierárquica sobre a qual é difícil distinguir o elemento religioso do elemento defendido. E pode-se repetir de qualquer rei diola em geral o que B. BOCANDE, residente de Carabane, disse em particular do rei de Kian (3). “Este chefe é mais um sumo sacerdote do que um rei bondoso; ele é um objeto sagrado para seu povo; nenhum de seus súditos, se ele não for um deles, entrará em sua casa, muito menos se sentará em sua presença. Seus bens, suas esposas são escrupulosamente respeitados por esta tribo de ladrões que não poupam uns aos outros; isso é que sua pessoa, tudo o que lhe pertence, é cercada por uma espécie de prestígio; acredita-se que ele está rodeado por espíritos invisíveis que trariam a morte e aos quais ele deve ser chamado quando necessário, fazendo sacrifícios e libações para a salvação de seu país. Além desses privilégios, aquele que cumpre esta função que é hereditária, goza de vantagens mais

importantes: em troca de suas orações, se cultiva seus campos de arroz e seus campos, e os dízimos de todos os prêmios são cuidadosamente trazidos a ele (...). (Thomas, 1959; vol.1; pp. 204-205).

De toda forma, nos chama a atenção, e nos interessa diretamente a pesquisa, a descrição da residência deste poderoso rei Mansa Felupe: “A casa delrey está cercada de estacas de paos, de maneyra de barbacãa e cinco destas cercas tem em volta e assy hã dentrar e nã direyto e dentro de todo tem sua praça onde está assentado e esta casa tem derrador de sy hum esteyro dagoa e he muy forte casa (Fernandes, 1952, p. 715)”. Terão algum dos concheiros pesquisados algo com relação ao Mansa Felupe? As datações que obtivemos de concheiros de Yal, Elia e Coladje (Tabela 5) não confirmam diretamente, pois as suas construções são mais prováveis de terem sido feitas em um momento posterior, nos séculos XVIII e XIX, mas dada a imprecisão da cronologia, não é uma hipótese totalmente descartada.

A chegada dos colonizadores e o impacto do tráfico de escravizados na dinâmica regional

O expansionismo europeu, em especial na região o lusitano, afetou profundamente as dinâmicas regionais na região, especialmente com relação ao comércio de bens e o de escravizados. Navios europeus a partir do século XVI se tornaram presença constante nos rios Casamança e São Domingos (hoje Cacheu), e alguns destes vieram a se estabelecer no litoral, primeiramente junto às populações existentes, depois em núcleos coloniais fundados com a construção de feitorias em Cacheu (1588, e vila em 1605), Farim (1641), Ziguinchor (1645) e Bissau (1687). Cacheu possuía, na primeira metade do século XVII, oitenta residências de comerciantes portugueses. O fortim foi construído inicialmente de materiais perecíveis, tendo em 1615 terminado sua construção com pedra e cal (obtida dos concheiros) e trabalho escravizado. Para além do forte, somente a Igreja paroquial foi construída em pedra (Mark, 2002, pp. 42–43).

Estes europeus e seus descendentes, chamados na documentação portuguesa como “lançados”, foram fundamentais na articulação das redes comerciais e sociais. No entanto é necessário observar que estes portugueses estavam integrados na cultura regional, assim, apesar de assumirem esta identidade perante os outros do entorno, eram muito diferentes; eles eram gente que

(...) ainda que na nação portuguesa e na religião ou batismo cristãos, de tal maneira vivem como se nem uma coisa nem outra foram (...) [porque] andam nus e riscam o corpo com um ferro fazendo labores os quais, depois do consumo de certas ervas, lhes ficam parecendo em várias figuras como de lagartos, serpentes ou outras que mais querem e desta maneira andam por todo aquele Guiné (...) vinte e trinta anos sem se confessarem nem se lembrarem doutra vida nem mundo mais que disto cá” (Guerreiro, 1982 [1609], p. 68).

Segundo Mark (2002), os afroportugueses criaram uma verdadeira identidade própria na região; uma cultura própria que se refletia em diversos marcadores de identidade, como profissão (comércio), religião (supostamente católica), cor de pele (supostamente branca) e uma peculiar arquitetura⁶.

Estes grupos estavam bem integrados nas sociedades que viviam, porém, e devemos deixar isto bem evidente, até o princípio do século XX, o domínio português era muito restrito, controlando de forma bastante irregular o comércio e sem conquista territorial para poucas centenas de metros fora dos pequenos aglomerados urbanos, que também estavam em constante ameaça de ataques, sendo preciso negociações para viabilizar o comércio e a sobrevivência dos grupos afroportugueses:

Com 420 vizinhos, Cacheu era defendida por fraca tabanca de estacaria de mangue, constantemente atacada pelo gentio a ponto deste impedir o acesso à única fonte existente, fora das portas. O Conselho Ultramarino dá o seu parecer sobre esta vexatória situação [1670] (...): “E ultimamente V.A. se intitula Senhor da Guiné, não tendo em toda aquela Costa, mais que hua pequena parte de terra e o peor he, que a conserva V.A. à custa de usa reputação, vendo se alvoradas as bandeiras de V.A. porque paga hum tributo, ou feudo ao Rey negro, por mão do Capitão de Cacheu, que em espeçia são quarenta quintais de algodão, çento e sessenta peruleiras de vinho, e çento e oitenta cruzados em moeda; e o dinheiro importa tudo quinhentos e settenta nove mil réis (António Carreira, 1969, pp. 87–88).

Foi antes deste Concelho [Cacheu] estar sujeito a Bissau, que um Gentio matou o Juiz do Povo de Cacheu a dez passos distante do Presidio [Fortim], e que nenhuma satisfação se exigiu. — Foi nesse tempo, em 1833, que os Gentios visinhos entraram de noite no mesmo presidio sem serem apercebidos, embarcaram nas canôas dos habitantes, e foram accometter outro Gentio; e voltando, passaram, alto dia, por meio do Presidio com dous escravos, que aprisionaram, e nada se lhes fez. — Foi ainda nesse tempo, que os Gentios limitrophes impuseram um tributo aos Soldados, que cultivam a mandioca a trinta passos distantes do referido presidio, o qual tributo se lhes fez pagar. Estes males cessaram depois da annexação, e muito me glorio de ter concorrido para sua extinção. Ainda direi mais. Os Gentios Papeis do Churo, desde tempos immemoriaes, insultavam, e matavam os de Cacheu (H. P. Barreto, 1843, pp. 32–33).

⁶ Para ele, estes grupos foram responsáveis pela identificação e assimilação de uma arquitetura muito peculiar na região, uma verdadeira mistura de diversos elementos africanos (podendo ser só africanos) e europeus. Eles construíram suas casas de forma a destoar dos seus pares nas diferentes aldeias e nos centros urbanos da região “(...) geralmente implicava em tijolos secos ou secados ao sol – o solo local tem alta quantidade de argila, tornando-o próprio para adobe e *banco* – coberto com argila ou cal para dar um efeito de branqueado, e um vestíbulo no qual recebia visitantes” (Mark, 2002; p. 44).

Os habitantes de Cacheu tinham como objetivo principal a realização do comércio. Eles iniciaram comprando produtos agrícolas como óleo de palma, arroz, couro e outros mantimentos, e claro, pessoas escravizadas. Em troca forneciam principalmente tecidos e outras manufaturas europeias e sobretudo metal, que era a maior necessidade. Segundo Hawthorne (2010; p.80) “(...) foi a necessidade de obter ferro para forjar armas e implementos agrícolas que compeliram os Africanos da costa a alcançar a área maior da Guiné-Bissau para produzir e comercializar cativos. Incursões não eram geralmente lançadas por ganância, mas por necessidade.”

O comércio de escravizados pelos portugueses, durante os séculos XV e XVI na costa ocidental, teve como foco outras localidades, principalmente com a fundação de fortes na costa da atual Gana, como o mais icônico e famoso, São Jorge da Mina, em 1482. Segundo Hawthorne (2010a, p. 52), foi somente no século XVIII-XIX que a região da Guiné-Bissau foi profundamente atingida pelo tráfico. No período de 1751-1842 um total de 73.842 escravizados foram levados só para a região amazônica, principal destino dos escravizados da região para a América Portuguesa, e onde eles formaram as etnias dominantes nos séculos XVIII e começo do XIX.

Um ponto que diverge a região de outros casos no continente, é a ausência de grandes impérios nas áreas costeiras da Senegâmbia. Enquanto noutros lugares os escravizados eram sequestrados através de guerras entre Estados, ou de conquista de Estados, na costa da Guiné-Bissau “(...) não havia nítida divisão entre sociedades “captadoras” e “fonte”. Na Guiné-Bissau, os sequestradores eram frequentemente raptados” sendo mesmo “vendidos pelos seus próprios pares” (Hawthorne, 2010; p. 94). O processo de se tornar escravo compreendia diversas possibilidades. Nesta região, as pessoas estavam, em via de regra, distante de grandes guerras, porém a ameaça de rapto para fora da sua aldeia se tornou um pavor cotidiano. Por diferentes motivos isto poderia ocorrer, mas os principais eram o rapto por vizinhos inimigos, ou em muitos casos, problemas envolvendo acusações de feitiçaria e delitos.

Vimos que a região no momento da chegada dos portugueses estava em conflito, com a migração de povos Felupes, conflitos destes com os Baynouk, além da expansão Mandinga desde o norte e leste. Este cenário, conjuntamente a demanda de metal por parte dos portugueses, fizeram com que os povos “Diola” participassem, mesmo que de forma marginal, no tráfico de escravizados. A própria participação é alvo de debate, pois não há muitas fontes sobre isso, e elas são dúbias muitas vezes.

Olga Linares é contundente, “Pelo menos antes da segunda metade do século XVII os Jola não vendiam escravos para os Europeus. Semelhante, seu desenvolvimento de formas domésticas de escravidão estava relacionado com a demanda de performance de um sistema de trabalho agrícola único (Linares, 1987, p. 114).” Já Baum, analisando com cuidado os documentos e as narrativas orais, discorda de Olga, afirmando que os Felupes participaram sim do comércio, só que não diretamente com os europeus, mas através de outros africanos.

Os escravistas Floup preferiam usar intermediários africanos em vez de negociar diretamente com os europeus, porque houve vários incidentes em que os próprios comerciantes Floup foram vendidos como escravos. Já no final do século XVI, os Floup venderam cativos aos Buramos (Manjaco, Mancagne ou Papel), que então os venderam aos portugueses (Baum, 1999, p. 109).

Neste ambiente de conflito os Diolas também foram vítimas do comércio. Baum, afirma que em razão das disputas regionais, os europeus encorajavam as sociedades com hierarquia social, como os Bainouk e Mandinga a atacar e capturar Diolas, para serem enviados pelo atlântico. Em 1605, escravos Diola foram transportados através do Atlântico para lugares como Brasil, Colômbia, Hispaniola, México, Peru e Venezuela.

Linares e Baum identificam que o envolvimento dos Diola com a escravidão se deu de forma gradual. Em um primeiro momento, havia o sequestro das pessoas. Diferente de outras regiões, em que os escravizados eram frutos principalmente de prisioneiros de guerra (Thornton, 2004), o processo entre os Diola se dava, na maioria das vezes, na captura de pessoas de outras aldeias para pedir resgate em gado. Os raptos eram feitos, geralmente, em zonas de cultivo afastadas das aldeias, e com abordagem por canoa ou a pé.

As proezas marciais individuais e a habilidade de organizar grupos de ataque eram mais importantes para o sucesso de tais operações do que um grande número ou o armamento mais recente. As emboscadas tinham que ser feitas rapidamente e sem chamar atenção para uma fuga bem-sucedida com os cativos. Como um ancião descreveu, isso exigia um tipo especial de poder: “Se você tiver força ... você irá ... capturar escravos.” Tal força era frequentemente associada a santuários de espíritos específicos, presentes de ammah ou ao poder da “cabeça” do guerreiro individual. Grupos de invasão eram organizados por guerreiros habilidosos, que convocavam amigos e parentes para se juntar a eles. Exceto no caso de cativos capturados em guerras entre cidades, pouco controle de invasões foi exercido pela aldeia como um todo. Os instrumentos técnicos de guerra estavam prontamente disponíveis para qualquer aspirante a invasor. Arcos, flechas e lanças, frequentemente usados na caça, eram as armas preferidas. O alto disparo dos mosquetes chamaria muita atenção para os invasores para que eles escapassem (Baum, 1999, p. 112).

O prisioneiro tinha um tempo para ser resgatado. Caso não pagassem, aí sim este seria então vendido para o comércio de escravizados. Segundo Olga, até o século XIX não existiam escravizados domésticos nas aldeias (Linares, 1987, p. 122). No século XIX, devido à pressão populacional e um interesse maior no comércio do arroz, algumas aldeias passaram a ter escravizados trabalhando na preparação das piores zonas de cultivo, com um trabalho muito intensivo, de cortar do manguezal e construção dos diques.

Para resumir, a relutância dos Jolas em participar da exportação do comércio de escravos, ou no uso doméstico de mão de obra escrava, até muito tarde em sua história, e apenas por alguns grupos, foi profundamente enraizada em suas instituições sociais. Quando eles se engajaram para capturar pessoas, o fizeram principalmente com o objetivo de adquirir gado por meio de resgate. Uma vez que parece nunca ter existido uma categoria de mão de obra realmente dependente entre os Jola, os fazendeiros livres regularmente realizavam trabalho semelhante ao escravo. Mais tarde, quando os Jola colocaram pessoas para trabalhar para eles, provavelmente foi para melhorar a terra para aumentar a produção para o comércio de arroz. Mas esse comércio era em grande parte dentro da colônia; foi alimentar as guarnições em Cap Vert e Gorde. Assim que os franceses desenvolveram suas outras colônias, ela foi substituída pelas importações da Indochina. O cultivo do arroz Jola para o mercado nunca foi uma produção comercial na escala do comércio de amendoim de Mandinga, que se baseava no uso extensivo de trabalho escravo. Em suma, os Jola resistiram aos piores excessos do comércio de exportação e nunca desenvolveram nada parecido com um modo de produção escravo, porque careciam de instituições comerciais e classes sociais marcadas, preferindo se concentrar na acumulação de gado e na extensão de seus arrozais (Linares, 1987, pp. 130–131).

Vestígios destas relações comerciais entre os Diola e europeus podem ser vistas claramente em algumas *tabankas* que visitamos. Considerada a mais antiga da zona, a *tabanka* de Bulol (Fig. 15) possui correntes (Fig. 16) que, segundo a tradição oral, são do período da escravidão. Eossor guarda um antigo canhão português. No concheiro adjacente a este local, que seria de embarque e desembarque, são encontrados diversos fragmentos de vidro antigos.



Fig. 15 – Detalhe de Bulol. Map of the coast and islands between Cape Roxo and the Isle of Tassagan. Labat, 1745-47. Disponível em: <https://collections.leventhalmap.org/T8ommon/T8ommonwealth:cj82m267g>



Fig. 16 – Correntes presas em árvores na aldeia de Bulol. Fotografia: autor

Não é o foco principal de nossa pesquisa, que busca primeiramente trazer uma análise das funções dos concheiros e uma cronologia regional, mas acreditamos que os concheiros tem muito para revelar deste período turbulento, seja na cultura material nele presente, seja como indício da dinâmica da ocupação humana na região. A título de exemplo do potencial dos concheiros, no documentário *Enslaved*⁷, estes apresentaram um conjunto de concheiros na laguna de Igala no Gabão, que segundo o arqueólogo Richard Oslisly, teriam sido criados pelos escravizados enquanto esperavam o embarque para as américas.

Diversos cronistas e documentos confirmam os dados arqueológicos de Linares, constatando um consumo intenso de moluscos na região. Almada (1964, p. 83), comentando sobre a região dos Banhuns no final do século XVI, cita que “Neste Rio [Casamança?] ha muito bõ pescado e boas ostras, que continuamente andão os negros vendendo pollas portas aos brancos e assi as galinhas e todos os mantimentos.” Discutiremos com mais profundidade essa hipótese no capítulo 10, sobre os concheiros de Coladje.

O século XIX trouxe uma maior e mais intensa presença europeia na reunião. Ingleses e franceses negociavam os territórios da África ocidental, e a Portugal, em uma situação política, econômica e social delicada, restava apelar para seus direitos históricos. Os franceses se instalaram no rio Casamança em meados do século XIX

⁷ Cornelia Street Production. Lançado em 14 de setembro de 2020. Dirigido por Simcha Jacobovici e apresentado por Samuel L. Jackson. <https://www.corneliastreetproductions.com/productions/enslaved/>

com feitorias e o envio de missionários. Estes seriam os responsáveis por importantes narrativas sobre os povos Diola (para uma visão geral sobre o período colonial francês na Casamança, consultar Roche (1985) e Kébé (2006). Em uma encruzilhada que cada vez mais se acercava, com a presença de mais colonizadores e tropas, os territórios dos povos Diola foram então divididos entre França e Portugal (e um pouco na Gâmbia inglesa).

Para nossa área de estudo, temos o magistral trabalho de René Pelisser (1989), que fez um levantamento aprofundado de toda a história política e militar da ocupação colonial. Durante todo o período os povos Diolas tiveram uma atitude feroz de resistência ao domínio colonial, incluindo uma das mais humilhantes derrotas coloniais portuguesas em Bulol, em 1879. Sempre revoltados, se recusavam a se submeter e pagar impostos. Em 1900, Pelisser (1989, vol. 2, p. 68) narra a seguinte situação da região:

Acontece que os Franceses não conseguem fazer-se obedecer pelos «seus» Felupes, nem pelos «seus» Baiotes. Só pagam o imposto com a maior repugnância e a situação é das mais agitadas. Os Felupes «senegaleses» possuem 6300 espingardas de cão e pederneira, e são alimentados pelos seus irmãos «guineenses». Curiosamente, serão os Portugueses que, também ali, tomarão a iniciativa dos combates contra os Felupes, enquanto os Franceses não se arriscam naquelas zonas. Esboroados em aldeias pouco importantes, mas unidos por crenças religiosas muito coesivas, os Felupes são vespas «invencíveis».

Devido a esta divisão territorial, cada grupo teve um desenvolvimento diferente, pois o Senegal era a colônia modelo francesa da região, sede da administração colonial da África Ocidental Francesa, sede de importantes institutos de pesquisa e universidade. Isso levou a um maior conhecimento sobre os povos Diola, e uma “herança” administrativa mais consolidada para o Estado Senegalês independente. Avesso a crises institucionais, hoje há uma estrutura muito mais desenvolvida de serviços e administração estatal entre os Diola do Senegal, que entre os seus pares da Guiné-Bissau.

A colônia da Guiné Portuguesa era o menos desenvolvido de todos os domínios portugueses na África, contando com poucos europeus e quase nenhuma infraestrutura. A situação social dos povos Diola foi de distância com as realidades do Estado colonial, exceto, claro, na cobrança de impostos e durante a guerra de independência. Acompanhando os movimentos independentistas, muitos Diolas da Guiné-Bissau se alistaram na guerrilha, e com muito suor, sangue e penúrias, arrancaram o país das garras do colonizador, tendo efetivamente ganho a guerra de

libertação e declarado independência de forma unilateral em 1973. Assim René Pelisser (1989, vol. 2; p. 286) conclui sua obra sobre a luta anticolonial:

Nascida no cheiro da pólvora, a Guiné parece-nos ser uma das consequências típicas da artificialidade da colonização europeias na África negra, mas, ao mesmo tempo, ela confirma o seu papel insubstituível de matriz de jovens Nações. Mãe ou madrasta? Não esqueçamos que, de todos os países da África Ocidental, a Guiné é o único a ter-se sangrado para se libertar do molde colonial. O preço que os seus homens pagaram para caminhar sozinhos foi tão elevado, senão mais, do que aquele que os seus ancestrais tiveram de pagar no nascimento. E agora trata-se para eles de crescer a direito, como árvore forte e dura, rumo ao céu.

Atualmente, pelas enormes dificuldades econômicas e políticas do pós-independência, se mantém entre os Diola da Guiné-Bissau, em grosso modo, as condições socioeconômicas semelhantes as descritas pelas obras clássicas da etnografia de Paul Pelisser (1966) e Thomas (1959) dos anos 60.

Hoje a região é majoritariamente Diola (Fig. 17), com algumas poucas aldeias Bayounk isoladas próximo a São Domingos. Do lado Senegalês, algumas aldeias também tiveram um fluxo de povos de outras regiões, principalmente Wolof e Mandinga, na região turística de Cap Skirring. Do lado da Guiné-Bissau, somente a aldeia de Varela (outrora turística no período colonial) possui um maior número de outros povos da Guiné, principalmente Fulas e Mandingas. As demais são quase totalmente Diolas, sejam Diolas-Felupes ou Diolas-Baiotes.

manjako – possivelmente a região de Cacheu. Estes povos, chamados pelos primeiros cronistas como Felupes, na época do contato, possuíam um reino chefiado por Mansa Felupe, que, segundo Baum e Thomas, serviu de sustentação militar para a gradual ocupação da zona Baynouk, passando então as populações a conviverem juntas, resultando no que se hoje chama de povos Diola. Estas migrações, associadas a chegada dos europeus, a decadência do reino Felupe em finais do XVI e o comércio, trouxeram turbulência para a zona. O tráfico de escravizados lentamente foi ganhando espaço entre os povos Diola, que se não foram ativos em sua promoção, se beneficiaram para adquirir insumos importantes para seu desenvolvimento, especialmente o ferro.

O trabalho de Linares aponta os caminhos para discussão sobre o passado da região, e associados com os trabalhos mais recentes de história oral, podemos apoiar nele para construção de uma história da região.

Cap. 3 - Concheiros multifuncionais? Exemplos e paralelos para entendermos o papel dos concheiros no *terroir*

Minha reafirmação de identidade e conexão com o lugar não é resultado direto das pamonhas, mas vem mais dos processos que envolvem as pamonhas, feijão, passas dentro das pamonhas e os chás de ervas da minha avó. Os processos interligam família, paisagem, conhecimento de coleção, história e uma biblioteca codificada de conhecimento cultural e ecológico, todos os quais sustentam e revitalizam um senso de identidade e lugar. (...) Comer uma paisagem é mais do que o ato de comer.

Vandana Shiva sugere que comer é um ato político. Por meio de nossas escolhas de comer localmente ou comer alimentos que viajaram 2.000 milhas para chegar às prateleiras de nossa mercearia, apoiamos um processo. Este último processo consome preciosos combustíveis fósseis; desperdiça água potável para criar produtos de origem animal; derruba frágeis florestas tropicais e paisagens desérticas; e aumenta as doenças relacionadas à nutrição principalmente entre as populações pobres, de baixa renda e sem instrução. Comer uma paisagem também é um ato de reafirmação social.

Enrique Salmon (2012, p. 8)

O ato de comer é um ato político. Escolhas de alimentação do presente e do passado não acontecem ao acaso, mas seguem preceitos culturais que vão muito além da simples obtenção de calorias e nutrientes para a sobrevivências. Comer faz parte da coesão social, da identidade, e marcam o território, principalmente em sociedades agrícolas, onde tanto esforço é despendido para conseguir cultivar os alimentos desejados. Comer a paisagem, é a apropriação da sua identidade, valores e sentidos. Roe (2018, p. 142), inclusive defende que olhar a alimentação permite observar as mudanças das relações humanas com o ambiente, em particular, no nosso caso como no que ela examina “(...) as complexas relações socioculturais e culturas que crescem como resultado das interações com o ambiente marinho e da necessidade humana de alimentação. Essa ideia pode ser conceituada no termo ‘seascape’.”

Talvez nenhum outro sítio arqueológico apresente com tantas evidências, clareza, diversidade e representatividade essa relação das pessoas com um alimento. Os concheiros são ubíquos da experiência humana com os moluscos. Existem em inúmeras formas, foram construídos com diferentes sentidos, e revelam muito sobre o passado e o presente humano. Diante de tamanha diversidade cultural e histórica, talvez os únicos elementos que unifiquem os concheiros são as suas duas característica mais evidente: a composição majoritária de conchas e o deliberado interesse em empilha-las. No entanto, talvez para além destes elementos constitutivos, nada mais unifique os concheiros do mundo. Comparando os casos do Senegal com os Australianos, EUA e os do Brasil, se observam diferenças profundas,

mas também há questões comuns, que nos servem de inspiração para refletir sobre a realidade que observamos durante os trabalhos de campo na Guiné-Bissau.

Ao mesmo tempo que esta constatação nos coloca problemáticas cronológicas e culturais evidentes, pois estamos discutindo contextos e cronologias absolutamente distintas, também aponta para possibilidades de análise dos concheiros contemporâneos a partir de suas presumidas funções sociais. É justamente nesse ponto: entender as possíveis funções dos concheiros e sua constituição no *terroir* que consiste em um dos objetivos de nossa pesquisa. Ela busca assim, contribuir para uma área com poucos estudos, conforme afirmado por Oertle & Szabó com relação à Austrália, (2019, pp. 154–155):

A fase final da mariscagem é o descarte e [este tema] teve pouco foco em estudos etnoarqueológicos. As práticas atuais de descarte foram exploradas apenas brevemente pelos estudos realizados (...). Meehan (1982) separa a localização dos sítios de descarte em acampamentos de jantar, bases domésticas e locais de processamento. Estas definições de sítio foram reutilizadas por vários arqueólogos (...), mas ao fazê-lo, a uniformidade da deposição de mariscos e os comportamentos que sustentam esses processos têm sido amplamente entendidos como espacialmente, geograficamente e culturalmente uniformes”.

Ou Daniela Klokler (2018, p. 92), comentando sobre o Brasil:

Talvez o agrupamento de sítios com diferentes escalas possa estar relacionado a diferentes funções como acampamentos, locais de processamento ou habitações. Infelizmente, a função do sítio ainda é um tópico de pesquisa que precisa de mais desenvolvimento, mesmo em grandes montículos, de longe os sítios mais estudados. Não há um acordo completo sobre a natureza de muitos sítios e pesquisas recentes que revisitam sítios, documentação e coleções não conseguiram identificar evidências inequívocas de habitações dentro dos montes (Gaspar et al 2014; Klokler 2014).

Acreditamos, assim como a literatura que apresentaremos e também a nossa pesquisa mostra, que, sem dúvidas, descartar é um ato cultural. Para além de um momento de se “livrar” do resíduo, isso implica em muitas escolhas, e revela sobre questões centrais das sociedades e sua ocupação na paisagem. Descartar as conchas para criar montes é um ato que compõe o *terroir* Diola.

O descarte é um dos temas clássicos da teoria arqueológica, principalmente no período da arqueologia processual, onde o tema adquiriu predominância, com autores expoentes publicando resultados e debatendo. No início dos anos 1970, Schiffer desenvolveu uma teoria que iria revolucionar a percepção da arqueologia, e que abriu novos caminhos para se entender a relação das pessoas com a materialidade, posteriormente intitulada de arqueologia comportamental. Em seu clássico artigo de

1972, o autor apresenta o conceito de “história de vida”, sistematizadas no famoso diagrama, chamado pelo autor de “*A flow model for viewing the life cycle of consumable elements*”.

Dentre as muitas contribuições desta corrente, e em geral do processualismo, foi instrumentalizar a arqueologia com métodos, conceitos e termos que permitem aos arqueólogos ampliar seus horizontes e melhor estudar e definir o registro arqueológico.

Nele estão representados a história de vida de qualquer objeto antrópico, independente do tempo e espaço. De acordo com o modelo, todo objeto antrópico inicia sua vida no momento em que este é manufaturado por uma pessoa. Essa manufatura pode ser o processo de transformação da matéria prima em artefato, ou a utilização de material orgânico em seu estado bruto, chamado de ecofato. Após a manufatura, o artefato, ou ecofato, entra em uso. Uso é o ato de dar sentido e função a este material, e durante o uso, o artefato pode passar por processos de manutenção e reciclagem para outros fins, até finalmente ser descartado, saindo do contexto sistêmico e entrando no contexto arqueológico, ficando sujeito as intempéries naturais, ou, processos de formação naturais os quais correspondem para o autor a fases de decadência do ciclo de vida. Os concheiros assim, seriam o local final de deposição das conchas que após usadas, perderam seu uso sistêmico e assim, viraram arqueológico.

Uma das questões que o fluxo de Schiffer nos traz é como identificar o fim da vida do artefato a sua entrada no contexto arqueológico. Tomando como escala de análise as conchas, observamos um desafio. O que é entrar no contexto arqueológico? Pois o fato de descartar no concheiro assim implicaria em alijamento das conchas de possíveis funções na sociedade. O que observamos no trabalho de campo não corresponde com essa realidade. Não é porque as conchas foram descartadas como refugio alimentar em um concheiro, que elas não continuem a serem percebidas como partes da sociedade, e portanto, em um contexto sistêmico. As conchas podem ter diferentes funções na sociedade, sendo reusadas e ressignificadas dependendo da situação, o que implica ir além de uma primeira observação como refugio ou descarte.

Considerando estas questões, acreditamos que para evitar confusões, o correto seja mudar a escala de análise, considerando o concheiro como o artefato sendo construído, permitindo uma interpretação que corresponda com mais fidelidade

ao proposto por Schiffer (Fig. 18). Em sua longa construção, os sentidos de sua construção e composição vão se alterando ou se mantendo, correspondendo a cultura das populações que as constroem.

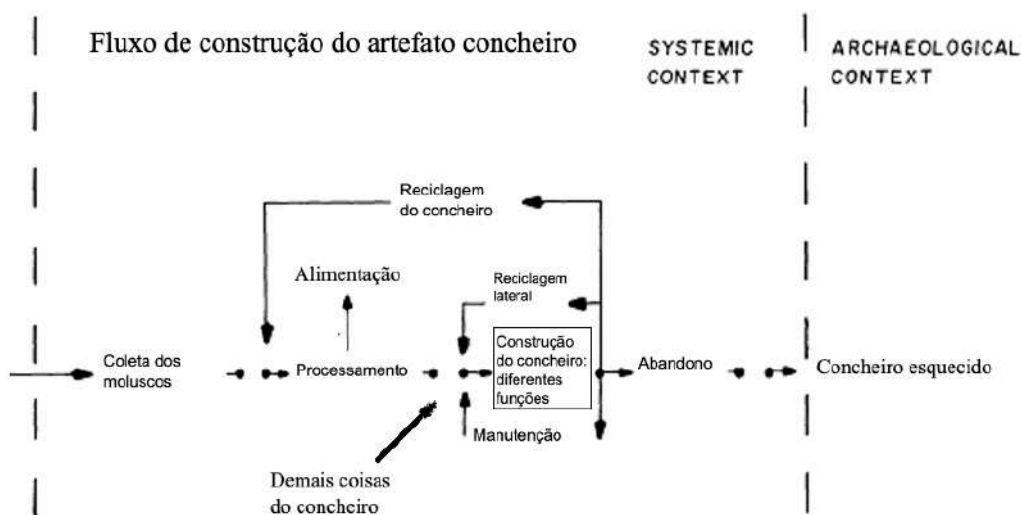


Fig. 18 - História de vida de um concheiro Diola. Diagrama adaptado de Schiffer (1972).

O concheiro se inicia com a coleta dos moluscos,. Após o processamento, no nosso caso, para alimentação, as conchas são depositadas conjuntamente com o objetivo de criar um concheiro com determinada função. O processo é longo e constante, e assim, o período de uso é indeterminado durante sua construção. O que pode mudar é a sua função na sociedade durante a construção, como veremos nos próximos capítulos. A manutenção ocorre por possíveis “acertos” de seu formato, ou impedindo que algo venha a danificá-lo involuntariamente. A reciclagem do concheiro ocorre quando a função que exerce na sociedade não é mais necessária, ou que há outra melhor forma de aproveitamento, sendo seus componentes – as conchas – utilizadas para outra finalidade, como, por exemplo, na construção de casas ou na fabricação de cal. O abandono ocorre quando ele não está sendo mais construído, porém as pessoas sabem que ele existe, e acreditamos que nessa etapa ele continua no contexto sistêmico tendo uma função simbólica de memória. Por fim, o refugo é quando ele não possui mais qualquer função na sociedade, e está esquecido, rompido qualquer laço com as pessoas que construíram ou que vivem na região.

Entrando no contexto arqueológico, segundo Shanks (1998, p. 16), “(...) a história de vida de um artefato não termina quando entra no registro arqueológico, mas continua com a descoberta na escavação, dando uma reciclagem”. Seguindo-o, Holtorf (2002, p. 54) afirma que a partir do momento em que novos significados são

atribuídos a ele, novos episódios de vida são acrescentados, incluindo aí o trabalho do arqueólogo que estuda estes objetos, que nos diz: “(...) qualquer coisa que fizermos com e para estes monumentos hoje, é simplesmente nossa própria contribuição para as suas vidas.” Devido a natureza de nossa metodologia de pesquisa, baseada no “*village based survey*” (cap. 6), não encontramos nenhum concheiro que pode ser enquadrado como refugio, pois justamente foi a comunidade que nos indicou sua existência. Certamente eles existem, e talvez sejam a resposta de muitas lacunas que comentamos com profundidade no cap. 10.

Ao tentarmos apresentar a vida das “coisas”, podemos com maior ou menor destreza, mostrar como os diferentes momentos sociais afetam e são afetados por elas, enriquecendo nosso conhecimento sobre o passado. No entanto, é sempre pertinente ressaltar que todo o conhecimento sobre a “vida da coisa” é fruto de nossas intenções e preocupações do presente. Paralelo ao conceito de “história de vida”, e ao meu ver correlato, é o de “biografia cultural”, que possui como ideia central, segundo Gosden e Marshall (1999, p. 169), a noção de que “(...) a medida que pessoas e objetos agregam tempo, movimento e mudança, eles são constantemente transformados, e estas transformações de pessoas e objetos são amarrados juntos com cada outro.”

A partir da perspectiva da história de vida dos concheiros, podemos entender os processos de formação dele, tentando entender a teia de sua construção, que vai além das conchas, incorporando outros artefatos e ações. Sendo nosso objetivo principal entender as diferentes funções dos concheiros atualmente e no passado, esta abordagem nos permite situar historicamente o papel dos concheiros no *terroir*, algo que vislumbramos como contribuição teórica para a região.

Para nos apoiar em referências de análise, buscamos alguns exemplos em diferentes países, com o objetivo de identificar diferentes funções que existem em concheiros que nos servem de referências para debater os nossos achados e análises. É a função (uso em contexto sistêmico) que nos guiará na análise da bibliografia selecionada e também em nossa análise dos concheiros Diola da Guiné-Bissau. Buscamos entender as características que permitiram os diferentes autores a criarem suas hipóteses de funções, e claro, a história humana por trás dos concheiros. Das muitas possibilidades, escolhemos três funções que trazem aspectos interessantes para nossa análise, envolvendo o sagrado/ritual, o mundano/cotidiano, e suas conexões.

Concheiros como monturo

A interpretação mais tradicional da função de concheiros é justamente que estes são, mesmo que não somente, acumulações de resíduos. Um trabalho pioneiro e central com esta perspectiva para o campo dos concheiros, e inspiradora de muitos trabalhos posteriores na região (Bird, Douglas W; Bird, 2004; Bird & Bliege Bird, 1997; Koster et al., 2020; F. R. Thomas, 2002) foi a tese de doutorado da arqueóloga australiana Betty Meehan – *Shell Bed to Shell Midden*, publicada em 1975. Na tese a autora buscou elucidar o papel dos moluscos na alimentação dos povos Anbara, coletados no estuário do rio Blyth, no norte australiano, e inferir sobre a formação dos concheiros que existem na zona. A autora conseguiu observar e registrar os hábitos alimentares, chegando a diferentes conclusões sobre a cadeia operatória da atividade, constatando o papel importante dos moluscos na alimentação do grupo e suas variações durante o ano. Como parte da sua pesquisa, a autora observou a construção de diferentes concheiros, que mesmo sendo todos lixeiras, é possível observar diferentes associações com relação ao momento/lugar de processamento/consumo dos moluscos.

(1) Concheiro de alimentação temporária

Estes concheiros são localizados próximos aos locais de coleta, em uma sombra de árvore. Alguns eram fruto de uma única alimentação, outros são constantemente construídos durante os tempos. De acordo com a Meehan (1975; pp.166-167), possuíam uma estrutura simples, onde era possível observar o acampamento e na sua periferia pilhas de moluscos e fogueiras para consumo. Junto a essas pilhas também se encontrou grama e folha usada para deposição dos moluscos antes da preparação. É possível identificar se o local foi de utilização única ou repetida pela quantidade delareiras, conchas e dimensões. A autora apresenta um mapa com a representação espacial do lugar (Fig. 19):

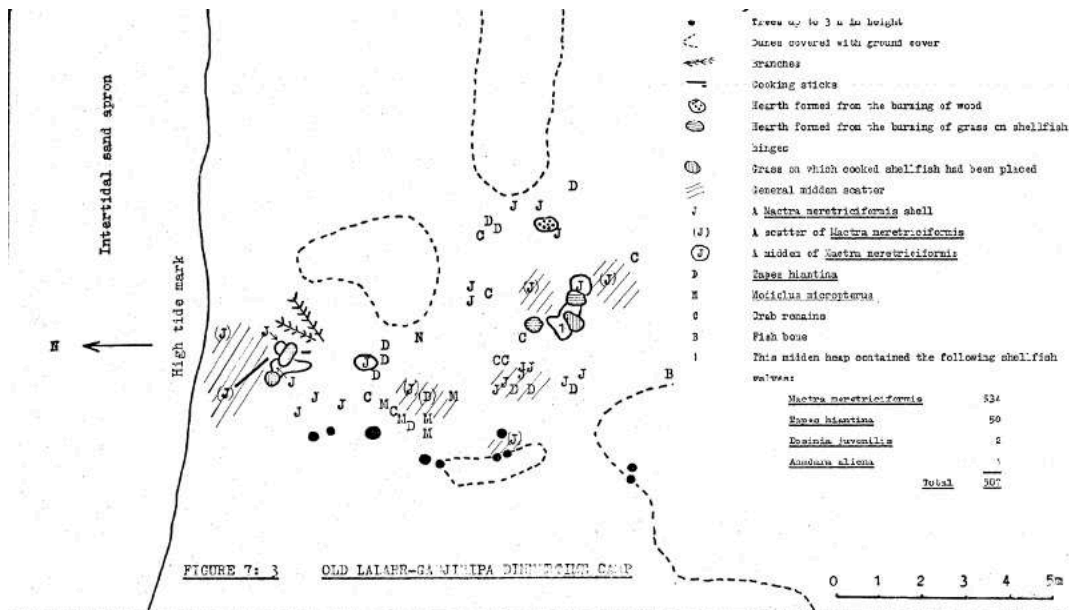


Fig. 19 - Mapa de acampamento de alimentação temporária. Meehan, 1975 p.166.

Aproveito este espaço para comentar que encontramos um cenário muito semelhante em nossa pesquisa. Na aldeia de Suzana, que não possui concheiros na aldeia em si, existem diversos pontos de coleta de ostras, inclusive as ostras de Boatche são famosas em toda a região por serem as maiores de todas. Elas geralmente são levadas fechadas para Suzana e aí processadas. Porém, durante a atividade de coleta, se preparam algumas no local para alimentação, gerando uma configuração de um acampamento temporário (Fig. 20 e Fig. 21).

O local fica próximo ao local de coleta, na margem do braço de mar onde as ostras são coletadas.

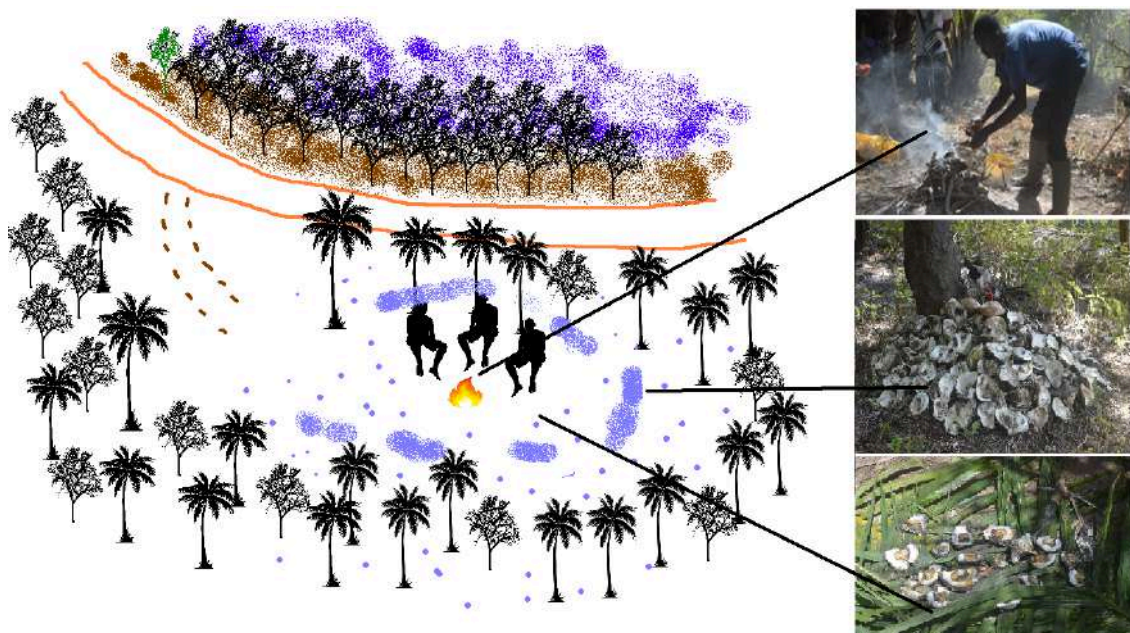


Fig. 20 - Desenho – Local de alimentação temporária em Boatche, Suzana – Guiné-Bissau. Foto e desenhos: autor.



Fig. 21 - Fotografia de local de alimentação temporária. Boatche, Susana. Fotografia: autor.

(2) Concheiros junto à habitação

Durante sua pesquisa a autora identificou grande quantidade de concheiros junto às zonas de habitações das populações. Para ela, a existência destes concheiros no acampamento base se dava por três fatores:

- 1 - Distância dos acampamentos base dos locais de coleta;
- 2 – Ciclo sazonal;
- 3- Obrigações cerimoniais (Meehan, 1975; p. 111).

O cozimento ocorre após a chegada, sendo as conchas então descartadas em padrão semelhante ao usado nos acampamentos temporários, porém que se repete constantemente. As localidades para abertura dos moluscos e cozimento vai ser movendo pouco a pouco, em alguns casos poucos metros, outros bastantes, afim de terem mais espaço para processarem as atividades. O depósito das conchas e demais resíduos sempre sendo na periferia das fogueiras. Soma-se outros alimentos que acabam se somando as pilhas de conchas (Fig. 22). Em momentos periódicos, ocorriam limpezas onde os restos eram então recolhidos e depositados em lugares com menor importância de uso e acesso.

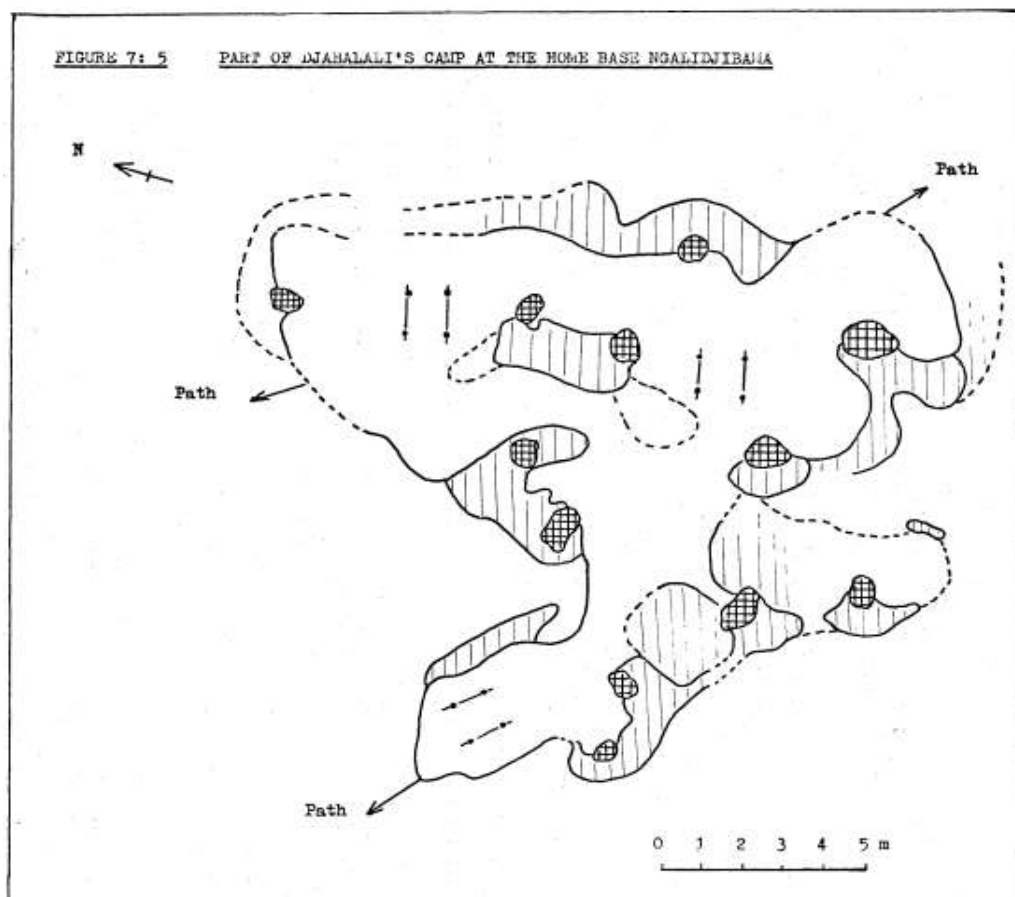


Fig. 22 - Mapa de concheiros junto a zona de habitação permanente. (Meehan, 1975; p. 168).

Esse processo repetidamente cria grandes montes, que acumulam grama e também insetos, sendo então queimados. Meehan observou que particularmente os cães remexem essas pilhas, em busca de restos de alimento, e contribuem, assim como a própria limpeza para a mistura de camadas estratigráficas diferentes (Meehan, 1975; p. 168).

Durante os trabalhos de campo da autora, somente uma minoria dos moluscos coletados foram levados para serem processados na aldeia (Meehan, 1975; p. 170). Esta observação é corroborada pelos trabalhos de Bird et al (2002, p. 467), ao estudarem populações contemporâneas e verificar que os concheiros arqueológicos apresentam uma composição de moluscos diferente da alimentação atual, que prefere processar os moluscos no local da coleta do que levar para a base. Este aspecto é muito importante para entendermos o que é uma lixeira entre os Diola, e como ela de fato corresponde a alimentação ou comportamento deles.

(3) Concheiros de processamento

Por fim os concheiros de processamento são caracterizados por serem resultado de uma retirada da carne para consumo em outra localidade. No caso dos Anbara, geralmente associado a expedições para coletas de determinadas espécies de moluscos, como a *Batissa violacea* e *Crassostrea Amasa*. Há uma grande expedição, e o processamento ocorre no local, e nos concheiros não se encontram qualquer outra cultura material, sendo que geralmente são compostos de uma única espécie (Meehan, 1975; p. 169). Acreditamos que esta característica se encaixa nos concheiros do complexo Icun e da Barreira de Coladje, que trataremos no capítulo 10.

Todos os concheiros citados pela autora são considerados monturo pelas populações que as constroem, porém, ela identificou que com o passar do tempo estes são incorporados à paisagem das populações, recebendo nomes e servindo de lugares de memória do território.

Restos de monturo de concha eram uma das características comuns de Território de Anbara no interior e na costa, ocorrendo em muitas formas variando de finas dispersões a densas camadas de concha de até um metro espesso. Enquanto caminhava pelo mato, as pessoas costumavam comentar sobre um site específico descrevendo seu lugar no ciclo anual, nomeando as pessoas que acamparam ali, bem como o que teriam comido. Assim, alguns locais foram designados como 'acampamentos de clima frio', outros 'época de chuva' campos 'e assim por diante. Quando as pessoas não podiam nomear as pessoas que tinham habitavam um determinado local, eles geralmente o atribuíam a 'homens mortos' o que significa que tinha sido habitado por ancestrais Gidjingali cujos nomes eles não podiam, ou não queriam, lembrar (Meehan, 1975; pp. 239-240).

Os concheiros assim, mesmo sendo à primeira vista “somente” monturos, podem se configurar como memória material das atividades do passado, dos antepassados, o que acreditamos que ocorre também entre os Diola da Guiné-Bissau.

No Senegal também há pesquisas que tratam de concheiros contemporâneos criados como monturos. Diversas pesquisas recentes feitas no país buscam entender e discutir a construção dos concheiros atualmente, seu processamento e sua destruição (Djigo, 2000; Kantoussan, 2006). Hardy e colegas (2016) observaram em seus trabalhos o processo de formação de vários desses concheiros na região do Saloum, mais especificamente nas vilas de Falia, Diakhanor e Djifère. O contexto que eles pesquisaram está relacionado com uma prática massiva, principalmente das mulheres da zona, que coletam muitos moluscos *combe* – os que também existem na Guiné-Bissau - principalmente para vender secos.

Os barcos chegam cheios de moluscos que são levados para áreas de processamento. Estas se encontram junto a costa, no mesmo lugar em que se encontram os concheiros. O motivo de serem tão próximos, segundo os autores, é que os moluscos são muito pesados e também perecíveis, assim o processamento deve começar o mais rápido após a coleta. Os concheiros em construção, estes grandes, possuem então muitos caminhos em cima que são usados para levar as conchas até o topo. Eles então apresentam um mapa e sugerem uma interpretação sobre a deposição:

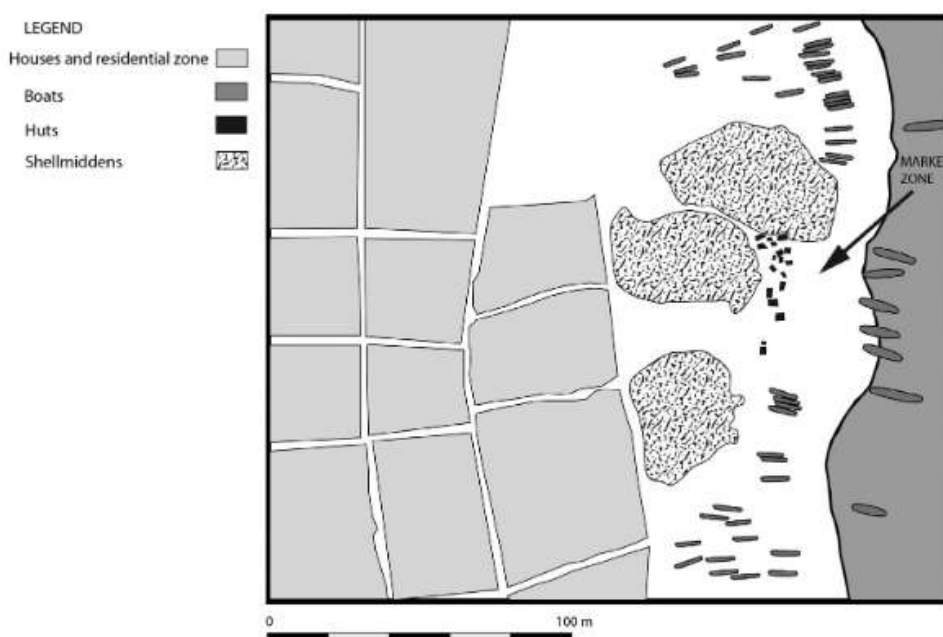


Fig. 23 - Mapa com as localizações das casas, concheiros e barcos. Hardy et Al, 2016.

A planta da praia (Fig. 23) mostra as três áreas de deposição espalhadas, as áreas vazias entre elas são caminhos. A deposição e a acumulação são horizontais e verticais. Se as conchas continuarem a ser depositadas em todos os três concheiros, elas acabarão se juntando. O comprimento desta ampla área de deposição de concheiro é de aproximadamente 100 m, o que é relativamente pequeno em comparação com alguns dos concheiros maiores da região (Hardy et al, 2016; p. 26). Além das conchas, há também deposição de lixo moderno (Fig. 24), oriundo do consumo de bens industrializados e também outros vestígios. Ambos, no entanto, em uma proporção muito menor, dado ao enorme ritmo de construção do concheiro (Fig. 25).



Fig. 24 - Concheiro com lixo em superfície. Hardy et Al, 2016.



Fig. 25 - Concheiro junto a praia. Hardy et Al, 2016.

Apesar de ser uma enorme lixeira, este caso é bastante peculiar, e muito interessante para nosso trabalho, pois se trata de concheiros oriundos de uma exploração comercial, e não doméstica. De acordo com os autores, isto deixa evidente algo já levantado há muito tempo (Walsekov, 1987) sobre uma representação excessiva das conchas sobre os materiais das pessoas, que por muitas vezes deixam traços diminutos em um primeiro olhar no registro do concheiro (vestígios alimentares, vegetais, cestarias, madeira e etc) e também estimar uma quantidade populacional superdimensionada, dado que não necessariamente o concheiro corresponde a hábitos alimentares de somente uma zona ou grupo social.

Assim, não são as tradicionais “kitchen midden/monturo” que a bibliografia trata (Waseikov, 1987) e que veremos nos casos de Varela/Yal, mas sim um complexo de extração profissional orientado a fornecer alimentação e conchas ao enorme mercado consumidor do Senegal.

Os monturos também estão presentes no registro arqueológico mais profundo, como os diversos estudos sobre concheiros do sudeste dos Estados Unidos da América apontam. Os chamados anéis de concha, ou shell-rings, são formações circulares ou quase circulares compostas de conchas, principalmente de ostras, e diferentes elementos artefatuais, variando de tamanho dependendo do sítio, mas em geral, tendo 2 metros de altura e 100 metros de diâmetro (Marquardt, 2010; Sanger et al., 2020; Schwadron, 2017). O nome anéis, como aponta Russo, é parcialmente inadequado, pois não reflete a diversidade em suas formações (Saunders & Russo, 2011; p. 45).

Sua cronologia os coloca como as mais antigas evidências (5800 AP) de ocupação humana na região (Saunders & Russo, 2011) sendo sítios que definem o chamado arcaico tardio, que marca a transição de grupos nômades para um estilo de

vida mais sedentário (Galdun, 2020). Esta transição, segundo diversos autores (Claassen, 1991; Galdun, 2020; Sanger et al., 2020) ocorreu pela maior disponibilidade de alimentos, principalmente moluscos, que poderiam ser coletados durante todo o ano, fazendo surgir as primeiras aldeias e casas permanentes. Durante milhares de anos, estes concheiros foram sendo formados pelas populações.

De acordo com a bibliografia consultada (Galdun, 2020; Marquardt, 2010; Saunders, 2017; Saunders & Russo, 2011; Thompson, 2007), existem atualmente quatro correntes interpretativas sobre a função destes sítios. Vamos analisar cada uma delas. Reproduzimos aqui as palavras de Thompson (2007; p. 91):

O modelo de "acumulação gradual", afirma que os anéis de concha representam locais de habitação permanentes (ou seja, ocupação durante todo o ano) ou semipermanentes que foram formados através do acúmulo gradual de detritos de habitação e restos de comida como resultado de famílias igualitárias que vivem diretamente no topo do anel (por exemplo, DePratter 1976; Trinkley 1980: 313, 1985: 118, 1997; Waring e Larson 1968: 273).

De acordo com esta interpretação os concheiros foram sendo construídos como decorrência das atividades do cotidiano, ou seja, grandes lixeiras. O início do concheiro se dá com a instalação das casas em formato circular, em torno de uma praça. As conchas vazias resultantes do consumo dos moluscos e outros refugos domésticos são descartados em montículos adjacentes às residências (similar à situação que observamos nos concheiros com a função monturo na Guiné-Bissau, ver capítulo 8). Estes montículos passam a ter maiores dimensões com o tempo, preenchendo os vazios entre as casas (Fig. 26; Thompson, 2007; p. 93).

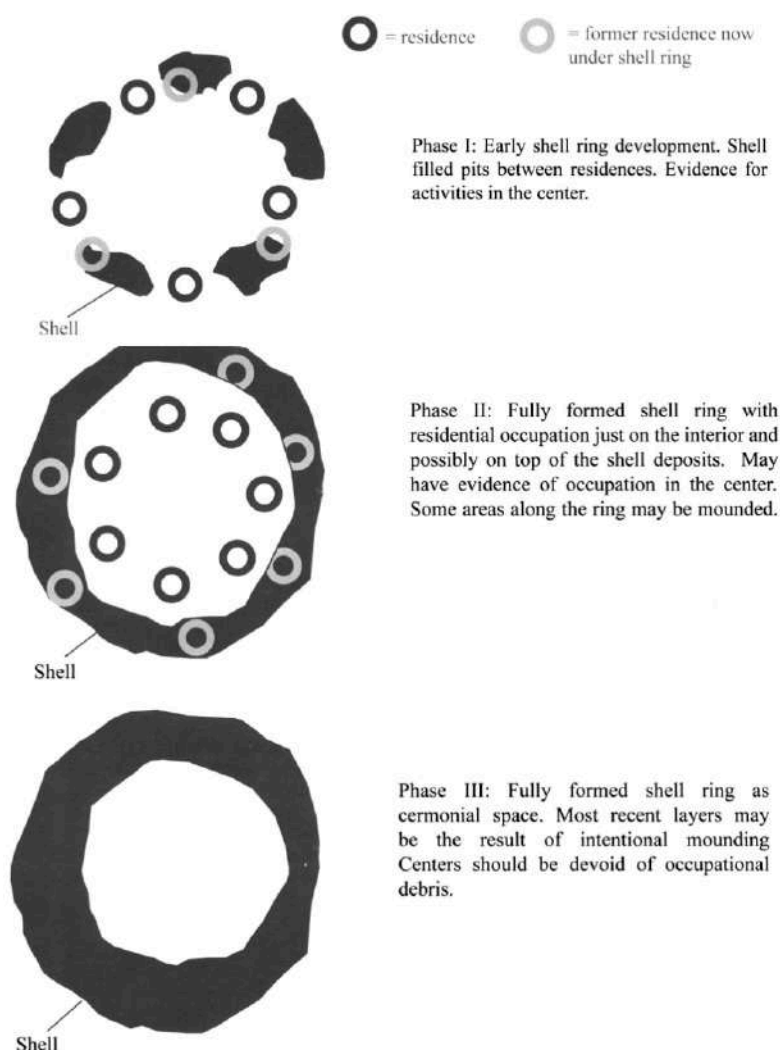


Fig. 26 - Fases de construção do concheiro (Thompson, 2007; p. 93).

Os defensores deste modelo advogam que a presença de fragmentos cerâmicos, ferramentas de conchas, grandes buracos cheios de refugos de conchas “(...) indicam que os anéis de conchas são lugares de habitação diária e não uma construção cerimonial (Thompson, 2007; p. 91)”. Além disto, eles associam a abundante presença de buracos de estacas nos concheiros como estruturas residenciais.

Um segundo modelo, chamado de “cerimonial” argumenta que “(...) os anéis foram formados por meio de episódios de festas sazonais de curto prazo e/ou amontoamento intencional (ou seja, construção de monumentos) (por exemplo, Cable 1997) por grupos igualitários durante épocas específicas do ano (Saunders 2002: 158, 2004a: 42, 2004b: 265) (Thompson, 2007; p. 91)”. Para eles, a construção dos concheiros foi feita a partir de eventos rápidos e curtos, possivelmente associados a rituais e festejos cerimoniais (Russo, 2004), cenário comparável com os festins dos

sambaquis brasileiros do litoral do atlântico sul, dos rituais da Califórnia e do Saloum antigo. Para este autor, é possível observar na estratigrafia estes eventos curtos, pois diferente das ocupações domésticas, muitas camadas apresentam conchas inteiras, intactas, e com pouco ou nenhum vestígio de uso cotidiano, ou seja, eles foram criados em um evento rápido com intensa deposição (Russo, 2004: p. 43). Os concheiros, assim, se configuravam em lugares de encontro de pessoas para celebrar ocasiões especiais durante o ano.

Um terceiro modelo, que podemos identificar de uma abordagem de “lugar persistente”, busca conciliar as duas primeiras teorias.

(...) Thompson (2007, 2010) sugeriu que a função do anel mudou ao longo do tempo. Os anéis começaram como aldeias e os montes de conchas se acumularam ao longo do tempo, primeiro em fossos ao lado de estruturas e depois em forma de anel. Quando uma aldeia foi abandonada, seus laços profundos com a paisagem e as pessoas tornaram-na um espaço sagrado, e conchas continuaram a ser amontoadas no anel da aldeia pré-existente durante as celebrações rituais. Dada a variabilidade dos anéis ao longo do tempo e do espaço, todos esses argumentos (e outros) podem ser boas aproximações das funções do anel (Saunders, 2017, p. 16).

Nesta interessante perspectiva, busca-se dar profundidade cronológica ao sítio e entender a complexidade das populações enquanto mutáveis no tempo. Para Moore e Thompson (2012) esta abordagem se utiliza do conceito de *dwelling* de Ingold para explicar que é no processo de habitar que se cria a paisagem e os lugares, ou seja, que os humanos não habitam mundos naturais e culturais pré-existentes deles. O mundo está em constante transformação pelas interações com os animais, plantas e com as tarefas do dia a dia, e são estas interações que criam os lugares persistentes, forjando a paisagem, memórias e as identidades dos povos que nela habitam (Bowser & Zedeño, 2009; Ingold, 1993, 2000; Knapp & Ashmore, 1999).

Por fim, temos a corrente interpretativa capitaneada por Marquart (2010), que refuta qualquer tipo de simbolismo nos concheiros. Para o autor, explicações mais mundanas e práticas são mais plausíveis para explicar as diferenças entre concheiros, identificando três motivos para se construir concheiros distantes de zonas de habitação, “(...) as pessoas não teriam que suportar o fedor e as moscas que seriam atraídas para os depósitos de lixo; estariam mais protegidos de doenças que podem ser transmitidas por pássaros, insetos e outros animais; e os altos montes de ostras forneceriam uma proteção contra inundações (Marquart, 2010; p. 561).

Sua proposta nos assemelha muito ao que observamos no concheiro tipo barreira, na aldeia de Coladje, em que uma imensa “barreira” composta praticamente somente de ostras inteiras ocorre, hoje distante da zona de habitação. Para o autor, o motivo do formato da construção em “anel”, ou semicircular estava relacionado não com monumentalidade/cerimonial, mas com uma razão prática: o acúmulo de água doce.

Se os concheiros em anel do arcaico foram ocupados apenas durante as épocas de nível do mar relativamente baixo, então o interior do anel pode ter funcionado para confinar as águas subterrâneas e pluviais. (...) Os depósitos de monturo em torno da “praça” interior resultam de pessoas que realizam suas atividades diárias e depositam seu lixo longe de onde coletam a água. O interior não é, portanto, uma praça ou uma arena, mas um tanque de água construído para captar e armazenar água doce não filtrada (Marquart, 2010; p. 564).

Assim, o motivo da construção, e os vestígios que ele observa no interior do concheiro são de poços para acúmulo de água.

Concheiros Funerários-Sagrados

Em diversos lugares do mundo os montes de conchas foram usados como cemitérios para seus mortos. No caso do Brasil, a maior parte das pesquisas sobre sambaquis do litoral sul atlântico atualmente adotam a tese de que os sítios surgiram como construções que não possuíam vínculo direto com o cotidiano das populações, no sentido que não são lugares de habitação, vivência ou deposição de lixo (Villagran, 2014). Os sítios que possuem sepultamentos, principalmente os mais monumentais, tem como função principal a de cemitério. Dos muitos sambaquis pesquisados, escolhemos o que pesquisadores Gaspar et al. (2014) consideram um exemplo inequívoco de cemitério, o Jabuticabeira II no litoral sul de Santa Catarina (Fig. 27).

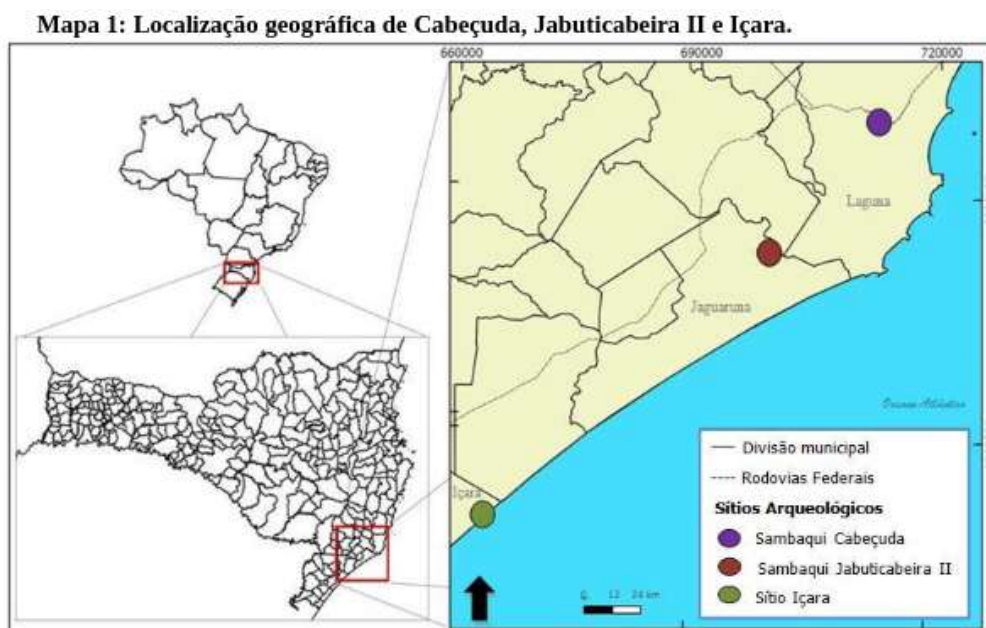


Fig. 27 - Mapa com a localização dos sambaquis, destaque para o Jabuticabeira II. (Giusto, 2017, p. 42).

O sítio Jabuticabeira II é um dos mais estudados no Brasil, tendo sido chave para a mudança de paradigma referente ao papel funerário dos sambaquis. Praticamente todo destruído pela mineração e abertura de estrada, o pouco que se conservou permitiu um olhar privilegiado sobre a estratigrafia do concheiro, desde sua base até o topo. Sua área original consistia de mais de 8 hectares, com o topo chegando a 10 metros (Bianchini et al., 2011). Possui uma ocupação provável de mais de 1000 anos, de 2880 AP a 1864 AP (Bianchini et al., 2011). Em seu interior possuem milhares de indivíduos sepultados, chegando, de acordo com uma projeção e estimativas, mais de 43 mil indivíduos (Gaspar, 1999, p. 62), sendo enterradas aproximadamente 1550 pessoas a cada geração de 25 anos. O padrão de construção fora de episódios de deposição rápidos associados aos funerais (Gaspar et al., 2014; Klokler, 2016; Klokler et al., 2018a). O sítio se compõe de diferentes camadas que se alternam, descritas por Bianchini et al (2011, pp. 53-54; Fig. 28) entre as chamadas camadas de preenchimento, poucos artefatos e vestígios, e as camadas funerárias, compostas por sedimento escuro, pouco espessas, contendo “(...) diversos sepultamentos e todo um aparato funerário, como marcas de estacas, estruturas de combustão, manchas de fogueira e artefatos associados.”

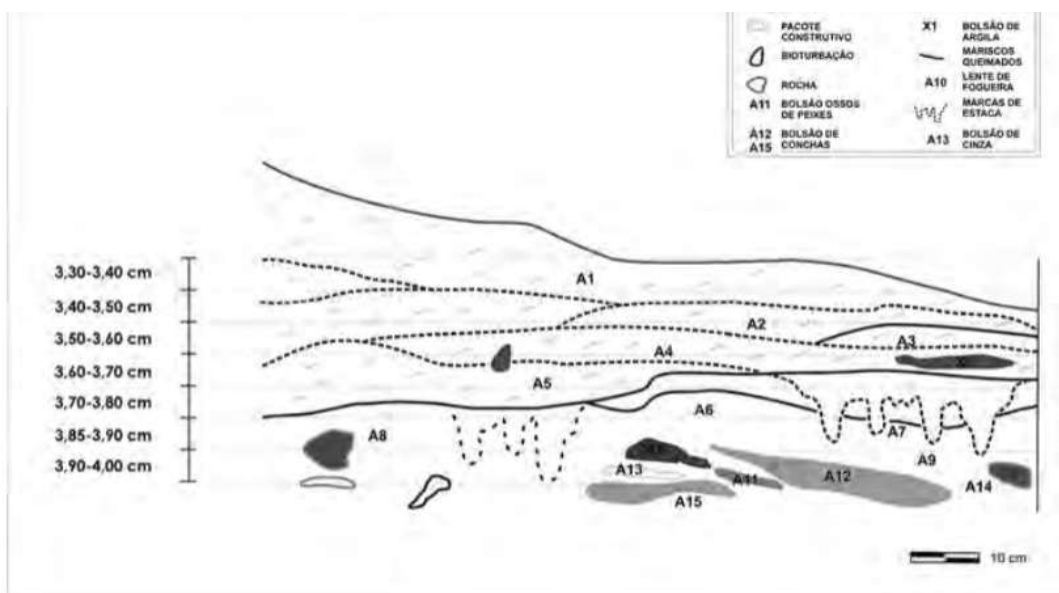


Fig. 4. Sítio Jabuticabeira-II, Locus 1, Trincheira T18. Perfil da área funerária indicando as principais feições e a distribuição das amostras em relação aos níveis artificiais previamente definidos (desenho e digitalização G. Bianchini.).

Fig. 28 - Perfil estratigráfico do Sambaqui Jabuticabeira II. (Bianchini et al., 2011).

Em primeiras interpretações, a presença de grande quantidade buracos de estacas fora entendido como local de habitação. Posteriormente, averiguou-se um padrão para estes buracos, com evidências de chão e artefatos do cotidiano, associado com sua posição sempre próximos aos sepultamentos, não sustentam esta hipótese, e assim, acredita-se que as estacas estavam relacionadas com um tipo de proteção ao sepultamento (Gaspar et al., 2014, p. 97).

Uma sucessão de sepultamentos se seguira, criando um rápido crescimento do monte. Esta revisitação recorrente, com a colocação de amplas camadas de conchas para selar os sepultamentos e com rituais, se estabelecem plataformas. A partir delas, novas são construídas, de forma sucessiva, criando um enorme monte, em um movimento eminentemente simbólico: “Construtores de sambaquis não estavam de nenhuma forma enterrando seu povo em lixo. Ao invés, eles estavam construindo em cima deles com materiais cuidadosamente selecionados, cheios de significados.” (Gaspar et Al, 2014, p. 97).

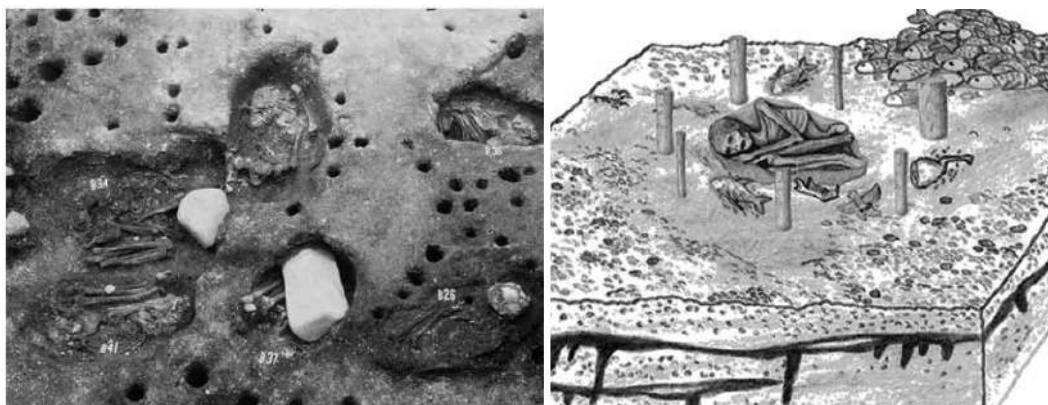


Fig. 29 - Sepultamento no sambaqui (M. D. Gaspar et al., 2014, p. 98)

Fig. 30 - Desenho representando configuração do sepultamento (Maria Gaspar et al., 2014, p. 98).

A presença dos mortos (Fig. 29 e Fig. 30), dos ancestrais, enterrados por centenas de gerações no mesmo lugar, conecta as gerações futuras com a paisagem, preservando a memória não somente dos entes queridos, mas de todo um modo de vida (Gaspar et al., 2014; Klokler et al., 2018b). Acredita-se que o processo de sepultamento das pessoas, e, portanto, da construção do sambaqui, se dava através de grandes festejos cerimoniais que reuniam todas comunidades e suas redes de relações, reforçando uma identidade coletiva e a centralidade do simbolismo do sambaqui na sociedade, assim como, as atividades de construção criavam um sentimento de cooperação e solidariedade (Klokler et al., 2010). Como veremos, isto é algo central também para a paisagem da Guiné-Bissau, que mesmo sendo um contexto totalmente diferente – sem a sacralidade ou presença de funeral dos concheiros – eles, no limite, representam o humano e o modo de vida (Diola). O Jabuticabeira II assim, se classifica como de um monte do tipo funeral monumental, com a função específica de cemitério cerimonial (Klokler et al., 2010).

Os grandes montes servem também, de acordo com De Blasis et al (2007) para reafirmar a presença no território, ser visto e ver outros sambaquis e povos, e ver a laguna, eixo central do modo de vida, enquanto

(...) espaço comum de circulação, compartilhado em termos econômicos, marcado pelas áreas de pesca. Esta organização se reflete na configuração de suas aldeias dispostas de maneira circular em torno de um «território» que, afinal, parece ter mais água que terra. Parece bastante razoável que estes agrupamentos constituam núcleos socialmente consistentes, unidades (aparentemente) não hierárquicas de organização territorial e política da sociedade sambaqueira (De Blasis et al., 2007; p. 53).

Em uma topografia plana ao se circular pelo território facilmente se observam os sambaquis, mas também o modo de vida, o vai e vem de canoas, pessoas, peixes,

moluscos, ou seja, o coletivo em senso maior, criando assim ao mesmo tempo uma paisagem antropizada, mas também ritual, com os ancestrais presentes nos sambaquis, na paisagem e no modo de vida.

Ao norte do atlântico, nos EUA, mais precisamente na Califórnia, também se encontram concheiros com sepultamentos. Com uma ocupação permanente desde pelo menos 4000 a.C., proliferando, no entanto, entre 500 a.C e 900 d.C (Luby & Gruber, 1999). Alguns concheiros foram utilizados como locais de funeral por populações de caçadores e coletores, sendo que os maiores concheiros possuem centenas de corpos . Sua composição varia entre maior e menor presença de conchas, alguns possuindo mexilhões, amêijoas e ostras, além de sedimento argiloso e areia, e outros mais terrosos com menos conchas, e mais cochas, cinzas e areia. Também são encontrados uma diversidade de cultura material, como elementos decorativos feitos com conchas, lítico, ossos de animais. (Luby et Al, 2006; p. 194).

Luby de forma bastante interessante conseguiu identificar quando um cemitério (que ele define como um sepultamento de caráter individual, e com diferenciação social) se torna um concheiro funerário, englobando um aspecto coletivo. As pesquisas sobre os enterramentos levam debates importantes sobre hierarquia social, o modo de vida das populações e práticas culturais (Luby, 2004; Luby et al., 2006; Luby & Gruber, 1999).

De forma muito intrigante, Luby identifica uma mudança no padrão dos sepultamentos, aproximando-se a um cenário próximo do Brasil onde não há indícios de hierarquia social. E também como o Brasil, acredita-se que o processo de construção dos concheiros, e portanto, do enterramento do morto tenha sido envolto em grandes cerimônias que reforçavam o caráter simbólico e sagrado do lugar (Gamble, 2017).

A partir da análise dos conjuntos mortuários posteriores, pelo contrário, há o que Luby chama de “ideal de igualdade”, em que mesmo em um contexto de um excedente de alimentos, isso não gerou uma mudança nos padrões de funerários, reforçando uma identidade no coletivo e no grupo. Os concheiros assim se tornam um lugar de memória e ancestralidade das populações (Luby, 2004; p.18-19).

É interessante notar que os concheiros com sepultamentos não estão isolados, mas geralmente em conjuntos, com um concheiro maior no centro, e outros menores no entorno, sendo interpretado como uma continuidade da tradição antiga, e uma resposta a presença deste na paisagem.

Do outro lado do atlântico, na costa Senegalesa, junto ao delta do rio Saloum (Fig. 31), também encontramos uma série de concheiros milenares que possuem funções funerárias.

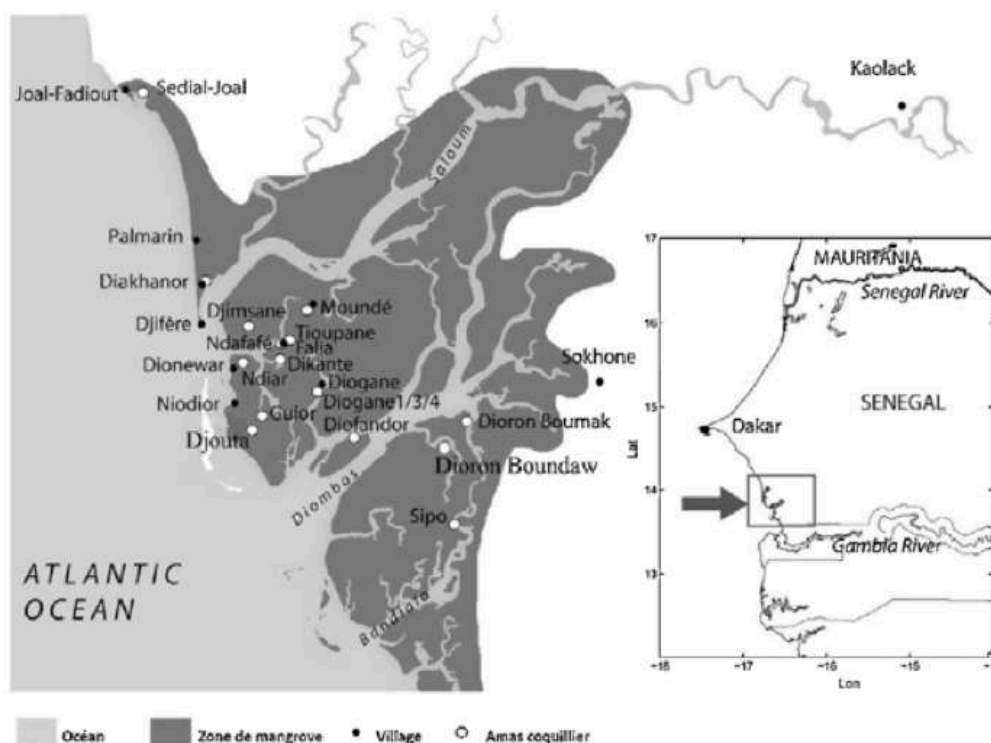


Fig. 31 - Mapa do Delta do Saloum com indicação dos sítios arqueológicos (Hardy et al, 2016; p. 21).

A zona possui mais de 120 concheiros (Thilmans & Descamps, 1982), sendo que o maior de todos, antes da destruição no começo dos anos 1980, chegava a 10 metros de altura e 8 hectares de área (Descamps & Thilmans, 1979). O período de ocupação se estende por mais de 2000 anos ininterruptos de construção dos concheiros (desde o século VI a.C), sendo que o contexto funerário se inicia aproximadamente no século IV d.C. e segue até os dias de hoje. Nem todos os concheiros possuem sepultamentos. Alguns são acampamentos pequenos temporários, ou estão ligados a lugares sagrados, e por fim, os grandes montes são funerários (Diouf, 2021). Em sua tese de doutorado sobre a região de Gandoul, uma área dentro do Saloum, Michel Diouf realiza um mapeamento dos sítios existente na zona. Seu critério de classificação principal é a partir das dimensões, mas estas refletem diretamente diferentes funções dos sítios. Ele pôde perceber que as dimensões do concheiro estão relacionadas com a presença de artefatos arqueológicos em superfície e também sepultamentos. Assim, para o autor, os concheiros podem ser classificados como pequenos, médios e grandes (Diouf, 2021; pp. 190-192).

Estes últimos possuem dimensões superiores a 250 metros de diâmetro e espessura superior a 3 metros. Alguns deles, como os sítios Thioupane e Sanda Maak tem diâmetro de 1 km, com mais de 10 metros de altura em seu cume. Eles foram o principal alvo das pesquisas arqueológicas, revelando uma cronologia que os situam entre os séculos VIII a.C e XVI d.C. Eles são marcados pela grande quantidade de sepultamentos em sua composição, associados a uma cultura material arqueológica rica e variada. As populações atuais usam estes concheiros como campos de cultivo (igual ocorre em Joal-Fadioth, como veremos).

Como pudemos ver, a classificação de Diouf toma como principal elemento a dimensão, mas relativo à composição, é a presença ou ausência de sepultamentos (Fig. 32). Assim como a maioria dos Sambaquis brasileiros, está é uma característica marcante dos grandes concheiros, pois nos revelam práticas culturais cerimoniais dos antigos povos da região. Seu trabalho é muito interessante, e ajuda a entender as possíveis relações entre as dimensões/formatos e a composição dos concheiros.



Fig. 32 - Fotografias de túmulos. Diouf, 2021.

Referente aos concheiros com sepultamentos antigos, de acordo com os trabalhos publicados, os habitantes mais antigos reconhecidos na região são do grupo Mandinga, provavelmente os responsáveis pela construção dos primeiros montes. Durante os séculos XII e XIII houve uma migração de populações Sereer para a região, sendo que hoje elas são as dominantes. Foi neste momento que os pesquisadores então identificaram a multiplicação dos concheiros e sua cada vez mais complexa configuração (Hardy et al, 2016; p. 23):

Isso acabou levando ao desenvolvimento de formas centralizadas de governo que resultariam nos reinos de Sine e Saloum (Cormier-Salem, 1999; Richard, 2012). Os enterros muito ricos em alguns desses concheiros têm sido ligados a esses reinos. No entanto, o propósito e o significado da ampla gama de diferentes tamanhos e tipos de concheiros arqueológicos no Delta do Saloum

permanecem obscuros (Descamps et al., 1974) e há pouca compreensão de sua estratigrafia ou métodos de construção.⁸

Assim, diferente do caso brasileiro, temos um exemplo em que os concheiros são construídos em um contexto de Estado, e refletem essa diferenciação social na sociedade. Podemos observar estes detalhes no trabalho de Diouf, que recentemente revisitou vários destes sítios identificados por Descamps e Thilmans, conduzindo trabalhos de prospecção e escavações arqueológicas.



Fig. 33 - Sepultamento no concheiro Gandoul. Diouf, 2021. P. 147.

Em suas pesquisas, assim como nos trabalhos anteriores (Descamps & Thilmans, 1979; Thilmans et al., 1980; Thilmans & Descamps, 1982), foi encontrada uma grande diversidade de materiais no concheiro (cerâmica, vidro, metal, carvão e etc). Suas escavações encontraram sepultamentos com diversos artefatos associados, principalmente metal e cerâmica (Fig. 33). Analisando a cerâmica, ele identificou uma decoração e forma específica, que não são encontrados em outros fragmentos não associados ao sepultamento. Assim, confirma e reforça a ideia de uma produção de artefatos exclusiva para o funeral (Diouf, 2021; p. 581).

O processo de construção dos concheiros, segue um padrão de sepultamentos em que provavelmente havia, assim como no Brasil, algum tipo de cerimônia e ou ritual em que se preparava o morto, reforçava seus laços com os vivos e reafirmava seu status na sociedade.

⁸ This eventually led to the development of centralized forms of government that would result in the kingdoms of Sine and Saloum (Cormier-Salem, 1999; Richard, 2012). The very rich burials in some of these shell middens have been linked to these kingdoms. However, the purpose and significance of the wide range of different sizes and types of archaeological shell middens in the Saloum Delta remains unclear (Descamps et al., 1974) and there is little understanding of their stratigraphy or methods of construction.

O que é especialmente interessante nos concheiros desta zona, é que esta tradição continuou viva até os dias de hoje. No século XIX, um viajante francês registrou um funeral realizado nos concheiros (Debien, 1964 apud Camara et Al, 2017; p. 211):

Em seu diário, Dr. Corre anotou em 1877, ainda no meio Serer: "Quando uma pessoa morre, seu corpo é transportado para um local marcado para sepultamentos, é colocado sobre um leito de conchas, sob uma caixa de palha que se cobre de conchas: são os túmulos de *combe* ou de ostras. Quando um parente morre, o túmulo é aberto para colocar seu corpo junto aos restos mortais de seu antecessor, então a abertura é fechada" (Debien, 1964).⁹

Atualmente, há um enorme cemitério na cidade de Fadiouth e outras aldeias, em que os mortos seguem sendo enterrados no concheiro (Fig. 34). Segundo Hardy et al (2016; p. 29), quando os sepultamentos ocorrerem os concheiros "(...) adquirem novos significados como um lugar de sepultamento ancestral. Outra camada de significado que sobrevive é criada através dos baobás que crescem sob os concheiros (...). Certos baobás, independente onde crescem, podem abrigar pangols, que são espíritos ancestrais".



Fig. 34 - Concheiro cemitério em Joal-Fadiouth. Hardy et Al, 2016.

⁹ Dans son journal, le Dr Corre note en 1877, toujours dans le milieu sérère: « Quand une personne meurt on transporte son corps à un endroit marqué pour les sépultures, on le dépose sur un lit de coquilles, sous une case en paille que l'on recouvre de coquilles: ce sont ces tumuli de coquilles d'huîtres ou d'arches. À la mort d'un parent on ouvre le tumulus pour placer son corps à côté des restes de ce lui qu'il'aprécedé, puis on referme l'ouverture » (Debien, 1964).

Estes concheiros são marcados pela sua sacralidade perante as comunidades, contendo as entidades chamadas de pangols (semelhante as balobas, em kriol da Guiné-Bissau). Os pangols são ancestrais dos povos Sereer e realizam a mediação entre o profano e o sagrado:

Pangols são vistos como intermediários entre o homem e Deus. Na realidade, os pangols são muito independentes em suas ações, às vezes violentas e más, e a eles recai a atividade punitiva contrária ao credo cristão e muçulmano que a atribui a Deus. Os pangol não são adorados no lugar de Deus, mas em sua adoração devemos ver um modo de acesso ao sagrado, ao oculto, um instrumento a serviço da comunidade ou de um indivíduo em particular. Serees ainda atribui grande importância à descendência matrilinear. Quase todos os bens herdados e adquiridos são transmitidos por linhagem matrilinear. “Doenças místicas (transtornos mentais)” geralmente são herdados da família materna e os responsáveis serão os pangóis Yaayaay. Para entender a implantação do Tim (clã matrilinear) em Fadiouth, devemos voltar ao mito ligado à fundação da aldeia de Fadiouth. Porque são os filhos de Tiboy du Tim de Jaxanoora e Kian du Tim de Féjoor que compartilhavam os poderes no mar e na terra. Os Jaxanoora têm poderes sobre o mar e os Yookams têm poderes sobre a terra. (Kantousan, 2006; p. 67).

Kantousan (2006) mapeou alguns desses concheiros sagrados na região (Fassanda, Tine Dine, Fakao, Waatch e Fadiouth), e notou que além de certas proibições de visitação por parte de estrangeiros, eles não possuem alguma característica morfológica específica, sendo mesmo a presença do lugar sagrado que caracteriza seu significado, e portando sua função na sociedade.

Concheiro como plataforma de habitação

Outra função identificada é a construção de concheiros enquanto plataformas ou aterros para habitação das pessoas. Essa função de sítio é observada atualmente no Senegal, nos exemplos citados anteriormente Falia, Diakhanor e Djifère, os montes de conchas, atuam, “(...) como isolantes contra o solo húmido e as cabanas de habitação são construídas nos concheiros para o efeito, o que acaba por lhes dar o nome de aldeias temporárias” (Hardy et Al, 2016; p. 29).

Mas o exemplo mais espetacular é o da vila de Fadiouth, a mesma do cemitério apresentado acima. A vila é notória por ter sido o lugar de nascimento do poeta da negritude, herói da resistência africana e primeiro presidente do Senegal, Leopold Senghor, e seu apelido “a ilha das conchas” não é sem motivo. Todo ano milhares de turistas vão até Fadiouth conhecer a peculiaridade de uma vila toda construída em

cima de um concheiro antigo (Fig. 35). Bourgain (Bourgain, 1971, pp. 33–34), em seu mestrado de 1971, nos traz um pouco essa aura do vilarejo:

O pitoresco de um cenário onde a terra está tão intimamente ligada ao mar, a lagoa onde os espigueiros se amontoam sobre palafitas, a deslumbrante ilha de baixo da escada, impressionam inconfundivelmente o visitante; mas o primeiro momento já passou, o feitiço é facilmente quebrado, o mal-estar toma conta, uma sensação de impenetrabilidade surge astutamente da aldeia, poucas aberturas do lado de fora, muros, becos tão estreitos que caminhar aos pares de frente é muitas vezes impossível. deve-se acrescentar a impressão de sujeira oferecida pelas primeiras bordas e a beira da lagoa com seus montes pretos, verdes de lixo doméstico, enfim, uma espécie de campo espalhado onde porquinhos pretos procuram seu alimento. Mas, assim que você cruzou o cinturão externo da vila, a impressão que emerge, sem mudar repentinamente, evolui gradualmente. Vielas, ainda menores do que as que levam para fora, surgem em grande número e permitem aos transeuntes dar uma olhada em um emaranhado de casas permanentes cujas portas e janelas não se abrem para um interior muitas vezes bonito. Logo saímos em uma rua relativamente ampla e arejada, que atravessa a ilha em toda a sua extensão e constitui uma destas duas estradas principais, servindo também de mercado na vila. O outro eixo de penetração, em direção perpendicular, vai da igreja à escola solta. O encontro destes dois eixos pode ser considerado como o centro geográfico da aglomeração, mas não é imprudente dar a esta encruzilhada um valor mais importante, dominado por uma estátua da Virgem Llarie, é o ponto de concentração da vida da aldeia e se nos lembramos da frieza dos arredores da ilha, dificilmente nos parece aventureiro falar de intimidade de aldeia.



Fig. 35 - Vista aérea da ilha de Fadiouth. (M.-C. Cormier-Salem, 2013).

Em sua prospecção nos concheiros da região, Kantousan aponta a ilha como o único que é habitado, é o maior de todos justamente pela sua constante expansão para criar espaço de habitação e vivência, a chamada “polderização”. De acordo com ele, os moradores vão até o concheiro arqueológico da ilha de Tine Dine para coletar

as conchas que serão usadas no aterro, não raramente encontrando cerâmicas, ossos e outros artefatos no processo (Kantousan, 2006; p. 95). Este conceito é definido por P. George como “terra recuperada do mar por aterro”. O processo de “polderização” é descrito por Bourgain (1971; p. 35).

O processo todo é artesanal, não envolvendo máquinas ou equipe profissional. Inicia-se pela colocação de fileiras de madeiras muito resistentes na zona de areia que se pretende aterrar, sendo que é necessário que sobre um metro para fora da água em maré cheia. Assim delimita-se a zona do aterro. Na maré baixa começam a colocar lixo doméstico e entulhos diversos de todo tipo, se formando uma grande lixeira. Quando a altura atingida pelo enchimento é próxima ao ideal, há uma compressão no material para evitar infiltrações e inicia-se a cobertura com diversas camadas de combe (anadara senillis) para padronizar o terreno.

Esta técnica é para novas ocupações, mas como o perigo de inundação é constante, há um trabalho permanente para ir levantando toda a vila pouco a pouco.

Para lutar contra os riscos de inundações, os Fadiouthiens colocaram em prática uma defesa bem adaptada às suas possibilidades. As conchas abertas de Arca senilis são empilhadas em um canto de um beco ou pátio, para secar. Do cinza, sua cor natural, eles se tornam brancos. Elas são então regularmente espalhadas por toda parte, no chão de becos, pátios, todos os espaços não construídos. O nível da ilha, portanto, sobe pouco a pouco, isso é claramente visível quando você precisa descer 1 ou 2 degraus para entrar nas casas mais antigas construídas. Ao contrário, as casas novas são acessadas por um lance de dois ou três degraus, não é um detalhe arquitetônico, mas a previsão de uma elevação constante da ilha. Um fadiouthian disse-me um dia este comentário: "chez toi on balaie; chez nous, on étale ses coquillages propres/ na tua casa nós varremos; na nossa casa, espalhamos as nossas próprias conchas". De fato, as águas residuais penetram nos interstícios que permanecem entre as conchas, portanto, é necessário renovar a camada superior das conchas para manter uma superfície limpa (Bourgain, 1970; p. 36).

O caso de Fadiouth traz a contemporaneidade muitas questões interessantes sobre os concheiros e as pessoas.

Em um contexto de total ausência de pesquisa sobre concheiros, temos que partir de reflexões, metodologias e propostas teóricas externas para discutir nossa realidade. Em um primeiro momento, quando chegamos as tabankas (aldeias) Diola, a impressão é a mesma que muitos pesquisadores tiveram: são um amontoado de lixo. Porém, rapidamente é possível verificar que muitas outras possibilidades de estudo e significados, que sim, entendem aquilo como resíduo alimentar – e tudo o

que isso pode nos elucidar sobre alimentação humana, mudança ambiental e da fauna – mas também enquanto lugares privilegiados para a deposição de muitas outras coisas que explicam a história do lugar. Dentre as inúmeras abordagens que podemos ter na análise dos concheiros, entendemos que entender o concheiro como um artefato, e analisar suas funções hoje e em sua formação é algo fundamental para entendermos o contexto arqueológico da região.

O objetivo deste capítulo foi apresentar algumas abordagens que entendemos que discutem com nossa realidade de pesquisa, refletindo como as pesquisas destes autores nos permitem determinar a diversidade de funções de concheiros com base nas diferentes características e as possíveis funções da criação do concheiro. Os concheiros apresentados possuem múltiplas camadas de significados, os colocando em um contexto social que busca entender justamente isso, a complexidade da história humana.

Aproveitando a situação privilegiada do contexto etnográfico, pretendemos dialogar com a bibliografia apresentada, aprofundando a questão, através de uma abordagem que identifica as funções dos concheiros atualmente, inserindo-o no *terroir*. Em uma situação em que não temos nenhuma informação sobre os sítios arqueológicos, e com limitação de tempo e recursos, apresentamos as abordagens para a Austrália, Senegal, Brasil e EUA para servir de referência para nossa reflexão de como esses autores estão trabalhando com as funções dos concheiros. Os trabalhos apresentados sobre os diferentes tipos de concheiros nos possibilitam refletir sobre duas perspectivas em nosso projeto: 1 – a construção do registro arqueológico; 2- o papel dos concheiros nas sociedades do passado e presente.

As diferentes funcionalidades apresentadas: monturo/lugar de memória, plataforma habitacional, monumento funerário, zona de habitação adjacente, lugar cerimonial e reservatório de água, nos ilustram a enorme diversidade das possibilidades de interpretação dos concheiros em diferentes contextos e sociedades. No nosso caso específico na Guiné-Bissau, por estarem quase todos em contexto sistêmicos pudemos observar com clareza que existe uma distinção de funções entre os concheiros Diola, e a relação deles com a sociedade. Acreditamos que a história de vida referente a construção dos concheiros possa nos revelar bastante sobre a cultura dos povos Diola da Guiné-Bissau, refletindo diferenças culturais entre populações Diola-Felupe e Diola-Baiote, e como a localização dos concheiros faz parte da construção do *terroir* Diola da região.

Cap. 4 - Inserção no campo

Na etnografia, o autor é, ao mesmo tempo, o seu próprio cronista e historiador, ao passo que as suas fontes são, sem dúvida, facilmente acessíveis, mas também extremamente evasivas e complexas: não se encontram incorporadas em documentos escritos, materiais, mas no comportamento e na memória de homens vivos. Na etnografia, há frequentemente uma enorme distância entre o material informativo bruto – tal como é apresentado ao pesquisador em suas próprias observações, nas declarações dos sujeitos e no caleidoscópio da vida tribal — e a abalizada apresentação final dos resultados.

Malinowski, 1980, [1922], p. 40

Mesmo completando 100 anos de sua publicação, a proposta de Malinowski permanece pertinente entre aqueles que buscam se aventurar em terras diferentes e buscar entender o outro. Diferente de outras ciências humanas, a etnologia tem desafios próprios com as suas “fontes” (termo hoje bastante discutível) e como conseguir informações sobre as pessoas e a sociedade em que elas vivem. Enquanto pessoas, há incontáveis variáveis que ocorrem e afetam diretamente o trabalho de campo, e principalmente o interesse das pessoas em compartilhar algo com um “alienígena” que apareceu por ali. Nossa pesquisa na Guiné-Bissau, mesmo não tendo o objetivo de ser uma etnografia, por ter uma proposta de interação com as comunidades dialoga com a metodologia de campo, no caso, a chamada “observação participante”. Este método consiste, de acordo com Marietto (2018, p. 7)“(…) na inserção do pesquisador no interior do grupo observado, tornando-se parte dele, interagindo por longos períodos com os sujeitos, buscando partilhar o seu cotidiano para sentir o que significa estar naquela situação (Marietto & Sanches, 2013; Given, 2008; Queiroz, Vall, Alves e Souza & Vieira, 2007; Van Maanen, 1979)”. Ou seja, o interesse é se inserir na sociedade com um interesse científico e conseguir as informações para debater as questões estabelecidas no projeto de pesquisa. Há muitas formas de se inserir e se interagir, cada qual com questões positivas e negativas (para um balanço, mesmo que antigo, consultar Guimarães, 1980). Neste capítulo vamos trazer detalhes sobre como foi a escolha do tema, a inserção no campo, o processo de coleta de dados e as relações estabelecidas entre as diferentes pessoas e comunidades visitadas. Temos como inspiração da estrutura de escrita o texto clássico de Gerald Berreman, *Behind Many Masks*, 1962 (1980).

A chegada ao campo, em Bissau, foi um tanto caótica. Caos, ou melhor, a anarquia, é um sentimento recorrente ao se tratar do Estado Bissau-guineense. Por inúmeros motivos que não vamos tratar aqui (consultar Jarju, 2019; Teixeira, 2021;

Temudo, 2008), o país vive uma instabilidade política e administrativa crônica, a ponto de a própria existência do Estado ser alvo de debate, principalmente fora de Bissau. Em Bissau fomos recebidos pelo diretor do então existente Museu Etnográfico Nacional (o Museu foi destituído de sua sede no final de 2021, para dar abrigo a guarda militar presencial), o sr. Albano Mendes. Ele é um interlocutor antigo do Ramon Sarrò, tendo inclusive publicado um livro em conjunto, sobre a história do Museu e dos seus acervos (Mendes et al., 2018)). Profundo conhecedor das culturas e da etnografia da Guiné-Bissau, nunca teve uma formação institucional, sendo um dos muitos sábios tradicionais do país. Albano Mendes me apresentou o Museu, e depois assumiu a responsabilidade de conseguir as autorizações devidas para as pesquisas de arqueologia.

Nesta primeira etapa de campo, optamos por uma prospecção regional, e assim, não iríamos escavar. Em conversa com Albano, ele nos afirmou o país não possui qualquer legislação referente ao patrimônio cultural. Assim, voltamos a questão objetiva: a quem deveríamos pedir autorização para os trabalhos? Pensamos naquele momento, em ir diretamente ao campo, assumindo que se não há legislação regulamentando, não há irregularidade. Porém, e conforme bem afirmou Benjamin Paul, isto poderia se converter em um grande problema: “O novato, que está ansioso para ser completamente aceito pelos nativos, às vezes evita os administradores regionais com medo de prejudicar a sua recepção. Mas não o ajudará muito ser bem recebido pelos nativos para logo depois ser impedido pelas autoridades mais altas que tomam conta dos movimentos dos estranhos.” (Benjamin *apud* Cicourel, 1980, p. 88).

Desta forma, fizemos uma peregrinação entre diversos órgãos do governo, pedindo autorização e entregando o projeto de pesquisa de prospecção. Conversando com várias pessoas, ninguém sabia de fato quem tinha a autoridade para autorizar. Fomos ao INEP, IBAP, Museu, Ministério da Educação, Congresso Nacional, e, por fim, a secretária de Estado para Cultura nos recebeu e após 5 dias perambulando por Bissau, nos disse que poderíamos ir, e nos deu um papel com a autorização.

O contato com os interlocutores se deu de duas formas. O primeiro, foram os parceiros de pesquisa de Marina Temudo nas diferentes aldeias. O outro, foi uma indicação de um amigo dos tempos de graduação, o Djoka, que me passou o contato do seu tio, André Correa, que mora em São Domingos, parada obrigatória para

adentrar no tchon Diola. Neste mesmo dia, chegou a São Domingos a companheira de pesquisa, a arqueóloga Marília Oliveira Calazans.

Observando que fazíamos muitas perguntas, e claramente não falávamos Kriol corretamente, e que precisávamos de ajuda, André Correia então ofereceu a ajuda do seu filho, Euclides. Ele me perguntou se eu gostaria que ele me acompanhasse nos trabalhos. Disse que Euclides terminou a escola, estava desempregado, e que esta seria uma oportunidade para ele conhecer a zona, aprender conosco e talvez vislumbrar, assim como conseguiu Djoka, uma bolsa de estudos para o Brasil. Aqui abrimos um parêntese importante. Assim como André Correa, em todas as aldeias que visitamos o tratamento que nos davam era diferente por sermos brasileiros, justamente pela política de concessão de bolsas para estudantes guineenses, principalmente para UNILAB. Em quase todas as aldeias havia alguém estudando no Brasil, e assim, nossa presença, mesmo que não anunciada desta forma, era vista como uma possibilidade de algum apoio nosso para vir estudar no Brasil. Não há dúvidas do sucesso dessa política pública, tanto que em conversas na embaixada do Brasil, nos comentavam que a maior universidade da Guiné-Bissau era a justamente a UNILAB, dada a quantidade de alunos. Atualmente, grande parte da burocracia estatal da Guiné-Bissau é formada por funcionários que estudaram no Brasil.

Com esta “oferta”, fui conversar com o Euclides, e perguntar se ele estava de acordo e queria ir comigo, se estava animado. Ele disse que sim, que seria uma oportunidade, que como não tinha trabalho, não teria problemas em me acompanhar. Não tendo condições de fazer um contrato de trabalho propriamente dito com Euclides por não ter recursos de algum projeto ou órgão de fomento, combinei com ele que pagaria todos os seus custos, e que ao final, o dinheiro que sobrasse do que tinha disponível para a viagem, eu o daria. Ainda sem saber os custos, esta foi a forma para não comprometer o campo pois não conseguia mensurar os gastos. No final, os valores que o “paguei” por 50 dias de trabalho comigo foram o de três salários mínimos Bissau-guineenses (valor que quase ninguém ganha), algo aproximado de 2.500 reais na época. Nossa relação, assim, não foi propriamente de um contrato de trabalho, mas de uma aventura e descobertas, se assim posso descrever. Euclides, por diversas vezes no primeiro campo mostrava muito entusiasmo de estar conhecendo as diferentes aldeias.

Ainda dominando pouco o Kriol, a participação de Euclides foi absolutamente crucial na pesquisa, em todos os aspectos, ajudando na tradução, na explicação das

imagens e dos nossos objetivos, e acima de tudo, sendo um grande amigo para as noites intermináveis. Ressalta-se, no entanto, que apesar de Euclides falar português, ele não domina de forma perfeita, então em alguns momentos pode ter ocorrido alguma confusão na tradução. Euclides não é da etnia Diola, mas sim Mandjako e não tradicionalista, desta forma, ele não entende muito da religião e aspectos sociais Diola. Porém, ele conhecia muitos Diola. Como não há escola secundária (ensino médio) em parte das aldeias Diola, muitos pais enviam seus filhos para São Domingos, para estudar, e desta forma, Euclides conhecia todos estes jovens que estudaram com ele. Isto foi muito importante por diversas vezes ao “quebrar o gelo” nas aldeias, e ser visto como “alguém que conhece alguém”.

Antes de partimos para o *tchon* Diola, André Correa nos chamou para uma conversa. Ele então disse que seria bom conversarmos com o seu irmão, o guarda-parque Januário, que conhece toda a zona muito bem. Conversando com ele, nos recomendou que fossemos a aldeia de Coladje, pois ele sabia que lá havia muitos concheiros. Combinamos com um senhor amigo de André, e este nos levou até Coladje, e lá fomos apresentados ao seu sobrinho, o simpático Eusébio. Falaremos mais dele adiante. Já na primeira visita, vislumbramos uma grande quantidade de concheiros, a barreira de Coladje (Cap. 9). Visto que era demasiado trabalho, decidimos que voltaríamos na aldeia outro momento, no final do campo, para ter tempo para fazer o mapeamento com mais detalhe. Neste “primeiro contato” com os Diola, no caso os Diola-Baiote, já tivemos uma recepção pouco calorosa. Foi difícil achar as pessoas, mesmo Januário não conseguiu conversar com muitas pessoas. Eusébio pouco falou conosco. Com a presença de Euclides, ampliamos nossa rede de contatos, pois suas tias Maria Zé e Susana, vivem na tabanka de Susana, e sendo uma das principais da zona, foi um ponto de apoio muito importante de toda a pesquisa, onde dormimos diversas vezes. Chegando lá, fomos apresentados a Olivio e Buba, que nos levaram para conhecer o porto de Boatche, e finalmente encontramos os primeiros concheiros do *tchon* Diola.

Em Susana, ligamos para Mario, amigo de Marina, e ele nos confirmou que iria nos pegar de barco para irmos até Elalab. Apesar da zona estar totalmente entrecortada por canais (*bolon*) de água salgada, não há praticamente barcos a motor, sendo que as pessoas usam canoa a remo, ou preferem andar longas distâncias de moto para conseguir chegar nas aldeias. Podemos resumir nossos deslocamentos de

três formas (Fig. 36): nas aldeias junto a estrada principal, privilegiamos o carro grande (van). Para as demais aldeias mototáxi. Para Djobel canoa a remo.



Fig. 36 - Estradas e caminhos no Tchon Diola. Google Earth.

Mario é um dos parceiros de longa data de Marina, e já recebeu outros alunos dela em diferentes oportunidades. Por chegarmos de noite, não conseguimos conversar com mais ninguém, e Mário arrumou uma panela de arroz com peixe para comermos. Não comemos junto, e pouco conversamos esta noite. O despertar de manhã foi mágico. O nascer do sol na plantação de arroz, o manguezal, e um concheiro (Fig. 37). Dá para realmente sentir o *terroir* Diola.



Fig. 37 - O amanhecer em Elalab.

No outro dia fomos, junto com Mario conversar com o Comitê. Em todas as aldeias seguimos o mesmo rito para as autorizações. O comitê é um cargo político, eleito pela comunidade para mediar questões da aldeia com o exterior. É uma figura estranha a cultura política Diola. No período colonial esta figura era chamada de Régulo, que posteriormente foi sacralizada, e no pós-independência criaram os comitês. Para um estudo detalhado sobre o histórico destas figuras hierárquicas e os seus conflitos, consultar Bayan (2015). Como somos estrangeiros, temos que pedir autorização para o Comitê para realizar a pesquisa. A conversa foi amistosa, não entenderam, como quase ninguém das outras aldeias, o nosso propósito de pesquisa, não viram qualquer problema em brancos irem tirar fotos dos “montes de conchas”.

O que, no entanto, chamou a atenção em todos os locais que visitamos foi o fato de nos apresentarmos como balobeiros. Balobeiros são aqueles que cultuam a baloba, ou lugar sagrado dos ancestrais em Kriol. Há inúmeras confluências do “caminho answena” (Baum, 1999) com as religiões afro-brasileiras, o que nos deixou confiantes de reforçarmos essa proximidade, muitas vezes desconhecidas ou esquecidas, sobre a diáspora e a África. Levamos livros sobre candomblé e imagens de assentamento para mostrar, e isto sempre gerava muito interesse por parte das pessoas, curiosos em saber como brancos podem ter a religião tradicional (ou, talvez, desconfiados que isso fosse algum tipo de discurso proselitista?).

De forma geral, em todas as aldeias, após as formalidades e autorizações, iniciávamos os trabalhos, que corriam bem, mas com pouco interesse das populações. No começo ainda estávamos tentando encontrar a melhor forma de fazer a identificação dos concheiros. Durante o processo, pessoas ficavam olhando a nossa atividade, mas não vinham conversar ou saber mais. Tendo visitado mais de 15 países africanos, esta era uma situação anormal, pois pelo simples fato de ser branco, em geral, despertamos grande curiosidade das pessoas, que geralmente vão conversar, saber o que estávamos fazendo e etc. No caso das aldeias Diola não foi assim, pelo contrário, muitas vezes éramos nós que tínhamos que ir nas casas das pessoas, pedir para conversar com elas e explicar o que estávamos fazendo no seu quintal. Não que esta situação fosse totalmente inesperada, pois Paul Pelisser já tinha apontado uma situação semelhante:

Enquanto o sentimento de hospitalidade para com o viajante é uma característica geral da atitude social das populações africanas, os Diola dificilmente são acolhedores com o estrangeiro, mesmo isolados, fazem poucos esforços para mantê-lo próximo, para convidá-lo para compartilhar

sua refeição ou para mostrar alguma simpatia ou mesmo algum interesse pelo intruso. A solidariedade na necessidade opera apenas dentro de um raio muito limitado, no que diz respeito de homens de quem se pode esperar reciprocidade de serviços. (P. Pelissier, 1966, p. 703).

Essa distância social colocada por eles nos dificultou em saber mais sobre questões culturais, e criar laços com as aldeias. Dado a falta de tempo infelizmente não conseguimos “quebrar” essa barreira, e durante todo o tempo permanecemos nessa condição de desconfiança, sendo na maior parte do tempo ignorados pelas aldeias.

Podemos afirmar com certeza, que se não fosse pelo entusiasmo e convicção de Euclides em explicar o que estávamos fazendo (Fig. 38), a pesquisa não teria ocorrido, pois mesmo tentando ser didáticos, era realmente algo muito difícil nos fazermos compreendidos sobre o nosso trabalho. As aldeias estão em uma realidade muito distante da pesquisa científica, e há uma generalizada desconfiança de estrangeiros (consultar introdução Baum, 1999). Tentamos ser o mais transparentes possíveis sobre nossos objetivos e interesses com os concheiros.



Fig. 38 - Euclides tenta explicar por que brancos se interessam por montes de conchas em Esukudjak. Fotografia: autor.

Além da comunicação, Euclides foi o responsável por escrever as placas de identificação dos pontos dos sítios arqueológicos e fazer algumas fotos. Marília, no período em que estive no campo, foi responsável por fazer as anotações no caderno de campo. O processo de mapeamento dos sítios não é exatamente rápido, tendo que tirar fotos, fazer as placas, registrar o perímetro e os pontos de GPS. Muitas vezes,

durante este processo, as pessoas que estavam nos levando ou ficavam cansadas e pediam para ir embora ou se ausentavam, conversando com alguém próximo ou embaixo de uma árvore.

Após Elalab, seguimos para Edjim. Chegamos tivemos a surpresa de constatar que a aldeia estava dividida entre dois núcleos, um antigo, junto ao manguezal, e outro no meio do areal, mais recente. Nosso amigo, indicado por Mário, Zé, nos explicou que isto ocorreu por questões religiosas, sendo que o bairro novo é de católicos, enquanto os tradicionalistas ficaram no antigo. Os concheiros todos se encontram no antigo, e Zé ficou o dia todo conosco nos mostrando. Importante lembrar que o período que fomos neste primeiro campo – entre dezembro e janeiro - é o período de seca, final da colheita do arroz, e, portanto, período com menor demanda de trabalho para os agricultores. Por este motivo, em todas as aldeias que fomos, algumas pessoas puderam nos acompanhar ao apresentar os concheiros. Tivemos a felicidade de nossa ida a Edjim coincidir com a chamada “festa di cultura” (Fig. 39). No caso, consistia em uma cerimônia de iniciação dos homens da aldeia, independente da religião, que iria culminar em uma festa com muita dança e vinho de palma. Foi um momento muito especial, porém, bastante reservado, onde as pessoas não nos explicaram pormenores. Tendo ainda dificuldade de entender Kriol, Euclides seria uma pessoa chave, porém ele não é muito entusiasta da religião tradicional, e assim, não conseguíamos interagir como seria necessário.



Fig. 39 - Dança dos homens no ritual de iniciação. Fotografia: autor.

Após Edjim, fomos de carro grande para Yal/Varela, e depois para Esukudjak. A aldeia de Varela é nova, feita nos anos 1950, junto à praia, para ser como um local de veraneio para os colonialistas portugueses. A tabanka antiga fica a pouco mais de 3 quilômetros de distância, em Yal, e lá que fomos mapear os sítios. Yal foi a localidade em que ficamos mais isolados. Conversando com o comitê e o régulo, eles deram as autorizações, mas não se dispuseram a nos acompanhar ou indicar alguém para nos mostrar os concheiros. Fomos até a escola, em que encontramos o professor Ernesto, e ele gentilmente se dispôs a mostrar alguns concheiros, e nos indicou o caminho onde teriam outros. Assim, fomos perguntando casa a casa onde tinham concheiros, e as pessoas, desconfiadas, mas não resistentes, nos mostravam. Em Esukdjak fomos conversar com o régulo, já que o comitê não se encontrava na aldeia. O régulo foi bastante simpático tirando fotos conosco. Ficamos bastante surpresos ao ver uma baloba cheia de conchas, o que ele nos explicou como sendo de cunho meramente decorativo. Ele então foi nos guiando nos concheiros, apontando os locais.

Fomos após a Katon, que é uma aldeia bastante grande, com vários bairros. Não conseguimos chegar tão cedo por falta de transporte, e quando chegamos tentamos conversar com as pessoas para buscar o Comitê ou o Régulo. Ambos, no entanto, não estavam presentes. Em realidade, a aldeia só tinha crianças que saíram correndo quando nos viram. Depois de perambular bastante, conseguimos conversar com alguns jovens que ligaram para o Comitê perguntando se podíamos fazer o mapeamento, o que foi autorizado. Em um primeiro momento, nos levaram até um concheiro bastante distante do núcleo de habitação, que apontaram como o mais antigo, próximo a praia. Após este, no entanto, eles não continuaram a nos guiar, nos deixando “soltos”. Algumas crianças acabaram nos mostrando as localizações de outros concheiros. Dado que tardou muito tempo até a autorização, o trabalho teve que ser feito de forma menos minuciosa, por isso há vários pontos sem perímetro. Há muito potencial na aldeia, mas por azar da situação, e a tensão até de fato a aprovação, ficamos com um sentimento de estranhamento com a aldeia.

As aldeias Diola-Felupe todas possuem uma disposição semelhantes entre si com um núcleo centralizado envolto de plantações. Esta característica, inclusive, como analisaremos no capítulo nove, acreditamos que é um definidor cultural. As aldeias mais ao sul, ou seja, Djufunku, Eossor e Bulol possuem uma peculiaridade que é possuir marcas muito visíveis e latente no passado conectado ao período da chamada escravatura. Em Eossor há um marcante canhão português na superfície de

um concheiro. Para o Euclides, um leigo no assunto, o objeto foi particularmente fascinante, e ele ficou me perguntando muitas coisas sobre colonialismo, escravidão, guerras e etc.

Em Djufunku conversamos com o simpático Comitê, que ficou bastante entusiasmado com a nossa pesquisa, e nos mostrou correntes que eles associam ao tráfico de escravizados. A disposição dos concheiros, as grandes dimensões da aldeia, e as pessoas que nos pareceram simpáticas nos fez o trabalho ser mais rápido. Inclusive, uma mulher que nos via trabalhar nos ofereceu para almoçar com ela, um ato bastante simbólico da generosidade. Em Bulol fomos bem recebidos pelo comitê Chico, amigo da Marina. A casa dele é bastante grande e aconchegante, e como era período de férias escolares, seus filhos estavam na casa, já que estudavam em São Domingos ou Bissau. Percebi já de noite que Euclides estava muito animado com Bulol, e foi aí que conheci a sua “querida” em Bulol, uma antiga paquera dos tempos de colégio.

Ela foi a primeira mulher que de fato conversei mais intensamente em toda a viagem. Entre os Diola são os homens que conversam com outros homens (ou estrangeiros), e eles são responsáveis pela família e assim tem a autoridade para conversar. No caso de Diana Ampá, por um interesse em relacionamento com Euclides tivemos conversas mais descontraídas, e mesmo ela fez piadas sobre a situação deles. Inclusive, ela fez questão de almoçarmos todos os dias em sua casa, onde preparou a comida típica Diola: arroz com peixe/ostra. Aproveitei a intimidade, e perguntei se ela poderia nos acompanhar para apanhar ostras ou combe, e ela negou dizendo que tinha trabalhos para fazer.

Aqui abrimos um parênteses. Cultivamos na preparação do campo, a ideia de que a presença da Marília Oliveira Calazans na equipe poderia nos ajudar a permear alguns espaços nas comunidades com quem pesquisamos. Por outro lado, nenhum elemento etnográfico nos indicava que ser mulher seria um requisito necessário ou suficiente para garantir a inserção em espaços de sociabilidade considerados femininos, ou mesmo para conseguir algum benefício dentro dos espaços masculinos, sobretudo aqueles associados às instâncias decisórias.

Dada a observação, e os relatos de Cormier-Salem, de que a atividade de coleta e processamento de moluscos e, por consequência, do acúmulo das conchas nas estruturas monticulares é uma atividade do domínio feminino, a distância entre nós e as mulheres das aldeias era uma questão adicional a ser contornada, para além

da sazonalidade da coleta. Não que tenha havido um esforço intencional e sistemático para promover os encontros entre nós e as mulheres. Tudo estava ali era proposto e mediado por homens. E, para as questões que tínhamos como centrais para as duas etapas de campo, voltadas para a prospecção, pareciam suficientes as informações que os rapazes e homens nos ofereciam. No entanto, as mulheres, quando abordadas não mostraram interesse em compartilhar das informações sobre os concheiros e os processo de coleta, e sendo nossos interlocutores homens, tivemos que nos basear somente no que eles sabem do trabalho feminino para nos guiar e orientar.

Neste sentido, com frequência, a resposta para algumas de nossas perguntas se resumia a “isso é coisa das mulheres” ou “são as mulheres que fazem”. Então, há toda uma ordem de atividades cotidianas que entendemos que sejam essencialmente femininas, entre as quais estão o cuidado com as crianças pequenas, o preparo da comida, a limpeza do pátio ao amanhecer, a busca de água, a venda de vegetais ou de comida pronta e a lavagem das roupas.

O fato de não falarmos bem o crioulo era um impedimento para conversas com pessoas que não entendiam ao menos um pouco de português. Algumas mulheres, sobretudo as mais velhas, tampouco dominavam o crioulo. Mesmo assim, tivemos encontros afetuosos e animados, mediados pelas poucas frases que conseguíamos comunicar, mais sorrisos, abraços, danças, fotografias e, algumas vezes, comida e cerveja ou vinho de palma.

Durante o mapeamento dos sítios concheiros em Bulol, os filhos de Chico foram se revezando para nos mostrar. Como Bulol é uma aldeia pequena, não é algo difícil encontrar eles, ainda mais pois eles são basicamente a barreira e o grande concheiro que está submerso. Bulol é uma aldeia linda, com uma vista para o mar, e é considerada como a mais antiga de toda zona. As grandes correntes, que eles dizem da época da escravidão, são impressionantes, e marcam o porto da aldeia. Antes de ir embora, fomos junto com os filhos até a praia coletar combe. Foi uma experiência muito boa, conversamos bastante na caminhada, e a praia é lindíssima.

Após as aldeias do Sul regressamos ao território Diola-baiote pela aldeia de Djobel, local principal de pesquisa da Marina Temudo e que sabíamos que havia muitos concheiros. Djobel é uma anomalia dentro do *tchon* Diola. Completamente inundada, chegar na aldeia é um misto de profunda tristeza e revolta pela situação, e ao mesmo tempo, uma beleza singular do reflexo do céu nas águas com o cenário dos concheiros, casas e arrozal. Fomos até a casa do Régulo, grande amigo da

Marina, onde ficamos. Conhecemos também a sua esposa, a Ana, uma senhora muito alegre e risonha, o que contrasta com a situação trágica em que vivem. No capítulo 9, analisaremos a tragédia em curso e o papel de memória dos concheiros. Chegamos no momento em que a maré estava baixando, e, portanto, não poderíamos fazer a prospecção, mesmo sendo ainda 14 horas. Aproveitamos para conhecer o mundo da sua ilha, e depois fazer uma caminhada na lama até a outra casa vizinha. Todos eles comentaram das mazelas de viver por lá, clamando por ajudar eles a saírem dali. A frase mais escutada em todo tempo em Djobel foi “vida ali é cansado tchiu” (a vida aqui é muito cansativa).

Os concheiros são abundantes, estando por toda a parte, e tendo grandes dimensões. A prospecção ocorria com uma canoa emprestada do régulo, e somente durante o período de maré alta. Por estarem dentro da água, tivemos muitas dificuldades para realizar o mapeamento correto. Ao mesmo tempo, em Djobel pudemos ter a experiência desta vida anfíbia que as pessoas vivem, de irem de canoa pescar ou coletar moluscos. Por ter falta de terra para plantação, a coleta de moluscos é a atividade principal da aldeia, e assim pudemos acompanhar o processamento das ostras, e algumas coletas que fizemos com homens. Infelizmente as mulheres não nos convidaram para acompanhar a sua coleta.

Deixamos Djobel com uma revolta sobre a indiferença do mundo desenvolvido com as questões ambientais, enquanto milhares, e muito em breve milhões, de pessoas no terceiro mundo são profundamente afetados pelas consequências do aquecimento global. Chegando em Elia, nos deparamos com a maior aldeia em população, e notamos a enorme barreira de conchas que está sendo construída na beira do mar. Perguntado, nos responderam que é para tentar adiar o mesmo futuro trágico de Djobel. De todas as aldeias, Elia é a que mais facilmente se observa o papel construtivo crucial das conchas – e dos concheiros – na domesticação e transformação da paisagem, no caso, principalmente enquanto medida mitigadora dos efeitos da subida da maré. A população de Elia confia na materialidade das conchas, que conhecem tão bem, para essa tarefa importante de sustentar o seu modo vida plasmado na perpetuação do *terroir*. Em Elia também pudemos aprender muito sobre o cultivo do arroz, com o jovem agricultor Miguel, que possui uma grande coleção de diferentes variedades e sabe dizer quais as diferentes características de cada uma delas. Por fim, outro fato muito interessante em Elia é ainda (digo ainda pois é uma prática atualmente restrita há mulheres mais velhas) existir uma tradição ceramista

forte, que remonta as coleções arqueológicas que encontramos nas escavações. Em especial, destacamos a Sra. Fatuh, que gentilmente esteve conosco e nos apresentou didaticamente todo o passo a passo de como se fazer as cerâmicas Diola, e os diferentes significados e componentes. Mesmo não falando Kriol, era evidente a sua felicidade em ser fotografada e filmada, e nos disse por intermédio de Miguel, que estava muito feliz que nós valorizássemos a sua tradição, pois é muito importante para a cultura Diola.

Ao final, regressamos a Coladje, onde nos reencontramos com Eusébio. Junto com Euclides, a outra pessoa chave na pesquisa é Eusébio Coli (fig. 103). Ele é baiote, natural de Coladje, a principal tabanka com relação a quantidade de concheiros. Ele nos foi apresentado pelo tio de Euclides, o guarda-parque Januário, que nos disse que ele nos poderia ajudar. E como! Eusébio no primeiro campo participou somente da prospecção em Coladje, e um dia em Causso, porém ele foi fundamental para conhecermos de fato a aldeia. Estar com ele fez toda a diferença, e podemos afirmar que sem ele a pesquisa não teria ocorrido em Coladje. No capítulo 10 iremos abordar com mais detalhes a relação dos concheiros, a arqueologia e a comunidade de Coladje, e refletir possibilidades de diferentes aspectos sociais contemporâneos sobre os concheiros. Também iremos apontar sobre o enorme potencial para a realização de uma pesquisa de arqueologia colaborativa entre os Diola.

O segundo campo estava planejado para correr em janeiro de 2021, porém estávamos no meio da pandemia e qualquer viagem estava completamente descartada, ainda mais considerando o cenário de completo caos e carnificina entre os fatídicos dias de 10 e 13 de janeiro, em que se faltou oxigênio em Manaus, e pessoas morreram sufocadas. Pessoalmente, que me encontrava em Manaus trabalhando no monitoramento do acervo arqueológico, me afetou a perda de um colega da manutenção da UFAM, por falta de oxigênio. Em clima de total desalento, mantivemos contato com nossos amigos da Guiné-Bissau que sempre nos informaram que estava tudo bem, com poucos casos e sem notícias de muitas mortes... Em meados de setembro de 2021, com a situação se mostrando mais controlada com o avanço da vacinação, novamente iniciamos a programação do trabalho de campo. Neste período consegui um pouco de recursos da UFMG, que nos possibilitaram comprar material para o acampamento, e principalmente, por intermédio da colega e da arqueologia social, a prof^a da UFOPA Bruna Cigaran, fui

apresentado a pesquisadora e fotógrafa Daniela Moreau, que nos ofereceu apoio financeiro para custear as importantes e caras datações de carbono 14.

Animados e empolgados, o segundo campo se iniciou em janeiro de 2022. Novamente em Bissau buscamos conversar com Albano afim de saber das autorizações. Desta vez o relacionamento com as autoridades foi facilitado pela presença de um amigo dos tempos de graduação da Unicamp, o cientista político Bruno Pinto, que regressou para trabalhar no Ministério da Educação e era pesquisador associado ao INEP. Sua ajuda foi fundamental para “agilizar” o processo de encontrar com as pessoas, conversar com as autoridades. A secretária de cultura tinha sido trocada, e fomos conversar com o novo secretário, que nos afirmou que a autorização das pesquisas – agora com as escavações - deveria ser solicitada ao INEP. Desta forma, fomos encontrar com o diretor do INEP, Samba, que também tinha sido trocado, para solicitar a autorização. Fomos muito bem recebidos, ele que também tinha estudado no Brasil, e nos deu as autorizações para as pesquisas arqueológicas, nos desejando boa sorte. Em conversa, também foi acordado que os possíveis artefatos que por ventura fossem coletados seriam doados ao INEP.

Viajamos, eu, Marília e Euclides, que se mudou para Bissau, a São Domingos, para reencontrar Eusébio. Nos encontramos e fomos diretamente para Coladje, onde tivemos uma reunião com toda a aldeia para explicar as atividades que seriam feitas. Novamente, os detalhes e análise de Coladje são contados de forma detalha no capítulo 10. Depois de 10 dias na aldeia, partimos para as demais aldeias, primeiramente a vizinha Elia.

Na aldeia foi especialmente emocionante reencontrar o Sr. João Manga, que nos deu um dos depoimentos mais lindos e importantes da primeira etapa de campo sobre o significado dos concheiros para os povos Diola. Não há dúvidas que o fato de regressar torna a relação muito mais harmoniosa e leve, sem as tensões e desconfianças dos primeiros momentos. Também reencontrar a Sra Fatuh foi bastante mágico, e ela ficou muito feliz que eu gostava e valorizava tanto as suas peças cerâmicas. Na localidade fizemos a pequena sondagem rapidamente regressamos a Elia. Sempre conversando com as pessoas, diziam que realmente os concheiros mais antigos eram os da região de Hoton, sendo que os que mapeamos são mais recentes. Decidimos então ir para Djobel (Fig. 40).



Fig. 40 - Eu, Marília, Euclides e Eusébio indo para Djobel de canoa. Fotografia: autor.

Passados dois anos, a situação crítica só piorava. No ano tinha chovido pouco, e assim, a água que eles coletaram para beber teve que ser armazenada por mais tempo, proliferando um lodo, com casos de cólera. A água do mar segue subindo, e desespero para sair de suas ilhas só aumenta, um clima de catástrofe e agonia no ar. A todo momento ouvíamos a frase *“ki ta vivi ali i tem vida cansada tchiu”*, “quem vive aqui vive tem uma vida muito penosa”. Fomos com a ideia de coletar amostras de um concheiro que já se encontrava parcialmente destruído, com sua parede interna exposta (Djobel 18). Como a hora que chegamos a maré estava vazante, não pudemos ir até o concheiro, mesmo sendo só a 1 da tarde. Assim, ficamos conversando com a família, e decidimos ir, andando pela lama, visitar a Escola que fica em uma parte elevada da aldeia com um dos pesquisadores contratados pelo projeto da Marina Temudo. A penosa caminhada foi dura, mas o pior foi encontrar crianças levando galões para pegar água em um poço de água doce muito distante (Fig. 41).



Fig. 41 - Crianças caminhando na lama para buscar água potável. Fotografia: autor.

Foi uma noite difícil estar ali em uma situação tão catastrófica e não poder fazer nada. No outro dia cedo conseguimos uma canoa emprestada, e fomos revisitar o concheiro Djobel 18, e eis que ele não existia mais! Tinha sido praticamente todo erodido, restando somente um pedaço dele, e ainda assim tomado por uma grande camada de lama. Naquele momento percebemos que não conseguiríamos coletar nenhuma amostra em Djobel, pois certamente os concheiros mais antigos estariam já encobertos pela lama. Nos bateu uma profunda tristeza, pois esperávamos que a datação pudesse comprovar “cientificamente” a narrativa deles, das transformações profundas que estavam ocorrendo de forma tão rápidas.

Regressamos a Elia e nos despedimos de todos, especialmente da Fatuh, que nos presenteou com lindas peças cerâmicas, afirmando que na próxima vez ela não poderia estar mais entre os vivos, mas as peças delas, conosco, ficaria de memória da tradição ceramista de Elia. Partimos até a estrada, onde ficamos esperando por mais de 8 horas a van que saia de tarde de São Domingos passar em Elia para nos levar até Susana. Estas longas esperas sempre são um teste de nervos para ansiosos pesquisadores escravos do relógio, que ficam angustiados e projetando mil cenários, enquanto Euclides e Eusébio estavam tranquilos: “só mais um dia”, diziam.

Em Varela nos reencontramos com o régulo e com o professor Ernesto, que nos mostraram muito entusiasmo na pesquisa e nas escavações. Porém no primeiro dia já senti uma forte dor de garganta. Fomos, Eu, Euclides, Marília e Eusébio até o

posto fazer o teste de covid, e eu e Marília tivemos o resultado positivo. Ficamos, desta forma, isolados em nossa barraca por 5 dias, aguardando passar os sintomas, e usando máscara pff2 todo o momento. Foram momentos de reflexão, angústia e medo, porém não tivemos maiores sintomas, e passado o momento de isolamento, fomos fazer as escavações nos sítios Bumehban e Wodjok.

O campo terminou com uma palestra no Centro Cultural Brasil Guiné-Bissau, a entrega dos materiais no INEP e os eventos festivos em Coladje, que descrevemos com detalhes no capítulo 10.

Durante a pesquisa de campo, o etnoarqueólogo tem uma preocupação com o detalhamento das cadeias operatórias de produção dos itens materiais, descrevendo os processos tecnológicos desde a obtenção das matérias-primas até a confecção do produto final, seu uso, armazenagem e descarte, sempre atento aos vestígios materiais resultantes de todos esses processos. Paralelamente, se interessa em observar o modo como as pessoas usam o espaço, tanto para desenvolver essas atividades de produção quanto para realizar suas atividades cotidianas de subsistência, nesse caso, o universo de observação se estende para além dos assentamentos de moradia, a fim de se obter uma percepção do uso do território de ocupação dos grupos. Nesse sentido, a “living archaeology” é fundamental para que o arqueólogo possa entender os processos deposicionais culturais (p. ex.: manufatura, utilização, reutilização, armazenagem e descarte da cultura material), que resultam em determinada configuração do registro material. Além disso, contribui para o entendimento dos processos pós-deposicionais culturais e naturais (p. ex., processo de sedimentação e reocupação do local por outra população), que alteram a configuração inicial do mesmo. (SCHIFFER, [1972] 1995, 1987). A abordagem da “living archaeology” permite ao arqueólogo vivenciar e contextualizar esses processos na totalidade do sistema cultural e, assim, apreender os significados. (Silva, 2009, p. 132)

Durante nosso trabalho de campo buscamos realizar as observações conforme preconizado por Fabíola Silva, porém as muitas dificuldades impediram que alguns dos objetivos por ela proposto fossem cumpridos de forma integral. Nos faltou especialmente uma maior profundidade na realidade das aldeias e em acompanhar o processamento dos moluscos antes destes entrarem no registro arqueológico. Cormier-Salem (1987) descreve com detalhes as diferentes práticas de coleta dos moluscos e sua relação com o território, porém a autora não possui uma visão da cadeia operatória, o que seguramente poderíamos ter complementado caso tivéssemos mais tempo para a empreitada. Assim este trabalho é basicamente do “concheiro para dentro”, ou seja, o que entendemos que as pessoas fazem no presente a partir dos artefatos presentes na superfície do concheiro e no perfil estratigráfico das sondagens. Se tivemos essa lacuna, outros pontos apontados pela autora acreditamos que conseguimos, se não com profundidade, nos envolver com a comunidade. Durante as viagens na aldeia, a abundância das conchas em todos os lugares e momentos das vidas das pessoas nos fez vivenciar a absoluta importância

delas para a domesticação da paisagem. Ao mesmo tempo que para eles parecia estranho “brancos virem do outro lado do mundo para estudar esses montes de conchas”, eles, acreditamos, sabiam que os concheiros possuíam algo a dizer sobre eles, seus antepassados, e de alguma forma, sobre o *terroir*. Durante as sondagens, os que estavam mais interessados ficavam surpresos e interessados em saber e entender o que era revelado nas camadas, como uma mensagem do passado para eles.

Especialmente em Coladje, não há dúvidas, conforme o descrito no capítulo 10, que a nossa intervenção nos concheiros marcou a história da aldeia, e reconfigurou a relação das pessoas com os concheiros. Pudemos observar nitidamente como os concheiros possuem muitas dimensões sociais, indo muito além de uma visão nitidamente utilitarista de mero depósito de material a ser reutilizado no futuro.

A *living archaeology* proposta por Silva nos parece, sem dúvidas, uma proposta com imenso potencial para toda a zona, que poderá elucidar a trajetória das conchas na sociedade de forma muito mais completa que fizemos nesta tese, e de fato entender os simbolismos que existem para além das obviedades ligadas a religiosidade. Mesmo com as muitas dificuldades – tempo, recursos, covid, não falar a língua, entre outras – as populações que tivemos contato foram amáveis, gentis e cordiais, mostrando uma cooperação a nosso trabalho da forma como eles entendiam que deveriam naqueles momentos. As mulheres, em especial, devem ser envolvidas de forma prioritárias para entendermos os caminhos das conchas.

Nossa inserção no campo, por fim, demonstra os potenciais, dificuldades, contradições e dilemas de realizar pesquisas em zonas tão distantes de nossa vizinhança cultural. Se não fosse por três pessoas – Marina Temudo, Euclides e Eusébio – toda essa história não teria acontecido.

Cap. 5 – Prospecção e delimitação dos concheiros

Nossa pesquisa de campo ocorreu por três meses na região noroeste da Guiné-Bissau, no território Diola. Os trabalhos foram divididos em duas etapas de campo, a primeira compreendendo dois meses, entre dezembro de 2019 e janeiro de 2020, e a segunda no mês de janeiro de 2022. Neste capítulo, discutiremos as abordagens teóricas e metodológicas adotadas pela equipe para obtenção dos dados da prospecção e as questões referentes ao trabalho etnográfico. No próximo trataremos das sondagens e perfis estratigráficos. Pela natureza diferente de cada etapa de campo, comentaremos em separado. Nosso trabalho buscou discutir com o único trabalho de arqueologia sobre a temática: o trabalho de Olga Linares (1971), *Shell Middens of Lower Casamance and Problems of Diola Protohistory*. Sua pesquisa nos forneceu elementos básicos que orientaram para debater novas questões e problemáticas, e pensar as metodologias adequadas para a pesquisa.

Dada a completa ausência de dados arqueológicos na zona pesquisada, tivemos uma dificuldade inicial em estabelecer critérios para identificação dos concheiros. O trabalho de Olga, mesmo de muita qualidade, não traz uma descrição sistemática dos concheiros com os quais ela trabalhou, fazendo comentários abrangentes, como por exemplo:

Os sítios Samatite-Kagnout (Lo-Oul-I): esses são menores (em média 10 x 25 m.) que os de Niomoune e mais numerosos; em Lo-Oul-1 temos 35 montículos em uma área de 410 x 440m. que foi monitorada e mapeada (...). As distâncias entre eles variam de 25 a mais de 100 m. Dos nove montículos que escaparam da destruição por construtores de estradas, cinco foram escavados. Eles têm uma média de um a três metros de altura e são aproximadamente de forma ovóide (Sapir, 1971; p. 29).

Informações como vegetação, presença de materiais arqueológicos, porcentagem de conchas, integração no relevo da aldeia, todos estão ausentes da descrição da superfície. A própria autora não menciona como ela identificou as dezenas de concheiros mapeados: fez poços testes em todos? Sondagens? A comunidade que a informou?

Recorremos a outras duas perspectivas para guiar nossos trabalhos. Blasis e Assumpção (2013) propõem protocolos de ação para identificação de sambaquis e técnicas para os encontrá-los. O primeiro ponto foi a importância de uma abordagem regional. Prospectar intensivamente somente uma localidade, apesar de apresentar uma visão bastante completa, limita a sua comparação com o todo, possivelmente

generalizando perguntas e questões. Com isto mente, definimos como nossa zona de prospecção toda a região Diola da Guiné-Bissau (Fig. 42), compreendendo assim as aldeias de:

Tabankas (aldeias) Diola-Felupe:	Tabankas (aldeias) Diola-Baiote:
Susana	Arame
Bulol	Djobel
Eossor	Elia
Djufunku	Coladje
Katon	Causso
Edjim	
Elala	
Yal/Varela	
Esukudjak	

Tabela 1 - Aldeias Diola visitadas



Fig. 42 - Aldeias Prospectadas. Google Earth.

A definição da área a ser trabalhada, ocorreu após conversamos com a professora da Universidade de Lisboa, Marina Temudo, que por 30 anos realiza pesquisa na região, e nos informou sobre os montes, sua abundância e fácil localização, sendo que as comunidades sabiam com precisão a localização dos

concheiros. Nesta etapa iniciamos a leitura atenta de toda a bibliografia sobre etnografia Diola disponível, a fim de termos um maior conhecimento sobre a realidade histórica, social e cultural da zona de pesquisa.

De Blasis e Assumpção (2013, p. 35) afirmam a importância de realização de sondagens mesmo nas etapas iniciais para identificar as diferentes estratigrafias. Esta era uma questão para nós, pois não sabíamos como as comunidades iriam reagir quando brancos chegassem com ferramentas para fazer buracos. Além disto, também havia uma questão legal. Na Guiné-Bissau não há qualquer legislação regulamentando os trabalhos arqueológicos, o que nos colocava um desafio de descobrir à quem pedir autorização para tais trabalhos.

Visto que somente o trabalho de identificar os sítios era possivelmente enorme – considerando a área e a quantidade de aldeias a serem visitadas – decidimos que não iríamos realizar qualquer intervenção nesta etapa, ou mesmo coleta de superfície. Acreditamos que esta decisão no final foi equivocada, pois se tivéssemos feito alguma sondagem pequena ou mesmo alguma limpeza de perfil já desmoronado para coleta de amostras para datação, certamente a proposta do segundo campo seria diferente.

A perspectiva adotada para a prospecção foi a utilizada pela arqueóloga Sírío Canos Donnay (2016) em trabalho de campo realizado em uma região próxima, na Casamança. Sua abordagem nos serve de referência para esta pesquisa, pois partimos de pontos semelhantes – a falta de qualquer estudo arqueológico na zona a ser analisada. O tema de pesquisa da autora é bastante interessante, e teve como objetivo principal “explorar a evolução da paisagem de poder e ocupação durante os últimos 1500 anos no alto Casamança, através da combinação de arqueologia, tradições orais e relatos históricos.” (Donnay, 2016; p.19).

Ela adotou uma metodologia intitulada “*village based survey*”, ou seja, prospecção a partir dos conhecimentos das comunidades. O trabalho do Donnay teve esta metodologia principal para prospecção e se mostrou frutífero:

Dada a falta de informações prévias sobre a arqueologia da região, o *village base survey* [levantamento baseado no conhecimento local], foi considerado o método mais eficaz em termos de tempo para explorar a região. Assim, a última seção de cada entrevista tratou da presença de locais históricos ao redor da aldeia, e foi seguida por uma visita aos locais mencionados (Donnay, 2016; p. 33).

Assim, ao invés de uma prospecção baseada em um recorte geográfico, decidimos que seria a comunidade que iria nos guiar até os concheiros. Assim como Donnay,

acreditamos que esta metodologia realmente é a mais efetiva, pois diferente do caso do Brasil, na Guiné-Bissau os concheiros estão completamente ligados à vida cotidiana das populações até o dia de hoje. Os pontos positivos são vários, principalmente a velocidade, pois sempre fomos direcionados para os concheiros, sem “perder tempo” em procurá-los. Além disto, esta metodologia permite a criação de vínculos com a comunidade, que se sente no controle das informações que serão passadas para o arqueólogo. No geral, concordamos plenamente as observações de Donnay (2016; p. 131)

As visitas aos locais acompanhadas pelos anciãos também tinham a vantagem de não ter de contactar os proprietários das terras individualmente e as entrevistas deram-nos a oportunidade de explicar aos anciãos da aldeia quem éramos, o que estávamos a tentar alcançar e porquê; que em uma área onde os estrangeiros tendem a ser de ONGs, é fundamental para evitar mal-entendidos problemáticos.

Tínhamos, no entanto um desafio. Como explicar o objetivo da nossa pesquisa para populações com nenhum contato com a arqueologia? Baseados em nossa pesquisa anterior em Mbanza Kongo, Angola, o início da conversa seria por intermediação de imagens (Maximo, 2016). Seleccionamos um total de 9 imagens que nos ajudariam a introduzir o tema à comunidade, e tentar explicar, mesmo que de forma muito simples, porque “brancos estão vindo do outro lado do mundo para procurar esses montes de conchas”. Com as imagens, buscamos explicar que o Brasil e outros lugares do mundo possuem também os montes de conchas, e eles são muito importantes para entendermos o passado das populações. Que há muitos tipos diferentes de concheiros, grandes e pequenos, com tipos de conchas diferentes. E que eles são lugares de memória para as sociedades, existindo museus para explicar para a população a importância deles para a história. Com as imagens, fizemos algumas perguntas: 1 – Há estruturas semelhantes na aldeia? (Figs Fig. 44, Fig. 46 Fig. 49 Fig. 50) / 2 – Que tipos de conchas existem na aldeia? (Fig. 43) / 3 – Como se constroem os montes de conchas? (Fig. 48) / 4 – São os concheiros lugares de memória para a aldeia? (Fig. 45 e Fig. 47)



Fig. 43 - Concha de caramujo. Foto: autor.



Fig. 44 - Sambaqui Figueirinha I - Fonte: Wikipedia.



Fig. 45 - Museu do Sambaqui em Joinville. Foto: autor.



Fig. 46 - Cemitério de Fadiouth. Hardy et Al, 2016.



Fig. 47 - Museu Arqueológico de Chiba. Foto: autor

Fig. 48 - Quem mora no Sambaqui? Ilustração: Mariana Massani.



Fig. 49 - Sambaqui Cubatão I – Joinville. Vídeo: Arqueologia(s), Episódio: Sambaquis



Fig. 50 - Sambaqui em Santa Catarina. Foto: autor

De forma geral, após um primeiro momento, as pessoas ao constatarem que estávamos estudando “monturos”, não mostravam muito interesse, e por vezes ficamos andando sozinhos perguntando aos moradores os locais dos concheiros. Acreditamos, contudo, que essa facilidade da pesquisa somente ocorreu porque os concheiros – na maioria dos casos – são considerados *middens* e não possuem qualquer significado religioso/sagrado, o que traria restrições (ver Baum, 1999 e o relato de estudar o sagrado entre os Diolas do Senegal).

Para o registro dos sítios, decidimos usar o aplicativo gratuito de celular GaiaGPS. O aplicativo possui muitas funções interessantes, permite tirar fotos georeferenciadas, inserir diferentes camadas/mapas na visualização em tela, e quando está conectado a internet cria automaticamente um mapa com todas as informações até então registradas (Nosso mapa pode ser visualizado em: <https://www.gaiagps.com/public/CABP1YjTjdWcJcNfq2zDS0g5/?layer=GaiaTopoRas terMeters>). Antes de irmos a campo, fizemos muitos testes comparando a precisão do celular/app com um GPS Garmin convencional, e as divergências foram pequenas o suficiente para nos sentirmos seguros para a realização do trabalho.

Durante dois meses, em dezembro de 2019 e janeiro de 2020, fomos em todas as aldeias, registrando os sítios arqueológicos. Em nenhuma localidade questionamos as informações das pessoas que nos guiavam sobre os concheiros, mesmo que em alguns casos, como em Edjim ou Esukudjak, não parecia ser efetivamente um concheiro, dadas as poucas conchas em superfície. Nesta etapa de campo, a maior dificuldade foi delimitar o perímetro dos sítios. Alguns casos eram bastante claros, outros nem tanto, e como não fizemos intervenções, colocamos algo aproximado, sempre consultando as pessoas que nos acompanhavam. Também em algumas aldeias, não acreditamos que faria sentido fazer uma definição de sítio como restrito a um monte de conchas. Bulol, Elia e Coladje, por exemplo, possuem verdadeiros complexos de concheiros que são melhor entendidos enquanto um grande sítio com vários concheiros menores do que entidades separadas.

No total identificamos 148 concheiros, ou complexos de concheiros (Fig. 51). Entendemos como complexo de concheiros enquanto um conjunto com grande quantidade de sítios muito próximos, aparentemente possuindo todos uma mesma função e com características semelhantes, que nos possibilita entendermos enquanto culturalmente semelhantes e talvez oriundos de um mesmo momento e propósito construtivo.

Em cada concheiro pegamos diversos pontos (a coordenada apresentada é a mais central quando isso for possível) e registramos os sítios fotograficamente. No caso dos complexos, pegamos pontos nas extremidades para tentar delimitar um perímetro, e muitos outros pontos no seu interior.



Fig. 51 - Concheiros identificados. Fonte: Google Earth.

Segue a listagem completa dividida por aldeia:

	Aldeia	Sítio Arqueológico	Coordenadas	Perímetro aproximado
1		Complexo Bulol (tipo barreira)	25 pontos	780 metros
2		Saleck	12°12'6.06"N 16°23'58.03"O	159 metros
3	Eossor	Ossor 1	12°12'40.76"N 16°25'6.30"O	Pequenas dimensões
4		Ossor 2	12°12'41.69"N 16°25'5.95"O	Pequenas dimensões
5		Ossor 3	12°12'41.82"N 16°25'5.35"O	Pequenas dimensões
6		Ossor 4	12°12'41.25"N 16°25'4.60"O	Pequenas dimensões
7		Ossor 5	12°12'40.63"N 16°25'2.22"O	113 metros
8		Ossor 6	12°12'35.42"N 16°25'0.85"O	135 metros
9		Ossor 7	12°12'35.89"N 16°24'58.02"O	69 metros
10	Djufunku	Djufunku 01	12°12'3.96"N 16°26'0.73"O	145 metros
11		Djufunku 02	12°12'3.96"N 16°26'0.73"O	80 metros
12		Djufunku 03	12°12'5.26"N 16°25'49.39"O	89 metros
13		Djufunku 04	12°12'5.71"N 16°25'46.31"O	Pequenas dimensões
14		Djufunku 05	12°12'9.90"N 16°25'47.51"O	70 metros
15		Djufunku 06	12°12'13.30"N 16°25'48.85"O	61 metros
16		Djufunku 07	12°12'14.73"N 16°25'49.22"O	82 metros
17		Djufunku 08	12°12'14.68"N 16°25'51.38"O	53 metros
18		Djufunku 09	12°12'15.48"N 16°25'52.77"O	58 metros

19		Djufunku 10	12°12'16.98"N 16°25'55.17"O	103 metros
20		Djufunku 11	12°12'17.63"N 16°25'58.63"O	53 metros
21		Djufunku 12	12°12'13.42"N 16°25'58.46"O	90 metros
22		Djufunku 13	12°12'13.14"N 16°26'2.00"O	53 metros
23		Djufunku 14	12°12'12.03"N 16°26'2.82"O	26 metros
24		Djufunku 15	12°12'10.52"N 16°26'0.70"O	Pequenas dimensões
25		Djufunku 16	12°12'8.49"N 16°25'54.46"O	53 metros
26		Djufunku 17	12°12'8.27"N 16°25'52.96"O	43 metros
27		Djufunku 18	12°12'10.27"N 16°25'55.41"O	64 metros
28		Djufunku 19	12°12'10.06"N 16°25'54.56"O	87 metros
29	Edjim	Djanghufer 01	12°13'42.40"N 16°27'53.23"O	52 metros
30		Djanghufer 02	12°13'40.27"N 16°27'48.55"O	54 metros
31		Djanghufer 03	12°13'38.00"N 16°27'47.87"O	88 metros
32		Djanghufer 04	12°13'33.83"N 16°27'44.36"O	69 metros
33		Djanghufer 05	12°13'40.82"N 16°27'57.37"O	Pequenas dimensões
34		Butem 01	12°13'47.77"N 16°27'58.53"O	112 metros
35		Butem 02	12°13'47.48"N 16°27'53.87"O	42 metros
36	Elalab	Boor 01	12°14'48.24"N 16°27'7.72"O	89 metros
37		Boor 02	12°14'50.70"N 16°27'9.88"O	73 metros
38		Bahemb 01	12°14'42.59"N	37 metros

			16°26'53.70"O	
39		Bahemb 02	12°14'40.49"N 4116°26'57.14"O	90 metros
40		Bahemb 03	124°14'42.27"N 16°27'0.55"O	132 metros
41		Bahemb 04	12°14'43.91"N 16°26'59.07"O	112 metros
42		Elalab 01	12°14'56.24"N 16°26'22.05"O	101 metros
43		Elalab 02	12°14'59.77"N 16°26'21.78"O	121 metros
44		Elalab 04	12°14'53.49"N 16°26'18.62"O	104 metros
45		Elalab 05	12°14'52.77"N 16°26'23.47"O	97 metros
46		Elalab 06	12°14'57.12"N 16°26'27.53"O	96 metros
47		Elalab 07	12°14'56.10"N 16°26'29.64"O	58 metros
48		Elalab 08	12°14'58.46"N 16°26'18.22"O	100 metros
49		Elalab 09	12°14'59.60"N 16°26'19.63"O	47 metros
50	Susana	Boatche 01	12°15'32.24"N 16°29'36.75"O	66 metros
51		Damore 01	12°16'45.09"N 16°32'53.67"O	50 metros
52		Damore 02	12°16'36.44"N 16°32'52.26"O	55 metros
53		Damore 03	12°16'38.22"N 16°32'56.84"O	Pequenas dimensões
54		Edjonik 01	12°17'3.69"N 16°32'26.44"O	82 metros
55		Edjonik 02	12°17'4.59"N 16°32'28.51"O	54 metros
56		Edjonik 03	12°17'7.40"N 16°32'29.33"O	93 metros
57		Edjonik 04	12°17'8.17"N 16°32'30.89"O	49 metros

58	Katon	Edjonik 05	12°17'9.03"N 16°32'31.55"O	123 metros
59		Edjonik 06	12°17'9.37"N 16°32'33.78"O	39 metros
60		Edjonik 07	12°17'7.65"N 16°32'33.53"O	103 metros
61		Edjonik 08	12°17'7.97"N 16°32'35.09"O	52 metros
62		Kalenquim 01	12°17'22.97"N 16°31'36.86"O	33 metros
63		Kalenquim 02	12°17'31.21"N 16°31'43.33"O	65 metros
64		Kalenquim 03	12°17'32.31"N 16°31'44.54"O	54 metros
65		Katon 01	12°17'21.39"N 16°32'29.84"O	Não registrado
66		Katon 02	12°17'21.25"N 16°32'28.14"O	Não registrado
67		Katon 03	12°17'22.63"N 16°32'27.86"O	Não registrado
68		Katon 04	12°17'23.35"N 16°32'28.06"O	Não registrado
69		Katon 05	12°17'25.03"N 16°32'28.59"O	Não registrado
70		Katon 06	12°17'26.99"N 16°32'30.54"O	Não registrado
71		Katon 07	12°17'24.51"N 16°32'31.43"O	Não registrado
72		Katon 08	12°17'24.35"N 16°32'32.74"O	Não registrado
73		Katon 09	12°17'22.99"N 16°32'33.36"O	Não registrado
74		Katon10	12°17'22.15"N 16°32'32.75"O	Não registrado
75	Yal/Varela	Wodjok 01	12°17'28.94"N 16°34'6.15"O	116 metros
76		Wodjok 02	12°17'30.44"N 16°34'6.27"O	Pequenas dimensões
77		Wodjok 03	12°17'31.60"N	54 metros

			16°34'3.30"O	
78		Wodjok 04	12°17'27.84"N 16°34'2.66"O	308 metros
79		Wodjok 05	12°17'31.52"N 16°33'59.81"O	76 metros
80		Buint 01	12°17'48.55"N 16°34'12.20"O	88 metros
81		Buint 02	12°17'46.37"N 16°34'11.24"O	90 metros
82		Buint 03	12°17'48.76"N 16°34'8.12"O	107 metros
83		Buint 04	12°17'49.41"N 16°34'9.42"O	62 metros
84		Buint 05	12°17'50.58"N 16°34'13.56"O	60 metros
85		Bumehbam 01	12°17'44.44"N 16°34'15.40"O	146 metros
86		Bumehbam 02	12°17'45.30"N 16°34'19.32"O	78 metros
87		Bumehbam 03	12°17'43.93"N 16°34'29.33"O	Pequenas dimensões
88		Bumehbam 04	12°17'42.25"N 16°34'20.95"O	Pequenas dimensões
89	Esukudjak	Esukudjak 01	12°20'55.61"N 16°39'3.55"O	67 metros
90		Esukudjak 02	12°20'53.96"N 16°39'3.33"O	Pequenas dimensões
91		Esukudjak 03	12°20'52.41"N16°39'1.37"O	138 metros
92		Esukudjak 04	12°20'57.45"N 16°38'56.12"O	Pequenas dimensões
93		Esukudjak 05	12°21'1.00"N 16°38'57.53"O	90 metros
94	Djobel	Djobel 01	12°16'55.60"N 16°24'22.11"O	75 metros
95		Djobel 02	12°16'56.92"N 16°24'25.20"O	51 metros
96		Djobel 03	12°16'52.18"N 16°24'28.03"O	82 metros
97		Djobel 04	12°16'46.59"N	98 metros

			16°24'29.68"O	
98		Djobel 05	12°16'45.20"N 16°24'24.56"O	273 metros
99		Djobel 06	12°16'33.70"N 16°24'16.42"O	88 metros
100		Djobel 07	12°16'35.69"N 16°24'8.95"O	79 metros
101		Djobel 08	12°16'37.43"N 16°24'3.40"O	106 metros
102		Djobel 09	12°16'40.58"N 16°24'1.45"O	77 metros
103		Djobel 10	12°16'42.28"N 16°24'2.27"O	52 metros
104		Djobel 11	12°16'53.01"N 16°24'3.02"O	140 metros
105		Djobel 12	12°16'52.09"N 16°23'45.30"O	80 metros
106		Djobel 13	12°16'54.04"N 16°23'43.32"O	44 metros
107		Djobel 14	12°17'22.08"N 16°23'46.59"O	101 metros
108		Djobel 15	12°17'36.27"N 16°23'47.99"O	50 metros
109		Djobel 16	12°17'41.63"N 16°23'59.81"O	48 metros
110		Djobel 18	12°17'8.60"N 16°23'55.17"O	107 metros
111		Djobel 19	12°17'2.86"N 16°23'59.43"O	142 metros
112		Hoton	12°19'15.00"N 16°22'55.37"O	43 metros
113		Hobwa 01	12°18'9.25"N 16°23'33.39"O	104 metros
114		Hobwa 02	12°18'18.02"N 16°23'31.83"O	82 metros
115		Burogo 01	12°17'58.90"N 16°23'20.65"O	111 metros
116		Burogo 02	12°17'56.48"N 16°23'22.38"O	98 metros

117	Elia	Kay	12°17'55.28"N 16°23'17.22"O	148 metros
118		Bassumar 01	12°17'59.68"N 16°23'11.34"O	Parcialmente submerso
119		Bassumar 02	12°17'59.18"N 16°23'9.77"O	89 metros
120		Bassumar 03	12°18'0.89"N 16°23'7.72"O	86 metros
121		Bassumar 04	12°18'1.86"N 16°23'6.39"O	72 metros
122		Baguindo	12°18'5.74"N 16°22'55.97"O	52 metros
123		Eto 01	12°18'8.15"N 16°23'2.44"O	163 metros
124		Eto 02	12°17'54.77"N 16°22'56.18"O	71 metros
125		Eto 03	12°17'54.30"N 16°22'50.81"O	67 metros
126		Eto 04	12°17'55.04"N 16°22'48.08"O	50 metros
127		Ecuba 01	12°17'47.90"N 16°22'38.98"O	Monte parcialmente submerso
128		Ecuba 02	12°17'52.65"N 16°22'35.91"O	Parte da barreira de Elia
129		Ecuba 03	12°17'57.32"N 16°22'38.28"O	79 metros
130		Ecuba 04	12°18'3.17"N 16°22'33.57"O	69 metros
131		Ecuba 05	12°18'5.37"N 16°22'33.91"O	89 metros
132		Ecuba 06	12°18'1.56"N 16°22'30.74"O	Pequenas dimensões
133		Kato 01	12°18'17.48"N 16°22'31.57"O	84 metros
134		Kato 02	12°18'16.29"N 16°22'28.61"O	Parte da barreira de Elia
135		Kato 03	12°18'14.66"N 16°22'29.60"O	77 metros

136		Kato 04	12°18'10.41"N 16°22'28.69"O	Parte da barreira de Elia
137		Elabzan	12°18'21.33"N 16°23'0.15"O	95 metros
138		Complexo barreira de Elia	Variados	
139	Coladje	Caramussa	12°20'9.82"N 16°20'52.57"O	23 metros
140		Complexo barreira de Coladje (97 pontos registrados)	Início (oeste): 12°19'34.82"N 16°21'17.45"O Possível fim (leste): 12°20'10.40"N 16°19'47.24"O	3.234 metros – somente comprimento, não foi medida a largura.
141		Horon Guiba	12°19'40.43"N 16°20'52.46"O	96 metros
142		Icun I	12°19'55.39"N 16°20'6.42"O	274 metros
143		Icun II	12°19'52.82"N 16°20'16.48"O	289 metros
144		Icun III	12°19'52.34"N 16°20'18.20"O	170 metros
145		Icun IV	12°19'50.97"N 16°20'21.51"O	137 metros
146		Icun V	12°33'28.90"N 16°33'41.20"O	37 metros

Tabela 2- Concheiros encontrados durante a prospecção

Os trabalhos de prospecção guiados pela comunidade, assim, tiveram grande sucesso em cadastrar um enorme número de concheiros em toda região. Ao mesmo tempo, da dinâmica do processo de registro, isso implicou que ele fosse feito de forma bastante simples, anotando somente informações da posição geográfica, composição em superfície, possível dimensão e ponto mais alto (quando o caso). Foi registrado no caderno de campo a presença de artefatos em superfície.

Durante a nossa brevíssima vivência nessas aldeias, aproveitamos para fazer amigos, conversar e entender um pouco melhor do papel das conchas no cotidiano da população. Assim, informações etnográficas pontuais foram colhidas, a fim de serem discutidas com diversos etnógrafos que estudaram as populações Diola, em especial os trabalhos de Marie Cormier-Salem (1987, 1992, 1995, 2018).

Durante todo o processo de prospecção, a partir de metodologia do *village based survey*, diversas questões apareceram. Donnay aponta algumas delas, que compartilhamos integralmente:

Embora eficaz e prática, essa abordagem apresentou uma grande desvantagem: a dificuldade de avaliar a representatividade dos resultados. (...) Consequentemente, embora altamente informativa sobre a natureza e diversidade dos sites presentes na região, a pesquisa também apresenta limitações substanciais que serão levadas em consideração ao tirar conclusões disso (Donnay, 2016; p. 132).

Ao nos basearmos somente na orientação das comunidades sobre a localização dos sítios, podemos ter registrado somente concheiros que de fato tem uma relação com as pessoas do presente, não visitando concheiros abandonados (contexto arqueológico) ou “desconhecidos”. Isto pode ter nos levado a sobre representar os concheiros recentes dos antigos. Este ponto, inclusive, pode ser a chave de um dos maiores problemas da pesquisa: se a ocupação na região é milenar, onde estão os concheiros antigos? Desta forma, pode ser que as populações nos mostraram somente os concheiros que acharam que faz sentido nos mostrar. Esta abordagem também depende exclusivamente do desejo das pessoas em passar informações para brancos desconhecidos. Como fica muito evidente na situação vivida com os concheiros Icuñ I e III (capítulo 10), a existência dos concheiros pode ser deliberadamente ocultada para estrangeiros, pelos mais diferentes interesses.

Outra questão sobre a metodologia envolve a definição do concheiro em si. Muitas vezes, nossos apoiadores informavam que tal local era um concheiro. Olhando na superfície, era realmente difícil de acreditar que aquilo era mesmo um concheiro, seja pela falta de altura ou mesmo ausência de conchas em superfície. Questionamos, e a resposta era sempre a mesma: “se vocês fizerem um buraco, vão encontrar as conchas”. Acostumados com concheiros que estão na cota positiva na literatura, acabamos por registrá-los, mas uma desconfiança sobre a veracidade da informação permaneceu.

No final do campo de 2022, um fato, no entanto, nos fez questionar a nossa desconfiança. No dia 05/02/2022, estivemos na região de Samatite-Knognout, no Senegal, buscando encontrar os sítios arqueológicos que foram escavados por Olga Linares nos 1960. Acreditamos que encontramos alguns deles, sem muita certeza, mas a visita foi crucial para conhecermos os concheiros da região, e refletir exatamente sobre o que duidávamos.

Na aldeia de Samatite, logo à entrada, observamos um enorme buraco no chão, e nele, justamente, estava um concheiro enorme. No Senegal, a exploração de conchas para construção civil é uma atividade comum, inclusive este é um tema recorrente em teses e dissertações do país (Kantoussan, 2006).

Ao conseguirmos ver a estratigrafia do sítio, pudemos observar que a cota positiva do concheiro era praticamente areia, poucas conchas e mato seco. Porém, no buraco, observamos densas e espessas camadas de conchas se alternando com camadas de solo, em uma disposição relatada por Olga Linares (Fig. 52). Inclusive, grande quantidade de cultura material foi observada nas camadas mais profundas do perfil. Este fato nos remeteu imediatamente aos contextos que duvidávamos na Guiné-Bissau,



Fig. 52 - Samatite / Senegal. Ponto 3. Coordenadas: 12°53'66.94"N / 16°63'74.01"O.

Concheiros presentes em Esukudjak, a 18 quilômetros aproximadamente de Samatite, superficialmente são muito semelhantes, o que nos repensar, apontando, inclusive, para uma terceira etapa de campo.

A prospecção teve muito sucesso em nosso objetivo principal, de identificar os concheiros do tchon Diola. O número expressivo de concheiros não deixa dúvidas da magnitude da presença dos concheiros na paisagem. Estão, de fato, por toda a parte. O método do *village based survey*, com a ressalva sobre a qualidade e relevância da

amostra, se mostrou o mais adequado, e fato, devemos a ele, ou melhor, as pessoas, o sucesso deste mapeamento dos sítios. Acreditamos que a proposta de fazer um panorama regional em detrimento de uma abordagem intensiva local foi acertada, pois desta forma conseguimos observar não a quantidade e recorrência da prática, mas principalmente a diversidade dos concheiros entre si, e como eles refletem padrões culturais de descarte e de domesticação da paisagem. O ponto negativo foi não ter seguido a orientação de De Blasis e Assumpção, e ter já na prospecção coletado amostras e tentado, mesmo que de forma diminuta, observar a estratigrafia. Se tivéssemos feito isso já na prospecção, talvez teríamos economizado tempo e recursos na segunda etapa de campo. Também a prospecção teria sido mais frutífera se tivéssemos visitado os concheiros estudados por Olga Linares antes, pois assim, teríamos uma referência concreta da cultura material presente e das formas e composições dos concheiros antigos.

O fazer a prospecção, por fim, foi o momento de conhecer a região, as pessoas, me familiarizar com o tema de pesquisa, e principalmente, vivenciar o *terroir* no cotidiano, nos deslocamentos, nas alimentações, conversas, ou seja, em percorrer e conhecer os percursos do *terroir*.

Cap. 6 – Sondagens e análise da estratigrafia

Tendo já um amplo repertório da quantidade e diversidade de sítios concheiros, nos foi possível planejar uma segunda etapa de campo, com o objetivo de abrir sondagens para visualizar a estratigrafia e coletar amostras de sedimento e para datação C14. Os trabalhos ocorreram em janeiro de 2022. Um pouco antes da viagem de campo, tivemos a excelente notícia de que a historiadora Daniela Moreau patrocinaria as datações C14, permitindo assim ampliarmos nossos objetivos de intervenção com a finalidade explícita de montarmos uma sequência cronológica para a região. Planejamos abrir as sondagens nos seguintes concheiros:

	Aldeia	Sítio Arqueológico
11	Djufunku	Djufunku 01
76	Yal/Varela	Wodjok 01
86	Yal/Varela	Bumehbam 01
87	Yal/Varela	Bumehbam 02
102	Djobel	Djobel 08
113	Elia	Hoton
140	Colajde	Caramussa
142	Coladje	Horon Guiba
143	Coladje	Icun I
146	Coladje	Icun III
148	Coladje	Icun V

tabela 3 - concheiros alvo de intervenções arqueológicas

A escolha se deu em observamos dimensões diferentes entre os sítios de grande porte de Coladje, e os monturos nas demais aldeias. Conseguimos realizar as intervenções em quase todos, excetuando **Djufunku 01, Djobel 08 e Caramussa**. No caso de Djobel, o motivo da não realização das intervenções é que o concheiro em questão estava muito danificado pela erosão, e por estar no meio da lama seria difícil, senão impossível, realizar um controle estratigráfico que nos permitisse entender de fato o processo de sua formação. Mesmo trabalhando na maré baixa, teríamos menos de quatro horas para realizar todos os trabalhos, isso atolados na lama. Assim, com pesar, decidimos que seria inviável sem uma estrutura melhor para a pesquisa.

Não conseguimos ir a Djufunku, principalmente por questões de saúde e tempo. Durante nossa estadia em Yal/Varela, parte da equipe contraiu Covid-19, e assim tivemos, conforme orientação da equipe médica local, que ficar em isolamento por 4 dias. Seriam justamente nestes dias que tínhamos marcado de ir para Djufunku. Associado a isso, Djufunku não possui acesso por estrada, o que complicava muito o deslocamento da equipe e do equipamento necessário para a abertura da sondagem. Por fim, no sítio Caramussa não foi feita a escavação por falta de tempo, pois no dia marcado a aldeia de Coladje realizou uma festa surpresa para a equipe.

Foram coletadas 15 amostras para datação e 23 amostras de sedimento. As datações foram calibradas de acordo com a curva Marine20, do site Calib. A calibração é necessária pois as amostras datadas foram todas de conchas marinhas, e há uma diferença na concentração do carbono 14 na atmosfera e no oceano, o chamado efeito reservatório, sendo que a calibração visa corrigir esta distorção. Na ausência de dados específicos sobre o litoral da Guiné-Bissau, utilizamos os dados existentes para o Senegal. Apresentaremos neste capítulo a data obtida, e a data calibrada. Em muitos dos casos, não foi possível calibrar as datações, o que significa que as amostras são muito recentes, possivelmente posteriores a meados do século XIX. O ΔR usado foi 15, com a incerteza de ± 49 . Estes dados foram obtidos através do site Calib.com.

Os trabalhos de sondagem foram guiados pelo protocolo estabelecido por Gaspar et Al (2013). Neste texto as autoras estabelecem protocolos e metodologias para intervenções em sítios conchíferos. Iniciamos os trabalhos abrindo trincheiras de 70 cm de largura na lateral dos concheiros, com o objetivo de chegar o mais próximo possível do centro deles. No caso dos sítios Icu I e Icu III, dadas as enormes dimensões, foi necessário realizar um escalonamento, com a finalidade de garantir a segurança da equipe e evitar desmoronamentos do perfil. O trabalho de escavação foi realizado primeiramente usando picareta, enxadas e pás, e quando a parede desejada foi alcançada, a limpeza seguiu com colher de pedreiro, trinchas e baldes (Fig. 53 e Fig. 54). Seguimos à risca o recomendado pelas autoras:

O preparo para descrição de perfis envolve 5 simples passos; (1) O perfil a ser investigado deve ser retificado para que não haja áreas com "barrigas" ou ângulos que dificultem a leitura. Lembre-se de efetuar a limpeza com colher de pedreiro com movimentos de cima para baixo para que o sedimento das camadas mais altas não contamine as camadas inferiores. (2) Estabeleça o nível zero, ele pode estar na superfície do sítio ou no próprio perfil. (3) Posicione uma fita métrica em toda a extensão a ser desenhada, a localização da fita pode ser a mesma do nível zero. (4a) Fixe o nível-bolha. Após a

definição da área apropriada instale um prego com um fio/linha (4b) estenda o fio posicionando o nível aproximadamente no centro (4c) após encontrar local onde o nível esteja centrado coloque o segundo prego. As elevações iniciais e finais de diversa; camadas ao longo do perfil poderão ser medidas sem problemas. (5a) No caso do nível zero ser estabelecido na superfície do sítio prenda um pedaço de barbante no marco do nível, coloque o nível-bolha no barbante, (5b) meça a distância entre o zero e o local de 1 tomada de medidas no perfil. É importante destacar que muitas vezes é necessário observar o perfil a partir de diferentes distâncias para que seja possível discernir camadas e estruturas (Gaspar, Klokler, & Bianchini, 2013; p.60).



Fig. 53 - De pé da esquerda para direita, Januário e Justino, sentado, Euclides, Eusébio e Marília. Fotografia: autor.



Fig. 54 - Abertura do perfil nordeste I cun I. Fotografia: autor.

Após a preparação, iniciamos os desenhos e fizemos as coletas para datação. Todo o material coletado foi catalogado, os artefatos higienizados e entregues ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), órgão responsável na Guiné-Bissau das pesquisas científicas (Fig. 55). As amostras de datação foram enviadas para o Laboratório Beta Analytics (EUA) e Vilnius Radiocarbon (Lituânia). As 23 amostras de sedimento foram trazidas ao Brasil.



Fig. 55 - Marília e Bruno em atividades de curadoria do material arqueológico. Fotografia: Euclides Correa.

Sondagens em Yal/Varela:

Dentre as muitas possibilidades de sondagem, escolhemos a tabanka de Yal/Varela principalmente por questões de ordem prática, já que se encontra na zona Diola-Felupe, que possui muitos concheiros, e se encontra no final da estrada, o que facilita muito o transporte de equipamentos para trabalho. Em Yal encontramos os seguintes sítios, Bumehban 1, 2, 3, 4; Buint 1, 2, 3, 4, 5; Wodjok 1, 2, 3, 4 e 5 (Fig. 56):



Fig. 56 - Concheiros em Yal/Varela – Google Earth

Os sítios estão divididos entre três bairros, ao norte o Bumehbam e Buint e ao sul o Wodjok. Todos os sítios em superfície possuem grande quantidade de conchas, em sua imensa maioria de Combe, com algumas ostras presentes.

Ao selecionarmos os locais para intervenções, perguntamos para vários moradores se algum local específico seria mais antigo que os outros, e somente nos disseram que todos eram antigos. Considerando isto, então a escolha foi por oportunidade mesmo, ao decidirmos pelos Bumehbm 1 e 2 (Fig. 57) e o Wodjok 1. O principal motivo foi que os dois primeiros já tinham sido alvo de escavações para retirada de conchas para construção, e o Wodjok 1 estar em um local inclinado, com perfil mais vertical.

Bumehban I e II



Fig. 57 - Perímetro concheiros Bumehban I e II - Google Earth

Bumehban I se encontra na divisa dos dois bairros, próximo a um grande pátio que se realizam festas e encontros. Tem perímetro aproximado de 146 metros. É um sítio amplo, com pouca elevação, que não passa de 50 cm do nível do pátio. Em 2020, fizemos o mapeamento do sítio (Fig. 58), porém quando regressamos, em 2022, ele já tinha sido alvo de mineração, como podemos ver na Fig. 59.



Fig. 58 - Superfície - Bumehban I

Fig. 59 - Escavação já existente - Bumehban I

Estando já bastante escavado, o trabalho foi de limpar e retificar o perfil, para isso avançando 40 centímetros para dentro da parede (Fig. 60). Após, fizemos o desenho do perfil (Fig. 61).



Fig. 60 - Limpeza do Perfil - Bumehba I

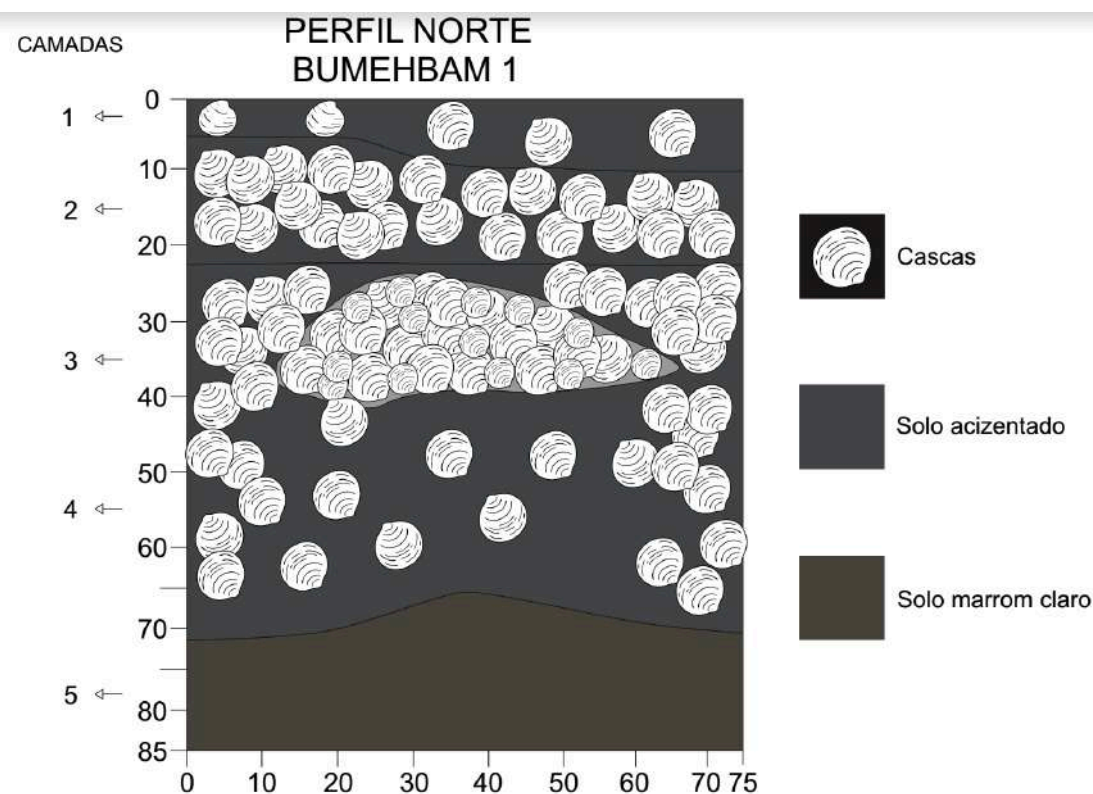


Fig. 61 - Desenho do Perfil - Bumehban I

Durante a limpeza do perfil, encontramos principalmente cerâmica, mas também plástico e vidro industrial, o que nos fez concluir que se tratava de um concheiro recente. Foram encontrados também cerâmica (Fig. 62, Fig. 63, Fig. 64 e Fig. 65).



Fig. 62 - Fragmentos cerâmicos - Bumehban I



Fig. 63 - Fragmentos cerâmicos, vidro e metal - Bumehban I



Fig. 64 - Pintura em fragmento cerâmico - Bumehban I

Fig. 65 - Fragmento de vidro no perfil - Bumehban I

Dada a presença do vidro incolor, indicativo da tecnologia do final do XIX e começo do XX, decidimos não coletar amostra para datação, também considerando a pouca profundidade do concheiro.

Outro concheiro no qual fizemos intervenção na mesma zona foi o Bumehban 2, a poucos metros de distância. Também estava parcialmente minerado, o que facilitou o trabalho. O concheiro tem um perímetro aproximado de 78 metros, com uma configuração clara de monte. Em superfície encontramos, além de lixo contemporâneo, plásticos antigos e muita cerâmica. Foi feita a abertura, limpeza e desenho do perfil (Figs. Fig. 66 Fig. 67 Fig. 68 Fig. 69 Fig. 70).

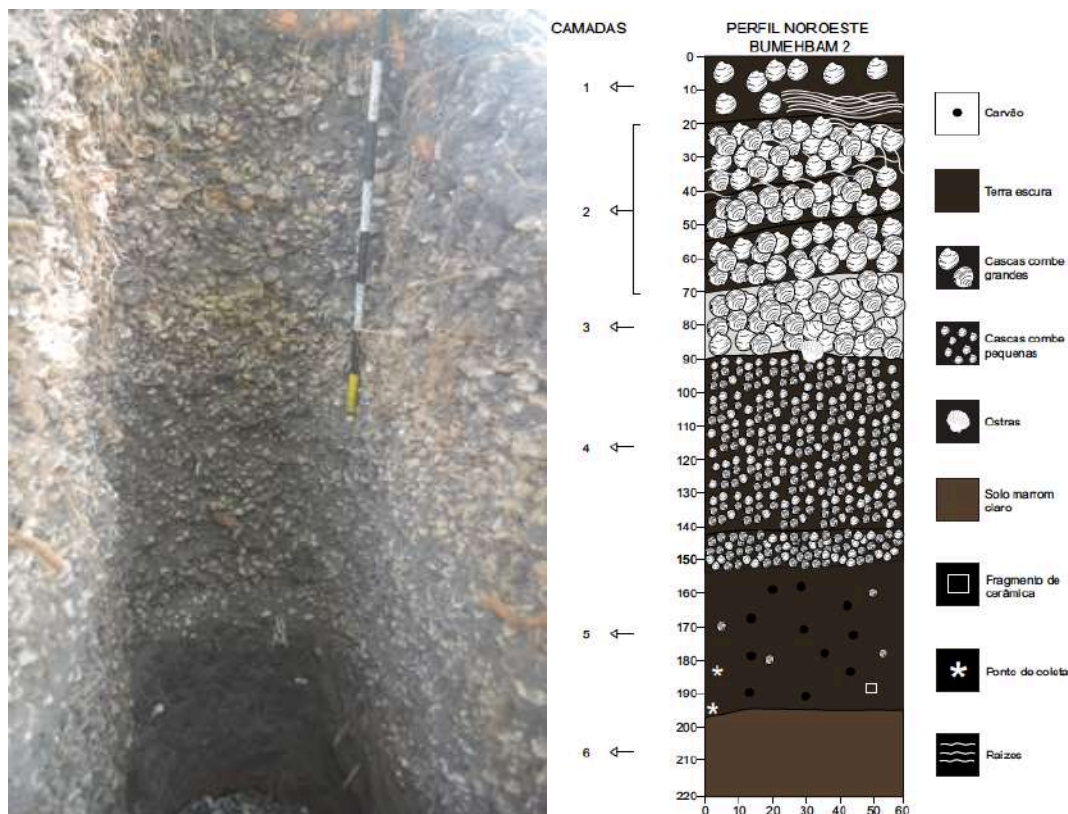


Fig. 66 - Superfície - Bumehban II.



Fig. 67 - Limpeza de superfície - Bumehban II

Fig. 68 - Abertura de perfil - Bumehban II



As escavações chegaram a 2,20 metros de profundidade, encontrando solo estéril. A composição é principalmente de conchas de combe, mas também há presença de ostras. Há abundante cultura material na área mais próxima da superfície, indo desde plástico, metal, vidro, ossos de animais domésticos, mas principalmente cerâmica, em grande quantidade (Fig. 71 Fig. 72 Fig. 73). Destaque para a cápsula de projétil de fuzil AK47. Quando mostramos para algumas pessoas na vizinhança, disseram: “essa daí foi para matar Tuga [Portugueses]”.



Fig. 71 - Fragmentos de vidro, metal e plástico - Bumehban II.



Fig. 72 - Fragmentos cerâmicos - Bumehban II



Fig. 73 - Fragmentos cerâmicos e ossos - Bumehban II

Conseguimos identificar diferentes camadas, que acreditamos serem de diferentes etapas na construção do concheiro. Há muito sedimento entre as conchas, principalmente na camada 4, mas em geral em todas elas. Talvez um reflexo de uma deposição de material orgânico em superfície, seja das próprias árvores no entorno, ou mesmo vestígios do cotidiano, como palha do arroz e etc. Coletamos uma amostra de datação para o concheiro, próximo à base. O resultado, após a calibração a curva Marine20 coloca o concheiro no período contemporâneo:

Aldeia	Sítio	Profundidade do topo	Laboratório	Sigla do Laboratório	Datação	Calibradas - Marine20 - R15+-49
Yal	Bumehban 2	184cm	Vilnius Radiocarbon	FTMC-SL93-2	432±28	Não obteve resultado

Como não há uma data conclusiva, devemos somente considerar as camadas para tentar entender o processo construtivo. Algumas lentes são muito pequenas, e considerando que talvez o processo de construção tenha sido rápido, elas podem corresponder a algum evento circunstancial. O importante é observar que há pelo menos 4 momentos distintos na história do lugar. O primeiro é o solo estéril argiloso, provavelmente o solo como era no momento da disposição das conchas. Depois vem um outro momento interessante, de um solo escuro intenso, já com alguma cultura

material, consistindo de ossos de animais e cerâmica. Há algumas conchas, incluindo ostras e combe. Depois, inicia-se esse segundo momento, em que começa uma deposição de conchas de combe e sedimento, geralmente conchas pequenas, em uma proporção aproximada de 50% de cada. Por fim, a última camada é a de uma deposição massiva de conchas, com menos sedimento, e muito mais cultura material.

Wodjok I



Fig. 74 - Perímetro Wodjok I - Google Earth

O sítio Wodjok I fica no bairro Wodjok, na parte sul da aldeia (Fig. 74). É próximo à zona do porto, local onde saem as mulheres para coletar os moluscos. Está próximo às casas e tem aproximadamente 116 metros de perímetro, mas considerando que está muito próximo do Wodjok 4, pode ser que na verdade seja somente um enorme sítio ao invés de dois diferentes. Tem uma altura máxima de 2 metros, e não apresenta exploração de conchas. Assim, o local escolhido foi no ponto mais alto, que acompanha um declive natural do terreno (Fig. 75). Há algum lixo contemporâneo em superfície, mas pouco, provavelmente porque as casas do entorno preferem atualmente depositar no concheiro Wodjok 2. Fizemos a limpeza da superfície e abrimos um buraco lateralmente, para visualizar o perfil, o qual desenhamos (Fig. 76 Fig. 77).



Fig. 75 - Superfície escolhida para intervenção - Wodjok I

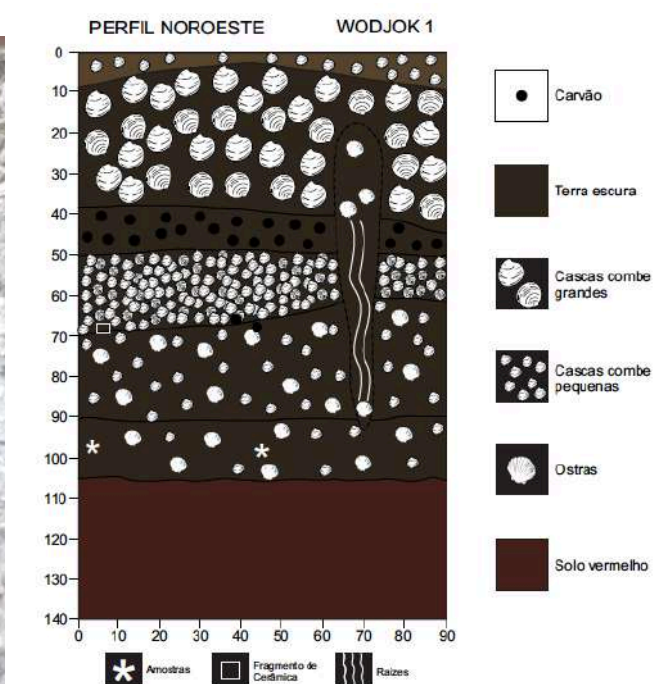


Fig. 76 - Fotografia do Perfil - Wodjok I

Fig. 77 - Desenho do Perfil - Wodjok 1

O perfil estratigráfico apresenta pelo menos 5 camadas bem definidas, sendo que as conchas somente predominam na superfície. Há um grande buraco na vertical do perfil, que acreditamos que seja uma antiga raiz. A mescla de camada de terra e concha é bastante interessante, e nos faz especular que talvez o concheiro tenha tido um interrompimento na sua construção, ou mesmo uma outra utilidade momentânea.

Coletamos uma amostra perto da base, para datação, saindo o seguinte resultado:

Aldeia	Sítio	Profundidade e do topo	Laboratório	Sigla do Laboratório	Datação	Calibradas - Marine20 - R15+-49
Yal	Wodjok I	98cm	Vilnius Radiocarbon	FTMC-FE02-2	458±28	Não houve calibração

Assim como nos Buhemban, após a calibração com a curva Marine20 não há resultado conclusivo, o que significa que é recente. Nas diferentes camadas também encontramos bastante cultura material, semelhante às encontradas nos sítios anteriormente citados, como cerâmica, vidro e osso (Fig. 78Fig. 79Fig. 80). O vidro, principalmente, talvez nos remeta ao começo do século XX, pelo formato e cor.



Fig. 78 - Fragmentos de vidro, carvão e cerâmica - Wodjok I



Fig. 79 - Fragmentos de cerâmica, osso - Wodjok I



Fig. 80 - Fragmentos cerâmicos, ossos e vidro - Wodjok I

Sondagem em Elia

A aldeia de Elia (Fig. 81), junto com a de Coladje, é a que apresenta o maior número de concheiros em quantidade, principalmente no que definimos como “barreira de Elia”, que será tratado no capítulo 9.

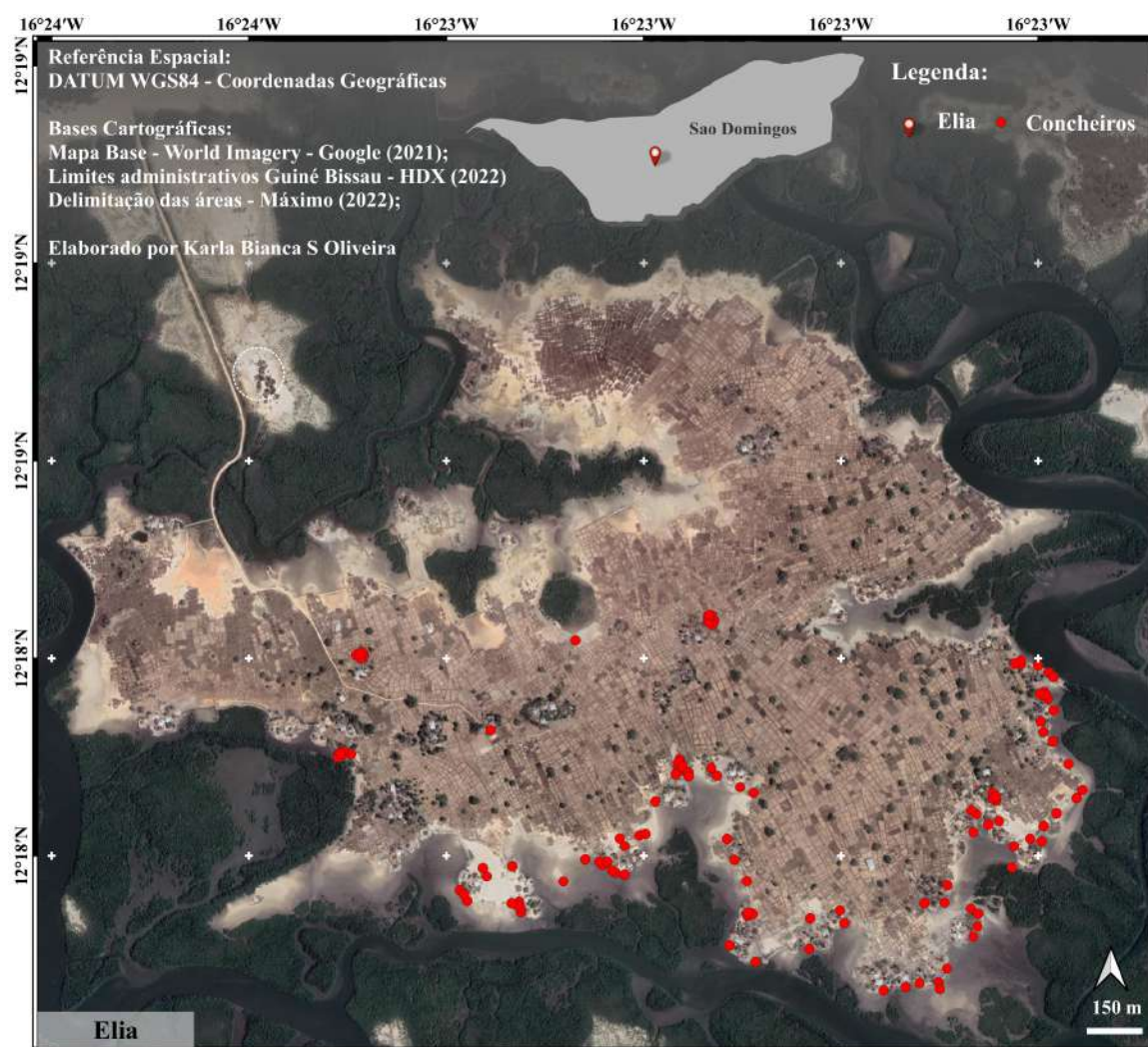


Fig. 81 - Sítios em Elia

Em conversa com os moradores, todos nos falaram que a atual aldeia de Elia é recente, sendo que a antiga ficava na margem do manguezal, mais ao norte, na localidade do mapa onde encontramos um sítio, chamado Hoton. De toda as aldeias, somente este concheiro e o Boatche (Suzana) não estão próximos à zona de habitação. Quem nos levou até o concheiro foi o simpático agricultor João Manga.

O concheiro Hoton 1, é pequeno – principalmente considerando os atuais de Elia – com somente 40 metros de perímetro, e estando em torno de meio metro do solo. É plano, e com conchas muito fragmentadas.



Fig. 82 - Concheiro Hoton 1 – Tabanka de Elia



Fig. 83 - Escavação de unidade - Sítio Hoton - Elia

A sondagem foi aberta em uma zona com mais conchas em superfície (Fig. 82 e Fig. 83). Foi aberta então uma unidade de 80 centímetros de largura e 60 de altura, entrando aproximadamente 1 metro desde a sua borda. Foi revelada uma estratigrafia com poucas conchas e a presença de um solo argiloso cinzento em sua base (Fig. 84).

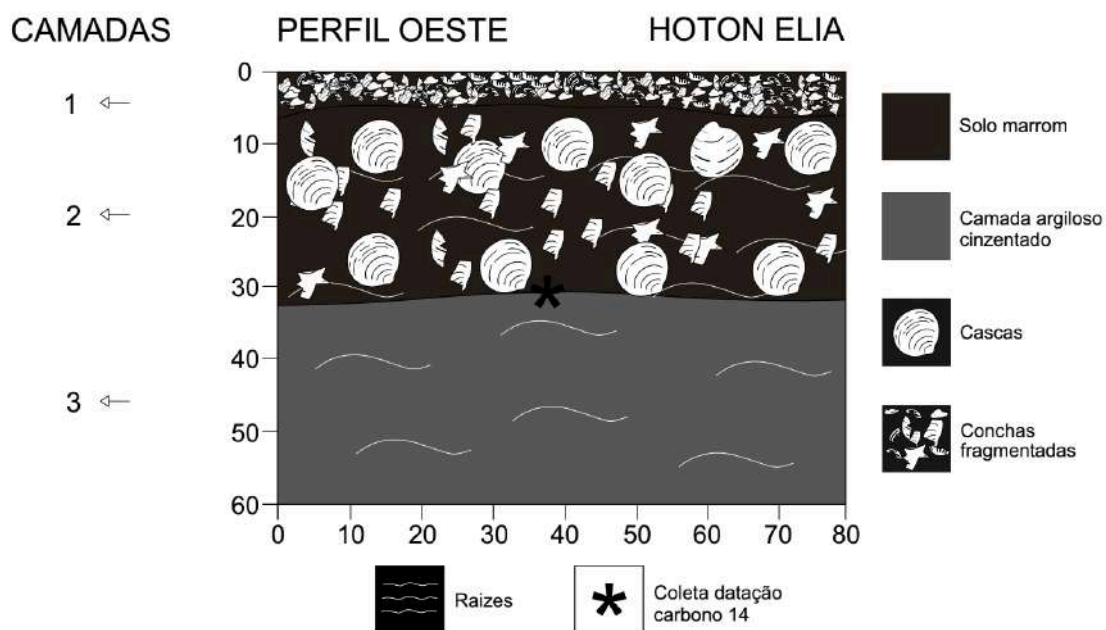


Fig. 84 - Perfil estratigráfico - Hoton – Elia.

Foi coletada uma amostra para datação:

Aldeia	Sítio	Profundidade e do topo	Laboratório	Sigla do Laboratório	Datação	Calibradas - Marine20 - R15+-49
Elia	Hoton	30cm	Vilnius Radiocarbon	FTMC-SL93-3	692±28	68.3% - 1721- 1900 – d.C. 95.4% - 1672- 1950 – d.C.

Os resultados nos colocam com uma maior probabilidade de ser do início do século XIX. Não foram encontrados artefatos.

Sondagens em Coladje

De todas as aldeias, Coladje se destaca por ter a maior quantidade de concheiros, a existência de uma barreira de mais de 3 quilômetros, a presença de sítios domésticos e 5 grandes concheiros que trataremos no último capítulo (Fig. 85). Dada a diversidade de concheiros, em suas diferentes dimensões, formas e significados, a aldeia foi a escolhida como alvo principal de nossas pesquisas. Nela realizamos então 5 sondagens em 4 sítios, como dito acima. A interpretação dos resultados será retomada de forma aprofundada no capítulo 10.



Fig. 85 - Sondagens realizadas em Coladje.

Horon Guiba

O sítio Horon Guiba consiste em um concheiro com superfície muito fragmentada, plana, e um perímetro de 81 metros, sendo que o sítio é dividido em dois pedaços (Fig. 86). O maior, a leste e outro menor a oeste. Conversando com Eusébio, sobre o melhor local, e visualizando a área, decidimos por abrir a unidade no local mais próximo do manguezal (Fig. 87 e Fig. 88).



Fig. 86 - Perímetro do sítio - Horon Guiba

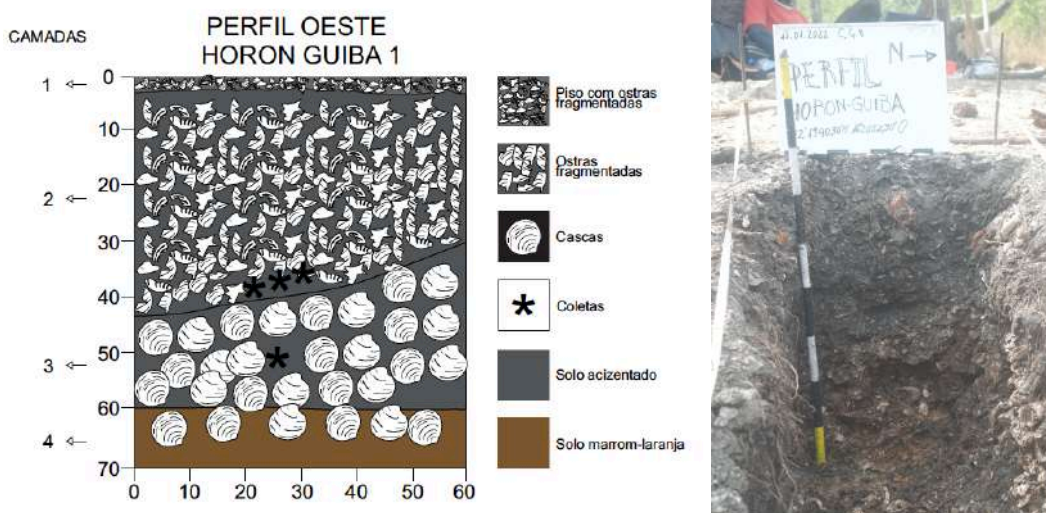


Fig. 87 - Perfil estratigráfico Horon Guiba

Fig. 88 - Fotografia do perfil estratigráfico

A estratigrafia nos revelou coisas bastante interessantes. O Horon Guiba é muito terroso. Não possuindo somente uma camada fina, como os outros, mas uma ampla camada com bastante sedimento e ostras fragmentadas. A coloração inclusive consistia em um cinza escuro. As conchas inteiras de ostras são onipresentes, mas não o componente principal. Não conseguimos ver camadas muito específicas.

Afim de tentar situar cronologicamente este porto com relação ao complexo Icun, fizemos a coleta de uma amostra para datação. Segue o resultado:

Aldeia	Sítio	Profundidade do topo	Laboratório	Sigla do Laboratório	Datação	Calibradas - Marine20 - R15+-49
Coladje	Horon Guiba	50 cm	Vilnius	FTMC-FE02-1	521±28	Não foi possível a calibração

O resultado nos informa uma impossibilidade de calibrar, ou seja, a data provavelmente se refere a um período muito recente, talvez século XX.

Complexo Icun

O que chamamos de complexo Icun consiste em 5 sítios arqueológicos que possuem grandes dimensões, estando próximos geograficamente, se diferenciando dos demais da aldeia (Fig. 89). Vamos tratar de cada um deles esperados.



Fig. 89 - Localização e perímetro aproximado dos concheiros Icun em Coladje

Icun I

O sítio arqueológico Icun I é o maior de todos os concheiros, não só de Coladje, mas de toda a zona pesquisada. Possui um comprimento aproximado de 113 metros, considerando o ponto mais a leste e oeste. A largura varia, pois o concheiro não é uniforme, com partes mais largas e outras menos. Sendo o centro o local com as maiores dimensões, foi então considerado o ponto para medição, totalizando aproximadamente 28,3 metros de largura. Por fim, o perímetro aproximado de todo o concheiro totaliza 272 metros (Fig. 90). O local de instalação do concheiro é bastante único, pois atualmente ele é uma ilha; durante a maré cheia, a água do mar o circunda completamente).



Fig. 90 - Dimensões do Concheiro Icun I. Imagem: Google Earth. No canto superior direito, mapa topográfico. Imagem: GaiaGPS.

Como é possível ver pela imagem de satélite, o concheiro não possui uma forma bem definida. Seu ponto mais alto é o lado oeste, com altitude aproximada de 13,5 metros. Há uma irregularidade com relação aos tamanhos, como podemos observar no seguinte desenho (Fig. 91):

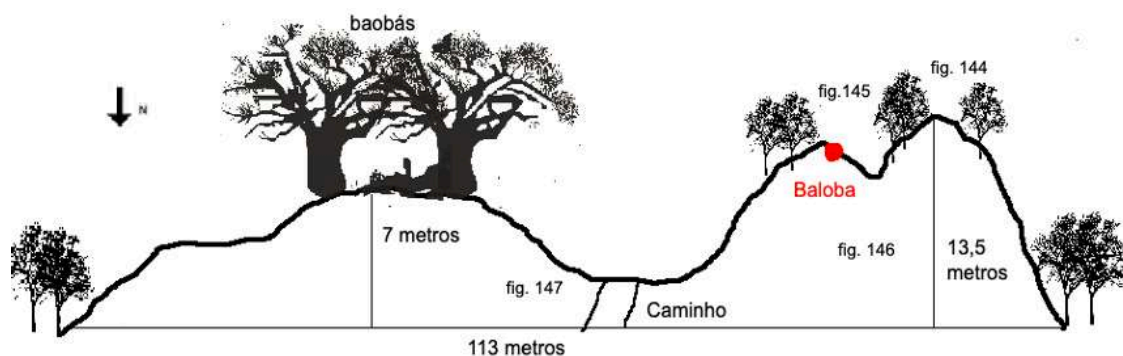


Fig. 91 - Formas e alturas. Visão da face norte.

Atualmente em sua superfície podemos encontrar alguma vegetação, principalmente arbustos e grama seca, com destaque para enormes baobás e uma baloba, que é um lugar sagrado (Figs. Fig. 92Fig. 93Fig. 94). Essa em específico é uma baloba das mulheres, utilizada em rituais de iniciaçãofeminina da aldeia (para as seguidoras da religião tradicional).



Fig. 92 - Baloba das mulheres e Vista do cume, sentido leste



Fig. 93 - Vista do cume do Icun I.

Fig. 94 - Vista do caminho.

Sua superfície praticamente não possui solo ou sedimento, sendo basicamente ostra inteira ou fragmentada. Em toda a zona não há outro ponto mais elevado de observação que o seu cume, que permite, inclusive uma vista 360 graus da zona, e até do braço de mar principal da aldeia. Assim, de um ponto de vista estratégico (Fig. 95), o concheiro está localizado, assim como o Içun V, junto ao principal acesso marítimo de Coladje ao território, pois este Bolon é navegável mesmo com a maré baixa, algo que não ocorre nos demais locais da aldeia.



Fig. 95 - Posição do Içun I próximo ao Bolon principal de acesso a zona de manguezal

Percebe-se pela imagem de satélite que este concheiro, justamente o maior de todos, é o mais próximo do braço de mar principal. É por este braço de mar que os habitantes de Coladje, mesmo hoje em dia, saem para navegar, tanto para outras aldeias próximas – Causso e Elia – como também, e o ponto mais relevante neste caso, para acessar as áreas de coleta de moluscos – o manguezal. Pela imagem é possível admirar a grandiosidade do manguezal adjacente, e essa é somente uma pequena parte, pois a zona de coleta é muito maior, chegando até o rio Cacheu.

Em prospecção de superfície, excetuando as cerâmicas da baloba, foi apenas encontrado um outro pote cerâmico completo, próximo ao caminho e à base (Fig. 96).



Fig. 96 - Vasilhame cerâmico encontrado em superfície próximo do caminho - Fragmentos do vasilhame

Visando analisar o processo de formação do sítio, e coletar amostras para datação, decidimos então realizar duas intervenções arqueológicas no perfil. Os locais foram escolhidos por possuírem a maior verticalidade e com menos arbustos ou árvores, facilitando, assim, a visualização do perfil estratigráfico. Também por estarem em dois locais diferentes do mesmo sítio, acreditamos que isto nos permita identificar possíveis momentos e formas diferentes de construção. Os locais das intervenções foram discutidos e aprovados pela comunidade em reunião aberta (Fig. 97 e Fig. 98).



Fig. 97 - Locais das intervenções no sítio Icun I



Fig. 98 - Perfil Noroeste antes da intervenção

Os trabalhos duraram aproximadamente 7 dias, considerando as duas localidades. Como o objetivo principal foi observar o perfil estratigráfico, durante a limpeza somente foram registradas eventuais mudanças bruscas de camadas, e a presença de cultura material. Na fase nordeste, não encontramos nenhuma cultura material, e nem mesmo uma diferenciação das conchas (Fig. 99 e Fig. 100). Todo o material retirado se constituía exclusivamente de conchas de ostras, algumas mais escuras, outras mais claras, e em diferentes estados de integridade sendo, a maioria, inteiras.



Fig. 99 - Fotografia do Perfil Nordeste - Icuin I

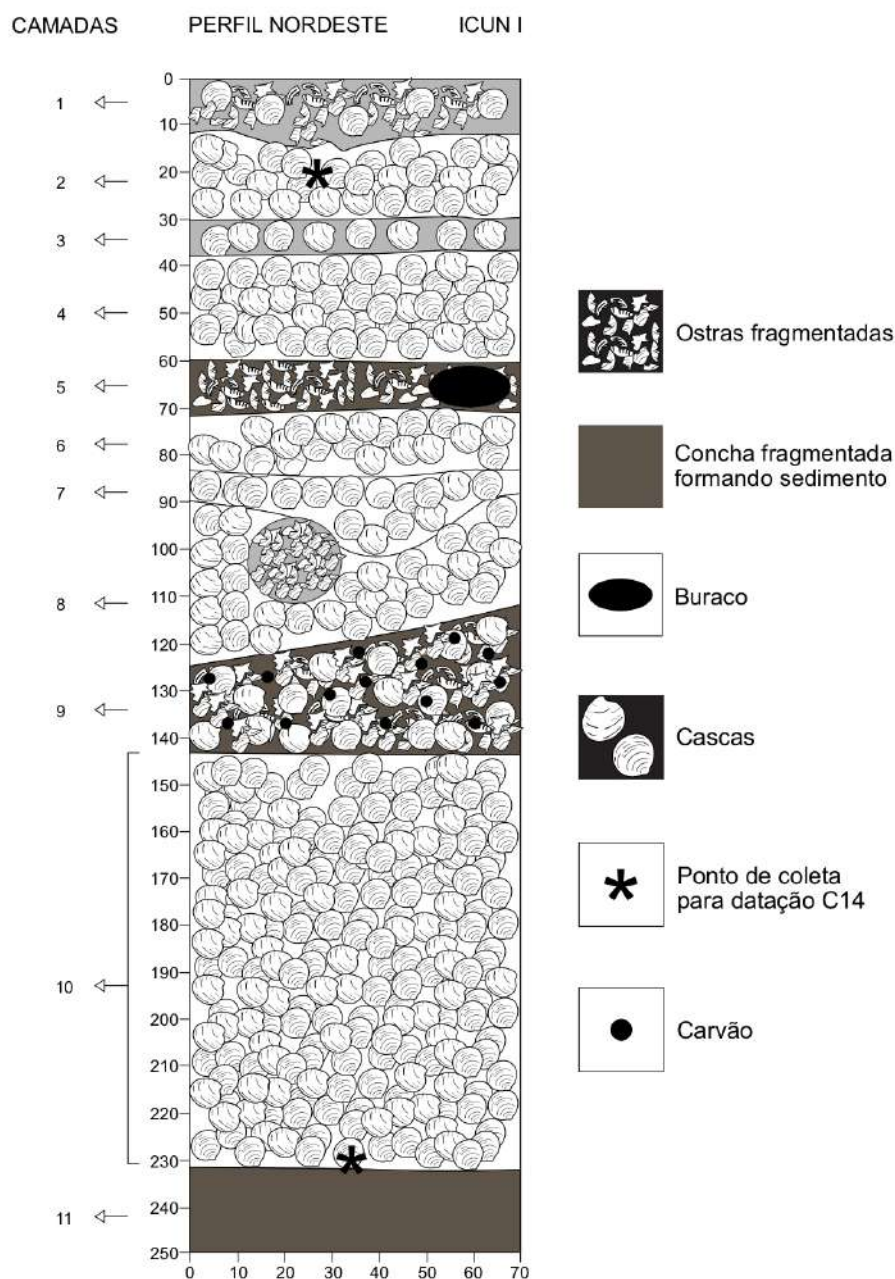


Fig. 100 - Desenho do Perfil Icun I Face Nordeste

Excetuando a superfície, acreditamos que seja possível identificar 10 camadas distintas no perfil. As camadas 3, 5 e 9 são compostas aparentemente por um sedimento cinza, oriundo de uma grande fragmentação das conchas e que fica muito evidente se comparados com as conchas inteiras das demais camadas. Esse tipo de camada de ostra fragmentada/sedimento (Fig. 101) é encontrada também nas demais intervenções no Icun III e IcunV.



Fig. 101 - Camada com conchas fragmentadas formando sedimento – Perfil Nordeste – Icun I

Mesmo com as datas de carbono 14, não conseguimos saber com precisão as diferentes fases de construção do concheiro, mas acreditamos que podemos sim definir pelo menos 2 momentos distintos de construção. Observando a estratigrafia, podemos observar que no seu começo da construção do concheiro houve um imenso esforço de se colocar muitas conchas ao mesmo tempo, sendo que esta primeira camada arqueológica (10) é praticamente 1/3 de todo o perfil. Ela é formada de ostras abertas, com quase nenhum sedimento e sem orientação de deposição definida. A camada 9 provavelmente já marca um segundo momento de construção, em que as camadas foram sendo construídas em tempos diferentes, e talvez com alguma diferença de tempo entre elas. É possível observar pelas camadas de ostra fragmentada/sedimento que algum fenômeno ocorreu na superfície do concheiro para permitir a formação destas camadas, e no caso específico da camada 9, um período talvez mais longo para a sua formação. Não encontramos indícios de fogueira ou carvão em nenhuma camada. Por fim, é interessante notar a nítida orientação da camada 7, em que podemos especular ser talvez o resultado de alguma raiz, ou mesmo um processo de deposição diferente das demais camadas só de ostras.

Foram coletadas duas amostras de datação do perfil face Nordeste. A amostra mais próxima à base (2,5 metros de profundidade) foi enviada para o laboratório Beta Analytic, e teve como resultado um exspecto desde o século XVI até o XX, com

maior probabilidade de meados do XVII e XVIII. Já a amostra mais próxima da superfície foi enviada para o *Vilnius Radiocarbon*, ligado ao *Center for Physical Sciences and Technology*, na Lituânia, e teve um resultado semelhante, indo do século XVII ao XX.

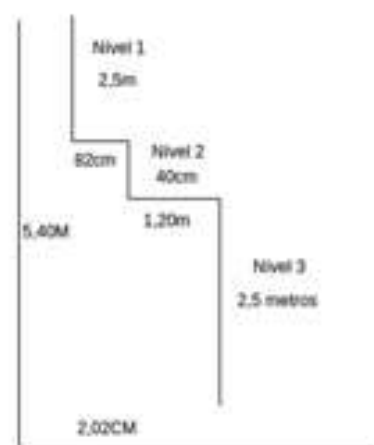
Aldeia	Sítio	Profundidade do topo	Laboratório	Sigla do Laboratório	Datas	Calibradas - Marine20 - R15+-49
Coladje	ICUN I - NE	Superfície	Vilnius	FTMC-SL93-1	723±28	68.3% - 1693- 1873 – d.C. 95.4% - 1642- 1950 – d.C.
Coladje	ICUN I - NE	220	Beta	Beta - 620298	790 +/- 30 BP	95.4% - 1528 – 1908 – d.C. 68.2% - 1630 - 1822 – d.C.

Dado o intervalo das datas é difícil assumir grandes diferenças temporais significativas das camadas. Partimos para a descrição da face noroeste do Icnun I.

A intervenção para a abertura do perfil na face noroeste teve muitos desafios, principalmente pela enorme dimensão da intervenção, que abriu 5 metros e 40 centímetros vertical, e 2 metros na horizontal, dividido em dois patamares. O perfil, assim, não foi retificado de forma contínua desde a superfície por perigo de desmoronamento (Fig. 102).

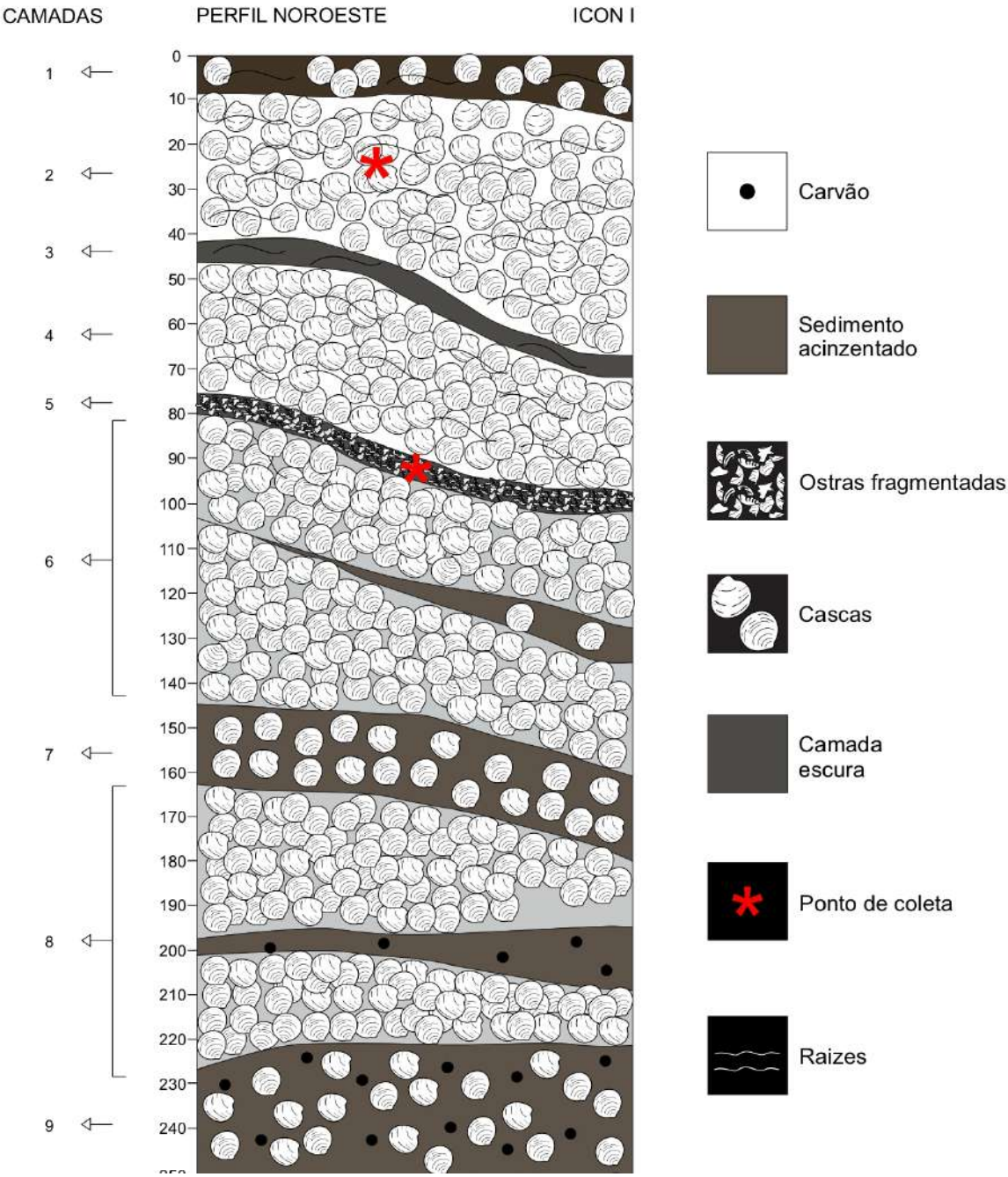
Durante a limpeza encontramos alguns fragmentos cerâmicos que descreveremos, e também a presença fortuita de outras conchas, principalmente *combe* e *lingron*.

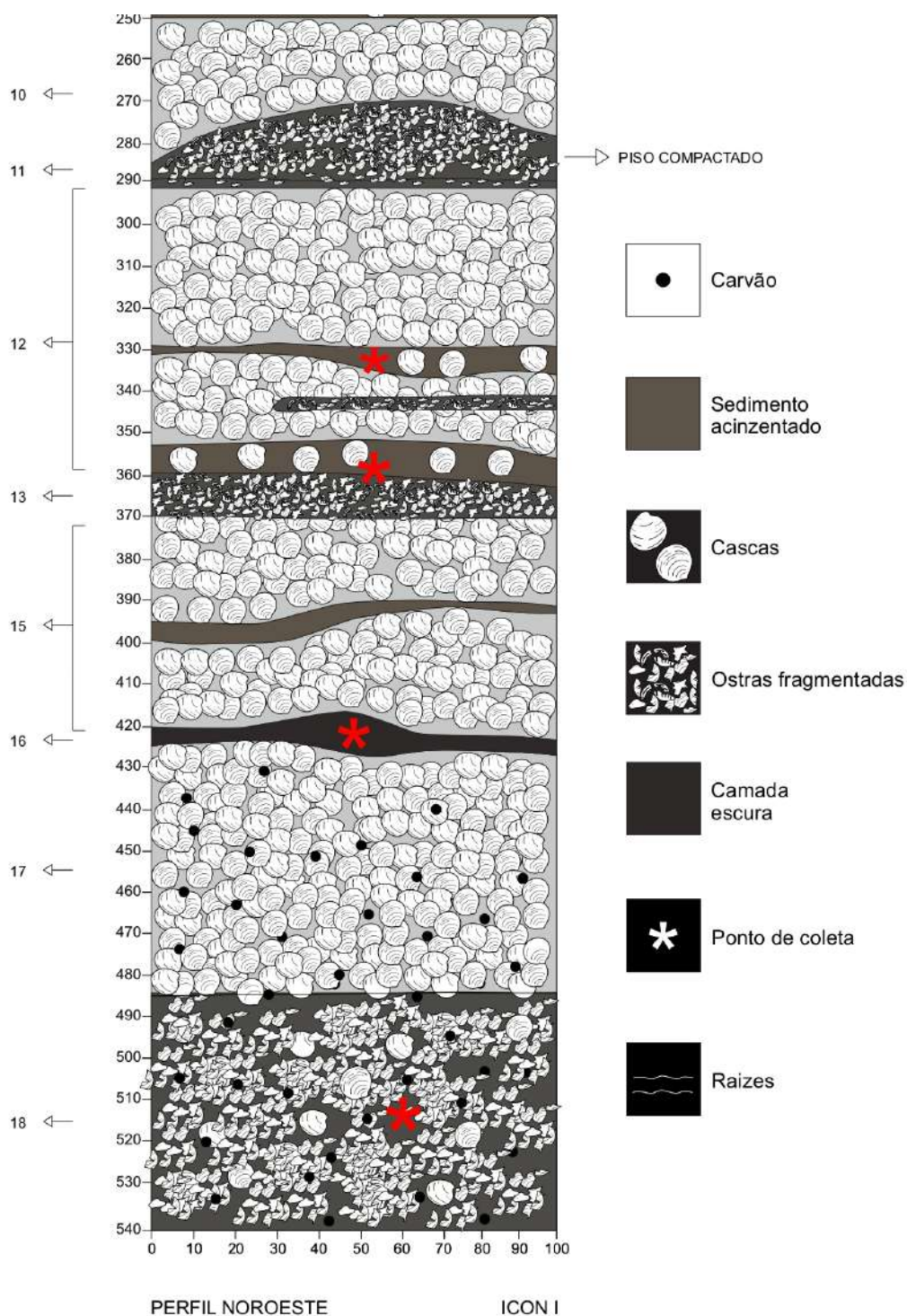
Visão Lateral Icnun I - NO



na

Fig. 102 - Visão lateral - Perfil Icnun I - NO





O perfil é grande (Fig. 103), com 5 metros e 40 cm (Fig. 104, Fig. 105, Fig. 106 e Fig. 107). Observamos um grande número de camadas bem nítidas, muitas delas formando pisos, e sendo possível ver as orientações das deposições. Há uma alternância das camadas de ostra pura, com momentos, mesmo que breves, em que existem camadas com sedimentos (ostra fragmentada). A camada mais bem

definida de todas é justamente o intervalo entre 2,30 e 2,50. Nesta, é possível observar carvões em abundância e também encontramos fragmentos de cerâmica. É possível, inclusive, se observar um piso bem definido, com muita concha pisoteada e bem compactada, o que, conjuntamente com a presença do carvão, pode ter sido algum evento importante na história do concheiro. Acreditamos que também na profundidade 4,40m encontramos uma outra camada com feições semelhantes, em que há um sedimento escuro, com carvão.



Fig. 104 - Fotografia - Perfil Icun I - face noroeste



Fig. 105 - Fotografia Perfil Icun I - Parte superior

Fig. 106 - Fotografia Perfil Icun I - Parte inferior



Fig. 107 - Camada com evidência de fogueira - Içun I - Face noroeste e Fragmento cerâmico na parede do perfil - Içun I - Face noroeste

A base é de lama, assim como o perfil nordeste. Não há aterro ou qualquer estrutura sustentando o concheiro. Aparentemente as conchas foram depositadas diretamente sobre a lama.

É importante ressaltar que as cerâmicas que foram encontradas no nível 1,95m foram bem delimitadas, pois estavam na parede do perfil (Fig. 108). As demais, que sugerimos serem do nível 2,5 metros foram encontradas na limpeza do perfil, não sendo possível ter certeza de sua posição.



Fig. 108 - Fragmento cerâmico encontrado há 2,5 metros de profundidade - Perfil NO - Içun I



Fig. 109 - Fragmentos cerâmicos encontrados à 1,95 metros de profundidade – Perfil NO – Icun I

As cerâmicas (Fig. 108 e Fig. 109) das duas camadas são muito parecidas. Ambas possuem uma decoração ponteadada, provavelmente feita com o uso de uma caramussa. Se comparadas com a classificação cerâmica proposta por Olga Linares, encaixam perfeitamente na última fase (a partir do século XVI, Fig. 110), que ela chama de ponteadada.

D. Pontuações (PL XI, g-i): pontuações oblongas, alongadas, grosseiramente alinhadas, espaçadas, cobrindo grandes áreas. Feito, não afundando um pente de muitos dentes, mas arrastando um objeto pontiagudo sobre a superfície. Comparações com a cerâmica Diola moderna sugerem que o instrumento que rolou sobre a superfície era um Tympanotus[caramussa], ou pequeno univalve pontiagudo com pontas longas. As pontuações são frequentemente combinadas com o que aparece como impressões de cordão enrolado (não trançado) e incisões de linha rasa (Linares de Sapiir, 1971; p. 31).

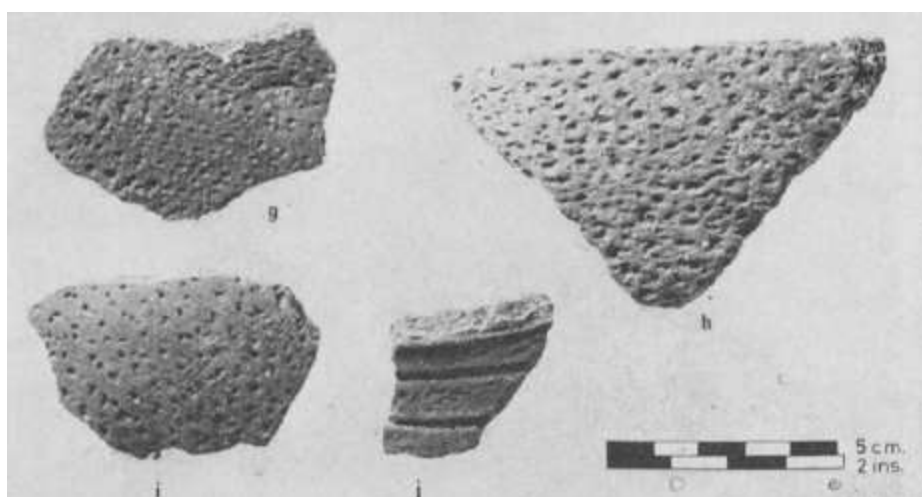


Fig. 110 - Exemplo de decoração ponteadada. Olga Linares de Sapiir, 1971; plate XI.

Pelo interior escuro podemos imaginar que tenha sido feito em queima de baixa temperatura, e o tempero utilizado é de conchas, exatamente como é feito atualmente.

Por fim, os fragmentos encontrados à 1,95 ainda preservam um verniz que a Sra. Fatuh também utiliza até os dias de hoje, feito de um fruto do mato. É um óleo vermelho que é passado na peça após a queima para dar brilho e maior durabilidade.

Pelas enormes dimensões do perfil, decidimos então coletar quatro amostras para datação em diferentes camadas e alturas. Assim como todas as amostras realizadas, há uma margem de erro que não nos permite situar as camadas de forma precisa. Inclusive, assim como no I Cun III temos uma imprecisão, em que a camada de 250cm mais possui uma idade mais antiga que a mais profunda de 334cm.

Aldeia	Sítio	Profundidade do topo	Laboratório	Sigla do Laboratório	Datas	Calibradas - Marine20 - R15+-49
Coladje	ICUN I - NO	superfície	Vilnius	FTMC-IU07-4	601±28	Sem resultado
Coladje	ICUN I - NO	250cm	Vilnius	FTMC-IU07-5	723±28	68.3% - 1693- 1873 – d.C. 95.4% - 1642- 1950- d.C.
Coladje	ICUN I - NO	334cm	Vilnius	FTMC-IU07-3	677±27	68.3 % - 1777- 1950 – d.C. 95.4 % - 1683- 1950 – d.C.
Coladje	ICUN I - NO	520cm	Beta	Beta - 620297	800 +/- 30	68.2% - 1620 - 1815 – d.C. 95.4% - 1520 - 1898 – d.C.

O que conseguimos é situar esse concheiro no mesmo momento histórico dos outros, provavelmente entre meados do século XVIII e XIX. Esse caso ilustra muito bem a importância da análise estratigráfica, pois mesmo não podendo confiar nos dados de datação pela imprecisão, podemos sim observar que houve uma diferenciação do tempo de construção, que se não foi muita, não há dúvidas que houve, pois certamente esta parte do I Cun I não foi construída com apenas uma empreitada.

Icun V

Fig. 111 - Mapa com a localização do sítio arqueológico Icun V

Hoje o Icun V (Fig. 111) é um pequeno monte, mas acreditamos que no passado ele poderia ter sido muito maior. Possui 2 metros e meio de altura em seu ponto mais alto, e um perímetro de 44 metros, sendo que é difícil precisar onde é de fato, por estar submerso. Como visto no mapa, ele se encontra exatamente na curva do braço do mar, assim o local com maior força da correnteza e, portanto, mais sujeito a erosão. De fato, nossa intervenção foi bem pequena, com alguns centímetros a mais de profundidade, pois a parede dele de frente ao bolon está praticamente reta, e assim o que fizemos foi somente cortar algumas raízes nas camadas mais próximas a superfície (Fig. 112). Mesmo muito erodido, fica evidente que a sua localidade estava diretamente relacionada com a paisagem, sendo, sem dúvidas, um marco para aqueles que estavam navegando.



Fig. 112 - Içun V, braço de mar e o Perfil

Ao abrir o perfil (Fig. 113), pudemos observar a seguinte disposição de camadas:

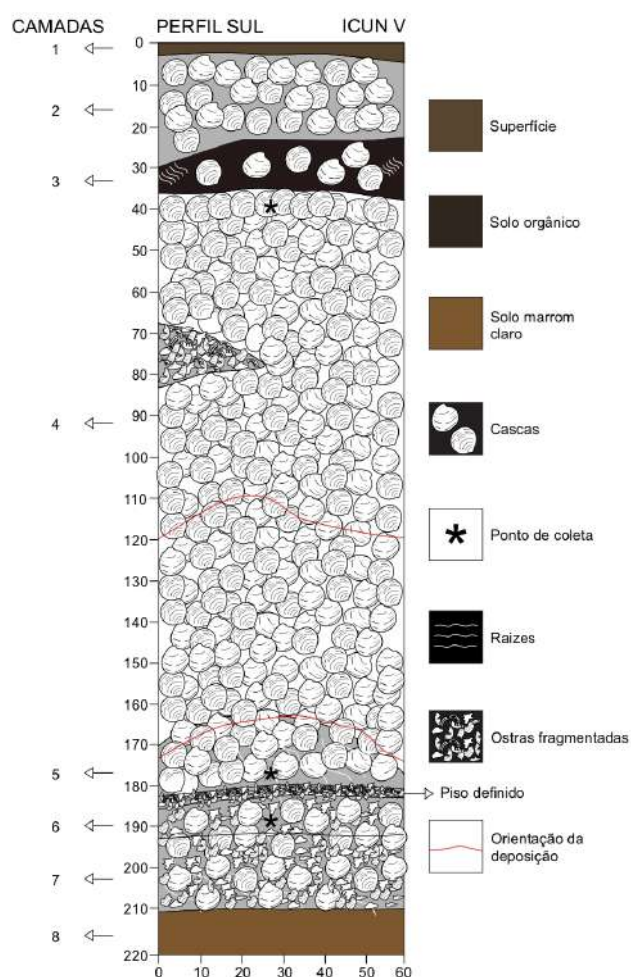


Fig. 113 - Desenho do Perfil - Içun V – Coladje

No perfil conseguimos identificar 8 camadas, sendo que a camada numero 4 é praticamente toda a face do perfil e é formada de conchas de ostras soltas com quase nenhum sedimento. Nesta camada, inclusive, foi possível observar um

sentido de deposição, e uma pequena diferenciação da configuração, entre os 70 e 80 centímetros, em que há uma concentração de conchas de ostras com sedimento. Aparentemente esse concheiro foi construído de forma muito mais intensa e em um lapso temporal pequeno o suficiente para não deixar lentes ou maiores evidências dentro da camada 4. A presença do solo alaranjado na base não deixa dúvidas de que as conchas não foram depositadas diretamente na lama, mas sim, ou em um aterro natural, ou construído. Enviamos duas amostras para datação, para as quais tivemos os seguintes resultados:

Aldeia	Sítio	Profundidade do topo	Laboratório	Sigla do Laboratório	Datas	Calibradas - Marine20 - R15+-49
Coladje	Icun V	195cm	Vilnus	FTMC-FE02-3	758±28	68.3% - 1661- 1843 – d.C 95.4 % - 1591- 1950 – d.C.
Coladje	Icun V	40cm	Vilnus	FTMC-FE02-4	597±28	Sem resultado

Assim como no Icun I, as datas também tiveram um amplo espectro, indo do século XVI ao XX, com maior probabilidade de ser no século XVIII. No entanto, o fato de não ser possível uma calibração para a parte da camada 4 mais próxima da superfície, nos faz pensar que possa ter sido um outro momento de construção, talvez mais recente, uma revisitação, ou até mesmo a própria construção da camada 4 inteira, considerando a unidade estratigráfica que existe nela.

Icun II, III e IV



Fig. 114 - Vista de satélite com os perímetros dos sítios Icun II, III e IV

Se o Iacun I e o Iacun V estão mais próximos de si, o mesmo ocorre com os sítios Iacun II, III e IV (Fig. 114). Eles estão enfileirados, acompanhando a linha da costa, e são verdadeiras plataformas adentrando o manguezal. Especialmente do Iacun III, é possível ver os outros dois. Dado ao pouco tempo e recursos, decidimos somente realizar uma intervenção no Iacun III, principalmente porque ele possuía também uma face já desmoronada e bastante vertical, o que facilitaria muito o trabalho a ser realizado.

Todos os três Iacun possuem um perímetro bem definido em sua parte junto ao mar, porém dentro da mata fica difícil precisar sem realizar tradagens ou outra técnica para averiguar de fato onde ele termina, tendo sido considerado o local onde as conchas em superfície tiveram menor concentração.

Segue tabela com perímetro e altura dos três (Tabela 4 - Dimensões dos sítios Iacun II, III e IV):

Concheiro	Altura máxima	Perímetro
Iacun II	10 metros	232 metros
Iacun III	12 metros	153 metros
Iacun IV	8 metros	150 metros

Tabela 4 - Dimensões dos sítios Iacun II, III e IV

Pode-se observar que as medidas são próximas, e dado que não tivemos um rigor metodológico para de fato determinar o perímetro, é possível assumir que os três possam características semelhantes de dimensões e altura, além, é claro, de uma associação, já que estão juntos. A superfície dos três está tomada por uma mata fechada, com árvores médias, palmeiras e arbustos. Interessante notar que não há nenhum baobá em superfície, algo bastante atípico em toda a zona. A camada superficial é composta por um solo muito escuro, de origem orgânica. Fora a cobertura vegetal e as conchas, não há cultura material em superfície. No Iacun III também há uma baloba, representada por um pequeno vaso cerâmico próximo ao cume do monte.

Dado o pouco tempo e recursos, decidimos somente realizar uma intervenção no Iacun III, principalmente porque ele possuía também uma face já desmoronada e bastante vertical, o que facilitaria muito o trabalho a ser realizado (Fig. 115).



Fig. 115 - Superfície da área de intervenção – Içun III – Ponto 18

Os trabalhos duraram três dias, sendo que foi necessário, assim como no Içun I, fazer um patamar na parte superior, devido ao risco de desmoronamento (Fig. 116).



Fig. 116 -Esquema com as dimensões da intervenção, trabalhos de abertura do perfil, e concha de Gandhi – Içun III

Assim como no Içun V e na face Nordeste do Içun I, não foi encontrado nenhum artefato, sendo todo o material retirado composto de ostras, com exceção de somente uma concha de Gandhi.

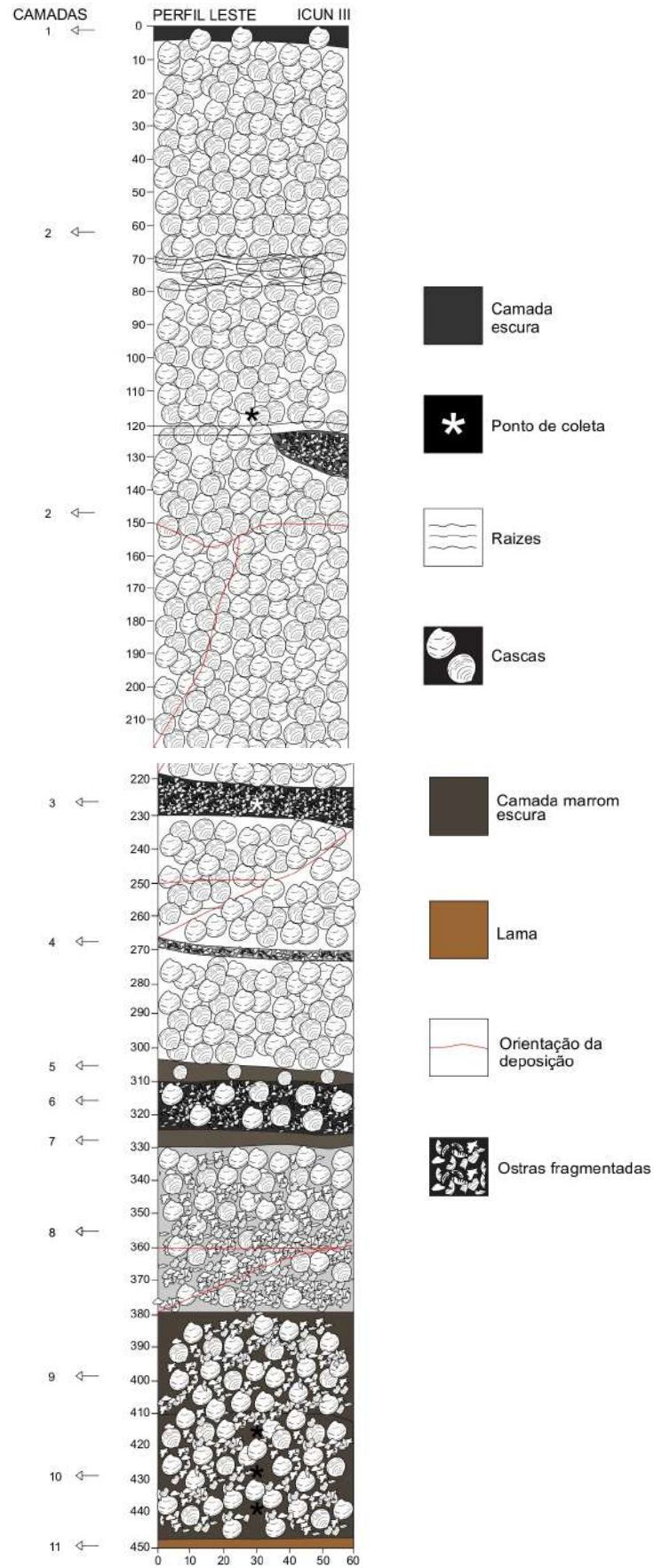


Fig. 117 - Desenho do perfil - Icun III



Fig. 118 - Visão geral do Perfil e detalhe da parte inferior do Perfil

No perfil, conseguimos identificar 11 camadas (Fig. 117). A maior é a camada número 2, que consiste quase na metade de todo o perfil. É realmente impressionante pensar como teria sido construída uma camada tão espessa em um tempo relativamente curto; é constituída de conchas de ostras pura, com quase nenhum sedimento, e somente alguns poucos indícios da orientação da deposição. Justamente abaixo da camada 2, a camada 3 é a mais visível de todas, sendo uma espessa camada de conchas fragmentadas em um solo muito escuro, semelhante ao superficial.

Podemos, talvez, supor que seja um momento temporal com uma diferença significativa da camada 2; tempo suficiente para a formação de um verdadeiro solo. Após a camada 3, aparentemente as deposições se alternaram em momentos de maior e menor intensidade, permitindo o aparecimento de camadas menores e lentes, e sentidos de orientação de deposição mais claros. Próximo a base do concheiro, já temos um solo com mais sedimento/conchas trituradas e sedimentos marrom escuro com muita umidade, o que revela a intensidade da maré cheia, que consegue subir mais de 1 metro e meio da superfície ao redor. Por mais que tenhamos escavado, não chegamos em um solo seco, como ocorreu no Içun V, o

que talvez sugere que as conchas foram depositadas diretamente na lama, e não em uma base seca, como no Icul V.

Os resultados das datações não conseguem, de forma explícita, agregar maior precisão a essa análise estratigráfica. Todas as três datações apresentam um espectro entre o século XVII e XX. Pelo contrário, elas expõem a dificuldade de se trabalhar com datações para períodos tão recentes e que carregam em si uma grande imprecisão, pois parece que as datas estão invertidas e justamente as camadas mais antigas são as de cima.

Aldeia	Sítio	Profundidade do topo	Laboratório	Sigla do Laboratório	Datas	Calibradas - Marine20 - R15+-49
Coladje	ICUN III	440cm	Vilnius	FTMC-FE02-5	648±28	68.3% - 1803- 1950 – d.C. 95.4% - 1700- 1950 d.C.
Coladje	ICUN III	220cm	Vilnius	FTMC-IU07-1	665±28	68.3% - 1788- 1950 – d.C. 95.4% - 1691- 1950 – d.C
Coladje	ICUN III	120cm	Vilnius	FTMC-IU07-2	696±28	68.3% - 1717- 1896 – d.C. 95.4% - 1669- 1950 – d.C

Infelizmente, para além de uma confirmação de que o período de construção do concheiro se encontra entre meados do XVIII a meados do XIX, o resultado não nos ajuda na análise estratigráfica.

Como dito antes, devido ao pouco tempo e recursos, decidimos não intervir nos Icul II e Icul IV. Acreditamos, no entanto, pela localização, composição de superfície, e considerando das datas do Icul I, III e V, e a disposição dos concheiros junto a costa, que sejam igualmente do mesmo contexto social dos demais, e provavelmente com uma configuração estratigráfica semelhante ao Icul III.

Neste capítulo buscamos apresentar a enorme quantidade e complexidade dos concheiros presentes em Coladje. Não há dúvidas de que, de todas as aldeias do Tchon Diola, Coladje se destaca exponencialmente pela maior quantidade de conchas, e principalmente por ter estes concheiros com funções singulares, função porto e monumental.

Mesmo acreditando que o complexo Icul seja oriundo de um processamento massivo de ostras sem presença significativa de cultura material e que portanto, seria também um “monturo”, assim como na barreira e no porto, as conchas foram utilizadas para a construção desses montes com algum propósito. Sabemos que deve ter sido rápido, intenso, e provavelmente fruto de um trabalho coletivo organizado e dedicado.

O motivo de ter criado montes com tamanha dimensão não é possível saber com certeza, mas acreditamos que tenha relação com o interesse das mulheres em criarem lugares delas na paisagem, que posteriormente foram ressignificados para serem considerados sagrados. Hipóteses como a fome, ou mesmo uma relação com o tráfico de escravizados não estão totalmente descartadas, mas não temos evidências diretas. Dessa forma, o complexo Icun representa em todo o potencial esta sociedade das conchas, das mulheres construtoras, e de uma vontade enorme de construírem um marco na paisagem, não para todos, mas principalmente para elas mesmas. No capítulo 10 discutimos mais a fundo as diferentes hipóteses de sua construção e função social.

Resultado das datações:

Aldeia	sítio	y (cm) do topo	lab	Sigla	Datação	Calibradas - Marine20 - R15+-49
Coladje	Horon Guiba	40cm/ Superfície	Vilnius Radiocarbo n	FTMC-FE02-1	521±28	Sem resultado
Yale	Wodjok I	98cm	Vilnius Radiocarbo n	FTMC-FE02-2	458±28	Sem resultado
Coladje	Icun V	195	Vilnius Radiocarbo n	FTMC-FE02-3	758±28	68.3% - 1661- 1843 – d.C. 95.4 % - 1591- 1950 – d.C.
Coladje	Icun V	40	Vilnius Radiocarbo n	FTMC-FE02-4	597±28	Sem resultado
Coladje	ICUN III	440	Vilnius Radiocarbo n	FTMC-FE02-5	648±28	68.3% - 1803- 1950 – d.C. 95.4% - 1700- 1950 d.C.
Coladje	ICUN III	220	Vilnius Radiocarbo n	FTMC-IU07-1	665±28	68.3% - 1788- 1950 – d.C. 95.4% - 1691- 1950 – d.C
Coladje	ICUN III	120	Vilnius Radiocarbo n	FTMC-IU07-2	696±28	68.3% - 1717- 1896 – d.C. 95.4% - 1669- 1950 – d.C
Coladje	ICUN I - NO	334	Vilnius Radiocarbo n	FTMC-IU07-3	677±27	68.3 % - 1777- 1950 – d.C. 95.4 % - 1683- 1950 – d.C.

Coladje	ICUN I - NO	520	Beta Analytic	Beta - 620297	800 +/- 30 BP	68.2% - 1620 - 1815 – d.C. 95.4% - 1520 - 1898 – d.C,
Coladje	ICUN I - NO	Camada 2 / Superfície	Vilnius Radiocarbo n	FTMC-IU07-4	601±28	Sem resultado
Coladje	ICUN I - NO	250	Vilnius Radiocarbo n	FTMC-IU07-5	723±28	68.3% - 1693- 1873 – d.C. 95.4% - 1642- 1950- d.C.
Coladje	ICUN I - NE	Camada 2 / Superfície	Vilnius Radiocarbo n	FTMC-SL93-1	723±28	68.3% - 1693- 1873 – d.C. 95.4% - 1642- 1950 – d.C.
Coladje	ICUN I - NE	220	Beta Analytic	Beta - 620298	790 +/- 30 BP	95.4% - 1528 – 1908 – d.C. 68.2% - 1630 - 1822 – d.C.
Yale	Bumehban 2	184	Vilnius Radiocarbo n	FTMC-SL93-2	432±28	Sem resultado
Elia	Hoton	30	Vilnius Radiocarbo n	FTMC-SL93-3	692±28	68.3% - 1721- 1900 – d.C. 95.4% - 1672- 1950 – d.C.

Tabela 5 - Resultado das datações

Cap. 7 – Os moluscos e a dinâmica da vivência no *terroir* Diola

O *terroir* Diola, que tratamos no capítulo 1, é uma proposta teórico-metodológica que nos permite entender a dinâmica social entre as populações e o ambiente. A partir da definição de Cormier-Salem, entendemos que o *terroir* é composto de diferentes lugares sendo que é no percorrer destes que se entende o todo. Tomando como recorte os lugares componentes do *terroir* Diola, discutiremos com ênfase a relação das pessoas com as conchas. O objetivo é tentar apresentar as diferentes atividades e como elas se relacionam com a formação dos concheiros, que apresentaremos nos próximos capítulos. Seguiremos como guia a ilustração (Fig. 6) de Cormier-Salem em que ela apresenta os *terroirs* e os percursos da paisagem, indo do oceano, passando pelo *bolon* (braço de mar) até chegar na zona de habitação. Esta última, por ser o local que abriga os concheiros, será detalhada nos dois capítulos seguintes.

Tratando sobre a organização política e social, historicamente os Diolas são enquadrados pela historiografia, junto com Balantas, Bijagós, Nalus, Papéis e Manjakus, como constituintes dos chamados povos da costa que tem como característica principal serem sociedade acéfalas, ou seja, não possuem Estado ou liderança política centralizada (Hawthorne, 1999; Rodney, 1982). Estes povos todos compartilham a religião tradicional, o cultivo do arroz e a feroz resistência à colonização e subjugação política (R. Pelissier, 1989). Não é nosso objetivo aqui fazer um estudo regional, e a própria divisão entre sociedades acéfalas ou centralizadas nos parece um essencialismo reducionista, na linha do que afirma Abrantes (2018). Entendemos, contudo, que a organização política é importante para se compreender as dinâmicas da construção e manutenção do *terroir*. Isto se reflete na dinâmica de construção dos concheiros enquanto obras familiares, mesmo que com um objetivo coletivo. Não há uma coordenação central das atividades relacionadas ao uso de conchas, toda as ações são ou individuais ou familiares.

Os Diolas possuem a noção de propriedade privada, e, assim, todo o território está dividido entre as diferentes famílias que tem exclusividade no seu usufruto, basicamente as plantações de arroz, retirada do vinho das palmeiras, além de outros cultivos, como o caju, mandioca, frutas e etc. Pertence a toda a aldeia os matos, onde se pratica a caça, os rios, o manguezal e os caminhos. Cada aldeia possui um *terroir*

bem definido, como bem abordado por Cormier-Salem (Cormier-Salem & Mbaye, 2018), que deve ser respeitado pelos seus habitantes, sob pena de gerar conflitos e disputas.

Como dito no capítulo 2, não há indícios entre os Diola que realmente tenha existido uma administração que tenha unificado os povos em um governo ou Estado comum. Pelo contrário, o que se observa desde pelo menos o século XVII, são uma constelação de aldeias autônomas que se reconhecem como pertencentes a uma cultura comum, o que não impede conflitos generalizados entre elas, inclusive uma participação, de acordo com Baum (1999a) e Hawthorne (1999), mesmo que indireta, no tráfico de escravizados.

Se não há uma autoridade política, há indícios que existiu e segue existindo, uma autoridade religiosa, que seria responsável por questões centrais nas práticas religiosas (Mark & Tomàs, 2010) -- e, portanto, decisões que para nós seriam consideradas políticas, culturais, jurídicas e etc -- que vive na aldeia fronteira de Caroai. Esta autoridade é chamada de Rei e se encontra atualmente sem ocupante, aguardando um momento de nova nomeação. Entender a religião Diola é algo bastante complexo. A miríade religiosa envolve uma ampla gama de rituais, balobas/irãs, compromissos, e regras que não nos cabe aqui comentar, mas que já foram amplamente estudados por dois trabalhos (Baum, 1999a; Thomas, 1959).

Com relação a construção dos concheiros, há uma relação por muitas vezes direta com a religião, com as conchas ou sendo utilizadas diretamente nos cultos, ou de forma relacionada. Os Diolas acreditam na reencarnação do espírito, comandado por um Deus principal, superior a todos, chamado Emitai, e uma constelação de outras divindades e ancestrais que atuam no cotidiano das pessoas, influenciado praticamente todos os aspectos da vida. A morte mesmo não é considerada um fator natural/biológico, mas resultado de uma ação maléfica de outra pessoa, e, portanto, deve ser investigada. Acreditamos que o comentário de Pelisser nos dá uma dimensão sobre a importância imensa da religião dentro da sociedade tradicional Diola.

Em suma, o Diola seria um ser surpreendentemente livre se não fosse por uma dupla pressão; primeiro, o que resulta das obrigações de um animismo muito funcional que *implica* uma completa submissão às forças naturais de que depende a vida camponesa; depois aquela que lhe é imposta pela opinião pública: uma espécie de consciência coletiva ferozmente conservadora das tradições da família e da aldeia, das condições que regulam o equilíbrio e a vida harmoniosa do grupo no meio em que está inserido. Esta dupla pressão funciona na mesma direção muito precisa; responde a preocupações camponesas concretas que se preocupam em manter a harmonia entre o

homem e as forças naturais que decidem sobre a fertilidade dos campos, a opulência dos arrozais, a saúde das pessoas e dos animais, e garantir as condições materiais e sociais para o pleno desenvolvimento do grupo. Tal pressão traduz-se para o Diola na submissão a um certo número de disciplinas e obrigações costumeiras destinadas a garantir a coesão da família, do bairro ou da aldeia, assegurar a vida comunitária, impor certas formas de organização; mas permitem uma verdadeira independência individual dentro do quadro que traçam, quadro que é comum a todos os membros da sociedade considerada. E os responsáveis pelas manifestações, proibições ou obrigações impostas pela aldeia aos seus habitantes são apenas delegados das famílias, executores de uma vontade coletiva geralmente promulgada e preservada pelos velhos com o apoio das divindades, auspiciosas ou formidáveis. Isso explica o caráter aparentemente contraditório oferecido pela sociedade Diola, associando um clima de espantoso individualismo igualitário a pressões muito vigorosas da tradição e do grupo. (P. Pelissier, 1966, pp. 680–681).

Mesmo historicamente sendo refratários à presença de estrangeiros e à conversão a outras religiões, nos últimos anos uma importante presença religiosa cristã pentecostal e muçulmana se infiltra no território, causando mudanças na estrutura social e religiosa. Comentaremos com mais detalhes da presença dos evangélicos no capítulo 10, em que faremos um balanço crítico sobre nossa pesquisa de campo.

O *terroir* como entendemos, e as atividades que se relacionam com os concheiros, são também reflexo da estrutura social existente, que possui, atualmente, em suas vertentes políticas e religiosas, importantes elementos para entendermos as práticas de coleta e processamento dos concheiros, enquanto práticas individuais ou familiares, que se somam as outras para de fato construir obras coletivas.

Oceano/praias/dunas

As populações Diola que visitamos em geral não se aventuram no oceano aberto. Preferem as águas calmas dos braços de mar que cortam toda a região, os chamados *bolon* que trataremos adiante. Assim, podemos identificar o oceano como o “limite” do *terroir* Diola. Fim, no sentido que este não é habitado pelas populações, o que não significa que não possuem referências, construções e histórias sobre essa paisagem ideativa (Knapp & Ashmore, 1999).

De toda a zona, somente a região a oeste possui uma grande faixa de praia, que começa em Bulol e vai até a fronteira com o Senegal, em Esukudjak (Fig. 1). Diferente de exemplos do Senegal e do litoral brasileiro, não constatamos a existência de nenhum concheiro, o que reforça, que mesmo há muitas gerações a faixa de areia

nunca foi de habitação¹⁰. Mesmo aldeias próximas da praia, preferiram e preferem estar junto aos *bolon* e ao manguezal do que junto as dunas. Somente Varela (Fig. 7) possui uma zona de habitação próxima à praia, mas ela fora consequência da ação dos colonialistas portugueses, que vislumbraram ali a criação de um balneário turístico (Milheiros & Costa, 2009). As populações locais seguiram vivendo no mesmo lugar – cheia de concheiros – em Yal. Isto não significa que as populações não estejam explorando estas praias. Elas são visitadas para eventual pesca na praia e para tomar banho de mar.

A principal atividade que observamos nas praias são justamente a coleta de moluscos. São nessas praias e bancos de areia rasos que cresce a segunda espécie de molusco mais consumido nas aldeias depois da ostra, a chamada *combe*, ou *Anadara senillis*¹¹.

Senilia senilis é muito semelhante a outras espécies do gênero *Anadara* - provavelmente apresentam afinidades filogenéticas, o que leva alguns autores a considerarem *Senilia* como um subgênero de *Anadara*. Esta espécie ocorre em toda região de planície de maré e estuarina, incluindo mangues - onde se apresenta com mais concentração em algumas regiões - desde o sul do Saara Ocidental até Angola (Oliver & Von Cosel, 1992).

A associação com estuários e manguezais está relacionado a grande resistência a variação de salinidade que esta espécie apresenta, sendo que em momentos de grande aporte de água doce (isto é, em momentos de chuva), a *S. senilis* apresenta parada de crescimento, denotando uma parada no metabolismo (Okera, 1976), voltando a crescer nas fases de menor chuva. Em regiões com menor influência de aporte fluvial *S. senilis* parece crescer a maiores taxas, onde encontramos os maiores organismos (Broom, 1985). Ao longo da costa da Guiné-Bissau é conhecida como *combé*, onde é consumido (Dias, 2019) sendo que na região do arquipélago de Bijagós existe o uso cerimonial, junto a outras espécies estuarinas (Sanó, 2011).

¹⁰ Nossa pesquisa foi feita a partir da indicação dos concheiros pela comunidade. Insistentemente questionamos sobre a existência dos concheiros em zona da praia ou restinga, mas sempre foi nos dito que não havia. Contudo, devido ao grande número de concheiros da zona, observa-se uma necessidade de uma prospecção mais detalhada para confirmar esta ausência.

¹¹ Trechos referentes a descrições sobre os moluscos deste capítulo foram escritos em conjunto com o malacólogo Rodrigo César Marques, professor da UFVJM.

Entre as populações Diola-Felupes, elas são muito apreciadas na alimentação, sendo importante fonte de proteína nas aldeias visitadas. O método de coleta é bastante simples. As pessoas se dirigem até a praia, e começam a passar o pé na areia para identificar a presença dos moluscos, coletando com a mão o indivíduo, colocando-o em um balde (Fig. 119 e Fig. 120). Em nenhuma das aldeias visitadas em que elas compõem parte da alimentação – Esukudjak, Yal, Katon, Edjim, Djufunku, Eossor e Bulol elas são processadas no local da coleta, sendo sempre levadas para preparo junto às residências, e, conseqüentemente, criando concheiros após o consumo.



Fig. 119 - Coleta de Combe em Bulol
Fig. 120 - Balde com a coleta de uma hora

Um caso em especial nos chamou a atenção, foi o da tabanka de Eossor. A aldeia se encontra aproximadamente 2.1 km de distância da zona de coleta de combe, na praia do atlântico (Fig. 121). O trajeto é feito andando sob dunas de areia, o que traz uma maior fadiga, e mesmo assim, as mulheres caminham com os baldes cheios na cabeça até a aldeia, ao invés de prepará-los no local.



Fig. 121 - Trajeto desde o local de coleta até a tabanka de Eossor. Google Maps.

Manguezal/Tarrafe/Mangal

O manguezal é o lugar de convergência entre a água e a terra. Permeia entre a zona os *bolons*, os chamados braços de mar, que como artérias conectam todas as *tabankas* nos ritmos das marés. Para crescer, é necessário águas calmas sem ondas, e com uma salinidade menor que a água do mar. Por décadas os pesquisadores da região buscam entender e explicar a relação das populações com os manguezais. Muitos estudos apontam uma decisiva participação humana no manejo do meio ambiente, com a finalidade de se manter uma sustentabilidade entre os recursos disponíveis (Cormier-Salem, 1999b; Linares, 1981; Pelissier, 1966; Pérez et al., 2017; Temudo & Cabral, 2017). Seu lugar dentro do *terroir* Diola está ligado as diferentes atividades que são muito importantes para a vida das populações. Dentre as muitas possibilidades de relação com a comunidade e com os concheiros, elencamos três que consideramos mais relevantes: a retirada de madeira; a produção de sal; e nosso foco principal, a coleta das ostras.

Madeira:

As madeiras retiradas do manguezal são fundamentais para a comunidade. Em geral, se dá preferência para as árvores já mortas (Temudo & Cabral, 2017). São usadas para a construção dos telhados das casas, em artefatos de madeira, cercas,

mas principalmente como lenha para as fogueiras – sejam elas de consumo doméstico, seja a de grandes fogueiras para defumar peixe ou cozinhar moluscos.

A demanda pela madeira é controlada pelas comunidades, de forma a conseguir garantir um equilíbrio sustentável de consumo e reprodução das plantas. Por trás do corte das árvores, existe um pensamento sobre o manejo do manguezal enquanto berçário de espécies de animais, barreira de contenção das marés, futuro local de cultivo de arroz “salgado” (ver adiante) e local de suporte para o crescimento das ostras. Visando uma gestão do manguezal, culturalmente existem tabus sobre os manguezais. Segundo Diatta et al (2020) os tabus são fatores decisivos no comportamento das populações, e são fundamentais para garantir a estabilidade do ambiente, assim como reconhecem a importância dos manguezais para a cultura e sociedade Diola.

Ao contrário do apontado por pesquisadores coloniais, que previam uma destruição generalizada do ambiente pelas populações locais, o que observamos atualmente é exatamente o oposto, em que as populações Diola, tanto da Guiné-Bissau como Senegal, atuam no ambiente para aumento da área de mangue (Diatta et al., 2020; Temudo & Cabral, 2017).

Coleta de Moluscos:

Na zona de manguezal é onde encontramos a maior diversidade de moluscos da região. Eles crescem no solo lamacento da zona, e são muito importantes para a alimentação das aldeias. Identificamos cinco moluscos que são coletados na zona e possuem uso para as pessoas. Daremos maior ênfase para as ostras, por serem o mais relevante. Há no entanto outros moluscos na região (Fig. 122). Os textos foram escritos em parceria com o malacólogo Rodrigo César Marques.



Fig. 122 - Diversidade de moluscos existentes em Yal/Varela

Ostras:

O que é chamado popularmente de ostra é referido a um grupo de bivalves com uma concha grossa, muitas vezes em diversas camadas, encontrado geralmente associado a substratos duros na região entre marés (principalmente na parte mais alta). O uso culinário por diversas populações ao longo da história é bem conhecido, dando origem a maior parte dos concheiros que mapeamos na região. Seu consumo, como aponta Linares (1971), se remete as primeiras camadas dos concheiros, sugerindo uma história de longa duração.

Quando referimos as ostras utilizadas unicamente para alimentação, falamos de dois grupos morfológicos: ostras com margem e superfícies plicadas (onde se encontra o gênero tipo *Ostrea*) e outro grupo onde com margem das valvas lisas, onde se encontra o gênero *Crassostrea*. Este grande grupo tem na África apenas uma espécie, que dependendo da autoridade taxonômica pode ser *Crassostrea tulipa* ou *C. gasar*, ocorrendo do Senegal até Angola (Angell, 1986). Nicklès, (1950) acreditava na existência de que cada nome representaria uma espécie a parte. No entanto a maioria dos trabalhos subsequentes aponta que é apenas uma espécie só como *Crassostrea tulipa*, que é oficializado por Huber (2010).

A *Crassostrea* ocorre somente em mangues, muitas vezes ocorrendo em ambientes de baixa salinidade, nas regiões mais internas dos estuários (Kamara, 1982). A grande densidade populacional que pode aparecer nos ramos de *Avicena* ou plantas *Rizophora* facilita a aquisição desta espécie como alimento por populações litorâneas.

Isto pode ser visto em várias populações costeiras da costa oeste africana, tendo uma exploração mais sistematizada em criadouros nas regiões lagunares do Senegal, Serra Leoa e Gana (Angell, 1986; Cham, 1992; Kamara, 1982; Obodai & Yankson, 2000). Na Guiné Bissau apresenta importância econômica para algumas populações litorâneas, ainda que também tenha o uso para subsistência (Dias, 2019). Segundo Cormier-Salem (1986, p. 214), a coleta de ostras é um dos momentos mais marcantes da relação das populações Diola com o seu terroir. É um conhecimento ancestral que é passado de geração em geração, uma paisagem compreendendo os locais de coleta atuais, e as marcas do passado – os concheiros. É um momento de se reencontrar e reafirmar o terroir. Existe um controle sobre as diferentes áreas de coleta, definidos pelas famílias e diferentes bairros da *tabanka*.

Os trabalhos de Cormier-Salem buscaram entender todo o processo envolvido no manejo dos moluscos, compreendendo coleta, processamento e alimentação. Infelizmente em nosso trabalho de campo não pudemos acompanhar de forma consistente esse processo, por estarmos em uma época que não se realiza as campanhas de coleta (geralmente de fevereiro a maio). Nossa experiência principal advém da *tabanka* de Djobel, que trazemos os exemplos, cruzados com as informações de Cormier-Salem.

Coleta:

No caso da Guiné-Bissau, assim como entre os Diola do Senegal, a coleta de ostras é uma atividade majoritariamente feminina. São as “mamás” que saem, a depender maré, para realizar a coleta. O caso mais favorável é uma maré baixa ao meio dia, assim se pode aproveitar mais tempo. Os trabalhos duram de 5 a 13 horas em um dia, dependendo das condições (Cormier-Salem, 1987a, p. 30). O ritmo de trabalho é, no começo da temporada (janeiro), de dois dias de coleta e um de processamento, sendo que mais no final (junho), é um dia de coleta e outro de processamento (Cormier-Salem, 1987; p. 51).

Existem duas modalidades de coleta: a familiar e a campanha. Na *tabanka* de Djobel, por questões *sui generis* do lugar¹², as coletas ocorrem o ano todo, e são empreitadas familiares, com a finalidade de alimentação e comercialização. Como

¹² Trataremos com mais detalhes nos capítulos 4 e 9 os imensos problemas climáticos que atingem a aldeia.

está tomada por água de todos os lados, e há uma dificuldade crescente no cultivo do arroz de bolanha salgada, assim, a coleta de ostras é a atividade principal do cotidiano dos seus habitantes. A coleta é feita com uma faca pequena, com a qual as ostras são cortadas das raízes do manguezal.

De acordo com Cormier-Salem (1987), existem 5 técnicas diferentes de coleta de ostras junto aos manguezais¹³, sendo que a mais usada é justamente a mais exaustiva, porém que preserva as raízes do manguezal para que esta possa servir novamente de suporte para crescimento de ostras futuras. As ostras são colocadas em balaies ou os chamados *bidons*, galões de plástico. Estes então são trazidos para a casa, onde serão processados. Um caso distinto do regional são as “famosas” ostras de Boatche, onde existe uma formação rochosa dentro do *bolon*, que permite que elas se desenvolvam muito, superando seus pares nas raízes do manguezal, e tendo um sabor mais apreciado pela comunidade. Tivemos a oportunidade de acompanhar os coletores Olivio e Buba, que nos mostraram as características da coleta. Primeira distinção, é que eles são homens, e isto já se diferencia totalmente da prática regional, dominada pelas mulheres. As ostras por estarem fixadas em pedras, exigem um conjunto de ferramentas específicas para sua retirada, além de uma habilidade de trabalhar com o corpo parcialmente submerso (Fig. 123 e Fig. 124).



Fig. 123 - Artefatos usados para coleta de ostras em Boatche - Martelo – Vergalhão de metal– Cinzel – Bolsa feita com rede plástica.

¹³ Dependendo do local, as mulheres adotam diferentes técnicas colheita com consequências variadas na renovação do estoque. A carga suspensa e a colocação de rizóforos com seus cachos de ostras são as mulheres da canoa cortadas, as não destaque as ostras até que sejam ramificadas no local. Os rizóforos pendurados são carregados na canoa; as mulheres descolam as ostras uma a uma usando o Ewuyum, jogam os galhos e as ostras menores de volta no bolon. Eles só voltam ao local com as ostras maiores.

- As mulheres descem ao manguezal, cortam os rizóforos, separam, separam ostras grandes e coloque-as em cestos e despeje na canoa.

- Eles sacodem os rizóforos para fazer o ostras diretamente na canoa; eles agarram a mão deles saiu com o Ewuyum o galho e com a outra mão com o cortador, destaque uma a uma as ostras maiores.

Os rizóforos criaram raízes no poto-poto e é impossível cortá-los. Mulheres descem na água ou lama, onde eles têm pés, onde, na maré baixa, o Até mesmo "praias" estreitas são descobertas. Eles colocam a cesta abaixo das raízes e fazer com que as ostras caíam nelas, acertando-o com o machado pequeno ou o Ewuyum.



Fig. 124 - Processo de extração das ostras das rochas em Boatche - Suzana. - Olívio apresentando a ostra retirada.

A coleta ocorre sempre no período seco, ou seja, entre janeiro e junho. Com as primeiras chuvas, se param a coleta, e as mulheres passam a se dedicar ao cultivo do arroz e outras atividades. Há um controle das zonas com maior quantidade de ostras grandes, realizando um troca da área se for identificado a necessidade de recuperação. De acordo com Cormier-Salem, os ciclos de coleta possuem relação com a tradição local, que proíbe o consumo das ostras junto ao plantio do arroz:

Quando a Diola semeou o arroz, se eles atravessarem o arrozal (32) com ostras, as sementes não serão boas. "Por extensão, é proibido cortar ostras dos manguezais ou comê-las logo após a semeadura do arroz, ou seja, desde as primeiras chuvas. Este costume herdado de ancestrais é claramente afirmado em Badiat, Brin, Batinière, Eloubaline, Mangagoulak, Elana e Niomoune. Em Tendouk, Hilol, Bandial, Niaguiss, nenhuma mulher é referida a. (...) Este costume é particularmente revelador de o entrelaçamento da agricultura e da pesca entre os diola. O medo de danificar sementes refere-se à necessidade de monopolizar todas as armas válidas a serviço da atividade fundamental, o cultivo de arroz. A proibição de colher ostras durante a época de colheita as chuvas referem-se a uma preocupação com o manejo desse recurso. Do ponto de vista biológico, esse costume garantiria a proteção do estoque, na medida em que a estação das chuvas é o período de reprodução das ostras. Essa explicação foi claramente expressa por doze mulheres. Normalmente, a desova ocorre em julho-agosto durante anos com chuvas normais (Cormier-Salem, 1987; p. 49).

Durante o trabalho de campo podemos observar duas formas de processamento: cozimento, a mais comum; e direto ao fogo. No cozimento as ostras são colocadas dentro de panelas de metal, e, junto com a água salgada do bolon, é cozida, até que as ostras morram e se abram sozinhas. Já no cozimento direto, as conchas simplesmente são colocadas direto ao fogo até abrirem (Fig. 125)



Fig. 125 - Cozimento das ostras - <https://www.alamyimages.fr/senegal-casamance-la-recolte-des-huitres-image159149279.htm> e Ostras colocadas direto ao fogo. Fotografia: autor.

Após o cozimento, é feita a retirada da carne da concha. A carne é colocada em um recipiente, enquanto as conchas são colocadas em um balaio ou balde (Fig. 126). Quando este se encontra cheio – que acontece rápido, pois as conchas são muito volumosas – as pessoas então se dirigem ao concheiro para a sua deposição (Fig. 127).



Fig. 126 - Processo de retirada da carne da ostra com o uso de uma pequena faca



Fig. 127 - Moradora de Djobel deposita as conchas em um concheiro e Arqueólogo e crianças colocam as conchas de ostras em um concheiro – Djobel.

Com a carne da ostra retirada, é então feito um molho com óleo de palma (ou soja), temperos e misturado com o arroz para alimentação. Geralmente as famílias se juntam, e com a comida colocada em grandes bacias, todos compartilham o momento da alimentação juntos, com uma colher.

As demais carnes que não foram consumidas serão colocadas para secar, em um processo para propiciar maior durabilidade evitando que se estraguem. Cormier-Salem registra que no Senegal é feito a defumação das carnes (Cormier-Salem, 1987; p.53). Não observamos este tipo de técnica, mas sim outra, em que é feito um estrado com uma lona, e as carnes são colocadas em cima diretamente ao sol. O processo de secagem dura alguns dias, dependendo do sol, e permite que sejam armazenadas por meses (Fig. 128). Em *tabankas* como a de Djobel, esta é a principal forma de obtenção de dinheiro



Fig. 128 – Secagem de ostras no sol. - <https://www.alamyimages.fr/senegal-casamance-huitres-sechees-au-soleil-image346205973.html>

Contchurbedja

Ela ocorre em águas rasas e profundas. As espécies de ambientes rasos são associadas a ambientes lamosos ou mesmo perto de pequenas rochas próximas às áreas de forrageamento. Durante o período reprodutivo é comum encontrar aglomerações - embora em outras circunstâncias a distribuição pareça rara (Catterall et al., 1992).

Cymbium glans é tradicionalmente é chamado em língua inglesa como *elephant's snout* ("tromba de elefante") ou ainda "focinho de porco" (*groin de cochon*) em uma de suas primeiras descrições pré lineanas (Knorr, 1762 apud Marche-Marchad & Rosso, 1978). Em algumas regiões de Guiné Bissau é conhecido como

“yët”, já na costa senegalesa, e em nossa área de estudo, por “contchurbedja” (Kaissi et al., 2004). Embora a maioria das espécies pertencentes ao gênero *Cymbium* faça parte do grupo de volutídeos predadores, aparentemente grande parte da dieta de *Cymbium* galns é esteira algálica e microorganismos que se encontram no substrato, aparecendo em planícies de maré (Diomandé et al., 2019), e podendo ter até 30 cm de comprimento por 20 cm de largura.

Apesar de ser consumida como alimento, o seu principal uso que observamos é o ritual, possuindo grande relevância e importância. Sua concha é utilizada como recipiente para armazenar líquidos - em especial vinho de palma – em rituais e cerimônias religiosas. Ela é, assim, parte fundamental da composição dos lugares sagrados Diola (Kriol: Baloba, Diola: *bakin-abu*). Maffeis (1975) ao estudar as balobas descreveu os seus componentes Fig. 129).

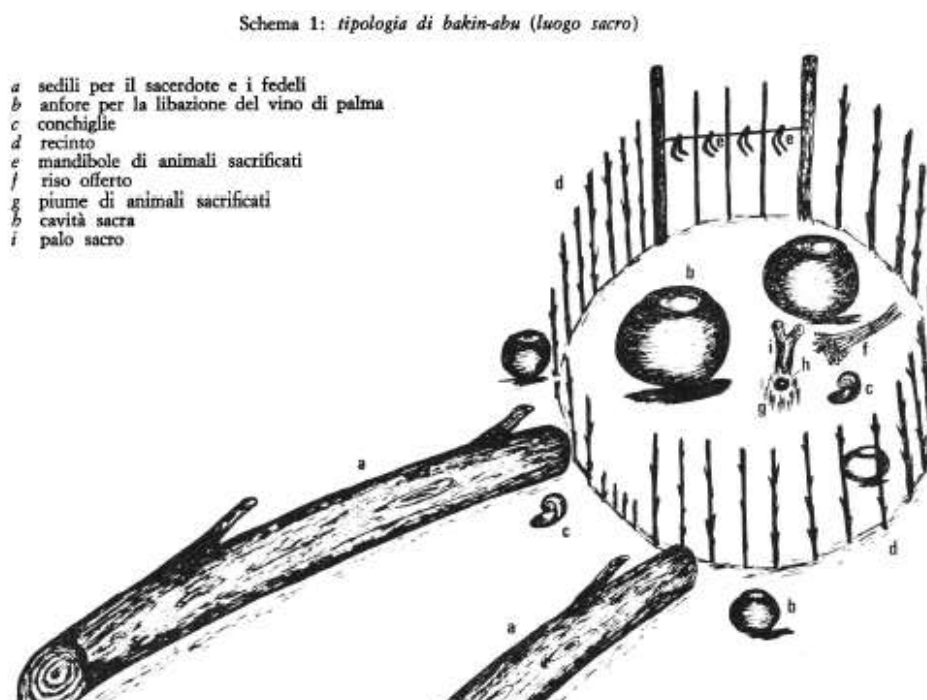


Fig. 129 – Composição do lugar sagrado. Maffeis, 1975, p. 411.

Sobre a conchurbedja, a sua sacralidade advém de sua relação com o mar, conforme explica Maffeis (1975, p. 413)

Eles estão reunidos à beira-mar. Eles formam um elemento característico na configuração de um santuário. Sua forma elegante dá um toque de frescor ao ambiente austero. Mas certamente não é por razões estéticas que as conchas ocupam um lugar tão importante no altar do bakin-abu. O poste e a cavidade sagrada são a casa do bakinabu. Eles eram matéria, e a transição da profanação para a sacralidade foi forçosamente efetuada pela consagração. A concha, por outro lado, é por natureza imbuída de sacralidade: nasceu e viveu no mar, aquele mar em que se rompe e se renova a "força" de Emitai. "Por que você usa conchas? "Porque vêm do mar", foi a resposta de um

sacerdote de Catòn (...). A ambivalência contida no mar cristaliza-se na solidez da concha. Nesse sentido, ela é moldada pelo sagrado e pelo profano e, portanto, é justamente a *traïtd'union* entre o profano e o sagrado.

Maffeis observou dois atributos importantes: O primeiro, já citado, é o de recipiente para verter líquido, vinha de palma ou sangue dos animais sacrificados, para a divindade, o segundo é a representação/comunicação com a divindade (Fig. 130):

Durante cada cerimônia (é o momento ritual chamado "omassaborem") o sacerdote pega a concha nas mãos, apertando-a pela curvatura, e bate-a em um tronco, pronunciando o nome do bakin-abu e dos sacerdotes que o precederam no serviço daquele bakin-abu. Para cada nome há uma batida: a concha que traduz em ondas perceptíveis do bukin-abu a invocação pronunciada com tom humano. Como intermediário "ex natura sua", a concha é a mais apta a se tornar um símbolo do bakin-abu (Maffeis, 1975, p. 414).



Fig. 130 - Concha de Contchurbedja em um local sagrado. Suzana. Fotografia: autor

Caramussa

Existem descritas dois nomes para esta espécie: *Tynpanotonus radula* e *T. fuscatus* - basicamente calcado no desenvolvimento dos espinhos radiais. No entanto, dependendo da autoridade taxonômica, estas espécies podem ser consideradas apenas uma só. A distribuição desta espécie é estritamente relacionada a manguezais da costa atlântica africana, ocorrendo do Senegal até Angola, ocorrendo ao longo das planícies estuarinas. Em alguns lugares - como Senegal - esta espécie é encontrada em ambientes lagunares (Monteillet & Plaziat, 1981), aparecendo em alta concentração.

Faz parte da fauna malacológica que suporta maiores variações de salinidade, sendo encontrada muitas vezes nos canais mais adentro dos manguezais (Egonmwan, 2008). Tradicionalmente chamado de "periwinkle" nos países que foram colônias inglesas (Jamabo et al., 2009), na Guiné Bissau é conhecido como

caramussa, e apresenta relativa importância alimentar para populações que vivem do manguezal (Dias, 2019). É considerado o último alimento possível, geralmente sendo consumido em épocas de fome ou escassez de outros gêneros alimentícios.

Também gostaríamos de destacar que em todas as tabankas visitadas, as caramussas apesar de estarem presentes de forma residual na superfície dos concheiros, nunca consistiram em seu elemento primário, com a exceção de um único concheiro, presente em Coladje. Distante 750 metros da costa, é o que se apresenta mais ao interior, e possui pequenas dimensões, com aproximadamente 1,5 metros de altura e perímetro de 6 metros (Fig. 131).



Fig. 131 - Detalhe de concheiro de Caramussa em Coladje. Fotografia: autor.

Gandin

A espécie presente aqui, como único melongenídeo da costa atlântica africana, é *Pugilina morio* ocorrendo da do Senegal até a boca do Rio Congo. Embora não sendo utilizado de forma regular como alimento na costa africana (sendo evidências em diversos países, como relatado por Carney, 2017), tem sido relatado a potencialidade como alimento em ambientes protegidos do Senegal, preocupação ressaltada pelo fato de organismos estuarinos, além de facilmente coletáveis, são sensíveis a contaminação por poluentes (Bodin et al, 2011). Na Guiné Bissau também *P. morio* é eventualmente consumido, conhecido localmente como Gandin (Dias, 2019).

Pesca

Os bolons ou *marigots*, além de serem as estradas da região, são também importantes fornecedores de peixes para as comunidades. O peixe é a carne de

alimentação diária, privilegiada pela abundância, sabor e valor nutricional. Existe uma ampla gama de peixes que vive nas águas do *bolon*. A atividade de pesca é predominantemente uma atividade masculina, sendo praticada desde a infância pelos meninos. A pescaria acontece tanto no *bolon* imediato à zona de habitação (Fig. 132), como também em locais mais distantes, em que os pescadores se deslocam com canoas de madeira para a pescaria. De acordo com o relatório do Projecto ACC (2011), se utilizam diferentes técnicas para a pesca, compreendendo “(...) a armadilha, o palangre, a rede djafal, a rede boiante e a rede fixa nocturna, sendo a armadilha a mais utilizada.” Nos mares da Guiné-Bissau foram identificadas mais de 600 espécies (ACC, 2011), sendo uma das mais consumidas localmente o bagre.



Fig. 132 - Instrumentos de pesca e a canoa em cima de um concheiro do tipo barreira em Bulol

Terraços e platô

É no platô que se encontram as construções e intervenções mais claras da domesticação humana no território. É no platô que as pessoas passam a maior parte do seu tempo, já que tanto a praia e o manguezal são locais principalmente de deslocamento e permanência temporária. Desta forma, é no platô que se encontram os elementos mais visíveis da transformação do ambiente: diques, caminhos, estradas, florestas plantadas ou manejadas, matos sagrados, pontes, canais, lagoas e etc que transformaram o ambiente do entorno da aldeia de forma incontornável por

gerações, criando o *terroir* no sentido de Pelisser, que entendia principalmente sua vertente terrestre. Trataremos nesta parte de três elementos principais: os arrozais, vinho de palma e uma breve menção a outros cultivos. É também no platô que ficam as aldeias, com suas casas, caminhos, currais, balobas, portos, praças, espaços de culto, poços, escolas, igrejas, mercadinhos, e claro, **os concheiros**. Vamos tratar especialmente desta relação central dos concheiros com as atividades e lugares da aldeia nos próximo capítulo.

Arrozais

Arrozicultor e camponês diola são dois termos sinônimos, não só para o observador estrangeiro, mas para eles mesmos. No país de Diola, a arroz constitui a base da alimentação. “Comer” para um Diola, não tem outro significado senão “comer arroz” e é considerado estar no último grau de miséria passar um dia sem consumi-lo. Ser rico significa ter arrozais e abundantes celeiros de arroz, fonte de prestígio e comodidade, de todos os bens materiais e espirituais. Ao lado dos mortos sendo enterrados, uma provisão deste precioso viático é cuidadosamente colocada; não há sacrifício ao boekin que não inclua, com o tradicional vinho de palma, uma oferenda de arroz. O cultivo desse cereal tem apenas um rival nas preocupações dos camponeses: a condição do rebanho bovino. Mas o curso do ano agrícola e a maioria dos eventos coletivos, incluindo uma série de cerimônias religiosas, são determinados pelo cuidado dispensado aos arrozais: o ritmo da vida da diola é controlado pelo cultivo do arroz. (...)

Tudo, portanto, se combina para impor a ideia de que os Diola são essencialmente produtores de arroz. Como esta cultura é acompanhada, nas planícies lamacentas e florestas de baixa Casamança, por um desenvolvimento muito completo, por uma transformação profunda e de longo prazo do ambiente natural, todo o equipamento técnico dos agricultores, toda sua experiência e toda sua ciência é ao serviço do arrozal. É uma verdadeira civilização do arroz que os camponeses Diola desenvolveram.

Paul Pelisser, 1966, p. 709-710.

O arroz africano, *oryza glaberrima*., é parte central do ser Diola. Por causa dele, as populações manejaram o ambiente completamente, dedicando boa parte de suas vidas para o seu cultivo, na expectativa de garantir a alimentação diária, três vezes ao dia. O arroz é também um importante elo com o mundo espiritual, alimento este, que os Diola dizem ter sido um presente dos Deuses (Baum, 1999a; Linares, 1992).

O gênero arroz, *oryza*, possui duas variedades cultivadas, a africana (*glaberrima*) e a asiática (*sativa*), ambas domesticadas em contextos históricos e geográficos distintos a partir de ancestrais diferentes (Cubry et al., 2018). A maior diferença entre as duas espécies, é que a africana possui maior resistência a pestes, doenças e secas porém possui menor produtividade que sua parente asiática (Chen et al., 2017). O arroz é fundamental para a alimentação das populações de toda a zona tropical da África ocidental, mas principalmente entre a Casamança e a Serra Leoa, onde seguem até hoje sendo o alimento principal das populações. Mesmo com tamanha relevância, sabe-se pouco sobre sua domesticação através de dados

arqueológicos. Para Linares (1971), foi a demanda por áreas de cultivo que levaram a ocupação da baixa Casamança pelas primeiras populações (em torno de 200 a.C.).

Da farta bibliografia existente sobre a domesticação do arroz africano produzida recentemente (Chen et al., 2017; Choi et al., 2019; Cubry et al., 2018; Klee et al., 2000; Meyer et al., 2016; Murray S.S, 2005; J. C. Stein et al., 2018; Veltman et al., 2019; Wambugu et al., 2021; Wang et al., 2014), praticamente toda ela se dedica aos estudos genéticos e análise morfológica. Existem atualmente duas teorias sobre o processo de domesticação, uma que aponta para uma origem única – no norte do Mali – e outra que aponta uma origem diversa na costa do Atlântico. A primeira hipótese se confirma arqueologicamente pela pesquisa de Murray (2004), que coletou amostras em sítio arqueológico na região e foram encontradas evidências de espécies antigas do *Oryza glauaberrima*. No entanto, ainda há muitas dúvidas, e não se descarta que a nossa região de estudo possa ter sido um dos centros de origem (Veltman et al., 2019).

O que temos certeza é que desde a chegada dos primeiros europeus na região, ainda no século XV, eles já mencionavam o cultivo do arroz (Linares, 2002; Pélissier, 1966) . Na narrativa mitológica Diola, o arroz possui papel de destaque.

Acredita-se que Emitai, o ser supremo da cosmologia Diola, tenha dado arroz aos seus primeiros ancestrais e lhes mostrado como cultivá-lo. O arroz era visto como parte de uma aliança entre Emitai e um povo, uma aliança baseada no trabalho árduo de Diola no cultivo da plantação e na responsabilidade de Emitai de enviar chuva para nutri-la. Francis Snyder coletou um provérbio Diola-Bandial que ilustrava essa tarefa: "O Diola foi criado para que ele cultivasse [arroz]." O arroz era visto como tendo uma força vital dentro de si, semelhante às almas das pessoas e dos animais." O arroz era um doador de vida, pois alimentava as pessoas e seus animais domésticos. Até mesmo os talos forneciam forragem essencial para o gado Diola durante a estação seca (R. Baum, 1999b, p. 28).

Sendo o principal alimento das populações Diola, o arroz é tratado com zelo e cuidado. Pudemos ver que diversas *tabankas* possuem arquivos com diversas variedades diferentes de grãos, e que cada uma possui características especiais de cultivo, rendimento e qualidade. No entanto, é cada vez mais comum se observar a presença de variedades asiáticas ou híbridas oriundas da iniciativa NERICA¹⁴.

¹⁴ “O NERICA constitui uma espécie de arroz híbrido interespecífico, derivado do cruzamento de *Oryza glauaberrina* com as subespécies de arroz asiático. Foi desenvolvido pelo "Africa Rice Center" (AfricaRice) e seus parceiros, e financiado pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), entre outros, com a finalidade de melhorar a produtividade de arroz na África (AfricaRice, 2007). As espécies NERICA têm uma produtividade consideravelmente elevada, e apresentam menor tempo de desenvolvimento em comparação com as outras

Existem basicamente duas formas de se cultivar o arroz entre as populações Diola da Guiné-Bissau: a bolanha de água doce e bolanha de água salgada. Descreveremos aqui de forma sumária, para um detalhamento consultar o texto de Pelisser (1966), que segue atual para a região da Guiné-Bissau. A primeira compreende a plantação de arroz em áreas arenosas, próximos aos bolons, mas que não sofrem risco de inundação pelas marés. São as áreas com maior cultivo, e geralmente circundam as *tabankas* visitadas, mas também podem estar a uma distância maior dependendo da área. O solo é arenoso, e toda água provem da chuva, sendo criados diques para seu armazenamento (Fig. 133).



Fig. 133 - Plantação de bolanha de água doce próximo a tabanka de Suzana – Guiné-Bissau

Já as chamadas bolanhas de água salgada são uma marca cultural dos povos Diola. Através de um conhecimento ancestral, as populações tomam terra do manguezal para a plantação. O primeiro passo consiste na escolha do terreno, de preferência a zona com solo mais raso, e com maior quantidade de matéria orgânica. Então é feito o corte do manguezal da zona, e se inicia a construção de uma enorme barreira com a finalidade de impedir que a água da maré invada a futura zona de plantação. Esta barreira deve ter no mínimo um metro de altura (do nível da água) e um metro de espessura. Esta barreira possui alguns drenos, para permitir tanto a saída da água da chuva represada, como a entrada da água do mar.

Algumas variedades locais do *oryza glaberrima* possuem a incrível capacidade de tolerar salinidade tanto no solo como na água.

espécies, permitindo uma segunda safra (AfricaRice, 2007, 2008; OJEHOMON, AYINDE, ADEWUMI e OMOTESHO, 2013).” (Albino, 2020; p. 17).



Fig. 134 - Bolanha de água salgada próximo a Bulol. Google Earth

Todo o cultivo exige uma grande quantidade de esforço físico, principalmente na construção dos diques de cultivo – ainda mais difícil se for em solo lamacento de mangue - e na plantação (Fig. 134). O instrumento utilizado é o Kajendu, um tipo de pá que se usa para as diversas tarefas da zona, é peça importante para entender a dinâmica comercial da região, inclusive o tráfico de escravizados.

As bolanhas de arroz, tanto doce como salgado, são os eixos centrais do *terroir* Diola, estruturando todos os demais lugares. É para a bolanha que todas as ações são orientadas, visando aumentar a produtividade e quantidade de arroz, e consequentemente, ter maior prosperidade na sociedade. Os moluscos enquanto secundários na alimentação cotidiana, fazem parte da engrenagem do arroz principalmente como atividade de coleta no período justamente de menor demanda de trabalho para a plantação, complementando o ciclo das ações do cotidiano. As escolhas também das plantações em bolanha salgada implicam na renúncia de zonas de coleta de ostras nos manguezais, o que se parece como pouco relevante perante a abundância de manguezais na zona, para algumas zonas principalmente na zona de bulol, são escolhas pertinentes, dada a menor quantidade de zonas de coleta de ostras disponíveis.

Vinho de palma

A palmeira (*Elaeis guineensis*) é também onipresente nas aldeias, sendo cultivada em dezenas de hectares no platô, em zonas adjacentes as florestas

sagradas ou de caju (Fig. 135). Elas provêm as aldeias de dois importantes produtos, o óleo de palma, retirado dos seus frutos (consultar Pelissier, 1966), e o vinho de palma. O vinho de palma é, junto com as ostras secas, uma das poucas oportunidades de conseguir dinheiro para as comunidades, pois são muito apreciadas pelas populações da Guiné, além de seu uso mandatório em rituais e celebrações (Maffeis, 1975; Thomas, 1959). A dificuldade logística, no entanto, não permite que haja uma venda massiva, pois o produto dura pouco tempo antes de perder a qualidade. Assim como os arrozais, as florestas de palmeiras são propriedades das famílias, que cuidam com zelo. O vinho de palma pode ser retirado a qualquer época do ano, porém, sua retirada maior ocorre na época da seca, justamente período com menor demanda de trabalho no arroz. É uma atividade exclusiva masculina.

Para se retirar o vinho de palma é possível duas técnicas. A primeira, pouco empregada, é a da derrubada da árvore e deixando inclinada, o líquido da seiva (palmito) lentamente vai caindo em um vasilhame. Este processo gera grande quantidade da bebida, porém, exige o sacrifício da árvore, sendo empregado somente quando necessário. A outra técnica é da subida e da perfuração do tronco, com a inserção de garrafas para extrair o líquido (Fig. 136). É uma técnica fadigosa, que exige bom preparo físico e técnica. O horário da coleta é bem cedo, ainda escuro, para preservar a qualidade. Após a retirada, o líquido começa instantaneamente a fermentar por si próprio, aumentando gradativamente a quantidade de álcool. Desta forma, a venda ocorre pela quantidade de dias que se passou desde a coleta, sendo a do mesmo dia com pouco álcool, praticamente um suco, e o de quatro dias com graduação semelhante a um vinho (12%). Por não ter conservantes, no entanto, depois de quatro dias deve ser descartado, pois começa a virar vinagre.



Fig. 135 - Mata de palmeira. Fotografia: autor.



Fig. 136 - Colocação das garrafas para coleta do vinho de palma. Fotografia: autor

Outros cultivos

De forma complementar ao arroz, há outros cultivos. O principal deles são os chamados matos de caju. Aqui não é o espaço para comentarmos sobre a introdução do cultivo na Guiné-Bissau na época colonial (Djaló, 2013) nos cabe dizer que hoje a venda da castanha de Caju é o principal motor da economia do país, e a praticamente a única fonte de divisas para as comunidades Diola. Sem o Caju, não há moeda para aquisição de diferentes bens importados utilizados no cotidiano. As matas de caju são assim cuidadas para maximizar a produção e garantir renda para todo o ano.

Do ponto de vista da alimentação, são plantados também mandioca, batata-doce, hortaliças, tomate e amendoim. Estes cultivos são usados para consumo nas

aldeias, podendo ser eventualmente vendidos. As casas possuem quintais com algumas árvores frutíferas, principalmente limão (muito consumido com as ostras), laranja e frutas locais, como o folio, bissap, baobá.

Há uma ampla gama de animais domésticos que são criados para alimentação, como galinha, pato, porco, cabritos e vacas. Estes são consumidos, no entanto, principalmente em festins rituais ou de celebração, não sendo algo do cotidiano. Antigamente se organizavam grandes expedições com os homens da aldeia com o objetivo de caçar animais silvestres. Atualmente, pela diminuição drástica da quantidade de animais, é um evento cada vez mais raro.

Qualquer descrição de um modo de produção Diola precisa ir além das questões de quem é o dono dos recursos produtivos da comunidade e quem fornece a mão-de-obra. Nesse contexto limitado, os Diola poderiam ser descritos como operando dentro de um modo de produção familiar. Mas, como Linares demonstrou em seu livro recente, a capacidade dos santuários espirituais e dos anciãos dos santuários de controlar a autoridade e, indiretamente, os recursos alocativos das comunidades de Esulalu criou uma economia política distinta que se apoiava simultaneamente na unidade familiar e nos santuários espirituais. Famílias exerciam controle sobre a terra e o trabalho, mas os santuários espirituais e um sistema de pensamento de Esulalu governavam a maneira como esses recursos eram utilizados.
 Baum, 1999; p.60

Neste capítulo buscamos enfatizar o aspecto principal que nos interessa que é justamente a coleta e processamento dos moluscos, e as demais atividades que se relacionam com os concheiros, e outras que estruturam de forma incontornável o *terroir*. Como pudemos ver os povos Diola possuem uma relação muito singular com o ambiente, na forma que identificamos como o *terroir* Diola, e as conchas estão presente nos mais diferentes lugares do *terroir*. Tratamos aqui das atividades que criam e reproduzem o *terroir* nos ambientes fora da aldeia. Considerando os três ambientes identificados para a produção ou com o ciclo da coleta das ostras. Pensando em melhor visualizar, adaptamos o corte esquemático de Cormier-Salem para retratar o que apresentamos neste capítulo (Fig. 137):

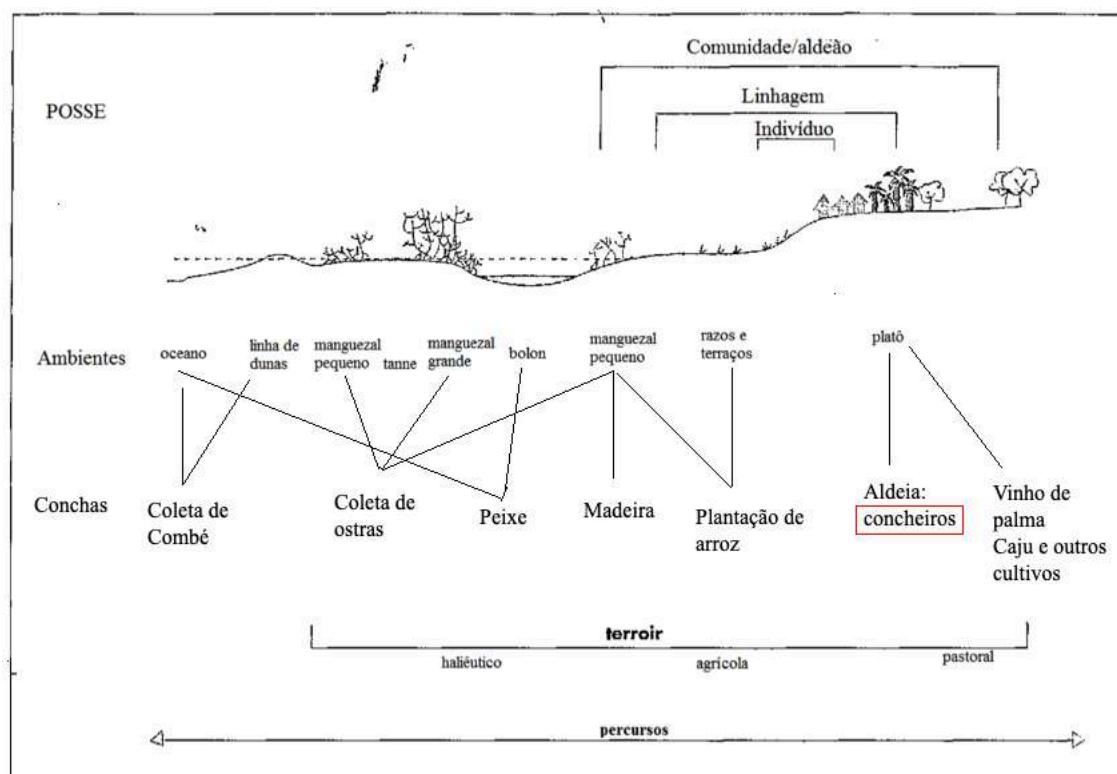


Fig. 137 - Adaptação do esquema de Cormier-Salem para refletir o papel das conchas no Terroir.

Com relação ao oceano e as praias, desde tempos ancestrais, os habitantes da região foram até as praias em busca de alimentação (Linares, 1971). Podemos imaginar gerações e gerações de pessoas, todos os anos, indo buscar alimento, percorrendo quilômetros para tal, e carregando de volta as conchas – estas ainda existentes na memória do território, no platô, pela onipresença dos concheiros da região. As combe, presentes principalmente nestas faixas de areia, são marcas importantes para a formação do *terroir* Diola, sendo uma importante fonte de alimento, e também de material construtivo. Dentro do percurso do *terroir*, as praias são um lugar simbólico como limite da zona domesticada, e compõe esta paisagem enquanto lugar de provimento de moluscos (e peixes).

Dentro do *terroir* os manguezais são muito importantes, onde grande a maior parte das dinâmicas marinhas dos Diola ocorre, inclusive, a coleta de ostras. Enquanto lugares dinâmicos, que acompanham as marés, estes são constantemente visitados e manejados pelas populações, que as utilizam como suporte para crescimento dos moluscos. O fato de utilizarem a técnica de preservas as raízes demonstra a relação íntima das pessoas com os manguezais e as ostras, uma tríade que sustenta relações profundas do manejo ambiental da região. As ostras coletas são processadas para serem usadas em diferentes usos, mas carregam em si, este lugar do *terroir*, o

manguezal e o conhecimento para o seu manejo. O caso da contchurbedja mostra a presença das conchas nos lugares sagrados (balobas). Tanto enquanto componentes e marcadores dos lugares sagrados em si, como também artefatos ativos para as práticas rituais, como a libação. Como veremos nos próximos capítulos, os concheiros também podem ter em si próprios balobas sagradas. Assim, temos uma confluência nítida entre as conchas e o sagrado, e dentro do *terroir* as balobas são pontos de referência ancestral e de comportamento, e as conchas fazem parte tanto mítica como prática desta esfera do *terroir*.

O platô é o local onde as pessoas vivem nas aldeias e onde estão presentes os concheiros, e neles articulam as demais ações que criam lugares importantes no *terroir*. Apresentamos, mesmo que brevemente, alguns dos lugares e ações que são fundamentais para estruturar o *terroir*, e tentamos demonstrar como estes estão de certa forma relacionados com o mundo marinho, principalmente pela alternância dos ciclos do ambiente.

Os lugares componentes do *terroir* são fundamentais para a subsistência tanto material dos povos, como simbólica, pois os locais em si (muito deles com a presença de balobas/irãs) e os seus produtos são chaves no cotidiano das populações. Como bem dito por Baum, para entendermos o *terroir* Diola em toda sua complexidade, precisamos ir além da materialidade, e considerar todas as relações simbólicas e mágicas que perpassam as ações das pessoas, tanto no *terroir*, como em suas próprias vidas. Ser Diola é ser parte do *terroir*, ou como afirma Taborda (1950b, p. 554), “Para o felupe o maior castigo que se lhe pode aplicar é privá-lo da sua liberdade, visto que estando preso não pode fazer a vida da selva que tanto adora e em que sempre viveu.”

Cap. 8 – O monturo enquanto síntese do *terroir* Diola

Começamos pelo mais óbvio: o concheiro com a função de monturo tem “lixo” em sua superfície. É a partir desta constatação que iniciamos nossa definição do que acreditamos ser a função predominante da maioria dos concheiros identificados. Enquanto arqueólogos brasileiros, tivemos a oportunidade de visitar alguns sambaquis patrimonializados no Brasil (Cubatão, Joinville, Cananéia, Iguape, Tubarão), e a imagem mental que levamos para a nossa primeira visita na Guiné-Bissau foi a destes sambaquis; esperávamos encontrar algo parecido, ou seja, concheiros que são considerados “patrimônio cultural” e tudo o que isso significa. Quando chegamos lá, o que observamos foi um monte de “lixo” em cima do concheiro. Era como se o lugar mais importante para nós – o concheiro – estivesse com uma camada estranha, superficial ao que realmente era importante, o concheiro.

A partir daí, passamos então a buscar entender por que o “lixo” era colocado no concheiro, o que também se mostrou uma pergunta equivocada, pois separava algo supostamente de valor arqueológico - as conchas e as coisas “arqueológicas” - do “lixo”. Porém, muito brevemente, observando dezenas de concheiros na aldeia de Elalab (exemplo Fig. 138), percebemos que não era assim, não era o “lixo” em cima do concheiro, mas sim que o concheiro era uma “lixreira”, e, portanto, tudo que estávamos vendo ali, pelo menos no presente, era “lixo”, incluindo aí, claro, as conchas e as demais “coisas” do interior do concheiro.



Fig. 138 - Sítio arqueológico - Elalab 1 – Ponto 02 – Aldeia de Elalab

Estas questões nos trazem reflexões centrais para a nossa reflexão: O que é lixo? Quando um artefato se torna lixo? Quais as formas de se depositar e descartar o lixo? Quais os significados culturais do descarte?

Colocamos muitas aspas na palavra lixo não sem motivo. Pretendemos refletir brevemente como este conceito, que possui uma conotação negativa no ocidente, nos serve para entendermos parcialmente a realidade que observamos. Começamos definindo algumas terminologias. Na língua inglesa existe uma divisão clara entre conceitos, que poderiam todos se enquadrar como lixo. Rathje e Murphy (2001, p. 9), diferenciam “*garbage, trash, refuse, rubbish*”, cada um tendo um significado específico, variando (seguindo a ordem) para descartes úmidos, descartes secos, ambos e o último incorporando também a ideia de entulho. Adotamos, por falta de melhor conceito, a palavra lixo enquanto conceito geral, compreendendo todos os descartes, semelhante a refugo (*rubbish*).

Desde os primórdios da experiência humana, criamos resíduos, ao ponto que Rathje e Murphy (2001, p. 4) afirmam que “Lixo está entre os mais prodigiosos legados físicos da humanidade para aqueles que estão ainda a nascer”. O lixo, desta perspectiva, é um espelho da sociedade que o construiu, e uma poderosa e duradoura mensagem para o futuro (muitas vezes a única). No entanto, definir o que é lixo não é algo simples. Em suas reflexões, Schiffer (1972, 1976, 1987) classificou rejeito em quatro categorias: primário, secundário, primário residual e *de fato*. O primeiro se refere aqueles que são descartados no local de seu uso, o secundário é o que tratamos neste texto, os oriundos de limpeza, o primário residual são aqueles que não são retirados após a limpeza, e o *de fato* são aqueles objetos com uma função e utilidade reconhecida, mas que foram abandonados por motivos culturais.

Esta classificação é útil, porém concordamos com Ruibal (2003, p. 422), que afirma que “(...) O problema dessa tipologia é que ela não leva em conta os significados sociais da cultura material abandonada. São categorias impostas de fora, que classificam mas não compreendem.” Para entendermos, precisamos justamente entender os fatos culturais que levaram as pessoas a descartar (*c-transform*) e suas variantes. Partindo da premissa que o lixo é um sinal inequívoco da presença humana do presente e do passado, ou seja, o descarte é um ato cultural que imbrica em escolhas nitidamente culturais, buscaremos entender a criação do concheiro entre os Diola enquanto artefato cultural. As conchas, e demais coisas componentes do concheiro são, desta forma, uma construção de diferentes materiais que possuem um

caráter de resíduo ou lixo em algum momento de sua vida, com a finalidade de se tornar uma construção. Como exemplo disso, podemos citar o estudo de Villagran (2014), em que a autora apresenta diferentes significados para os sambaquis. O lixo, desta forma, segundo Sosna e Brunclikova (2016; p. 4) “(...) é transformado de resultado indesejado de atividades domésticas em uma parte crítica da paisagem que ajuda os humanos a entender quem eles são.”.

Rathje e Murphy (2001, p. 33) apontam para quatro diferentes formas de disposição do lixo: “(...) despejá-lo, queimá-lo, transformá-lo em algo que possa ser útil (reciclagem) e minimizar o volume de bens materiais – lixo futuro – que passa a existir em primeiro lugar (este último é conhecido tecnicamente no campo do lixo como “redução de fonte”)”. Cada escolha desta implica, naturalmente, em uma relação com o lixo na paisagem e seus possíveis usos. Escolher criar montes de conchas, da forma e no lugar que eles se encontram atualmente, é uma escolha das populações Diola que observamos. Segundo Ruibal (2003, p. 414) ao analisarmos o lixo enquanto elemento cultural produzido atualmente, isto nos permite refletir sobre diferentes concepções e categorias de lixo no passado, considerando que suas “(...) histórias de vida sempre terminaram em morte (isto é, abandono) e que esta nunca é desprovida de sentido (GONZÁLEZ RUIBAL, 1998: 189)”. E quais os sentidos de se criar montes de conchas (lixo)?

É importante comentar, no entanto, que este trabalho não tem a pretensão de fazer um estudo sobre o que significa lixo e como se dá sua deposição. Dado que não tivemos uma imersão etnográfica que nos permitiria melhor entender a relação das pessoas com o lixo, o que podemos aqui é afirmar, sem dúvidas, que o que nós, do ocidente, entendermos como lixo, não é a mesma coisa que as pessoas nas aldeias que visitamos vivenciam. Podemos definir que para os grupos que observamos, o “lixo” é visto como um material construtivo, passível de ser reutilizado enquanto coisa, ou no seu conjunto, no caso, o artefato fruto de sua construção, o concheiro. Para ampliar nossas referências, buscamos como possível paralelo para se pensar o lixo entre os Diola, o exemplo de Douny, que trabalhando com os Dogons, relata diversos aspectos que consideramos importantes e que talvez, em algum futuro, seja alvo de um estudo mais aprofundado.

Baseado em trabalho de campo, ele identifica que os Dogons tratam seus resíduos domésticos em três categorias: reciclagem, reuso e composição. O primeiro é definido como o processamento de plástico e metal em novos produtos. O reuso se

refere aos rejeitos que podem ser usados sem transformação para diferentes funções, e, por fim, a composição é o processo de juntar material orgânico para sua decomposição (Douny, 2007, p. 313). Estes processos ocorrem reforçando questões culturais complexas entre estas populações, que não entendem esses resíduos como indesejáveis; pelo contrário, sua posse, acúmulo e disposição inclusive podem ser valorizadas, incorporando significados diversos como valorização do trabalho, riqueza, saúde e etc.

Vivenciamos experiência semelhante nas diferentes aldeias onde o “lixo” era jogado em montes de conchas e também em caminhos, e ficávamos bastante incomodados com essa “poluição”. Nossos colegas, principalmente Euclides, riam e achavam bizarro se importar com isso. Não raro, em situações das mais diversas, por algum motivo, precisávamos de alguma coisa e rapidamente olhávamos no concheiro para buscá-la, e por vezes a encontramos (sacos, garrafas, algo pontudo, um suporte para o quadro de marcação e etc). Como também observado por Douny, as crianças particularmente sempre olhavam os concheiros e encontravam coisas para brincar e se distrair. Assim pudemos observar que o concheiro possui também essa função de repositório de possível material para uso, ou melhor, o concheiro permanentemente está em uma condição, como constata Douny (2007, p. 329), de “se tornar”:

(...) o lixo Dogon materializa temporalidades particulares, e que ele só aparece na forma daquilo que é temporariamente retido ou temporariamente recusado. Assim, o lixo sempre permanece em um estado de “tornar-se” (Hawkins, 2001). Para os Dogon, é fundamentalmente (re)generativo. Isso se manifesta na reutilização, reciclagem e compostagem de matéria doméstica. Qualquer tipo de lixo que possa contribuir potencialmente para a renovação de pessoas e lugares é visto como positivo, ou seja, como fonte de vida. P. 329

Com esta perspectiva em mente, voltamos a colocação de Ruibal, e nos perguntamos: qual o sentido de empilhar as conchas? Claramente não há uma resposta, mas tentaremos tatear hipóteses a partir do que observamos nas coisas do concheiro, tanto em superfície como a análise das sondagens que realizamos. O que sabemos é que há a intenção deliberada de se criar os montes de conchas enquanto um artefato, que pode ter durante sua trajetória de vida uma função de “monturo”, ou repositório de material construtivo, se preferir e isso não significa o final da vida do concheiro, sua transição para o contexto arqueológico. Pelo contrário, eles são e estão vivos e dinâmicos na sociedade, tendo diferentes funções que nos permitem inclusive ampliar

a visão sobre lixo, e entendermos, talvez de forma exemplar, o lixo/lixeria enquanto “se tornar”.

E o se tornar, como veremos, compreende entender os diferentes componentes do concheiro, enquanto artefato que sintetiza múltiplos aspectos da vida das pessoas, e que, defendemos, são parte essencial do processo de domesticação da paisagem, ou seja, da construção do *terroir*.

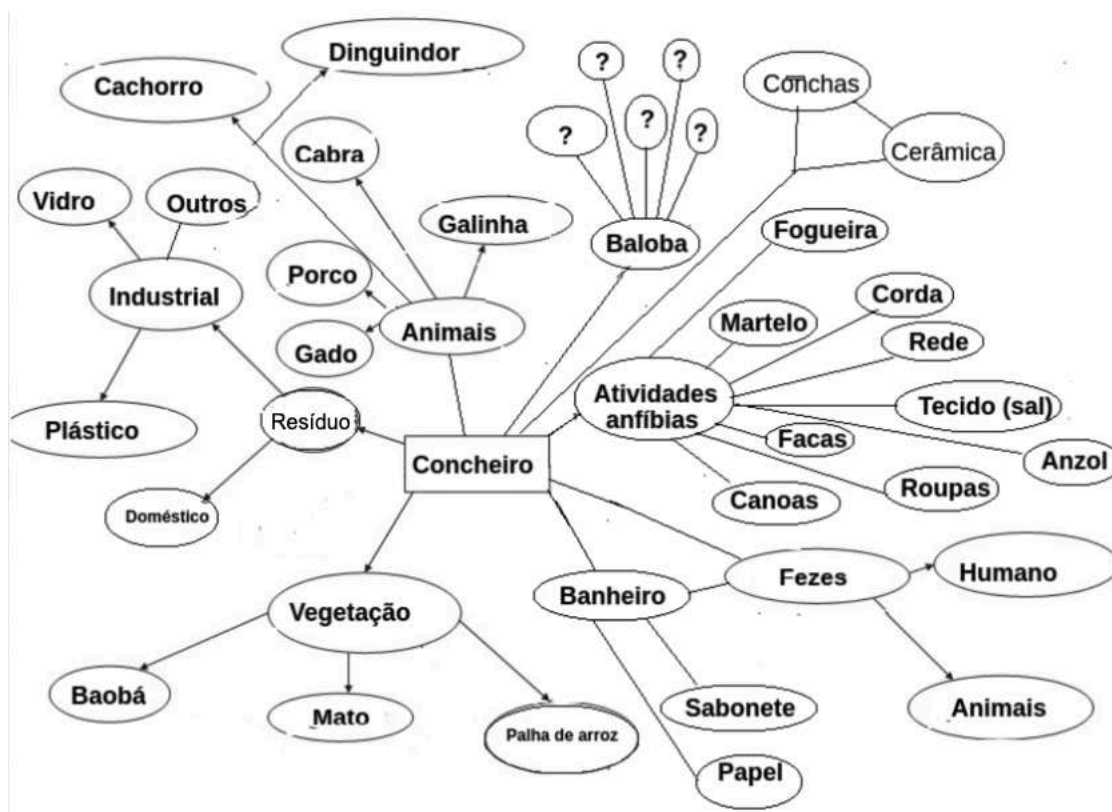


Fig. 139 - Conexão das coisas que formam o concheiro

Fizemos esta representação para ilustrar (Fig. 139) as diferentes coisas componentes do concheiro monturo, e as atividades a elas relacionadas. Como podemos observar, no que entendemos como “lixo” – os resíduos que não possuem um uso sistêmico – há uma enorme variedade de artefatos e coisas, ligadas a diferentes momentos e ações sociais. Todos estes, e possivelmente outras coisas que não conseguimos registrar, se juntam na composição do artefato concheiro. Assim o “lixo” é a matéria prima de construção do artefato concheiro, como exemplificado no gráfico de fluxo (Fig. 140) do concheiro.

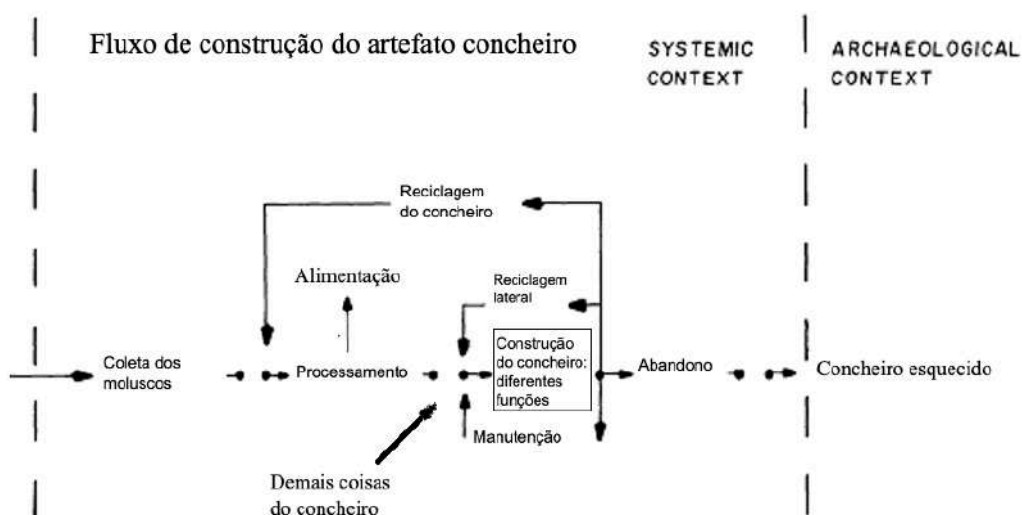


Fig. 140 - História de vida dos concheiros Diola

Os concheiros que trataremos neste capítulo são aqueles que possuem uma função social de *midden*, ou monturo, ou seja, um lugar onde os diferentes resíduos/"lixo" considerados inservíveis para uso sistêmico são depositados para a construção do artefato concheiro, ele mesmo com função de monturo até ser ressignificado, como veremos nos capítulos 9 e 10.

Entendemos o concheiro, principalmente na sua dimensão de função monturo, enquanto síntese do *terroir*. As diferentes coisas que o compõem são reflexo do processo cotidiano e contínuo de domesticação da paisagem, e assim, associados aos diferentes percursos identificados por Pelisser e Cormier-Salem. No capítulo anterior trouxemos algumas das atividades que estão associadas a criação destas materialidades. Dentro do *terroir aquatique*, nem um outro lugar, defendemos, possui a materialidade que possa explicar o todo, e por isto mesmo, eles são muito mais que um monturo, pois carregam em si, este legado ancestral, e que se encontra ativo na sociedade, sendo não só constantemente construído, como ressignificado.

Dividiremos assim a escrita a partir dos critérios das coisas – visíveis – que observamos no concheiro, e como elas nos permitem entender o concheiro como um monturo, e como as coisas que o compõem se conectam com os percursos do *terroir*.

A superfície do concheiro e a vida na aldeia: o lixo entre o local e o globalizado



Fig. 141 - Concheiro Hobwa 1 - Elia

Esta imagem do concheiro Hobwa 1 (Fig. 141), da aldeia de Elia, sintetiza bem o que é o mundo material contemporâneo nas aldeias Diola. Lugares marcados por um isolamento geográfico, da praticamente ausência do Estado, mas que mostra a penetração de mercadorias globais, e como estas estão vivendo lado a lado com os artefatos tradicionais manufaturados localmente. Não há dúvidas que na longa história de concheiros apontados como monturos na região (Linares, 1971), o momento contemporâneo é marcante, seja pela destruição dos mesmos para a construção civil, principalmente no Senegal (Kantoussan, 2006), mas também na Guiné-Bissau (atividade observada em Elia, Edjim, Eossor, Yal/Varela e Djufunku), seja pelo surgimento de materiais globais em grande quantidade, tais como plástico, vidro, tecido e metal.

Consideramos que o contexto que observamos entre os Diola se assemelha aos trabalhos por Rafael Abreu e Souza (2015) no nordeste brasileiro, principalmente a questão do isolamento e condição periférica nas redes comerciais nos séculos XIX e primeira metade do XX. Ao analisar lixeiras de casas de sertanejos no interior do nordeste brasileiro, Abreu e Souza percebeu ao mesmo tempo

mudanças na cultura material, mas também importantes permanências sobre como as pessoas estavam se relacionando com a introdução de novos produtos.

A globalização emerge como um processo incompleto, não finalizado, cujos contornos são formatados por práticas sociais e culturais locais. Ao longo do século XX, as populações rurais sertanejas, para além de teorias de isolamento, estariam dialogando ativamente com a chegada de novos produtos e a forja de outras práticas de consumo, domesticando forças globais em contextos específicos, persistindo em algumas atitudes, inovando em outras, o que, de modo algum, configuraria homogeneização de costumes (Jackson, 2004). (De Abreu e Souza, 2015, p. 51).

O mesmo ocorre entre as populações que observamos. As novas materialidades colocam questões importantes que não existiam até pouco tempo atrás, principalmente com a introdução massiva do plástico, descartável e durável, e de instrumentos de metais, que antes precisavam ser forjados localmente, entre outras coisas. Estes novos materiais alteram a própria concepção da materialidade entre os Diola (e sociedades tradicionais em geral), sendo as populações alienadas de seus métodos de produção, como afirma Ruibal (2003, p. 420):

Los objetos ya no son algo único y personalizado, sino series masivas de elementos idénticos. No es fácil vincularse afectivamente a este tipo de producción estandarizada e impersonal. Por otro lado, la Modernidad implica la Razón, el Orden y el Progreso: es razonable deshacerse de objetos sin uso; no es posible mantener un piso como una casa campesina, donde el mobiliario se acumula hasta límites insospechados esperando un a veces más que improbable reuso; el progreso, por último, hace que la tasa de reemplazamiento de la cultura material sea altísima y, además, se vea como algo deseable (cambiar de automóvil o de ordenador) y no como algo temible y de resultados dudosos.

Claro que a introdução destas materialidades e temporalidades não significa, de forma alguma, um alinhamento com os valores das sociedades que as produziram. Há um processo de mediação e ressignificação dos mesmos, que adquirem os mais diferentes usos e possibilidades de interpretação, muitas vezes radicalmente contrárias as suas propostas originais, como bem demonstrou o vínculo das pessoas com os lixos entre os Dogons (Douny, 2007). Para Rafael Abreu e Souza (2015; p. 55), essa ressignificação, principalmente mediante o reuso – e no nosso caso, a sua disponibilidade na superfície do concheiro “(...) quebra a lógica compra-descarte das sociedades de consumo de massa e, pautada pela criatividade, criam novos objetos que circulam em redes profundas.” Os concheiros, assim, são um microcosmo dessas diferentes materialidades, colocadas em um lugar ancestral, literalmente adicionando mais uma camada nessa longa história dos povos na região.

Apesar de ser um tema fascinante, não é o objetivo desta tese adentrar sobre a materialidade contemporânea em sítios arqueológicos, mas seguramente uma abordagem semelhante à proposta por Hamilakis teria muito sucesso em identificar as nuances desta invasão de produtos industriais nos confins africanos (Hamilakis, 2016). A partir da imagem, vamos descrever os elementos que compõem o que entendemos como lixo hoje em dia. Começamos onde parte das embalagens industriais são adquiridas: a vendinha da aldeia (Fig. 142).



Fig. 142 - Loja na aldeia de Coladje

Nestas fotos podemos ver um pouco do plástico e papel que “habitam” o concheiro: garrafas PET de refrigerante do Senegal, caixas de papelão tetra bik de vinho tinto e branco português, caixas de papelão de pasta de dente em chinês, isqueiro chinês, leite condensado sem origem definida, provavelmente Malásia, molho de tomate chinês, chá chinês, óleo de soja senegalês, macarrão chinês, suco em pó chinês. Podemos considerar estes produtos mais os seguintes importados: cebola (países baixos), arroz quebrado (Tailândia ou Mianmar), *gusto* (glutamato monossódico, Senegal), carne enlatada (sem origem definida), ovos (Senegal ou Portugal), açúcar (Brasil), maionese (Omã e Senegal), pasta de amendoim (Senegal), biscoitos e balas (Senegal, Turquia, Índia, Brasil e China), água engarrafada (Portugal

ou Senegal), sachê de sabão em pó (Malásia) roupas usadas de poliéster (Europa e EUA) como os mais encontrados nas aldeias. Algum vidro também, principalmente de garrafas de cerveja (Portugal).

Neste concheiro o mundo se encontra. Alimentos de quatro continentes buscam “ganhar” mercado, mentes e gostos dos Diola, servindo como complemento alimentício das populações e fazendo com que, mesmo que bem pouco, se abra uma paisagem ideativa (Knapp & Ashmore, 1999) sobre o “mundo dos brancos”, repleto de coisas diferentes e exóticas. Não foram poucas as vezes que eu me perguntei: como é possível chegar um sachê de maionese de Omã aqui? Acredito que o concheiro assim seja um local bastante emblemático para entendermos a expansão capitalista (principalmente chinesa) recente, e talvez um marco temporal bastante evidente de um antes e depois dessas coisas, e como elas mudaram (ou não) a vida dessas comunidades. Pelas intervenções feitas em Yal/Varela, que falaremos adiante, podemos perceber que estas coisas industriais chegaram bem recentemente, somente ocupando a camada superficial.

É um processo em curso, pois nas aldeias falta dinheiro para ter acesso a esses bens de forma rotineira, sendo que alguns são fracionados, vendidos a granel, afim de permitir a aquisição dos mesmos. Alguns, como roupa, cerveja, vinho, ovos e maionese são quase vistos como um pequeno luxo. Grandes festas, seja de choro (funeral), ou toca tchur (festa para o ancestral), concentram grande consumo de coisas industrializadas, e talvez possam ser vistas no registro arqueológico. Dada a carestia de bens de consumo em geral, estas embalagens são constantemente pensadas também em suas inimagináveis possibilidades de reuso. Antigas embalagens são cortadas para servir para outras coisas, para guardar pão, para fazer forro de coisas, brinquedos diversos para as crianças, para armazenar líquidos, e etc.

Nas aldeias visitadas praticamente só há duas formas de se conseguir dinheiro – vender castanha de caju, lembrando que é a base da economia guineense – ou alguém morando no estrangeiro enviar dinheiro. Assim, o que vemos na superfície do concheiro nos lixos industriais pode ser entendido como uma lixeira não propriamente do cotidiano, mas de momentos da vida. O outro aspecto do mesmo concheiro são as coisas mundanas, essas sim, do cotidiano das populações, de consumo frequente. Os pilares se voltam para os poucos artefatos feitos, como cerâmica e cestaria e os resíduos alimentares, mas também atividades que alteram e ajudam a construir ou compor os concheiros.

Conchas

As conchas são as partes mais volumosas dos concheiros, e pelo menos na superfície formam a maior composição dos concheiros. No cap. 3 tratamos melhor sobre as diferentes espécies e o processo de coleta. Aqui cabe mencionar que os concheiros visitados possuem uma matriz de conchas principal, seja ostra ou *combe* predominante, com menor ou nenhuma quantidade de outras. Há concheiros ditos antigos que possuem conchas e demais coisas recentes em sua superfície, enquanto em outros há pouco lixo, já tendo sido abandonado para deposição de conchas. Registramos ainda um único concheiro diferente de todos, que é composto exclusivamente de caramussa.

Em nosso trabalho tivemos o privilégio de ver esses concheiros em diferentes “estágios” de sua vida, desde os apontados como antigos (por exemplo o que trataremos mais adiante em Yal/Varela), até alguns bem recentes, com poucos meses de “vida” (Fig. 143 e Fig. 144).



Fig. 143 - Concheiro de ostra construído em 3 dias, por três pessoas - Djobel



Fig. 144 - Concheiros de Combe recentes em Eossor.

Arroz

Também como discutido no cap. 3, o arroz é absolutamente central na vida dos povos Diola, orientando toda a vida das pessoas, em todas as esferas da vida. Identificamos que o arroz, assim, também se torna parte da vida dos concheiros por duas formas. A primeira é a deposição direta da palha do arroz no concheiro. Após o processo de colheita, o arroz é levado para as casas, onde será então processado, primeiro retirando-se os grãos da planta, depois realizando-se a pilagem para descascar (ou com uso de máquinas, como no caso de Elia), e por fim, uma peneira para retirar as demais sobras da casca e outros vestígios vegetais. Estas “sobras”, a palha do arroz e também a casca do arroz, muitas vezes acabam sendo depositadas nos concheiros, servindo assim como mais um elemento em sua composição (Fig. 145 e Fig. 146)



Fig. 145 - Arroz limpo em Elalab

Fig. 146 - Palha do arroz depositada em concheiro Eossor 1 - Eossor

Além da deposição direta dos vestígios do arroz no concheiro, ele também está presente na delimitação de muitos concheiros. Em muitos casos, como em Djufunku, Katon e Elalab, o concheiro, como apontado acima, é uma fronteira (Fig. 147) entre a zona de habitação e a plantação. Assim o arroz está presente na própria ideia do concheiro enquanto contraposição entre a habitação.



Fig. 147 - Edjonick 1 – Katon - transição entre a aldeia e a plantação de arroz

Animais

Os animais domésticos são também partes fundamentais na construção dos concheiros. Durante o período da seca, porcos, cabritos, vacas, galinhas, cachorros e gatos ficam soltos nas aldeias, sempre em busca de alimentos. Os concheiros monturo, como local de deposição dos restos alimentares, são sempre visitados por famintos animais à busca de um complemento da alimentação, ou da alimentação principal mesmo (cabritos e porcos) (Fig. 148).



Fig. 148 - Djufunku 1 – vacas fogem do sol em cima do concheiro

Eles então remexem, cavam, deitam, pisoteiam, defecam e etc em cima dos concheiros, e sem dúvidas estas atividades fazem parte do processo de formação do registro arqueológico.



Fig. 149 - Cercado de animais em cima de concheiro – Edjim

Durante o período das chuvas, no momento de crescimento do arroz, os animais são mantidos em cativeiro, presos em currais e cercas, sendo que muitos deles são construídos em cima dos próprios concheiros (Fig. 149).

Nossas observações, assim, corroboram com o que foi visto por Meehan (1975), onde a certa altura ela também considerou relevante o papel dos cachorros no processo de formação dos sítios, principalmente ao vasculharem e remexerem o concheiro em busca de alimento.

Banheiro

Alguns concheiros também são escolhidos pela comunidade para servir de local para defecar, podendo ter alguma estrutura, como latrina, buraco, ou nada mesmo, sendo que os porcos se encarregam de limpar as fezes neste último caso (Fig. 150 e Fig. 151).



Fig. 150 - Hobwa 1 – Elia – Latrina construída em cima do concheiro



Fig. 151 - Elalab 7 – Elalab – Buraco para fezes em cima do concheiro

Nos concheiros que não possuem a função acima citada, e de fato bem mais comum, também são utilizados como local de tomar banho. Neste caso, são construídas cabanas de diferentes tipos para inibir a curiosidade alheia no momento de se lavar. O chão deste lugar é coberto por conchas de Combe, que não cortam o pé, e a justificativa dada para se banhar no concheiro é que desta forma se evita a formação de lama em locais de trânsito (Fig. 152). De todos os concheiros

observados, com exceção da latrina do Hobwa 1, esta foi a única estrutura construtiva que observamos na superfície de concheiros.



Fig. 152 -Porto de Andonga - São Domingos (Mesmo estando fora da nossa área de estudo, foi a única foto registrada, mas é exatamente igual a inúmeros visitados nas aldeias Diola)

Há muitas casas com conchas na base, mas quando perguntamos aos locais, nos disseram que é ornamental, ou seja, a base não era um concheiro.

Sagrado

Algo bastante interessante é a constatação de que em alguns poucos concheiros existem as chamadas “balobas” que são pequenos altares dedicados a ancestrais e divindades da cosmologia Diola (R. Baum, 1999b; Maffei, 1975; L.-V. Thomas, 1959). São considerados locais sagrados, e por isso devem ser respeitados. O culto a elas é bastante elaborado, e varia muito conforme o ancestral/divindade em questão. Na mente ocidental, aqui me incluindo, é bastante perturbador relacionar algo considerado desprezível, como o lixo, com o sagrado.

Como discutido antes, esse é só um exemplo de uma obviedade de como os resíduos são interpretados e vivenciados de forma completamente distinta pelas sociedades contemporâneas. Dado o manifesto desejo ao segredo a sua religião por parte dos povos Diola, não ficamos especulando e investigando essa questão, seguramente muito distante de nossa capacidade de investigação (Fig. 153 e Fig. 154).



Fig. 153 - Pequena Baloba – Concheiro Elalab 4 - Elalab



Fig. 154 - Baloba – Concheiro Djufunku 8 – Djufunku

Baobás e vegetação

Uma das diferenças entre os concheiros monturo e os demais é a presença de uma camada vegetal em sua superfície. Em alguns casos ela se configura não mais que um mato rasteiro, de até um metro, composto de vegetação espinhosa. Em outros locais há algumas árvores ou arbustos. O que se destaca, no entanto, é a presença dos baobás. Podemos dizer com segurança que praticamente todos os concheiros

que são monturo possuem baobás em sua superfície (Fig. 155). Em alguns casos baobás grossos e gigantes, outros ainda em fase de crescimento. Em território Diola nem todos os baobás crescem em concheiros, mas há uma enorme chance, assim, do ponto de vista da paisagem. Há uma associação clara entre os concheiros e as árvores. Para além de alguma sombra, o principal do Baobá é justamente o seu fruto, muito apreciado pelas pessoas.

O Baobá é uma árvore que gosta muito de solos calcários, raros na maior parte do continente africano. Isto explica, do ponto de vista biológico, a predileção do vegetal pelos concheiros. Mas a relação é mais complexa, porque o fruto do baobá é envolto em uma casca muito dura (semelhante ao cupuaçu brasileiro), e assim, a disseminação das suas sementes por longas distâncias depende de circunstâncias muito favoráveis. Com o consumo humano, e o fato de as pessoas levarem muitos frutos e suas caminhadas e no consumo doméstico, há a deposição das sementes nos concheiros. Eles, assim, não são plantados, mas também não são frutos de uma dispersão natural. Baobás, humanos e concheiros formam uma simbiose que favorece os três, pois de certa forma o baobá protege o concheiro ao dar um novo sentido ao lugar, e também incentivando a criação de novos concheiros (para se ter mais baobás, e mais alimento).



Fig. 155 - Baobá em Concheiro. Sítio Djanghufer 2 – Edjim

Do ponto de vista da formação do sítio arqueológico, os Baobás são componente centrais. O fato de perderem as folhas todos os anos, mesmo que não sejam muitas, contribuem para a criação de uma camada orgânica em superfície, junto com os vestígios alimentares. Suas sementes são jogadas de volta ao concheiro,

podendo gerar o crescimento de novas árvores. Suas raízes, muitas vezes enormes, alteram profundamente a estratigrafia do concheiro, e qualquer intervenção arqueológica deve considerar este impacto, mesmo se não há mais árvore em sua superfície.

A Cerâmica, as conchas e o concheiro

Curiosamente, os concheiros abrigam talvez as cerâmicas mais antigas da humanidade no Japão (Craig et al., 2013) e também nas Américas (Roosevelt, 1995). Graças ao trabalho da Olga Linares temos uma tipologia cerâmica para a região. Ela propôs a existência de 4 fases cerâmicas, que correspondem a diferentes etapas de ocupação na região. No nosso caso as cerâmicas encontradas nos concheiros são todas recentes, sendo que a composição e decoração se assemelham com a fase que Olga Linares identificou como sendo a mais recente (período IV). Devido à amostragem reduzida, e de não estarmos com os materiais para análise, tendo todos ficados no INEP, em Bissau, vamos abordar neste capítulo, uma relação bastante curiosa entre a cerâmica, as conchas e os concheiros.

Em toda a zona visitada, não existe mais uma cultura generalizada de produção cerâmica. Todas as aldeias nos disseram que com a chegada dos vasilhames de plástico, os de cerâmicas foram gradativamente sendo substituídos, e desta forma, gerando menor demanda para a produção de novos produtos. Assim, somente a aldeia de Elia possui ainda uma tradição ceramista reconhecida em toda a zona, e sempre que perguntávamos em qualquer aldeia sobre a procedência de algum pote, a resposta sempre era Elia. Mesmo assim, a tradição está em risco, pois as pessoas que as fazem são geralmente senhoras mais idosas, e quando fomos filmar e entrevistá-las, as mesmas ficaram muito felizes, em um sentido de que estão registrando uma história que está para desaparecer.

Atualmente registramos somente dois usos de potes cerâmicos nas aldeias: para armazenamento de água e para fins rituais. Por questões inerentes da composição química da cerâmica, a água armazenada fica sempre fresca, mesmo com variações de calor, sendo preferida, algumas vezes, aos galões de água (estes de plástico duro originalmente armazenavam óleo de motor ou de soja). Outro uso, neste caso ainda insubstituível, é em rituais religiosos, cerimônias e para colocação de oferendas para balobas. Quando há oferendas nas balobas, todas estão com potes cerâmicos (Fig. 156).



Fig. 156 - Cerâmica colocada em Baloba – local próximo ao concheiro Buint 3 – Yal/Varela. Fotografia: autor.

Para nossa pesquisa nos interessa particularmente a relação das conchas com a cerâmica. Como é bem visível no fragmento oriundo do Wodjok 1 (Fig. 157) o antiplástico utilizado na fabricação da cerâmica é de conchas, e é esta relação que vamos analisar.



Fig. 157 - Detalhe do tempero de conchas. Fotografia: autor.

O começo da fabricação se inicia com a busca pela argila. Quando perguntamos, as mulheres responderam que não é difícil encontrar, não precisando andar muito longe de suas casas. A argila é então armazenada em casa em grandes bolas para serem preparadas em um momento próximo. Depois se inicia o processo de coleta de conchas. As mulheres então vão até o concheiro mais próximo de suas

casas para coletar as conchas (Fig. 158). Segundo elas, as conchas esbranquiçadas, as mais antigas, são melhores para a cerâmica.



Fig. 158 - Sra. coletando conchas no sítio Elabzan 2 – Elia. Fotografia: autor.

As conchas coletadas são então levadas até um local próximo, onde precisam ser queimadas para a sua utilização. É preparado uma área com palha, madeira e terra e colocado fogo nas conchas (Fig. 159). A queima é lenta, então o processo é retomado no outro dia.



Fig. 159 - Queima de conchas – Elia. Fotografia: autor.

Uma determinada quantidade é colocada no pilão, e a Sra. Inicia o processo de pilagem, que pode demorar um pouco. Com a pilagem, elas são transformadas em

um pó bem fino, que será o tempero adicionado a argila para a composição cerâmica. Este pó então é armazenado em algum saco ou pote. No momento de início da preparação cerâmica, o pó de conchas é peneirado no chão (para após a argila ser posta em cima).

O processo se inicia com a mistura da argila com o pó de concha, primeiramente com os pés e depois com as mãos. Após um longo tempo de amassar e misturar, a massa é colocada em uma tábua de madeira, pronta para iniciar o processo. São separados alguns pratos pequenos que servirão de base para a fabricação dos artefatos. O processo fabricação ocorre pela técnica de roletagem, que consiste em criar pequenos rolos de argila que são então sobrepostos um sob o outro, no formato desejado, sendo unidos posteriormente com o passar das mãos molhadas nas superfícies internas e externas. Os objetos são feitos em cima dos pratos, que são girados para facilitar o processo de fabricação.

Feito o objeto desejado, inicia-se a sua decoração, que pode ser feita usando algum pedaço pequeno de madeira para as incisões e furos, algum cordão para gerar uma textura pontuada, ou a utilização de uma pequena concha de caramussa para fazer um padrão de riscos (Fig. 160). Esta, inclusive, é uma das características apontadas por Olga Linares (1971) como característica da última fase de sua classificação cerâmica.



Fig. 160 - Decoração da cerâmica com a caramussa – Elia. Fotografia: autor.

A peça estando concluída, é então deixada para secar antes da queima. A secagem ocorre em sol, ao ar livre. Não se utilizam fornos, e a queima pode ser feita... no concheiro! As peças prontas e secas são levadas ao concheiro, onde há a preparação da superfície com a colocação de madeira, palha e terra, sendo as peças colocadas dentro para queimar. As peças prontas então são ou utilizadas pelas pessoas que fizeram, ou colocadas à venda na feira de Elia, que ocorre a cada 5 dias, junto a estrada principal, ou para a feira de São Domingo.

As cerâmicas então, passam a ser utilizadas até o dia que por algum motivo são quebradas, e jogadas fora... no concheiro. Assim, completa-se o ciclo de conchas formando concheiros, formando cerâmicas, formando concheiros...

Os concheiros enquanto monturos no tempo

No capítulo 6, trouxemos com detalhes as sondagens que foram realizadas nos concheiros concheiros Wodjok 01, Bumehbam 01, Bumehbam 02 em Yal/Varela. De forma inequívoca podemos observar em sua composição uma grande quantidade de diferentes tipos de artefatos. As camadas superficiais mostram a presença de grande quantidade de fragmentos cerâmicos, assim como outros fragmentos utilitários como vidro e plástico. Em um momento histórico em que o plástico ainda era pouco presente, a grande concentração de cerâmica revela o seu uso primordial com contendor de alimentos e líquidos. Esta realidade se contrasta com a atual, em que há pouca presença cerâmica, seja nas casas, seja no concheiro, o que é confirmado pela cada vez mais rara atividade de ceramistas, que hoje tem seus produtos utilizados principalmente para atividades de cunho ritual. A presença de ossos de animais também reforça a ideia destes concheiros enquanto monturos, depósitos de rejeitos alimentares. Infelizmente não conseguimos realizar análises microscópicas que nos permitiriam também, acreditamos, encontrar os vestígios botânicos de arroz e outros alimentos do cotidiano.

As datações das camadas mais profundas das sondagens de Yal/Varela revelam que estes locais estão em uso por pelo menos 150 anos como lixeiras, ou seja, uma profundidade cronológica, temporal, espacial e de função destes concheiros. As escavações de Linares (1971) vão além, e conseguiram identificar os concheiros que possuem uma função clara de monturo há pelo menos 2000 anos. Os

seus resultados, somados aos nossos – especialmente nossa observação etnográfica da continuidade desta prática milenar – reforça a longa duração do processo de domesticação da paisagem, ou seja, a construção do *terroir*, uma profunda ligação das pessoas com os concheiros, e a prática de construção dos mesmos.

Monturos enquanto marcador étnico-cultural?

Como tratamos em capítulo anterior (cap.2), existe todo um debate sobre o que significa ser Diola (Tomás, 2006). Atualmente, em trabalho de campo, pudemos perceber que tanto os grupos que se autodefinem como Felupes e Baiotes se classificam como Diola. Questionei muitas vezes os régulos das aldeias sobre qual seria a diferença entre um grupo e outro, e a resposta padrão era: a língua. Realmente, existe uma distinção razoável entre o “dialeto” Felupe e “dialeto” Baiote, a ponto de algumas situações serem incomunicáveis. No espaço, eles estão bem divididos em aldeias, com os Diolas-Felupes a oeste e Diola-Baiote a leste (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**).

Em cada uma das áreas visitamos praticamente todas as tabankas. Nas aldeias conseguimos perceber diferenças na organização. Enquanto na zona Felupe existem “praças” para realização de atividades coletivas, tais como danças, ou como eles falam, “festas di kultura”, funerais (Choro) e homenagem aos ancestrais (Toka Tchur), na zona baiote não há um espaço claro para tais atividades. As aldeias Felupe possuem uma unidade, que eles chamam de bairro, e que consiste em uma concentração das casas, como podemos ver, por exemplo, na disposição de Katon (Fig. 161) ou Elalab (Fig. 162) (os concheiros estão assinalados no mapa):



Fig. 161 - Aldeia de Katon. GaiaGps.

Fig. 162 - Aldeia de Elalab. GaiaGps.

Pelisser (1966; pp.874-875) descreve a importância dos bairros entre os Diola-Felupe:

Dentro das aldeias diamat, os bairros têm uma autonomia particularmente afirmada, uma vez que estão muitas vezes distantes uns dos outros por várias centenas de metros e são os viveiros de arroz. Em suma, a unidade social mais viva ainda é o bairro: é sua coesão, a justaposição próxima das casas das famílias que o constituem, o labirinto formado pelo kafat cuidadosamente fechado entre os quais se enredam trilhas e caminhos para canalizar o gado para o mato, que garantem a segurança do grupo contra os negócios dos vizinhos, muitas vezes, até ontem, os dos distritos da mesma aldeia.

Podemos ver que os concheiros estão localizados nos limites da aldeia com a plantação. Eles se constituem assim como lugares de transição entre a zona habitada e a agropastoril – manguezal/porto. Com exceção de alguns pontos (16/17/18) em Djufunku e Yal/Varela, onde existem montes no centro da comunidade, em todas as outras aldeias visitadas na área Felupe os concheiros sempre se encontram nos limites de habitação (Fig. 163, Fig. 164, Fig. 165, Fig. 166).

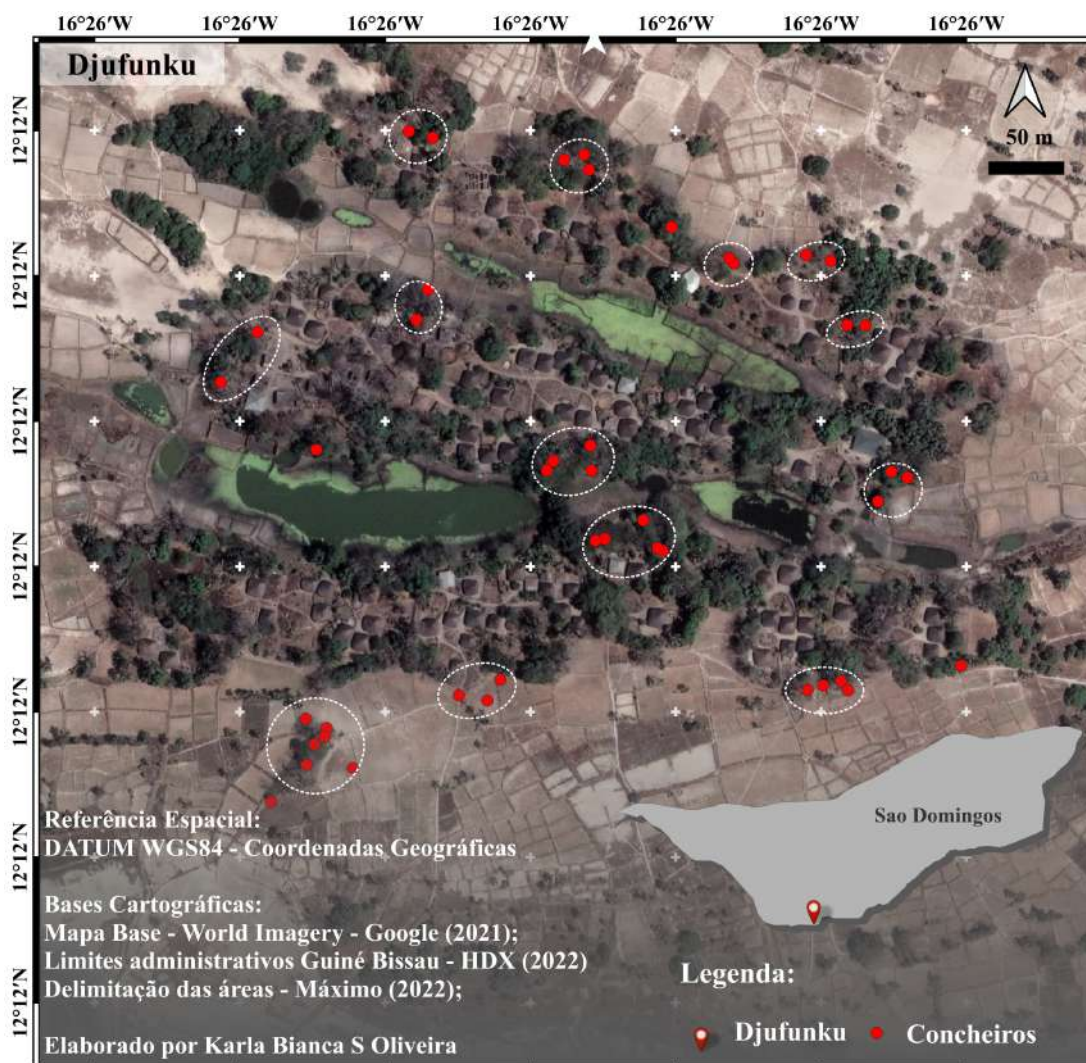


Fig. 163 – Djufunku



Fig. 164 – Eossor

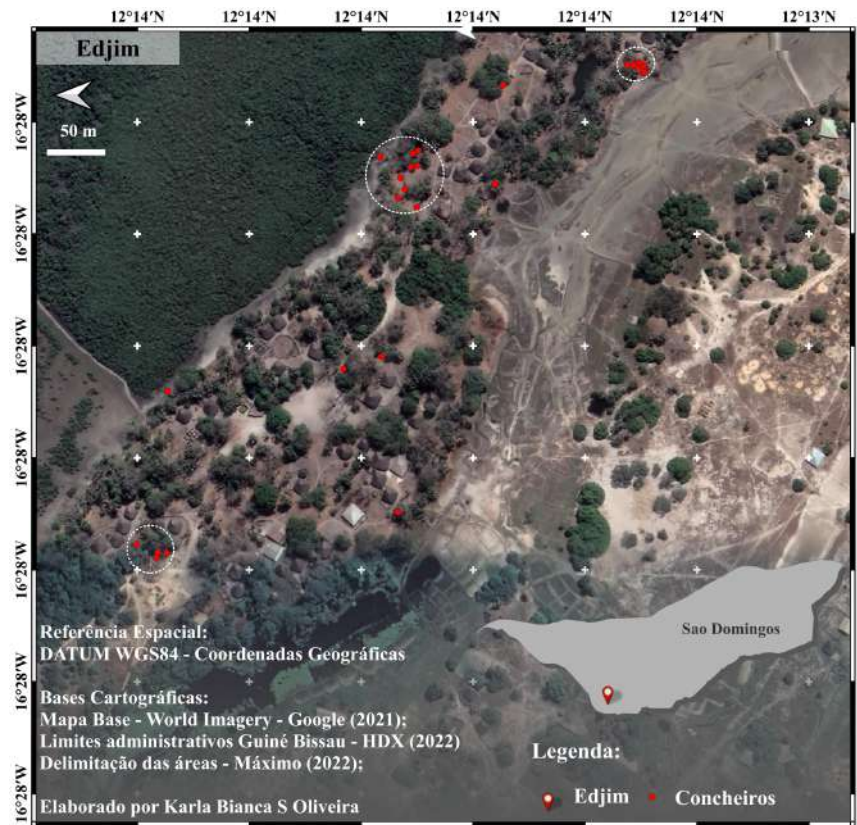


Fig. 165 – Edjim

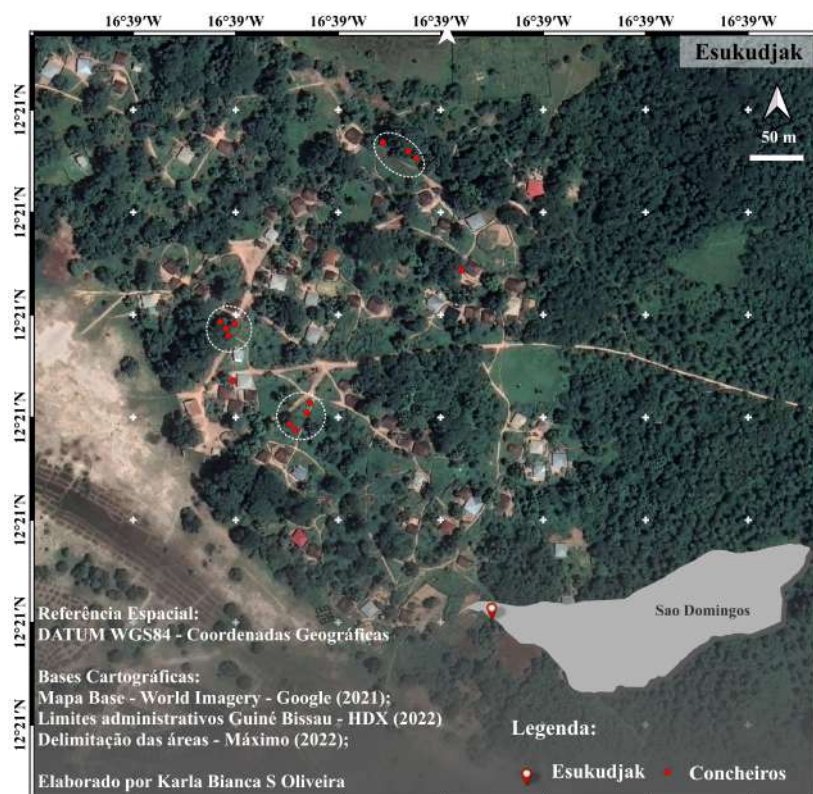


Fig. 166 - Esukudjak

Já na aldeia de Elia, baiote, a realidade é diferente. Ela é a maior tabanka por área que visitamos. Mesmo tendo muito espaço para ocupar, os diferentes bairros são compostos por poucas casas, geralmente familiares, e espalhadas entre si. Não há um núcleo principal com maior quantidade de casas, onde há um espaço de convivência coletiva.

A ocupação é quase toda junto ao *terroir* anfíbio, na costa, e neste local eles constroem as barreiras com os moluscos. Não há, com possível exceção do ponto Hobwa 1, um local de depósito coletivo das conchas. Cada conjunto de casas deposita suas conchas junto à barreira, ou em um monte próximo (Fig. 167).



Fig. 167 - Concheiro Bassumar 2 - Elia

Não é possível estabelecermos com clareza, como fizemos nas outras aldeias Felupe, onde a zona de habitação acaba. Lugar de plantação, lugar de coleta, lugar de habitação, todos estão misturados em todos os lugares. Os concheiros apresentam, sim, uma função de delimitação de espaço no caso de Elia, como uma fronteira entre o seguro – terra firme – e o que vem avançando – o mar. Sempre lembrando que, como não temos cronologia para os concheiros, o que podemos analisar é a situação atual.

Na aldeia de Coladje a situação é semelhante à de Elia, porém a população da aldeia é ainda mais espalhada – ou pelo menos essa é a impressão, já que se encontra no meio da mata fechada. Não conseguimos estimar se a população é maior ou menor, mas aparentemente é menor. O que observamos é que cada residência, ou grupo de casas possui o seu monte de conchas para deposição familiar.

Esta disposição espalhada das casas baiote também foi notada por Paul Pelisser em 1966. Analisando as casas e disposições delas no terroir:

Os assentamentos humanos estão, de fato, muito cercados pela floresta no meio da qual estão espalhados e onde só abriam clareiras muito modestas. Com raras exceções, as aldeias Bayot são extremamente fragmentadas; suas concessões estão separadas umas das outras por várias centenas de

metros e formam pequenas aldeias afogadas na vegetação e conectadas umas às outras por caminhos estreitos coletados na floresta (Pelisser, 1966; p. 844).

Considerando nossas observações, e o apontado por Pelisser, comparando a disposição espacial dos concheiros em cada uma das zonas, é possível identificar algumas diferenças que podem ser reflexo de uma diferenciação cultural entre os dois grupos. Diferenças estas que certamente são muito mais profundas do que somente uma predileção pelo lugar de deposição das conchas. O que nos interessa, do ponto de vista arqueológico, é que a forma de organização social em núcleos ou espalhada se reflete diretamente na composição do concheiro e também na sua localização.

Pensando em processo de formação de sítio, em um suposto contexto sem a referência etnográfica, talvez os concheiros fossem um dos únicos elementos duradouros que permitissem entender a ocupação do território, e principalmente uma diferença na ocupação deles a partir de um critério que hoje consideramos estritamente social, ou seja, o desejo de viver aglomerado ou espalhado. Também muda a própria composição dos concheiros, pois o ritmo de deposição e a quantidade de coisas dentro do concheiro não são as mesmas quando se trata de um depósito coletivo ou familiar.

Neste capítulo buscamos abordar alguns atributos do que entendemos serem componentes dos concheiros mais comuns, ser local de depósito de lixo, construindo um monturo. Mesmo existindo alguma diferença entre os concheiros identificados (dimensões, usos além de lixeira, quantidade de lixo em superfície, etc), acreditamos que esses atributos possibilitam ao arqueólogo identificar uma função específica do concheiro. As intervenções arqueológicas em Yal/Varela corroboram com a interpretação de superfície, pois nos dois concheiros escavados encontramos um padrão semelhante ao que podemos observar atualmente.

Comparando nossos achados com a bibliografia citada no capítulo 3, onde trouxemos exemplos de concheiros que possuem uma função de monturo, podemos identificar algumas semelhanças e também diferenças. A divisão proposta por Meehan (1975) entre concheiros (1) de alimentação temporária; (2) concheiros junto a habitações permanentes; (3) concheiros de processamento, faz sentido também para o nosso caso, em que identificamos a existência dos três tipos. Os casos (1) e

(3) são raros, e ocorrem esporadicamente, não sendo, do ponto de vista quantitativo, relevantes. O caso (2) é de longe o mais comum, pois nas aldeias que visitamos não há comércio de moluscos, assim, todos os coletados são para consumo próprio. Os locais de coleta variam muito, podendo ser próximos ou afastados da aldeia, mas a atividade é sempre feita de canoa, e os moluscos levados para serem processados na própria aldeia. Desta forma, não há uma fase intermediária relevante, como apontado no caso (1). Nesse ponto, então, se configura uma mudança drástica entre o observado por Meehan e por nós, pois em suas observações somente a minoria dos moluscos inteiros eram levados para a aldeia.

Em se tratando do tipo de deposição dos concheiros, sua localização seguramente revela bastante sobre como o grupo deseja, se reconhece e se afirma perante a paisagem. Os *Shell Rings* são um exemplo interessante de como lixeiras podem adotar formatos diferentes para diferentes finalidades. O fato dos antigos povos da Flórida deliberadamente construírem esses anéis é um indicativo forte de uma intenção simbólica, ou seja, não é simplesmente algo aleatório na paisagem. O mesmo ocorre entre os Diola, onde identificamos que a localização dos concheiros entre as aldeias Diola-Felupe tem significados (mesmo que não intencionais) de apresentar uma coesão social e uma fronteira clara entre a zona habitada e as plantações. O sagrado e simbólico não são totalmente descartados, porque há presença de lugares sagrados nos concheiros, porém, como temos pouco elementos etnográficos, temos a hipótese de que a sacralidade do lugar advém das coisas que compõem os altares, não tendo uma relação direta com o concheiro em si.

Para além dos monturos, os concheiros são uma síntese de todo o modo de vida Diola, tendo em si os mais diferentes aspectos da vida das pessoas, muitos inclusive nem abordados neste capítulo. O estudo dos concheiros entre os Diola nos permite identificar elementos muito interessantes do modo de vida das populações, além de uma janela muito interessante para o passado arqueológico em uma perspectiva das reflexões sobre os processos de formação dos sítios.

Os resultados das datas não deixam dúvidas de que os concheiros monturo são recentes, ou seja, são construções provavelmente das bisavós das atuais pessoas. Todos os concheiros apresentam cultura material muito parecida, e considerando as datas, podemos afirmar que se trata do mesmo período de construção. A presença dos vidros incolores reforça isso, pois os colocam temporalmente no final do XIX e começo do século XX. A presença de muitos

fragmentos cerâmicos de diferentes dimensões reforça que foram colocados ali após a quebra. Analisando a cerâmica, é muito parecida com as cerâmicas atualmente produzidas em Elia, único polo ceramista atual, porém as pessoas de lá nos disseram que antigamente faziam cerâmica em Yal, assim como em quase todas as aldeias. Considerando a descrição de Linares (1971) para as cerâmicas mais recentes do Senegal, percebemos que se encaixam, com os mesmos estilos de decoração, e o onipresente tempero cerâmico feito de conchas. Um dos fragmentos coletados do Bumehban I nos chamou especial atenção, pois este não possui as características comuns aos outros e possui uma pintura, podendo ser o caso de uma cerâmica importada.

A estratigrafia nos mostra que os concheiros monturo possuem uma composição variada, alternando entre momentos de mais conchas, mais conchas com sedimento, e somente sedimento. É interessante pensar que o monturo no passado, assim como o de hoje em dia, não é somente um local de deposição massivo de conchas, mas das mais variadas coisas do dia a dia. Pela quantidade de sedimento escuro, principalmente no Bumehban II, é possível especular que uma grande quantidade de matéria orgânica fez parte da sua composição, podendo ser uma deposição “natural” a partir de vegetais crescendo em superfície, ou, o que achamos, matéria orgânica depositada. Pela falta de uma temporalidade mais precisa é difícil estimar o ritmo de construção deles, porém a única certeza é que é razoavelmente lento, e talvez acompanhe o descarte de poucas pessoas. Em um contexto onde os moluscos não são o alimento principal, e não há uma necessidade de venda deles, o volume da coleta é pequeno, não gerando grandes volumes, como visto nos concheiros Icu de Coladje.

A presença dos ossos de animais, acreditamos, deve ser contextualizada conforme a prática cultural dos povos Diola, de somente sacrificar em contexto ritual, “Um Diola “animista” não mantém galinha, porco ou cabra para si próprio ou família; ele os leva para a [shrine] *baloba* para sacrificar e dividir com as pessoas” (Linares, 1984, p. 413). Observarmos isso também nas diferentes aldeias, onde muitos animais eram “velhos” e nos foi dito que estavam aguardando algum evento para serem sacrificados. A presença dos ossos, desta forma, não deve ser entendida exclusivamente como alimentar, mas também como parte de algum evento social do entorno do concheiro.

Consideramos especialmente os concheiros monturos como verdadeiros sínteses do *terroir* Diola. Ao mesmo tempo em que são componentes das paisagens, eles são mais que isso, pois em suas camadas estão resumidas a própria essência da domesticação da paisagem. Em cada camada dos concheiros monturo estão presentes conchas, vestígios do arroz, de potes cerimoniais, ossos de animais, vestígios de artefatos, e muitas outras coisas. Como lixeiras coletivas, elas codificam a vida das pessoas na paisagem. Significam assim, sem dúvidas, a presença humana e a domesticação da paisagem, em um sentido mais *latu sensu* possível. Mesmo que a ciência consiga datar os concheiros, eles são, por si próprios, atemporais no sentido cronológico, mas humanos na temporalidade, pois são a vida das milhares de pessoas do passado, e também as que virão no futuro, o que Zedeño e Bowser (2009) corretamente identificaram como “tradição”. Há de se acrescentar que a natureza do concheiro, de possuir conchas como maior componente, permite uma durabilidade imensa, ainda mais em um contexto tropical, onde praticamente tudo é efêmero. Os montes de conchas são talvez um dos poucos exemplos, junto com florestas e balobas, de lugares de resiliência e história do povo.

Podemos afirmar, sem quaisquer dúvidas, que os concheiros monturo são uma prática que remonta há pelo menos 150 anos em nossa área de estudo. Olga Linares observou esta continuidade em suas pesquisas (1971), e aqui corroboramos, agora com mais dados. A questão que fica com relação a cronologia é: se existem sítios monturo na região que Linares identificou como tendo pelo menos 2.000 anos e possuindo uma distância muito pequena da zona pesquisada (menos de 30km), onde estão esses concheiros antigos? As ostras não teriam sido uma opção de alimentação do passado? As aldeias mudaram de localidade e o conhecimento da localização foi perdido? Algumas perguntas que apontam para pesquisas futuras...

Cap. 9 – Identificando os sítios multifuncionais: barreiras, caminhos e portos.

Lixo ou desperdício não é um objeto estático com um valor definido, mas em sua circulação. Muda de acordo com os diferentes regimes de valor, desde o que é considerado inútil ou sujo, o que não é mais desejado, ao que é considerado muito útil (Reno 2009: 29-30). O que torna o lixo interessante é que ele se origina como um objeto transitório que se torna lixo que pode reaparecer. Isso desafiou nossas suposições sobre o lixo e, portanto, precisamos reclassificá-lo (Thompson 1979: 45, em John Carman 2010). (Marwoto, 2019, pp. 325–326)

Pode-se surpreender ao viajar entre janeiro e junho pelos bolons da Baixa Casamança, pelo número de pequenas canoas ou busanas remadas por uma ou duas mulheres e carregadas de ostras de mangue. Ao longo destes mesmos bolons, emergem do mangal, aqui e ali, verdadeiros montes de conchas de ostras mais ou menos fossilizadas. (Cormier-Salem, 1987; p. 5)

Marwoto aponta para esta circularidade e dificuldade de definição de lixo. Em nosso contexto, tratando dos montes de conchas Diola, podemos observar no capítulo anterior, como a construção do monturo é complexa, em constante estado de “se tornar”. Segundo Ruibal (2003, p. 415), existem duas propostas de se entender o rejeito, uma está ligada à chamada arqueologia processualista, principalmente nos estudos de processos de formação de sítios e história de vida de Schiffer (1972, 1983, 2016), a qual se interessa em criar parâmetros para entender os percursos dos artefatos. A segunda corrente traz o foco para o contexto, problematizando a ideia de abandonado “(...) se é estritamente resíduo - se é o que interessa a interpretação do lixo como fato cultural: é assim concebido pelas pessoas que o produzem- ou a aplicação de outras categorias, e observa-se como um produto cultural em que intervém a ideia de sociedade (HODDER, 1982a, 1982b, 1987; MOORE, 1982, 1988; DEETZ, 1996, etc.).”

Vamos aqui tentar discutir estas propostas à luz de nosso contexto etnográfico, e como esta transição e transformação é dinâmica na sociedade Diola. Neste capítulo vamos tentar entender a complexidade da transformação dos monturos atualmente, com a mudança de significados e os efeitos do tempo e das necessidades. Saímos do foco dos componentes do concheiro, para entendermos a transformação/construção do artefato concheiro como um todo.

Retomamos o modelo de Schiffer, que adaptamos para o artefato concheiro, para partir nossa discussão (Fig. 140). Neste capítulo, trataremos especificamente de duas fases: a reciclagem do concheiro e seu abandono. Observaremos como os concheiros que foram criados com uma função de monturo tiveram, com o passar do

tempo, uma revisão de sua funcionalidade, tendo sido reciclados (algumas vezes parcialmente) para outras funções, no caso o que chamamos de funções barreiras, caminho e porto. Por fim, vamos analisar especificamente o caso de Djobel, para exemplificar como os concheiros – todos – são componentes essenciais da ancestralidade humana na paisagem, e, portanto, componentes fundamentais enquanto paisagem domesticada (*terroir*), e mesmo o seu abandono não significa, de forma alguma, que não tenham uma função muito importante para as sociedades que as construíram.

Como observado pelos diversos trabalhos de Cormier-Salem ((M.-C. Cormier-Salem, 1987a, 1992), o consumo de moluscos e a construção dos montes são eventos recorrentes, marcantes na paisagem. Todos os anos, milhões de conchas em toda zona Diola são empilhadas em concheiros, alterando a paisagem para cumprir diferentes propósitos e funções. As conchas assim, são um dos mais abundantes e confiáveis materiais construtivos existentes, e que é utilizado de diferentes formas pelas populações. Neste capítulo vamos apresentar três funções diferentes para os concheiros: barreira, porto e caminhos.

Estas três funções mostram a importância e o dinamismo dos concheiros na sociedade Diola, sendo importantes para adaptar as mudanças do tempo e novas necessidades. Isto é especialmente interessante se considerarmos que dentro do *terroir* ancestral, os concheiros possuem, de acordo com Linares (1971) somente a função de monturo. O que observamos nas funções que trazemos é uma novidade, no sentido que os concheiros adquirem novos simbolismos, que acreditamos tem o objetivo central de conservar o modo de vida e o *terroir* ancestral. Construir barreiras, caminhos e porto, são formas de se adaptar a profundas mudanças climáticas, mas também econômicas e sociais, com o objetivo de manter o *terroir*. Assim, defendemos, só é possível entendermos as funções dos concheiros na perspectiva de manutenção do *terroir*, pois ele é fundante da identidade, e de modo mais amplo, da vida social Diola.

Concheiros com função de Barreira



Fig. 168 - Imagem contendo os concheiros em Bulol nos pontos azuis. No canto esquerdo superior em amarelo indicação da antiga aldeia. GaiaGps.

Os concheiros com função de barreira se encontram abundantes em quatro aldeias: Bulol (Fig. 168), Elia, Djobel e Coladje (o caso de Coladje será comentado a parte, pela natureza funcional não estar explícita). Chamamos de barreira por uma observação etnográfica relativa a função deliberada em construir um concheiro que sirva de barreira para a subida do mar, ou seja, uma proteção contra as marés altas cada vez mais frequentes. Do ponto de vista de sua composição, e portanto do processo de formação, não há muitas diferenças entre estes concheiros e o que indicamos como função de monturo no capítulo anterior. As barreiras são justamente o resultado do descarte do consumo de moluscos e artefatos do cotidiano. A diferença, contudo, se dá na proporção dos componentes. Nos casos observados – Bulol, Elia, Djobel e Coladje, o concheiro é composto praticamente somente por conchas, sejam de ostra ou de Combe (Fig. 169 e Fig. 170). Isso consiste em uma diferença grande

com relação aos monturos, que contêm grande quantidade de solo e material orgânico e artefatos.



Fig. 169 - Barreira de Elia - Bassumar ponto 01



Fig. 170 - Barreira de Bulol - Ponto 14

Sendo uma longa fileira de conchas dispostas junto a costa, é complexo identificar quando começa ou termina a barreira, ou mesmo características distintas dentro da barreira. Em ambas as situações – Bulol e Elia – fizemos uma identificação que considera dois fatores: (1) montículos no meio das barreiras e (2) interrupções na linha de conchas. No caso de Bulol é mais difícil de estabelecer essas diferenças, pois nos foi dito que a barreira é de construção recente, já que a antiga aldeia já está debaixo d'água, como aponta a antiga lixeira dela, o concheiro Salleck, que comentaremos mais adiante.

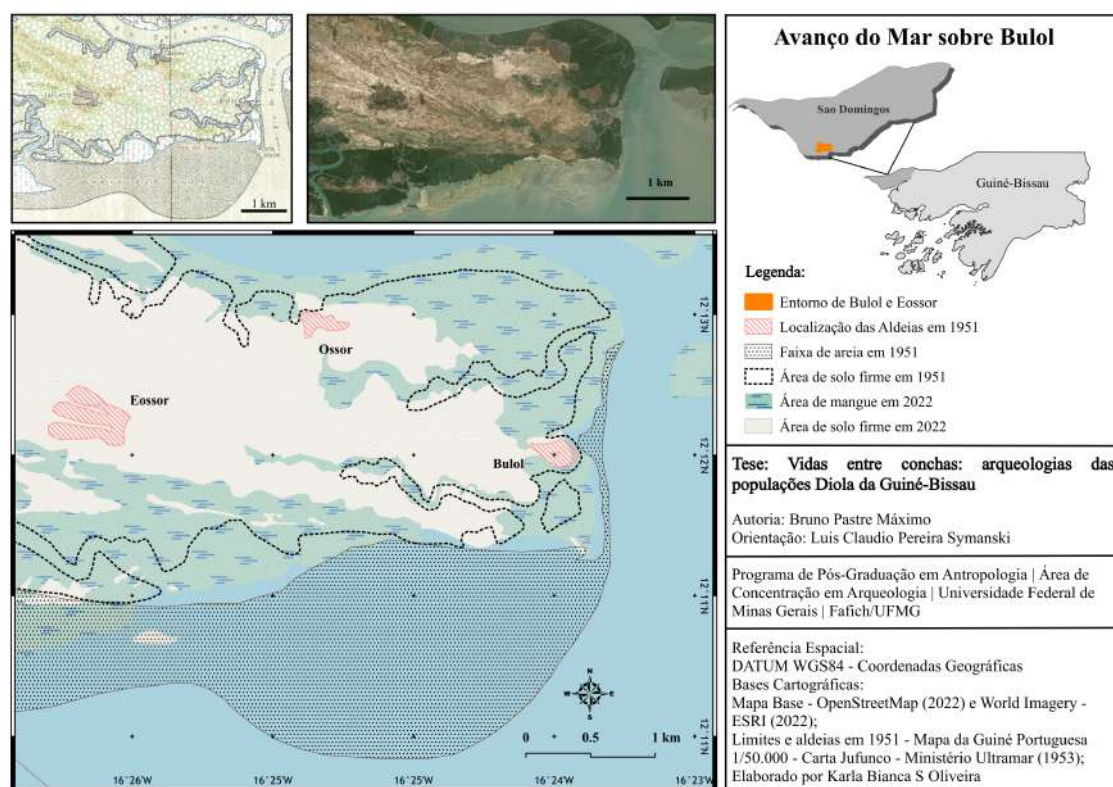


Fig. 171 – Comparativo da linha da costa entre 1951 e 2022.

No entanto, ao observarmos o comparativo entre o mapa de 1951 e a imagem de satélite (Fig. 171), não há mudanças bruscas na aldeia em si, apesar de se observar claramente a drástica redução na área de plantação do arroz de bolanha salgada, feita ao norte da aldeia (no mapa colonial, os pequenos quadrados indicam as áreas de plantação de arroz).

As dimensões dos concheiros são também difíceis de se determinar com precisão, pois como muitas vezes a construção está em zona de lama, pode ser que a altura atual seja muito maior devido ao afundamento das primeiras camadas na lama.

No caso de Bulol, o perímetro total da barreira é de aproximadamente 220 metros em sua face norte (Fig. 172), e 440 metros em sua face sul. O único local em que não observamos a existência da barreira é no porto que está virado para o mar aberto a leste.



Fig. 172 - Imagens da Barreira de Bulol

A barreira norte, apesar de ter uma dimensão menor, possui uma maior quantidade de conchas em superfície, especialmente de ostras. A barreira sul é mais espaçada, com locais ainda com poucas conchas, com a predominância das conchas de Combe. Perguntamos aos moradores sobre a dinâmica da deposição das conchas, se existe algum local específico para cada habitação. O que eles responderam é que todos da aldeia são responsáveis pela construção da barreira, sendo a deposição feita no local mais próximo de sua residência. Assim, diferentes habitações depositam no mesmo local, confirmando o padrão de descarte que observamos nas aldeias Diola-Felupe relatadas no Capítulo 8. A construção da barreira é uma empreitada coletiva, e vista por todos que conversamos como fundamental para evitar a erosão da zona de habitação.

A barreira de Elia é bem maior. Possui um perímetro de aproximadamente 4 quilômetros no total, mas não seguidos. As barreiras que visitamos se encontram, em sua maioria, próximas a habitações individuais, ou de um pequeno grupo familiar. Questionamos as pessoas, e estas responderam dizendo que a colocação das conchas é feita pela unidade familiar somente, ou seja, ela é a responsável por depositar as conchas (Fig. 173). Não há um esforço comunitário de colocação das conchas, e isso explica os espaços vazios na costa, que são justamente onde não existem habitações (pelo menos não hoje). No entanto, observamos que existem concheiros menores, alguns até parcialmente submersos que não são mais construídos. Assim como em Bulol, a criação da barreira é um fenômeno recente na história da tabanka, e visa justamente proteger as habitações do avanço da água do mar.



Fig. 173 - Barreira de Elia - Ponto 20, e imagem de satélite com o detalhe das casas e dos concheiros

O avanço do mar é algo recente, como atestam o comparativo entre os mapas dos anos 1960 e as imagens de satélite de hoje (Fig. 174):

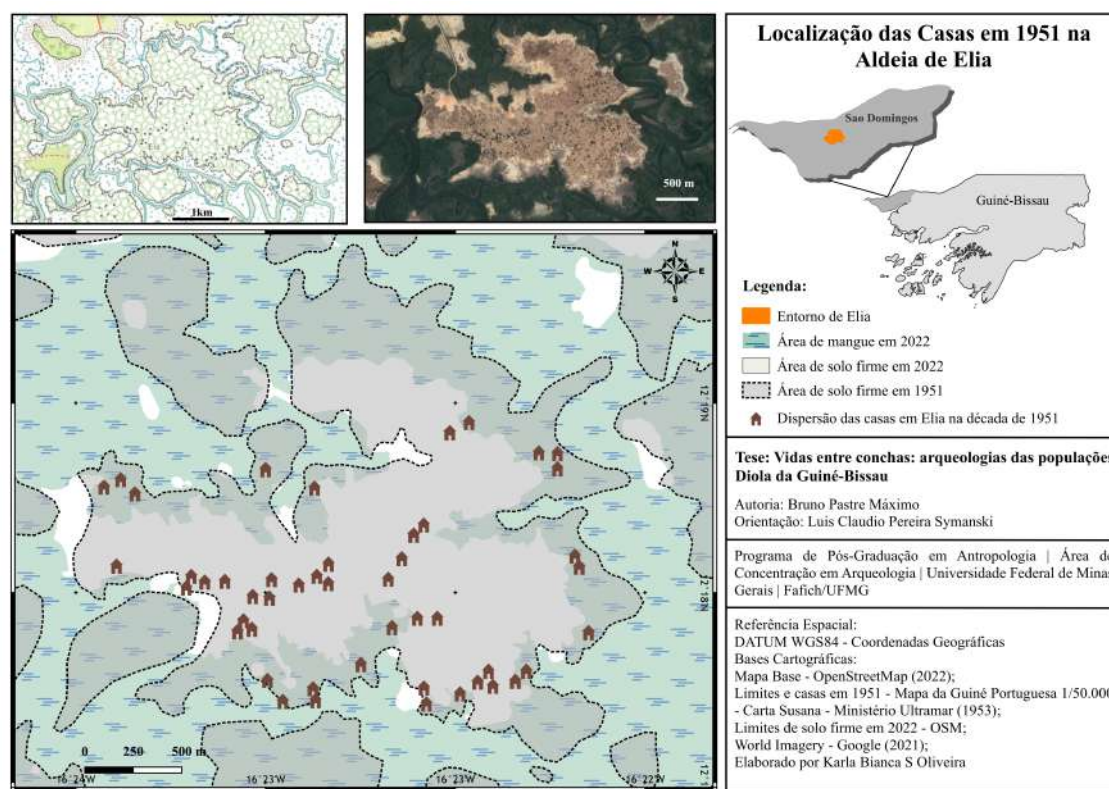


Fig. 174 - Comparativo das linhas da costa em 1951 e 2022.

Especialmente na região sul, é flagrante o avanço do mar onde antigamente eram zonas de habitação e de plantação. No caso de Elia, temos uma foto publicada por Campos (1970; p. 57), que mostra uma casa junto ao mar sem nenhuma proteção ou barreira de conchas anexas (Fig. 175).



Fig. 175 - Elia nos anos 1960. Campos, 1970; p.57

Hoje praticamente não existe nenhuma habitação que esteja junto ao braço de mar que não tenha um concheiro-barreira ao fundo para proteger das marés altas. Em pouco mais de 50 anos, tivemos uma mudança brutal no ambiente da região, e os concheiros refletem isso, seja no impacto que eles sofrem (principalmente em Djobel), ou como reação, em que eles são construídos. É fascinante pensar como os concheiros, presentes pelo menos há séculos na região (Linares, 1971), não são elementos passivos às mudanças ambientais e sociais das comunidades. Isto nos mostra como os concheiros estão integrados no *terroir*, e da dinâmica de domesticação da paisagem.

Os concheiros-barreira de Elia, em sua maioria, possuem grandes dimensões se comparados ao de Bulol, chegando a 3 metros de altura a partir da linha da água; 20 metros de largura, com 3-4 metros de espessura. O tamanho acompanha a sua localização, sendo eles maiores junto as casas, e diminuindo de tamanho quando se afastam. A composição é basicamente de ostras. Apesar de existir concheiros de Combe na zona, o molusco é raro. A ostra também possui maior volume, e chega a impressionar o visitante que observa a quantidade de conchas existentes na barreira.

E pensar que provavelmente - se as pessoas informaram corretamente – todos eles possuem no máximo 50 anos de idade. Há outros concheiros que atualmente compõem a barreira – provavelmente pela subida do mar – que apresentam características distintas. Suas conchas são mais fragmentadas, em alguns concheiros até mesmo compactadas pelo pisar de pessoas e animais.

Assim como em Bulol, zonas inteiras de arroz de bolanha salgada foram abandonadas nas imediações da tabanka. Isso ocorre porque o mar sobe cada vez mais, e os diques construídos para reter a água da chuva não suportam a força da maré e a sua altitude. Pudemos observar uma situação desta na tabanka de Djobel, onde uma plantação foi totalmente invadida pela água salgada, destruindo-a e forçando o seu abandono (Fig. 176 e Fig. 177). Abandono aqui tem dois sentidos, primeiro na fonte de alimento principal da subsistência das populações, mas também na desistência de ter terra firme para outras funções, como criação de animais e mesmo espaço para demais atividades domésticas e sociais.



Fig. 176 - Zona de antiga plantação de arroz de bolanha salgada tomada pelo mar. Manguezal crescendo no local.

Fig. 177 - Concheiro "testemunha" a invasão do mar sobre antigas bolanhas de água salgada. Ao fundo é possível observar alguns diques parcialmente emersos.

O caso de Djobel é dramático, pois a aldeia está praticamente submersa, restando ilhas com as casas. Não há mais ligação terrestre entre a maioria parte das casas, o que leva os locais a utilizar canoa para se locomover, ou encarar uma dura caminhada na lama quando a maré está baixa (Fig. 178).



Fig. 178 - Crianças andando na lama em Djobel - Em maré cheia as casas ficam ilhadas

A comparação da série histórica de mapas e imagens de satélite é chocante, nos revelando a escala da devastação que ocorreu na tabanka, que era até então uma das maiores e mais prósperas de toda a zona.

Fica evidente, entre as imagens a situação catastrófica que se encontra hoje Djobel (Fig. 179 e Fig. 180), com suas terras completamente submersas pela água do mar, enquanto nos anos 1950 ainda existia uma grande quantidade de terras disponíveis. Essas erosões recentes afetam os concheiros de Djobel, talvez fazendo com que muitos sejam submersos antes de qualquer estudo ou registro, e, principalmente, rompendo o vínculo da comunidade com estes lugares ancestrais e afetando seu modo tradicional de vida, imbrincado na paisagem.

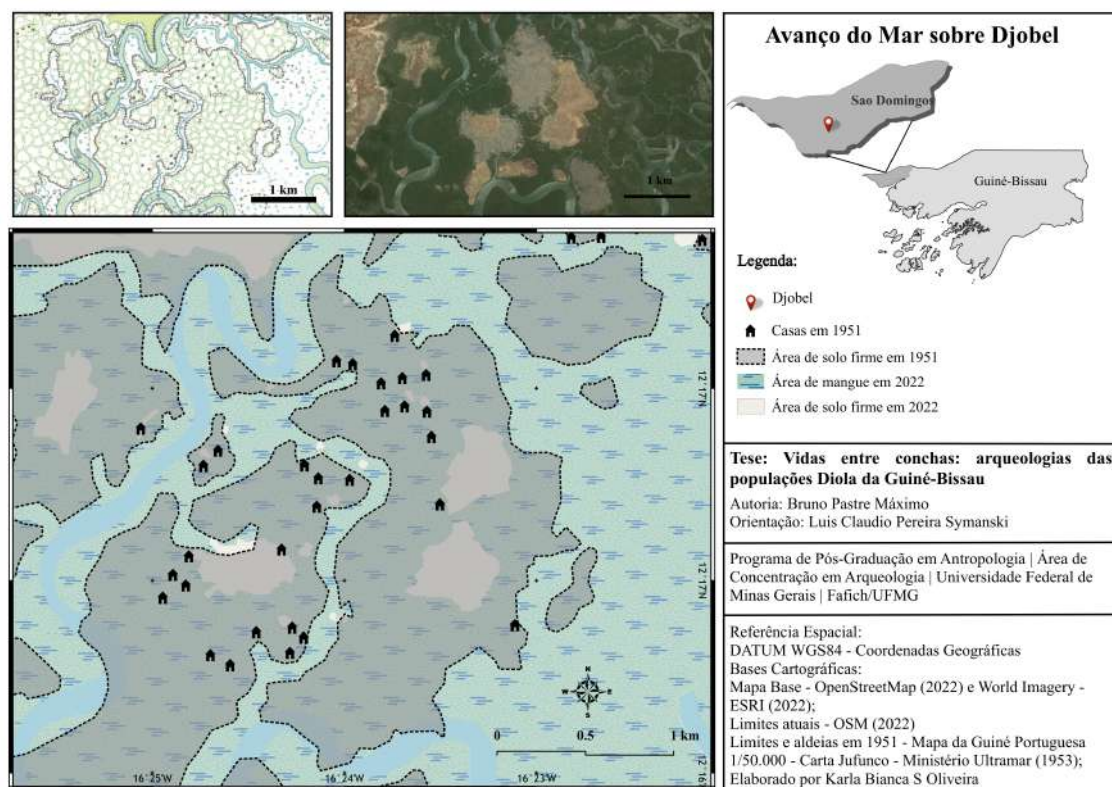


Fig. 179 - Comparativo das linhas da costa entre 1951 e 2022 mostram a escala gigantesca da devastação ocorrida pela subida do mar.

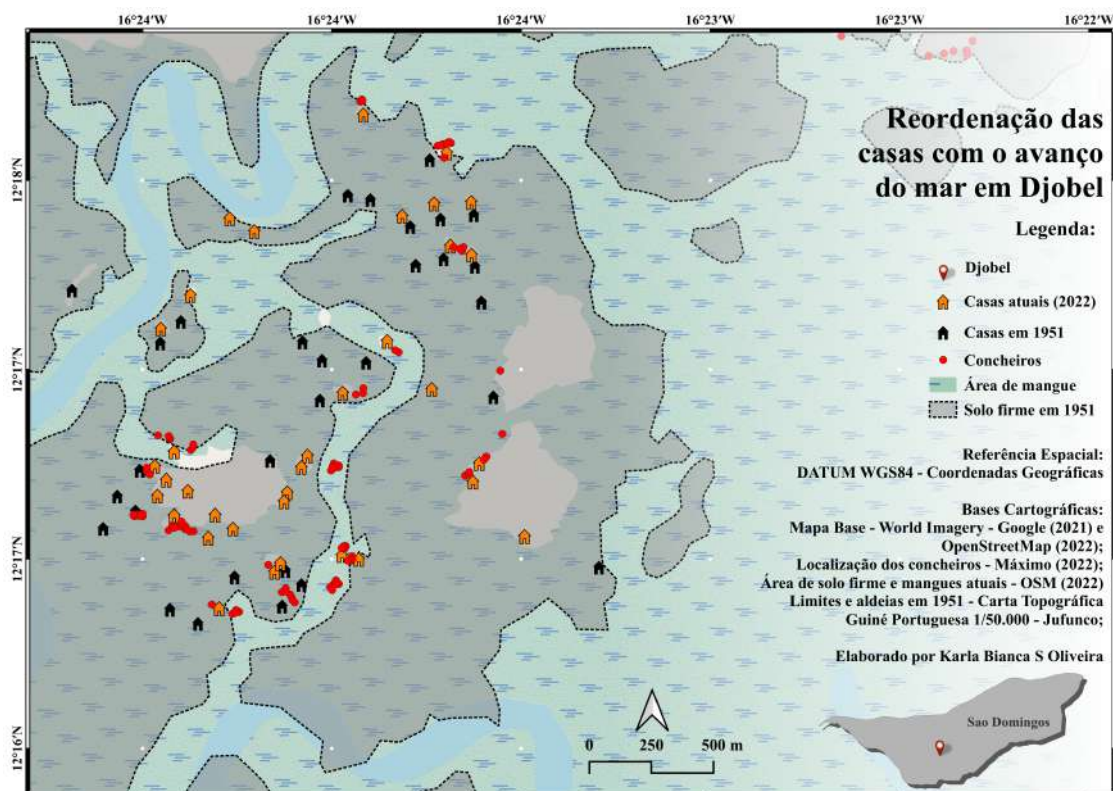


Fig. 180 - Mapa com as diferenças das localizações das casas em 1951 e atuais. Mapa: Karla Oliveira

Este mapa dos anos 1950 também nos revela algo bastante surpreendente, ao nosso ver. Lembramos que, nos anos 1960-1970, ocorreu a guerra de libertação da

Guiné-Bissau, que culminou em batalhas em todas as zonas do país, e levou a milhares de pessoas a se refugiarem, seja internamente – para cidades –, ou para outros países, como o Senegal. Pela proximidade cultural e familiar, milhares de Diolas no início da guerra cruzaram a fronteira e foram viver na Casamança. Aldeias como Djobel, nos contaram moradores antigos, ficaram totalmente despovoadas, tamanho medo da guerra.

No entanto, com o final da guerra as populações regressaram, e voltaram exatamente para os mesmos lugares ancestrais. Pessoas que ficaram mais de 15 anos exiladas decidiram voltar, muitas vezes abdicando de uma situação mais confortável no Senegal, com o objetivo de retornar para os mesmos locais, e voltar a trabalhar e viver no *terroir*.

Com o retorno, as pessoas perceberam que o *terroir* estava se transformando rapidamente. A economia da vida, que era centrada em um tripé da plantação do arroz, pesca e coleta de moluscos e caça, teve que ser rapidamente revista. Com as constantes inundações, as zonas de plantações foram ficando cada vez menores, servindo somente para a subsistência, e a atividade de pesca e coleta se intensificou, tanto que, conforme observado, hoje Djobel é de longe a tabanka que mais intensamente realiza coleta de ostras, sendo a atividade primordial das famílias, e a única que gera divisas, com a venda da ostra seca nos mercados de São Domingos e Ziguinchor. Consequentemente, conseguimos observar um grande número de concheiros na tabanka.

Assim como Bulol e Elia, observamos que as conchas também são fundamentais para proteger o pouco que possuem de espaço de vivência em Djobel (Fig. 181). Assim, apesar de não existir propriamente uma “barreira”, como a observada em Elia e Bulol, os concheiros hoje construídos pelas famílias tem esse claro objetivo: proteger a ilha onde vivem de avanços bruscos da maré.

No caso de Djobel, a coleta é feita praticamente o ano todo, e o processo de construção destes concheiros é constante, diferente das outras tabankas, que são marcados por períodos de construção intensa seguidos por uma interrupção total. Este fato nos permite observar o ritmo de construção dos concheiros.



Fig. 181 - Concheiro protegendo os fundos da casa da subida da maré em Djobel. Foto: autor

Um caso em especial nos chama a atenção. No centro da tabanka, em uma ilha, vive a família do Sr. Antônio. Natural de Djobel, ele muito pequeno foi viver no Senegal como refugiado na época da guerra colonial. Quando regressou já estava com uma família, e decidiu se instalar em um local distinto donde era a casa de seus pais. Segundo Antônio, ele começou então a construir esse concheiro-barreira, que se encontra nos fundos da sua casa desde 1973 (Fig. 182 e Fig. 183). Desde então, tem se dedicado à coleta e venda de ostras, e o seu monte atingiu assim grandes dimensões. Desde a base do concheiro (onde está a linha da lama) até o cume são aproximadamente 2 metros de altura, mas ele mesmo nos disse que o concheiro “(...) afundou bastante, com o tempo ele afunda”.



Fig. 182 - Concheiro Sr. Antônio vista da base

Fig. 183 - Concheiro Sr. Antônio visto de cima

Seu relato é particularmente interessante pois permite mensurar com relativa precisão uma razão entre tempo das atividades de coleta e as dimensões do concheiro. Considerando que este enorme monte foi fruto de somente uma família por um período de 47 anos, a pergunta que nos fica é porque os demais concheiros das outras tabankas não são possuem grandes dimensões? Porque concheiros monturo em

muitas outras tabankas são pequenos? Será a atividade de fazer concheiros recente na região, contrastando com os dados encontrados por Olga Linares? Perguntas sem respostas por enquanto...

A aldeia de Coladje se destaca em todo o *tchon* Felupe no quesito concheiros. Podemos identificar dois complexos de sítios arqueológicos, o primeiro consiste em uma enorme barreira de conchas de ostras que se alonga por mais de 3 quilômetros, e o segundo é um conjunto de concheiros de enormes dimensões, o complexo lcun, composto por 5 sítios, que trataremos no próximo capítulo.

A barreira de Coladje

Primeiramente gostaríamos de afirmar que o nome barreira, neste caso, diferente dos exemplos apresentados anteriormente, se dá por uma análise estritamente morfológica pois, pelo menos na atualidade, ela não possui qualquer função de proteção do mar para casas ou para evitar erosão. São suas características que nos levam a classificar também como uma barreira. Isso fica evidente quando olhamos o mapa topográfico (Fig. 184) com as indicações onde as pessoas estão residindo (foram consideradas somente as casas do lado sul da estrada).



Fig. 184 - Casas de Coladje ao sul da estrada. Fonte: GaiaGPS

Pelo mapa notamos que, com exceção de somente uma casa, ao contrário das demais aldeias, as pessoas não moram junto ou próximo ao mar, tendo que muitas vezes andar quilômetros para chegar até a água. Dessa forma, não há uma motivação explícita, pelo menos hoje em dia, para a construção da barreira enquanto proteção da erosão marinha.



Fig. 185 - Barreira de Coladje. Mapa: Karla Oliveira

No mapa (Fig. 185) podemos ver que a barreira possui um comprimento de aproximadamente 3,3 quilômetros de extensão. Cada ponto azul assinalado no mapa é um monte de conchas.

A barreira possui um ponto de início (Fig. 186) bastante claro em seu lado oeste, mas do lado leste (Fig. 187) não conseguimos definir bem seu término, pois ela continua de forma menos constante, e há um pequeno braço de mar junto à costa que fomos aconselhados a não atravessar por ter crocodilos.



*Fig. 186 - Ponto 1 - Início da barreira do lado oeste
Fig. 187 - Ponto 80 (próximo ao Içun V), ponto leste.*

Assim como nas barreiras de Elia e Bulol, a de Coladje não é contínua e uniforme, sendo formada por um enorme conjunto de montes de conchas de diferentes dimensões, mas que em determinadas áreas, por dezenas de metros, formam um contínuo (Fig. 188 e Fig. 189).



Fig. 188 - Ponto 16. Exemplo de zona em que os montes de conchas se juntam, formando um contínuo



Fig. 189 - Ponto 26 - Momento mais espaçados da barreira

Desconsiderando os monumentais montes Içun que falaremos no próximo capítulo, também a barreira apresenta uma enorme diversidade interna em sua altura e espessura. Há zonas em que a barreira chega a 2,5 metros de altura e mais de 4 metros de espessura (Fig. 190), enquanto outros, são pouco mais que um pequeno monte superficial de conchas de ostras.



Fig. 190 - Ponto 37. Altura do monte altura superior a 2 metros.

Em toda a extensão da barreira não observamos nenhuma outra concha que não fosse ostra. No entanto, há uma diferença nítida da coloração da ostra, tanto

em comparação ao mesmo monte como em outros (Fig. 191). Não sabemos explicar porque acontece isso, e tendo questionado, algumas pessoas responderam que a mudança da cor se deve à ação do sol.



Fig. 191 - Ponto 27 – Mesmo concheiro com duas cores de ostra, uma branca e outra acinzentada.

Em geral, a barreira é formada de montes sequenciais bem nítidos de diferentes dimensões. No entanto, em alguns locais existem formatos bastante diferentes, que nos revelam a forma da deposição das conchas. Na verdade, acreditamos que toda a construção da barreira pode se dar da mesma forma. O ponto 39 (Fig. 192 e Fig. 193) apresenta um formado em “U” bem aberto, e que pode ser diretamente resultado do seu processo de construção.



Fig. 192 - Ponto 39 da barreira de Coladje



Fig. 193 - Ilustração do processo de construção do concheiro; Ilustração: autor.

Acreditamos que a construção se dá da seguinte forma: escolhido o local para o descarte das conchas, faz-se então uma fogueira para cozimento das ostras (e posterior abertura), e após retiradas a carne das ostras, seja para consumo no local ou para levar para casa, suas conchas são atiradas para trás, criando os montes. Em alguns casos, como esse, fica ainda explícito a forma semicircular, mas com o passar do tempo e o aumento do volume de conchas, além de outras variáveis, o formato pode ir se alterando, se tornando mais retilíneo.

No caso específico do ponto 39, ainda temos outro fator que sugere um consumo no local, que são a presença de duas árvores frutíferas em crescimento no concheiro: um baobá e uma tamareira. Provavelmente essas duas árvores são fruto da alimentação das pessoas, principalmente das mulheres, que durante a sua alimentação ou preparo das ostras, consumiram as frutas e jogaram as sementes no mesmo monte das conchas de ostras. Provavelmente poderíamos observar a construção atualmente, mas infelizmente não conseguimos, pois durante os dois trabalhos de campo ainda não tinha se iniciado a campanha de coleta de ostras em Coladje.

O mesmo formato foi observado por Hardy et al 2016, quando registram um local de processamento de ostras na região do Saloum, Senegal (Fig. 194).



Fig. 194 - Local de processamento de ostras no Senegal. Hardy et Al, 2016. p. 26.

Quando perguntamos a Eusébio sobre a antiguidade da barreira, ele nos repetiu diversas vezes que as mulheres continuam fazendo, mas o que está embaixo é antigo. Não coletamos nenhuma amostra para datação, pois acreditamos que seria difícil acertar qual seria o nível antigo no meio de uma enorme quantidade de conchas novas.

Concheiros com função de caminho/aterro:

Esta categoria, assim como todas as outras, se confunde com outras em algumas situações. No entanto, ao observarmos estes concheiros fica evidente sua função social nas aldeias e a intenção deliberada de sua construção. Vivendo em ambiente de manguezal, no *terroir aquatique*, o mar é uma constante na vida das populações, sendo fundamental no cotidiano e na construção da sociedade e cultura Diola. Porém, as variações grandes de maré na região colocam desafios para a locomoção. Como tragicamente observado em Djobel, em maré baixa não há outra opção para locomoção dos habitantes que não seja a de se aventurar em caminhar pela lama. As populações de Djobel, e de outras tabankas, decidem então construir caminhos feitos ou somente de conchas ou de conchas com terra para permitir o

trânsito em diferentes locais em situação de maré baixa, ou mesmo para permitir o tráfego seguro de motocicletas ou até mesmo veículos para as tabankas.

Em Djobel, pudemos observar esta situação no concheiro Djobel 9 (Fig. 195). Ele conecta a mesma família em dois conjuntos de casas próximos.



Fig. 195 - Djobel 9. Caminho se inicia próximo a um conjunto de casas

Nas aldeias vizinhas de Elia e Arame as obras alcançam uma envergadura muito maior. Sendo ambas as tabankas ilhas, as pessoas decidiram construir enormes caminhos de conchas (caminhos-concheiros) para conectar ambas as aldeias até a estrada principal (que liga Varela até São Domingos) (Fig. 196).

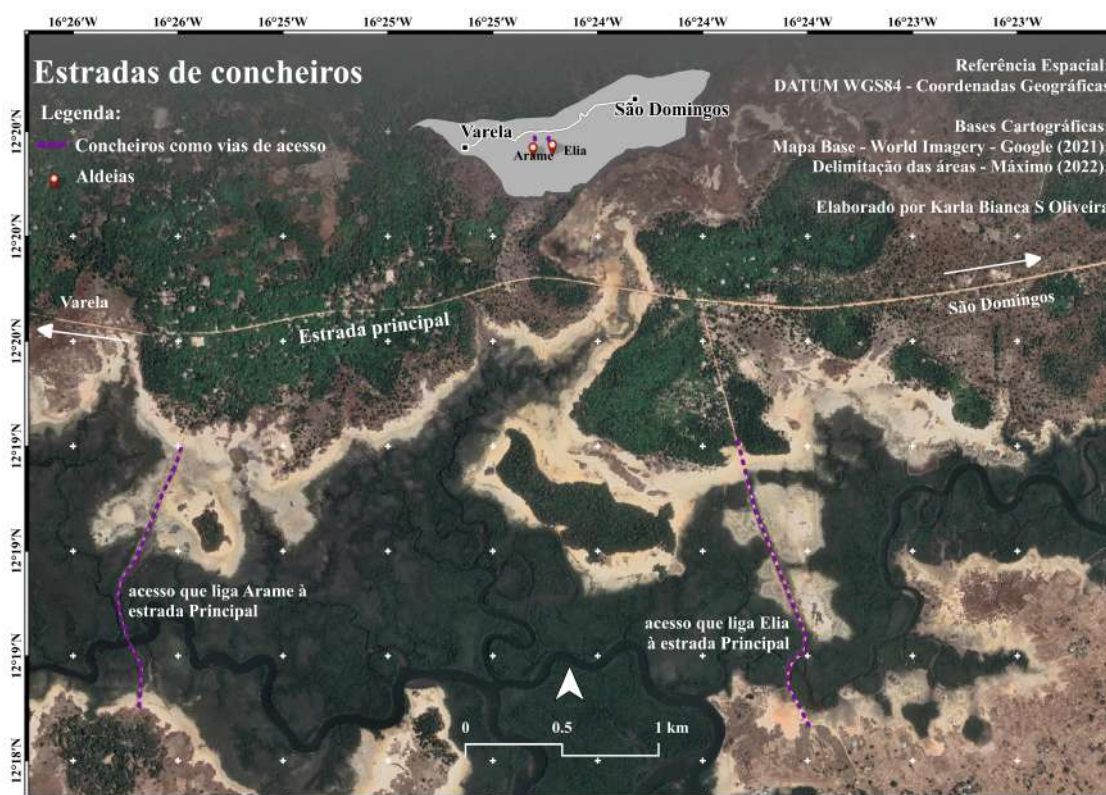


Fig. 196 - Concheiros-caminhos Arame e Elia. Mapa: Karla Oliveira.

Em ambos os caminhos, o trecho mais próximo da estrada principal não é feito com conchas, pois já se encontra em terra firme. As conchas são usadas nos trechos

que passam sob o manguezal. No caminho de Arame (Fig. 197 e Fig. 198), o trecho com conchas mede aproximadamente 1 quilômetro e 540 metros, o mesmo tamanho aproximado do trecho de Elia.



Fig. 197 - Trecho do caminho-concheiro de Arame

Fig. 198 - Detalhe para os pequenos baobás crescendo e a clara divisa entre o mangue e as ostras



Fig. 199 - Estrutura na construção do caminho

Fig. 200 - Estrutura lateral para proteção contra erosão do caminho



Fig. 201 - Caminho de Elia. Também possui as estruturas de madeira para evitar erosão.

O caminho de Elia é bem mais largo (Fig. 201), permitindo o trânsito de carros, assim como aparentemente possui mais terra em sua composição.

Como fica evidente nas imagens, no local de maior tráfego de motocicletas e pessoas, as conchas estão muito fragmentadas ou até ausentes, enquanto as do lado permanecem praticamente íntegras. Ambos os caminhos foram feitos basicamente de ostras. Questionamos as pessoas das duas tabankas sobre qual era a origem das conchas e o processo de construção. Os dois caminhos são bastante recentes, sendo uma iniciativa para melhorar o comércio com os grandes centros – São Domingos e Ziguinchor. Eles foram construídos a partir da “destruição” de concheiros monturo que havia em ambas as tabankas, ou seja, houve um reaproveitamento das conchas já acumuladas para a sua construção/transformação (Fig. 202). Assim, os concheiros que outrora eram “lixeiros” se transformaram em concheiros-caminhos, marcando a paisagem e ressignificando o próprio significado de “monturo”. Ou seja, ocorreu uma reciclagem do concheiro.



Fig. 202 - Concheiro Arame 1. Local apontado pela comunidade onde as conchas do caminho foram retiradas.

Um caso semelhante também acontece na tabanka de Susana. A antiga tabanka na zona se chamava Esana (Journet-Diallo, 2007) e, com a chegada dos portugueses, que ali concentraram o núcleo administrativo da sua presença colonial, assim como as missões religiosas católicas, foi obrigada a se reassentar na estrada principal. Considerando que o local escolhido estava afastado do mar, isto inviabilizava boa parte das práticas de subsistência e culturais das comunidades. Assim, foi construído um caminho de conchas e um porto para a aldeia (Fig. 203), permitindo que ela

tivesse acesso a rede de bolon (canais marítimos) que praticamente conecta toda a zona Diola.

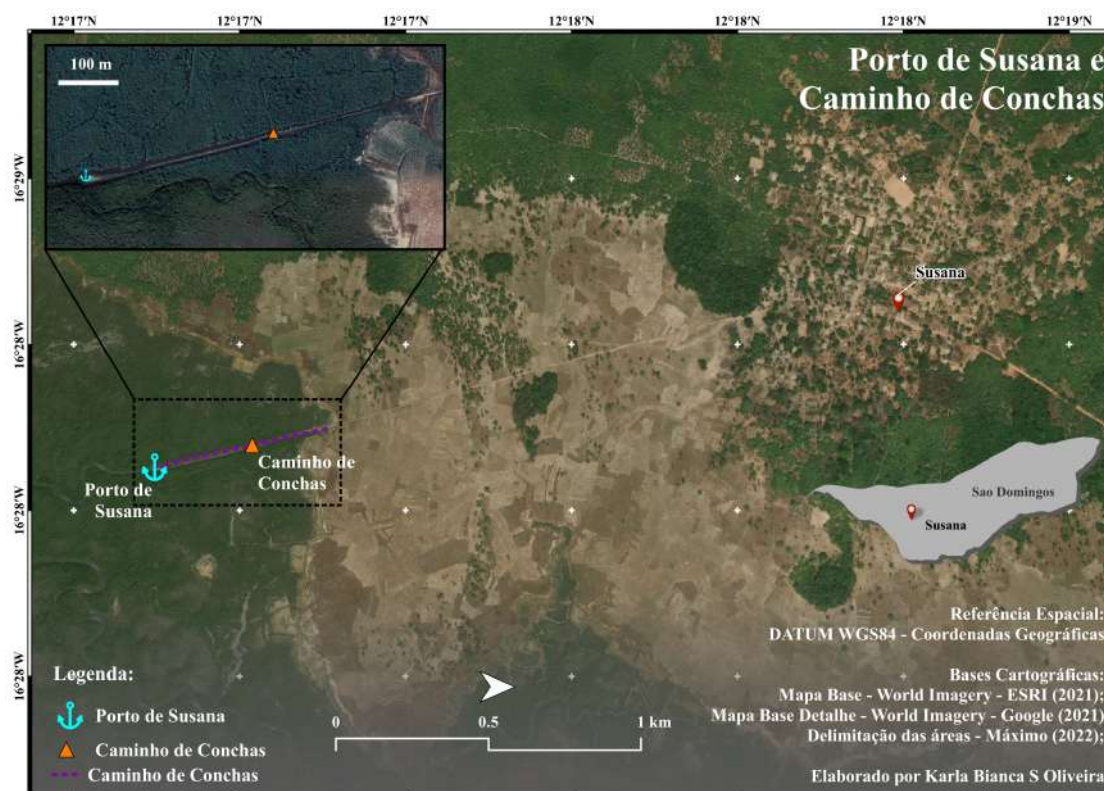


Fig. 203 - Caminho e porto de Susana. Mapa: Karla Olieira.

O caminho é bem estreito, com o manguezal praticamente junto a ele. Atualmente está inutilizado pois está instável, sendo que os barcos vão margeando-o até chegarem próximo da terra firme. Há inclusive trechos que desmoronaram (Fig. 204).



Fig. 204 - Trecho do caminho-concheiro desmoronado

Fig. 205 - Detalhe da espessa camada de conchas (combe) do caminho.

A principal diferença deste caminho, para além de estar inutilizado, é que na sua estratigrafia, pelo que conseguimos observar, prevalece o uso de Combe (Fig. 205). Ao final dele, aparece uma curiosa estrutura, que seria o antigo porto da cidade,

provavelmente feito de conchas (Fig. 206 e Fig. 207). Tem um formato mais arredondado, como uma plataforma, semelhante ao que observamos em Coladje.



Fig. 206 - Imagem de satélite do porto ao final do caminho-concheiro

Fig. 207 - Antigo porto de Susana.

Concheiros com função de Porto

Fora este exemplo de Susana, há também dois outros exemplos de concheiros em Coladje que funcionam como portos (Fig. 208). São os portos chamados Ponto 28 (Horon Guiba ou Porto da Cabaceira em Diola-Baiote) e o Ponto 14. Ambos são muito semelhantes, possuem a superfície de conchas muito fragmentada, formando um verdadeiro piso, que, inclusive, permite ficar descalço sem cortar o pé. São totalmente planos, formando uma plataforma. Pela imagem de satélite fica visível que são verdadeiros aterros que adentraram o manguezal com a finalidade de permitir que o embarque de canoas seja mais confortável com uma maré mais baixa (Fig. 209 e Fig. 210). Em sua superfície são vistos artefatos de pesca como redes, cordas, boias e etc.



Fig. 208 - Mapa com a localização dos portos de Coladje



Fig. 209 - Porto presente no Ponto 14



Fig. 210 - Ponto 28 - Porto Haron Guiba

Pela análise da estratigrafia, entedemos que o porto tenha sido construído para ser um aterro plataforma. Sua construção, no entanto, não foi realizada somente colocando ostras no sedimento até criar uma base emersa (como os I_{cun} I e III), mas uma base de terra de cor alaranjada bem nítida (semelhante ao I_{cun} V) e depois

dessa configuração essa mistura de conchas fragmentadas, inteiras e sedimento. Pela própria composição estratigráfica, ao observarmos o piso superficial como conchas fragmentadas, podemos pensar que elas foram depositadas desta forma, e não inteiras e com o passar do tempo terem se fragmentado.

Concheiros enquanto lugares de Memória

*Esi é terrenu di no donas primerus. - Aqui é terra dos nossos primeiros avós
É nundi qui na sai pa camba pa Elia – Daqui saíram e atravessaram para Elia
A la no irão lá – O nosso Irã está aqui
Quila qui pui, Ora qui a padi - Por isso quando vem as novas gerações
I terrenu é di nos – Esse terreno é nosso
Até hoje em dia – Até hoje em dia
I tarda, donas donas donas - É antigo, das avós das avós
Ka sibi cantu seculos – Não sei quanto séculos*

www.youtube.com/watch?v=BL58Opog2Ek



Fig. 211 - Sr. João Manga junto ao concheiro Hoton 1. Fotografia: Bruno Pastre Máximo.

Este depoimento de João Manga (Fig. 211) apresenta com clareza como parte dos concheiros possui uma função importante de lugar de memória em algumas tabankas. Em Elia, João Manga nos afirmou que a antiga aldeia não era onde hoje está localizada, mas em um lugar dentro da floresta, próximo à atual estrada. E um dos elementos de identificação desta aldeia é justamente um antigo concheiro. Este concheiro em questão, Hoton 1, possui um papel específico de memória na paisagem anfíbia da região. O concheiro Hoton 1 é pequeno – principalmente considerando os

atuais de Elia – com somente 40 metros de perímetro, e estando em torno de meio metro do solo. É plano, e com conchas muito fragmentadas (Fig. 212).



Fig. 212 - Concheiro Hoton 1 – Tabanka de Elia

Seu depoimento é também valioso, pois nos revela uma relação de profundidade cronológica das populações com o território. Dentro de nossa proposta de entendermos os concheiros enquanto artefato e buscarmos analisar sua história de vida e formação, o depoimento de João Manga coloca mais uma camada de significado nos concheiros: seu papel simbólico ativo enquanto ancestralidade, no caso, em um contexto que podemos identificar como mais uma função dentro do contexto sistêmico. Mesmo estando apartado do cotidiano das populações, que não o constroem como os demais, ele está presente na sociedade com esta função específica de marco na paisagem. Seu depoimento vincula especificamente este concheiro a esta condição, porém acreditamos que, de forma menos proeminente, todos os concheiros que estudamos possuem essa característica de serem um legado dos ancestrais, uma marca da presença Diola no *terroir*, uma marca inequívoca da domesticação da paisagem. Interessante ainda, que pela sondagem conseguimos observar que a presença das conchas se dá principalmente na camada superficial, sendo a sua base terrosa, o que indica um consumo de moluscos menor em seu começo, ou seja, a presença das conchas em superfície permitiu que este lugar em especial fosse identificado e separado dos demais do entorno por essa característica.

Logo, mais um fator que aponta as conchas como importantes símbolos da ancestralidade do *terroir*.

Essa memória ancestral aparece nos concheiros mas também pode ser um aviso sobre os tempos atuais. Aqui voltamos para Djobel, onde os concheiros são como memórias de um passado, no caso bem recente, e estão por todo lado.

Com exceção dos concheiros do tipo barreira apresentados anteriormente, que seguem sendo construídos e são muito importantes para a vida das famílias, todos os demais concheiros encontrados em Djobel são agora lembranças de outros tempos, já que não é possível interagir com eles da mesma forma que antigamente. Grande parte deles está parcialmente submerso, e alguns completamente. Quando estivemos na tabanka, ficamos na casa do simpático Régulo da aldeia, o Sr. Dominc Djata, que além de nos contar sobre a história trágica de Djobel, nos comentou sobre o seu “antigo” concheiro (Fig. 213 e Fig. 214), que se encontra ao lado de sua ilha familiar.

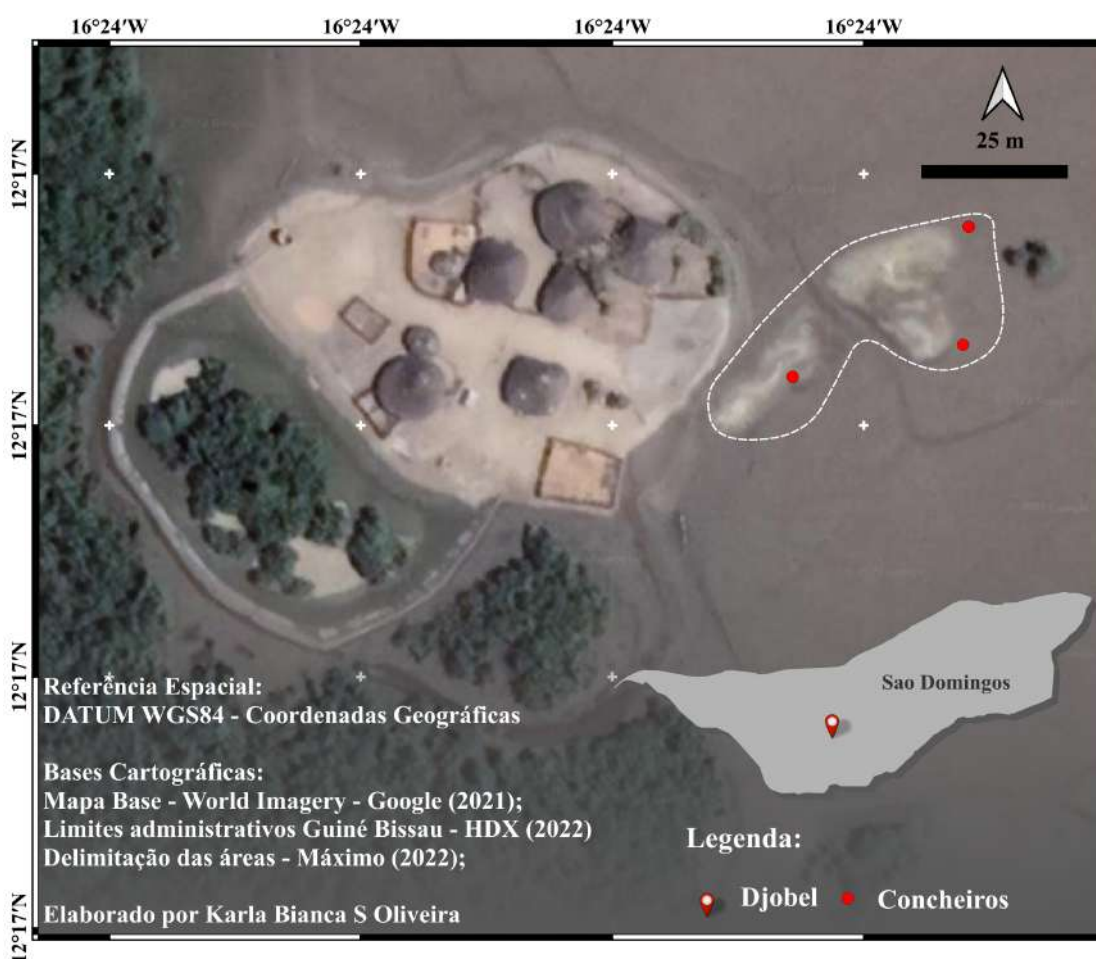


Fig. 213 – Concheiro submerso em Djobel – Concheiro Djobel 19



Fig. 214 - Durante a maré baixa é possível ver parte do concheiro Djobel 19

Assim Djata, todos os habitantes de Djobel lembram dos concheiros como lugares antigos, que mesmo com a destruição da antiga aldeia seguem aparecendo e presentes – mesmo que parcialmente – para os lembrar desse passado recente. Os concheiros, assim, são uma conexão com este outro tempo anterior ao desastre ambiental. Além disto, eles também são um presságio. Presságio de que aquilo que eles conheciam, o passado e o *terroir* estão sendo soterrados (Fig. 215).



Fig. 215 - Concheiro em Djobel cortado ao meio pela ação da maré. Fotografia: Bruno Pastre Máximo, janeiro de 2020.

O que os concheiros eram antes de serem engolidos pelo mar, nós não sabemos, podiam ser lixeiras, barreiras, caminhos etc... Isto se perdeu, o que não se perdeu é que eles são memórias do *terroir*.

Em Bulol ocorre algo semelhante com o concheiro Salleck. Localizada no final da península que demarca o *Tchon* Diola-Felupe, Bulol possui um grande simbolismo entre todas as aldeias Felupes, pois é apontada como a mais antiga e mãe de muitas outras aldeias, sendo o seu régulo considerado árbitro entre disputas de aldeias Diola-Felupes.

Citada em documentos coloniais desde o século XVII (ver cap. 2), a aldeia serviu como entreposto de exportação de escravizados, o que é corroborado por vestígios presentes na aldeia, como correntes presas em árvores.

A população da aldeia hoje é de pouco mais de uma centena de pessoas, e está em processo de despovoação, com os jovens migrando para a cidade com a finalidade de estudar e trabalhar. As atividades da aldeia seguem o padrão das demais: pesca e coleta de mariscos e a plantação de arroz. No caso de Bulol, existem bolanhas (plantações) de água doce (sentido Eossor) e de água salgada (no manguê ao norte da aldeia).

A aldeia é pequena, em formato circular, e praticamente toda cercada pelo mar, com exceção de uma pequena faixa de terra/areia que a conecta com as aldeias de Eossor e Djufunku. As pessoas foram unânimes em afirmar que antigamente a aldeia era a maior da zona, e que a habitação dessas pessoas é onde hoje está coberto pela água. Um dos vestígios é o concheiro Salleck, que consistia no antigo monturo (Fig. 216 e Fig. 217).



Fig. 216 - Concheiro Saleck, hoje só está visível com maré baixa.



Fig. 217 - Artefatos encontrados na superfície do concheiro Salleck

Nos foi dito pelos moradores, que o concheiro Salleck é a memória da antiga aldeia, e durante nossa prospecção no sítio, nos deparamos com grande quantidade de artefatos em superfície, entre vidros, cerâmica e escórias. As pessoas que nos acompanharam nos afirmaram que estes eram do tempo da escravidão. Assim, o Salleck, possui este significado de lembrança dos tempos antigos, e de outros tempos de Bulol, aldeia que possuía uma grande população e protagonismo regional. Para além deste papel ativo de memória coletiva da sociedades, as conchas podem servir de elemento para identificar casas e moradias específicas.

As conchas e a ressignificação das antigas moranças

Elogiamos, de passagem, a técnica de construção do Diola (...). Essas habitações, inteligentemente dispostas ao longo dos caminhos e habilmente divididas em cômodos de acordo com as principais necessidades da vida doméstica, são conhecidas por sua solidez se a palha do telhado for periodicamente renovada; duram pelo menos quinze anos, às vezes mais (5). Os materiais usados mostram uma preocupação surpreendente com a conveniência; a inteligência técnica é evidente na constituição da moldura e na distribuição das peças de madeira de acordo com as leis clássicas do equilíbrio arquitetônico. Por fim, o sentido prático e econômico transparece nessa composição de barro, madeira e palha feita para abrigo, descanso, conservação de reservas alimentares, busca de calor e frescor conforme o caso e possibilidade de aliar o individualismo à preocupação com a vida comunitária.

Thomas, Vicent. *Les Diolas*. Vol. 1. (1959, p. 128).

O elogio sincero de Thomas, um grande conhecedor da cultura Diola, é o que também compartilhamos ao vivenciar a possibilidade de dormir em diferentes casas, lares e famílias Diolas. São casas simples, mas não são casas alienadas, ou seja, as pessoas que moram nela dominam a sua construção, reparação, disposição espacial e refletem uma escolha consciente das pessoas sobre como e onde habitam (Linares, 1984). As casas Diola são a materialização do habitar o território, que, como veremos, incorporam em si o objeto de nossa pesquisa: as conchas e os concheiros.

Tradicionalmente a construção de uma nova casa requer uma aprovação e benção por parte da divindade correspondente (*xinabu katit*), conduzido pelo sacerdote (*jambacosse*) da área, “(...) o ritual se inicia com uma oferta de vinho de palma e o sacrifício de uma galinha, pedindo ao *emit* (deus) para que nada lhe suceda durante a construção que deseja fazer” (Taborda, 1950a, p. 200). O mesmo ocorre quando ela é terminada, se passa por uma consagração do lugar para iniciar a habitação.

Quando se chega em alguma das tabankas Diola-Felupe, logo se observa a onipresença das conchas no cotidiano da aldeia. Sabemos que as conchas são usadas em boa parte da zona para compor as casas dos Felupes (Fig. 218).



Fig. 218 - Paredes de casa com conchas em Elalab. Fotografia: autor

Nos estranha que dois trabalhos coloniais portugueses que tratam sobre habitação Felupe não citam a composição de conchas no barro das casas (Campos,

1970; Taborda, 1950b, 1950a). Segundo Campos (1970, p. 59), o emprego de aditivos no barro se dava quando este era de má qualidade. Também Paul Pelisser (1966, pp. 871–886) não cita a presença de conchas na construção. Já Thomas (1959, vol.1; p. 122) registrou a tradição:

ESTES TRÊS ELEMENTOS FUNDAMENTAIS SE ADICIONAM À ARGILA (*Oculus, kayalus*), os cascalhos (*uval, bavàl, yinkam*) às vezes misturados com argila e que intervêm para a confecção do chão da cabana; em seguida, várias conchas (*bayol*) que contribuem para a solidez do todo; finalmente as cordas (*hanta, fulaor, kavey*) que são usadas para amarrar os pedaços de madeira a moldura e feixes de palha no telhado.

Na aldeia de Coladje pudemos observar (**Erro! Fonte de referência não encontrada.** e **Erro! Fonte de referência não encontrada.**) uma construção de uma casa por uma família, com o mesmo método descrito por Campos. Neste caso, não havia conchas ou capim misturado com o barro. Já em Bulol e Yal/Varela, pudemos observar (Fig. 219) a construção de uma casa com uso de conchas e de argila de uma antiga casa e de um antigo concheiro.



Fig. 219 - Construção de uma casa usando conchas – Yal/Varela. Fotografia: autor

Questionamos o construtor da casa de Bulol sobre o porquê de se usar as conchas, e ele nos revelou que as conchas vêm junto do barro – que são exatamente as casas antigas, que já possuem conchas em sua composição – que são reaproveitadas, e o barro é novamente usado para construção. Segundo ele, o motivo de se colocar as conchas de de *combe* é que elas dão resistência para a parede. No

caso da construção em Yal/Varela observada, as conchas foram mineradas em um concheiro próximo, e foram sendo misturadas gradativamente durante a construção.

As casas Diola-Felupe, segundo Taborda, são agrupadas nas chamadas moranças, ou conjunto de casas onde moram um núcleo familiar, e de certa forma independente das demais. O mais velho é o chefe, decidindo questões do cotidiano. É o microcosmo da vida Diola, onde a maior parte da vida das pessoas se passa. A unidade permanece na casa até que o/a jovem decide se casar, e sai da casa, podendo buscar um terreno anexo ou mais distante para constituir nova família (Linares, 1984).

Pela falta de barro disponível na zona, os habitantes da tabanka de Bulol, quando buscam construir novas casas se voltam justamente para as antigas casas para retirar o barro, e com ele, vêm-se as conchas e também, porque não, a memória da família que outrora a habitava. Thomas (1959, vol. 1; p. 122) registrou mesma atitude em sua pesquisa: “No caso de uma casa destruída, o novo edifício geralmente é erguido no próprio local do antigo. (...) Então, quando a velha casa ameaça a ruína: é então “quebrada”; muitas vezes os mesmos materiais são usados para novas construções”.

A construção é feita na época da estiagem, com as bolotas colocando lentamente camada a camada, esperando secar, no ritmo comandado pelo próprio barro – o tempo que ele demora para secar, que é geralmente de dois a três dias. Seco, inicia-se uma nova camada. De dentro dela, as conchas de combé cumprem a sua função de novo e de novo, de dar liga e vigor para a parede. Atividade essencialmente masculina, marca um rito de passagem para uma nova fase, da constituição familiar, sendo que todos no entorno o ajudam, inclusive mulheres. Após secar as paredes, se inicia a colocação de madeiras fortes para sustentação do telhado, sendo que a disposição varia conforme o modelo da casa. Segundo Taborda, (1950a; p. 199) as casas “(...) ocupam em média de quinze a vinte metros quadrados, tendo as paredes uma espessura de doze a quinze centímetros e cerca de três metros de altura”.

A casa estando pronta, se coloca o telhado de palha, uma preparação das mulheres, e um novo ciclo começa, mas este ciclo está ligado a tantos outros, basta olhar na parede e observar as conchas (e histórias). Questionamos o Régulo e o Comitê de Bulol sobre o porquê desses abandonos e recomeços, e eles nos disseram que existe uma tradição ditando que quando um chefe de família morre, deve se

abandonar a casa e construir outra para que os descendentes vivam. Não é necessariamente uma obrigação, e por isso nem todos a seguem, mas se percebe exatamente uma grande quantidade de casas novas junto de casas em dissolução/ruínas. Thomas (1959, vol.1; p.122) registra também outros motivos para a construção de novas casas: “Também se constrói para remediar a estreiteza da habitação atual: acontece que, para os jovens solteiros ou para os idosos que não podem mais participar da vida social, se constrói uma pequena cabana de um quarto.”

Em Bulol fizemos um mapeamento destas antigas casas. No total, identificamos a existência de 68 ruínas de casas no meio da aldeia. É um volume bem grande se pensarmos que Bulol, por imagem de satélite de 2020, possui um total de 47 casas. A presença das casas, e das conchas consequentemente, são um lembrete constante para os moradores das antigas ocupações e suas ancestralidades, familiares e também do coletivo. Acompanhado do Comitê e seus filhos, sempre nos foi dito com precisão quem eram os antigos ocupantes das ruínas/casas, com o nome das pessoas, para as mais recentes, ou o nome da família, para as mais antigas. Ou seja, mesmo com o passar de muitos anos, elas servem como elementos de memória da aldeia, das pessoas que ali viveram, e dos seus descendentes. Uma forma, identificamos, de ordenar o espaço, com um simbolismo próprio relacionado com a ancestralidade familiar e as relações de parentesco.

As conchas na superfície das antigas casas, à primeira vista, não chamam atenção na aldeia. Em sua maioria, estão cobertas por vegetação rasteira, sendo em sua maioria parte de pequenos montículos de terra discretos. Somente quando observamos mais de perto é que percebemos a presença das conchas no monte. Tanto que, em nossa primeira etapa de campo, notamos sua existência apenas quando estivemos na tabanka de Bulol, que, devido à grande quantidade, nos saltou aos olhos, e nos forçou a questionar o que seriam essas dezenas de montículos com conchas. Em nenhuma outra aldeia pudemos observar tantos exemplares de ruínas com conchas como em Bulol, mas não são os únicos.



Fig. 220 - Concheiro Bahemb 2 – Elala. Fotografia: autor.

Fig. 221 - Concheiro Orun – Coladje. Fotografia: autor.

Nestes dois exemplos citados, de Coladje (Fig. 221) e Elalab (Fig. 220), temos segurança que são antigas casas porque na memória das comunidades existe uma relação direta deste lugar com famílias que ali viveram.

Baseado principalmente nas observações de Bulol, podemos descrever duas características que nos ajudam a definir estas antigas casas, e como as conchas se tornam importantes marcadores desse indício e da memória das famílias. A primeira característica é que a quantidade de conchas em superfície varia de montículo para montículo. A grande maioria das conchas observadas são de Combe (*Anadara Senillis*), com algumas ostras fragmentadas presentes. Também existem outros vestígios como cerâmica (Fig. 222).



Fig. 222 - Conchas e Cerâmica em superfície do Bulhab 11 - Bulol. Fotografia: autor.

Em nenhum caso observado elas compunham uma proporção semelhante a qualquer outro tipo de concheiro registrado. Em alguns casos, poderíamos dizer que em superfície compreendia menos de 10% da área de conchas, enquanto em outras chegava a 40% (Fig. 223) de conchas.



Fig. 223 - Bulhab 45 – Bulol. Exemplo de grande quantidade de conchas em superfície. Fotografia: autor.

A segunda característica são as dimensões. O formato dos montes é geralmente circular, tendo perímetro de 7 a 12 metros, com exceção do Bulhab 27, com um perímetro de 117 metros. Alguns estão a poucos centímetros do solo, e são apontados como os mais antigos, e outros ainda se encontram estruturas visíveis, e por isso com mais de um metro em relação ao solo. Em toda zona que estivemos, concheiros pequenos assim são raros e, quando existem, geralmente são compostos de pura concha (comum na barreira de Coladje).

Durante a verificação das locais em Bulol é evidente que há uma grande variabilidade cronológica entre as antigas casas, alguns tendo poucos meses e anos, e outros, quando questionamos, já muitos anos, pertencentes aos avós deles (que é a forma na qual eles contam o passado). E o tempo é fundamental para entendermos o papel das conchas nas casas, pois ele é determinante na transformação de uma casa em ruína. (Fig. 224).



Fig. 224 - Bulhab 50 - Bulol - Conchas evidentes na parede em dissolução. Fotografia: autor.

Com a chegada da alvenaria, a prática tradicional foi reconfigurada. Em uma zona onde praticamente não se tem brita para ser colocada na argamassa, os construtores com materiais modernos (desde a época colonial) se voltaram justamente para as conchas de combe e ostra para dar liga no cimento. Em diversas tabankas encontramos exemplos coloniais e atuais de “mineração” dos concheiros de combe para a sua utilização na construção pública.

Esta prática evidencia uma continuidade da função da concha na sociedade, sendo ressignificada e reutilizada para a mesma finalidade, porém com outra tecnologia (Fig. 225 e Fig. 226). Como o tempo de “dissolução” do concreto é muito maior que o do barro, não é possível observarmos hoje o mesmo fenômeno que nas

casas de Bulol, porém, não significa que em um futuro distante não exista essa possibilidade da existência dos ruínas com conchas oriundas do concreto.



Fig. 225 - Elia - Mulher retira conchas de Combe de um antigo concheiro. Fotografia: autor.



Fig. 226 - Elia - Antiga igreja portuguesa com Combe na argamassa. Fotografia: autor.

Para além de servir de material construtivo, enquanto elemento agregador a lama ou do concreto, as conchas também possuem outras funções nas residências.

A principal, sem dúvidas, é o processo de fabricação de cal para pintura de paredes. O processo ocorre em cima do próprio concheiro, e só observamos com conchas de ostra. Se encontra uma zona propícia, ou seja, com pouca vegetação e ostras inteiras, e então se faz um buraco onde se coloca a madeira para queimar e desintegrar as conchas. O fogo é alimentado constantemente, para garantir altas temperaturas. Após a queima, as conchas são então trituradas, se transformando em

um pó. Esse pó então é misturado com água e é utilizado para pintura das casas. Não é algo generalizado entre as casas Diola (por sorte dos concheiros), mas é possível ver alguns exemplos. Todas as escolas visitadas são pintadas desta forma, assim como a casa de alguns indivíduos. As conchas são ainda utilizadas na decoração das casas, com uso ornamental, para cobrir o solo, ou em vasos e decorações diversas.

Neste capítulo trouxemos análises de diferentes concheiros que representam a diversidade de funções existentes entre os concheiros do *tchon Diola*. Os diferentes concheiros são construções que possuem diferentes camadas interpretativas. Identificar as funções nos permitem delimitar contornos de análise, para identificar motivos e relações predominantes, sem, no entanto, desconsiderar que há uma conexão latente entre memória, paisagem, vegetação, mar e, claro, as conchas.

A memória é o fio condutor do entendimento dos concheiros com o *terroir*. No caso dos concheiros com função de barreira, se configuram como a materialização da realidade cotidiana: o mar está subindo rapidamente, e como ficamos/adaptamos na relação de construção/ser construído do *terroir*? Os concheiros são as marcas mais visíveis dos novos e velhos tempos, onde a tradição/pertencimento se vê desafiada pelo mar, a subida do mar, e a mudança que isto causa em todas as esferas da vida das pessoas. O caso de Djobel é emblemático pois a mudança foi tão grande e tão rápida, que as pessoas tiveram que encontrar uma forma de viver no caos: em lugares e na paisagem que não são “as deles”. Com todos que conversamos é uníssono: precisamos mudar daqui! Eles não são sociedades lacustres de estearias, comuns em alguns locais do mundo. Eles são plantadores de arroz. Arroz precisa de solo, mesmo que seja salgado, e sem arroz, eles não são Diolas. O ciclo não fecha, e fica esse mal estar permanente de estrangeiros em sua própria terra. Os concheiros são, assim, ou esperança no atraso deste mal estar (Bulol e Elia), ou a comprovação material dele... Em Djobel, as conchas/concheiros são praticamente tudo: o passado e o futuro. No caso das casas as conchas são, de alguma forma, um dos elementos permanentes nesta relação com o passado, pois elas se transformam e são reutilizadas por muitas gerações, carregando em si a memória das antigas casas e pessoas.

Os caminhos construídos pelas conchas nos mostram faces muito importantes das relações das pessoas com os concheiros. O notório uso das conchas para

construções contemporâneas monumentais é uma delas. Lembremos que esta zona é muito carente de recursos e desta forma, a construção dos caminhos, tanto de Elia como de Arame, que se estendem por quilômetros, se configuram como um esforço monumental, pois ali tudo foi feito pelos próprios moradores, sem apoio do governo. As conchas, então presentes em concheiros monturo, foram ressignificadas como material construtivo para a uma nova empreitada, formando um novo concheiro diferente, um caminho. Isto deixa absolutamente claro como as conchas e os concheiros, até hoje, são recursos que estão a disposição, se transformando conforme a necessidade do momento, mas sendo, sem dúvidas, um recurso valorizado. Para solucionar novas demandas da aldeia – e a necessidade de estar ligado à estrada principal é uma delas – eles utilizam os recursos possíveis, e as conchas certamente são, se não o principal, um deles. O objetivo, aqui acreditamos, é buscar perpetuar a existência do *terroir*, e as conchas e concheiros fazem parte essencial deste movimento, ao protegerem as casas e plantações pela construção das barreiras e, diminuir o isolamento das pessoas com os caminhos, e melhorar a qualidade de vida com a construção dos portos.

Apesar de somente existirem em Coladje e Susana, os três portos são muito interessantes, pois mostram também essa possibilidade de construção com as conchas. Pela estratigrafia do Horon Guiba conseguimos observar que sua construção não foi somente o empilhamento de conchas em zona de lama, pelo contrário, teve uma técnica de preparo destas conchas para que elas pudessem atingir o seu objetivo da melhor forma, a de construção de uma plataforma.

Os concheiros Diola da Guiné-Bissau são componentes símbolo da domesticação da paisagem do *terroir* Diola. As diferentes funções dos concheiros não deixam dúvidas dos diferentes significados que os concheiros possuem, ou são atribuídos pelas populações que os constroem. A quantidade de concheiros é impressionante, e apresenta com nitidez as quantidades de molusco que existem nos manguezais da região, além, é claro, de uma enorme capacidade de coleta por parte das mulheres das tabankas.

Este papel de memória e simbolismo dos concheiros fica evidente também quando estudamos os concheiros monumentais, que trataremos no próximo capítulo. Com dimensões monumentais, os concheiros do complexo Icnun são marcos da paisagem em Coladje, e reforçam a ideia dos concheiros enquanto

lugares de memória das comunidades, atrelando a eles narrativas sobre o passado e funções que o ligam a ancestralidade e ocupação no território.

Percorrer o *terroir maritime/aquatique* Diola da Guiné-Bissau, desta forma, é se deparar com a onipresença das conchas e dos concheiros em todos os lugares e esferas das vidas das pessoas. Os concheiros são as memórias da tradição, do povo, da vida, e também, da presença deles, de suas alterações no ambiente que criam os concheiros, mas que de certa forma, são também criados pelos concheiros, ao reforçar que é isso que eles são também: criadores de *terroir*.

Cap. 10 – Os concheiros monumentais de Coladje



Fig. 227 - Perfil aberto no concheiro Icun III - Coladje.



Fig. 228 - Perfil e vista lateral do concheiro Icun I

Neste capítulo iremos analisar o que chamamos de concheiros “monumentais” (Fig. 227 e Fig. 228). Esta categoria que se aplica a 5 sítios concheiros de Coladje, que possuem dimensões enormes, totalmente desproporcionais em parâmetro da zona, e mesmo da região compreendendo o Senegal. São sítios grandes, com altura de mais de 10 metros e grande diâmetro, se configurando em verdadeiras montanhas de ostra. Se destacam na paisagem plana da região, sendo sem dúvida os pontos mais altos do litoral de Coladje. Possuem um cume íngreme e bem definido, e ampla cobertura vegetal. As populações da aldeia dizem que são antigos, e não são construídos mais. Dois deles possuem uma baloba ritual, ligada à iniciação feminina.

No meio da barreira de conchas de Coladje se encontram 4 enormes montes, todos próximos, e todos com dimensões gigantescas se comparadas com a própria barreira, e até com toda a zona. São os concheiros Icun I, Icun II, Icun III, Icun IV. Há também um outro concheiro próximo, com dimensões menores, que chamamos de Icun V, que está muito erodido, por estar junto ao braço do mar, mas que acreditamos que no passado também pertencia ao mesmo “complexo”. No processo de prospecção, fizemos uma detalhada recolha de pontos de GPS na superfície, informações estas que estão em anexo a tese.

Gostaria de começar a discussão com algumas perguntas, que obviamente não possuem respostas certas, mas que me guiaram em todo o trabalho no complexo em questão. Não há dúvidas quanto à abundância de ostras em toda zona Diola. No entanto, as perguntas principais que fazemos são: por que tamanhas dimensões, principalmente do Icun I? Por que e como eles foram construídos? Por que praticamente não apresentam artefatos? Por que, em uma ampla área, justamente os 4 maiores se encontram próximos? Por que não há montes de tamanhos intermediários – com 3 ou 4 metros de altura, por exemplo? Se há muitas ostras em toda a região, e não somente em Coladje, por que somente em Coladje existem esses montes grandes? Por que, em um contexto de ocupação milenar na região, estes concheiros grandes foram construídos justamente no período moderno/contemporâneo? Não sendo concheiros tão antigos, por que não há uma memória coletiva sobre a sua construção, considerando a sua monumentalidade e importância religiosa atual?

Considerando que as datas não nos permitem saber com exatidão a diferença temporal das camadas, e ainda assumindo que as populações da aldeia, ao dizerem que não se recordam da sua construção, colocam os concheiros provavelmente no

final dos séculos XVIII e XIX, podemos levantar a hipótese de que eles tiveram um movimento de construção intensa. Certamente as populações da zona se alimentavam de ostras na região anteriormente, no entanto alguma situação ocorreu para que elas alterassem sua prática tradicional, de consumo familiar e sazonal, para algo massivo. Atualmente nas aldeias visitadas não existe propriamente um comércio estabelecido de moluscos, como se observa no delta do Saloum (Hardy et Al, 2016). A maior parte das aldeias Diola faz coletas para o consumo próprio, seja pelo molusco fresco ou seco, mas sem grandes quantidades.

Já em Djobel, devido à situação catastrófica em que vivem, na qual a maior parte das plantações de arroz foi destruída pelo avanço do mar, há sim um esforço enorme de coleta para comercialização destes moluscos, sendo apontado como a única forma de garantir a sobrevivência das famílias. Assim, após consulta às balobas que regem a atividade de coleta, e com sua autorização, se iniciam os trabalhos, que duram meses e se estendem, geralmente, entre final de janeiro até meados de maio (M.-C. Cormier-Salem, 1987a; Diatta et al., 2020).

Os trabalhos são por excelência uma atividade feminina, sendo elas responsáveis por todo o processo até a entrega das ostras nas residências. No caso de Djobel, a coleta é difusa, feita de forma familiar durante todo o período. Já no caso de Elia e Coladje, as mulheres se organizam em grandes campanhas, onde todas saem juntas para uma determinada zona para coletar os moluscos. O ritmo da campanha é variado, mas quando perguntamos, geralmente nos dizem que é um dia todo de coleta e dois de processamento em terra.

Assim, as campanhas produzem grandes quantidades de conchas de ostras de forma rápida, o que justifica as enormes barreiras que existem atualmente em Elia e Coladje. Acreditamos que os montes Iacun tenham sido construídos a partir desse processo de campanhas, coletas e processamento massivos. Sendo assim, a falta de artefatos pode ser mais um indicativo desta prática, pois qualquer outra atividade relacionada a um uso doméstico (monturo) deixaria diferentes vestígios de outras materialidades, como observamos em um contexto cronológico semelhante nas intervenções de Yal/Varela (Bumehbam II e Wodjok I). Eventualmente algum material pode entrar no registro arqueológico, mas seria uma exceção, e não a regra, pois a magnitude de deposição de conchas eclipsa outros artefatos. Agora, por que realizar campanhas massivas?

A resposta mais simples seria uma analogia com o presente. Como dito, no Senegal as ostras secas são comercializadas em grande escala. É de se presumir que no passado também existisse comércio delas. Por estarem cronologicamente situados no período moderno/contemporâneo, temos acesso a uma ampla documentação europeia, produzida sobre a região desde a chegada dos primeiros navegadores em meados do século XV.

Especialmente após a fundação do fortim e posterior vila de Cacheu em 1588 e Ziguinchor em 1645, a presença de europeus e lançados (ou afro-portugueses, cap. 2) se tornou permanente, alterando a dinâmica social na região, e deixando relatos escritos que podem nos apoiar em entender o que ocorria historicamente. Por fim, também por não ser uma distância temporal tão longínqua do presente, é possível termos um grande número de informações através de testemunhos orais, e aqui não há como não citar o trabalho de Robert Baum, que buscou, através da história oral e também documental, escrever a história da religião Diola neste período, e também suas movimentações e relações com o exterior.

Pelo trabalho de Olga Linares sabemos que as populações da região estão construindo concheiros pelo menos desde o ano 200 a.C. Isso estabelece uma temporalidade de 2000 anos de uma cultura de construção de concheiros. Não obstante, é curioso que os maiores concheiros de toda a zona sejam justamente de um período mais recente, da época moderna/contemporânea.

Dado o resultado cronológica das datações temos que tratar a construção sobre um prisma de uma longa duração na região, assumindo desde já que podemos estar errados em algumas das nossas interpretações, sendo os concheiros ou mais próximos do século XVII ou do XX.

Como momento de ruptura podemos nitidamente marcar o ano de 1815, momento que o tráfico de escravizados foi bruscamente interrompido, após ter atingido seu ápice no final do século XVIII, alterando uma dinâmica econômica e social que já durava séculos (Hawthorne, 1999, 2010b). Como debatemos no capítulo 2, no momento da chegada dos europeus havia, segundo eles próprios, uma variedade de reinos e estados na região da Casamança, sendo um momento tumultuado de invasões muçulmanas e conflitos entre os antecedentes dos povos Diola com uma população que já habitava o lugar: os Baynouk. A presença dos europeus trouxe um novo elemento a região, principalmente pelas novas possibilidades de comércio, incluindo aí o de escravizados. Cacheu, já no final do

século XVI, se tornou o maior entreposto comercial da região, servindo de ponta final do comércio de escravizados que eram oriundos de toda região.

Mesmo assim, era um lugar pequeno, com aproximadamente 80 residências que, segundo documentos, sofriam constantes ameaças dos grupos regionais, que inclusive cobravam impostos dos portugueses (Carreira, 1968; pp. 87-88). O comércio de escravizados era de fato o principal negócio, mas não era o único. Óleo de palma, arroz, couros, cera de abelha, entre outros gêneros, eram comercializados com os portugueses, sobretudo em troca de metal para uso militar e atividades agrícolas (Hawthorne 2010; p.80).

A maior parte das pesquisas sobre a escravidão na região focaram nos séculos XVI e XVII, onde as exportações de escravizados para a América espanhola atingiram os maiores números. Foi somente com a fundação da Companhia de Cacheu, Rios e Comércio da Guiné que a região começou a suprir regularmente os territórios portugueses, principalmente o Estado do Maranhão e Grão-Pará. Segundo Hawthorne (2010; p. 52) foi no século XVIII-XIX que a região da Guiné-Bissau foi profundamente atingida pelo tráfico. No período de 1751-1842, um total de 73.842 escravizados foram levados só para a região amazônica, principal destino dos escravizados da região para a América Portuguesa, onde eles formaram as etnias dominantes nos séculos XVIII e começo do XIX (Fig. 229).

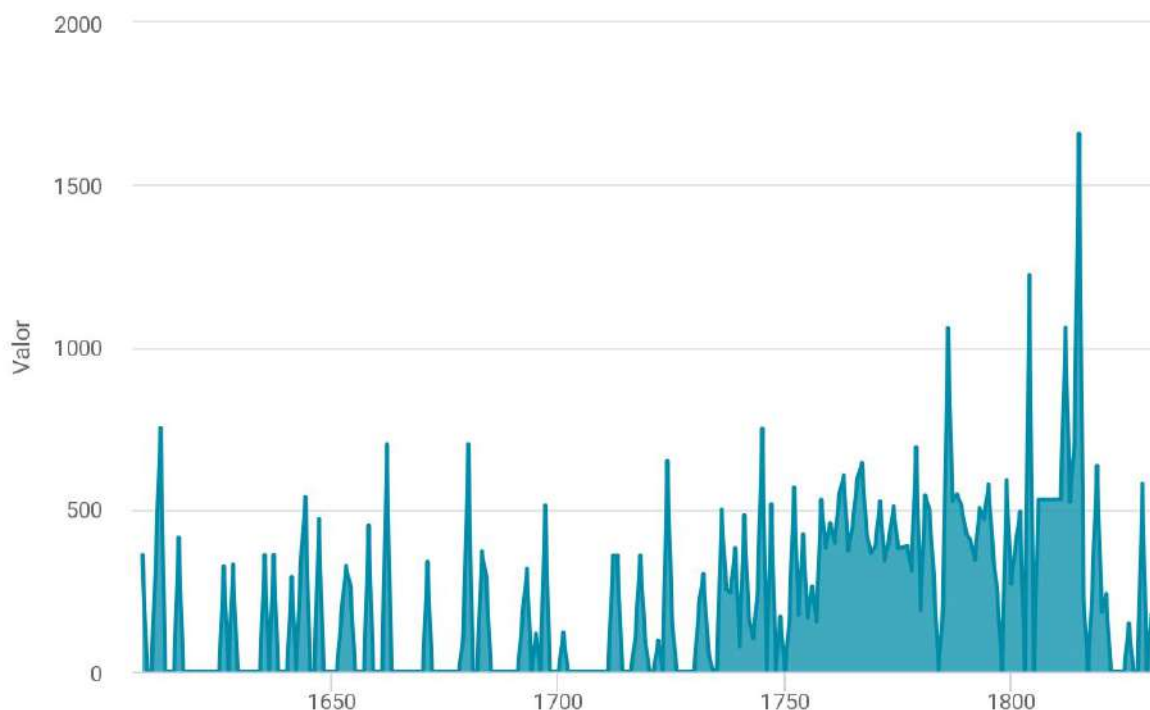


Fig. 229 - Total de escravizados que saíram do porto de Cacheu. Fonte: slavevoyagers.org

Mesmo que as viagens, nos finais do século XVIII não fossem muito longas, podendo ser realizadas entre 20 e 30 dias, o processo de embarque do escravizados levava bastante tempo (Hawthorne, 2010b). Diferente do caso angolano, em que os escravizados eram trazidos do interior em longas marchas e oriundos principalmente de conflitos militares, na Guiné, segundo Hawthorne, a escravidão no litoral tinha menor escala. A escravização era decorrente principalmente de punições dentro da própria sociedade ou casos de sequestros pontuais. Assim, os barcos europeus aportados em Cacheu não eram rapidamente preenchidos, podendo permanecer, no século XVII, até 9 meses aguardando completar o número máximo de escravizados. Durante este período, eles eram mantidos em casas em Cacheu, ou no próprio barco, precisando ser alimentados, por suposto, diariamente.

Os montes Iacun, nessa linha de pensamento, poderiam ter sido construídos como consequência da demanda por alimentação de escravos, principalmente no final do XVIII. Mesmo após intensa busca na literatura, não encontramos qualquer publicação que citasse uma ligação entre concheiros e o tráfico de escravizados. No entanto, no documentário *Enslaved*¹⁵, é apresentado um conjunto de concheiros na laguna de Igala no Gabão, que segundo o arqueólogo participante, Richard Oslisly, teriam sido criados pelos escravizados enquanto esperavam o embarque para as Américas. Pelo enorme volume de pessoas escravizadas, é de se esperar que existisse uma grande demanda por alimentos em Cacheu, e estando Coladje próximo (19,5 km) e com acesso por barco, pode ter sido uma opção da aldeia em suprir esta rede comercial (Fig. 230).

¹⁵ Cornelia Street Production. Lançado em 14 de setembro de 2020. Dirigido por Simcha Jacobovici e apresentado por Samuel L. Jackson. <https://www.corneliastreetproductions.com/productions/enslaved/>



Fig. 230 - Distância entre Coladje e Cacheu

Desta forma, os concheiros Icun seriam produto direto da exploração massiva de ostras para suprir uma demanda comercial, neste caso, o do tráfico de escravizados.

Revisitando a bibliografia consultada, no entanto, não encontramos menções explícitas sobre a importância do comércio de ostras secas em nenhum registro português (Brooks, 2003; Curtin, 1975; Hawthorne, 1999, 2010b; Mark, 1985, 2002; Newson, 2012; Newson & Minchin, 2007; Rodney, 1982; Wheat, 2016), nem nos que comentam especificamente a alimentação de escravizados aguardando embarque (Curtin, 1975; Newson & Minchin, 2007). A ausência de informações é um fator muito relevante para considerarmos como intrigante esta hipótese, que deve ser considerada em novos estudos, principalmente pela localização e cronologia dos concheiros. Se esses concheiros são um produto indireto do tráfico Atlântico, decorrentes de uma dinâmica comercial, isso dá a eles outros significados e demonstra como a dinâmica do tráfico afetou, inclusive, a paisagem desses grupos nesse período.

Nas documentações portuguesas, no entanto, eventualmente aparecem descrições como esta, de Almada [1594] (1964, p. 83) p.83: “Neste Rio [Cacheu] há

muito bom pescado e boas ostras, continuadamente andam os negros vendendo pelas portas aos brancos e assim as galinhas e todos os mantimentos”.

Considerando esta informação, podemos supor que existia uma demanda pelas ostras pelas próprias populações da região, sendo comercializadas em outras rotas existentes (Rodney, 1982). Assumindo então que os montes são decorrência direta do comércio de ostras secas para populações africanas do interior, outras questões aparecem.

Por que somente em Coladje? Realmente, se o comércio fosse tão produtivo e importante para a economia regional, era se esperar que em outras zonas ele também ocorresse (e aparecesse em registros portugueses). Coladje é a aldeia Diola (no território da Guiné-Bissau), junto com Causso, mais próxima de Ziguinchor (27 km), que desde o século XVI concentra rotas comerciais e feiras regionais. Talvez essa pouca distância de um centro de comércio tenha sido um fator decisivo para o interesse da aldeia em se especializar em tal atividade. Apesar de plausível, nos falta indícios, como documentos coloniais e as distâncias de Coladje para outras aldeias – principalmente via barco – não é tanta assim para a favorecer tanto geograficamente (Fig. 231).

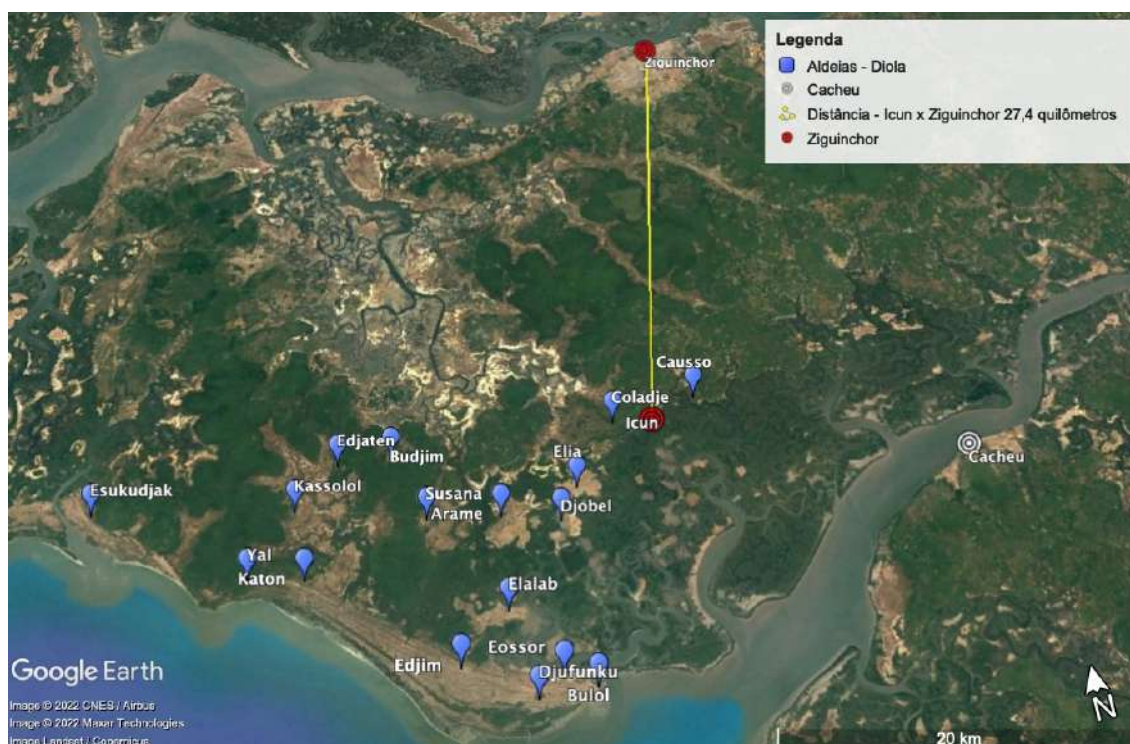


Fig. 231 - Distância de Coladje para Ziguinchor

Se a hipótese de Hawthorne e Mark estiverem corretas, que a entrada no tráfico de escravizados pelos povos Diola se deu pela necessidade de aquisição de

ferro para a fabricação do Kajendo (Cap. 2), então o declínio acentuado do mesmo pode ter levado a uma escassez do metal, forçando os grupos a encontrarem uma alternativa comercial para conseguir o mesmo, e este poderia ter sido a ostra seca. As ostras provavelmente tinham um baixo valor agregado, o que faria que para esta atividade valesse a pena, fosse necessário grandes quantidades e uma localização mais próxima para o comércio. Pesa contra esta hipótese justamente o fato de que tais montes só existem em Coladje, e tendo o fim do comércio de escravizados atingido a todos, não era de se esperar que os montes somente existissem em Coladje. Talvez pesquisas futuras consigam identificar um potencial superior de Coladje perante outras zonas, porém atualmente não conseguimos afirmar algo neste sentido.

Outra possibilidade é a de que em Coladje pudesse existir algum centro político e de poder, que justificaria uma maior população, e talvez algum tipo de controle do comércio e produção. Sabemos, pela documentação histórica, que no começo do século XVI, o cronista português Valentim Fernandes citou a existência de um Reino Mansa Felupe nesta zona, sem precisar onde (Fernandes, 1952). Thomas e Baum acreditam que o atual rei de Kerouhay (Caroai), na região Diola-Felupe na Guiné-Bissau, seja o herdeiro simbólico deste monarca antigo. Se assim for, seria distante de Coladje (27km). Pela falta de outras informações documentais, a hipótese que Coladje tenha sido sede de algum tipo de centralidade política nos parece pouco provável.

As campanhas são feitas de forma coletiva pelas mulheres da aldeia. Talvez, no passado, existisse (ou ainda exista, mas não nos contaram) algum ritual em que mulheres de toda a zona vão até Coladje para realizar a campanha coletivamente. Isso explicaria as grandes quantidades de ostras e os montes sendo construídos rapidamente em somente um lugar.

Para além do comércio ou comércio-ritual, não podemos descartar a hipótese de que esses enormes montes foram construídos como uma resposta a um período de fome intensa. Esta é, inclusive, a explicação dada por Pelisser (1966; pp.701-702) para a construção da maioria dos concheiros entre os Diola:

Por fim, as técnicas de preparação das ostras lançam luz sobre outro problema, o da origem dos aglomerados de conchas, bastante frequentes, como dissemos, nas margens do estuário e nos remansos tributários. De fato, estão sendo construídos kjeikkenmiidding perto de cada acampamento de pesca, pois as conchas são deixadas no local após a queima e a remoção dos moluscos. Podemos, portanto, pensar que é com processos idênticos que

se empilharam os montes de conchas de vários tipos que os Diola chamam de bakencob e cujas tradições remontam a uma época em que o déficit persistente de chuvas esterilizava os arrozais e obrigava seus ancestrais viver da coleta, principalmente do marisco.

A região Diola se encontra na fronteira climática entre o Sahel, marcado por poucas chuvas e de forma intermitente, e a floresta tropical úmida, essa sim com maiores volumes de chuvas e maior regularidade. Como populações rizicultoras, as mesmas precisam de grandes quantidades de chuva para conseguirem produzir o arroz *oryza glauaberrima*, especialmente na modalidade de bolanha salgada. Talvez, em um período de seca e fome generalizada, a alimentação massiva de ostras tenha sido uma das poucas alternativas disponíveis para evitar a fome, considerando a abundância do molusco na região.

Novamente, se a hipótese de Hawthorne e Mark estiver correta sobre os motivos da entrada no tráfico de escravizados, então o declínio acentuado do mesmo pode ter levado a uma escassez do metal, e consequentemente uma maior dificuldade do cultivo do arroz, culminando numa possível fome. Novamente, pesa contra essa hipótese justamente o fato de que somente em Coladje se encontram esses montes enormes, o que torna muito improvável que um evento climático dessa magnitude tenha somente atingindo Coladje, preservando as demais.

Como se vê, todas as possibilidades aventadas possuem contradições e problemas que não nos permitem chegar em alguma conclusão mais provável. Isso não nos impede de buscarmos entender os montes por si próprios. Por que fazer montes?

Hardy et al. (2016) também encontraram montes das práticas de comércio atuais entre os Sereer, e também não apresentaram uma única possibilidade para tal forma. No caso das aldeias por eles estudados, pode ser uma questão de espaço, pois, claro, empilhar ocupa menos espaço do que deixar uma grande superfície. Dependendo da organização social adjacente, esse pode ser um caso. No caso de Coladje, não temos dados que nos permitam afirmar que houve uma mudança da localização das casas atuais para a zona mais próxima à costa do que atualmente. Talvez a localização concentrada dos concheiros Iacun seja justamente um indício de concentração da população. Pesa contra isso que os Diola-Baiote, como vimos no capítulo 8, atualmente se organizam de forma espaçada na paisagem. Assim, assumindo que o espaço era amplo, assim como é hoje, não nos parece um motivo primordial. A comodidade do local certamente influenciou, pelo menos nos casos dos

Icun I e V, em que se encontram justo ao lado do principal braço de mar, possibilitando assim, um embarque e desembarque mesmo em maré baixa.

Então, como explicar que a distância do braço de mar principal até o Icun II supera os 300 metros, e ainda com trechos na lama? Teriam as pessoas realmente andando com milhões de conchas em balaies e cestos por 300 metros, com trechos na lama, somente para amontoar nesse local por falta de espaço? Não nos parece algo razoável. Dada à grande dinâmica geográfica da região, é possível que nesse período, o braço de mar principal se encontrasse mais próximo dos Icun II, III e IV, ou mesmo existisse outro braço menor que pudesse facilitar o desembarque.

Esse é um indício forte, acreditamos, de que, por algum motivo, a construção dos concheiros monumentais provavelmente envolvia algo a mais do que simplesmente um desejo de empilhar conchas. Isto reforçaria uma construção ligada a um evento ritual coletivo regional. Em toda a zona não há outros concheiros com dimensões nem minimamente comparáveis, e indo além, em Coladje propriamente, não há, com exceção destes 5, outros concheiros com tamanhos intermediários, como de 4 ou 5 metros de altura. Isto sugere que de fato a construção destes 5 concheiros com as tamanhas dimensões que possuem hoje (ou que deveria ter, no caso do Icun V), muito próximos entre si, foi uma ação deliberada e intencional.

Ao compararmos a complexidade estratigráfica do Icun I do perfil Noroeste com o Nordeste é realmente muito interessante observarmos como o mesmo concheiro pode ter momentos de construção diferentes. Acreditamos que, pela estratigrafia e topografia dos concheiros, a construção não ocorreu de forma uniforme, em um único monte, sendo que o que vemos atualmente é uma junção de montes menores unidos. No perfil noroeste, com exceção da penúltima camada, que consiste de ostras soltas com sedimento (ostras trituradas?) e eventualmente carvão, que possui 1,2 metros de altura, as demais camadas são todas intercaladas com alguma outra camada. Mesmo se considerarmos que o monte tenha sido construído em um curto espaço de tempo, isso não significa que não houvesse alguma interação com o monte no processo de sua construção, seja no pisoteio, incêndios (fogueiras intencionais?), deposição de cerâmicas, ou até algum tipo de vegetação. Ou seja, certamente este local teve uma história mais complexa do que uma simples deposição imediata de conchas.

Por falta de maiores elementos etnográficos e um trabalho profundo de história oral na aldeia, podemos nos basear somente nas evidências materiais para

nossas conclusões. Isto considerado, por que tamanha dimensão, principalmente do Iacun I?

Não podemos deixar de notar que, por suas imensas dimensões, o complexo Iacun pode ser entendido como um conjunto de lugares significativos, componentes de uma paisagem. Suas dimensões sem comparação em toda a região (isso incluindo os concheiros do Senegal estudados por Linares), talvez no período da sua construção, tenham sido um verdadeiro evento social, não somente por eles em si, mas todo o esforço envolvido em sua construção, o que seguramente mobilizou centenas de pessoas (mulheres, provavelmente). Atualmente os Iacun I e Iacun III possuem em sua superfície locais sagrados para as mulheres. Teriam sido construídos os montes para abrigar estes locais sagrados? Plausível, mas não conclusivo, pois são 5 montes, e somente dois possuem locais sagrados, que apesar de serem importantes para as mulheres, não são os mais relevantes, o que talvez não justificasse um esforço tão monumental. Será que no passado todos foram sagrados?

Os locais sagrados apontam, talvez, para uma resignificação posterior dos montes, criando e incorporando na paisagem um lugar significativo, com uma natureza que remete à construção feminina; uma ação feminina no território, dentro do contexto sagrado da aldeia. Construir montes destas magnitudes sem dúvidas cria um vínculo de coesão social e de propósito, pois é impossível poucas pessoas fazerem tamanha obra, sendo, assim, um trabalho coletivo intenso, que não só alterou a rotina da aldeia, mas provavelmente o próprio sentimento do lugar em si. Acreditamos, desta forma, que a construção dos concheiros serviu para marcar a paisagem, o trabalho, o território, o *terroir*, criando novos lugares que, talvez posteriormente, ou mesmo na época, foram utilizados pelas mulheres em suas práticas religiosas, um lugar feito por elas e para elas.

Isto corrobora com a importância do *terroir maritime*, exposto no primeiro capítulo, e reforça a importância dos concheiros dentro do *terroir*. Considerando ainda seu aspecto sagrado, os concheiros, e os lugares sagrados em sua superfície, podem ser esse vínculo com o outro mundo, esta ligação com o ambiente aquático, conforme afirmaram Lamine Sané et Al (2021; p. 46).

Tendo povoado um espaço qualificado como “anfíbio” por suas paisagens aquáticas, os ajamaat ao mesmo tempo forjaram uma cultura ligada a esse ambiente aquático. Morada privilegiada dos espíritos dos ancestrais, bichos duplos totêmicos e certos poderes invisíveis do universo religioso ajamaat, essas paisagens aquáticas constituem um alicerce da identidade cultural

dessa população. Assim, os vínculos sagrados que unem os ajamaat a essas paisagens aquáticas fizeram com que sua preservação sempre fosse uma preocupação da sociedade. Ambientes naturais que abrigam inúmeras espécies, tanto vegetais como animais, as proibições tradicionais e o medo místico desenvolvido em torno de certos locais aquáticos contribuem muito para a proteção da biodiversidade. Importa, no entanto, sublinhar que os fenômenos ligados à degradação das condições climáticas, cujos efeitos são muito visíveis em algumas delas, bem como a atual pressão sobre o solo, constituem ameaças à preservação deste ambiente.

Os concheiros, nesta perspectiva, podem ser então esses elementos fundamentais para a harmonia da paisagem, e sustentam o modo de vida e o ambiente, o que entendemos como o *terroir*.

Como é evidente ao estar nos concheiros, a ideia de abundância é latente, ainda mais sabendo que possivelmente os concheiros tenham sido construídos de forma bastante rápida (considerando as datações, e principalmente as poucas camadas reconhecíveis). É um símbolo único da fartura de ostras, do conhecimento em coletá-las e também o de manejá-las no ambiente. Se nossa hipótese de terem sido construídos como consequência de uma prática comercial intensiva estiver correta, acreditamos que pelo menos na época eles teriam sido entendidos como símbolos do comércio, dos recursos e bens que podiam ser adquiridos com eles, talvez um exemplo inequívoco na paisagem da prosperidade da aldeia. Não sendo concheiros tão antigos, por que não há uma memória coletiva sobre a sua construção, considerando a sua monumentalidade e importância religiosa atual?

Acreditamos que esta seja uma questão relevante para toda a pesquisa realizada, pois traz ao centro do trabalho algo que muitas vezes queremos fingir que não ocorre, ou simplesmente ignorar para não encarar problemas como a falta de dados.

Uma possibilidade é simplesmente assumir que as populações Diola não possuem uma lembrança histórica profunda, guardando informações somente de algumas gerações, e não sendo uma narrativa histórica propriamente dita. No único caso que tivemos em que uma pessoa, no caso o Sr. João Manga, contundentemente afirmou que o concheiro Hoton possuía muitos séculos, a datação mostrou que o local é recente, provavelmente do final do século XIX. Seu depoimento sobre este sítio específico, desta forma, nos revela uma relação de profundidade temporal, mas não cronológica das populações com o território. Essa memória ancestral aparece nos concheiros, que são de alguma forma marcos na paisagem desse passado que

continua presente no *terroir*. Pelo seu depoimento, tenderíamos a considerar que as populações Diola não teriam uma cronologia sobre o passado.

No entanto, não acreditamos que esse seja o caso. O trabalho de Baum (1999, em especial o apêndice) nos revela justamente o oposto. Através de uma imersão etnográfica entre os Diola-Felupe do Senegal, ele não só conseguiu registrar uma ampla gama de cronologias de santuários sangrados (*balobas*), mas, e principalmente, articular estas informações para construir uma narrativa histórica que consegue nos revelar detalhes sobre a ocupação das populações na zona as diferentes dinâmicas sociais que ocorriam nas aldeias, tais como a escravidão, conflitos, comércio e etc.

Como mencionamos anteriormente (cap. 5), tivemos uma grande dificuldade em nos inserir no campo, e nos fazer entendidos. Em todos os lugares, ficamos com um sentimento claro de que não queriam/podiam nos revelar/conversar sobre tudo. Creditamos justamente a falta de tempo e capacidade para entendermos melhor as dinâmicas históricas das populações Diola. E isto ficou mais explícito com relação ao caso dos concheiros Icun I e III de Coladje. Apresentamos agora um relato que busca exemplificar esta dinâmica.

Há um concheiro entre Cristo (Alá?) e a Baloba

Logo na primeira visita a Coladje (dezembro 2019), ficamos impressionados com a barreira de conchas existentes e decidimos suspender as pesquisas naquele momento, porque demandariam muito tempo, e assim, voltaríamos no final do campo (janeiro 2020). Assim o fizemos. Neste momento fomos apresentados a Eusébio Coli. Sua família é numerosa, e ele é muito articulado com a comunidade, pelo menos essa foi a impressão inicial. Nessa primeira visita ele nos acompanhou, e mesmo deixando explícito que buscávamos montes de conchas grandes, como os da foto, ele não nos levou até os concheiros Icun.

Bem, quando voltamos a Coladje em janeiro de 2020, durante uma semana ficamos mapeando a imensa quantidade de concheiros de Coladje, e eis que, no terceiro dia, ele então “decide” nos apresentar aos sítios principais, o complexo Icun. Lembro do espanto ao ver aqueles montes, e comentando a companheira da pesquisa, a arqueóloga Marília Oliveira Calazans:

- Por que, ele sabendo desde o início que era exatamente isso que buscávamos, só nos foi mostrar hoje esses concheiros?

Completamente surpresos, e muito felizes em encontrar concheiros tão incríveis, seguimos os trabalhos de mapeamento. Durante todo o tempo, poucas pessoas da aldeia vieram conversar conosco.

Antes de retorno ao Brasil, solicitei ao Eusébio que convocasse uma reunião com toda a aldeia, para explicar o que fizemos naqueles dias, comentar sobre quem eu era, meus objetivos de pesquisa e principalmente a intenção de voltar no outro ano para fazer as escavações arqueológicas. A reunião foi meio confusa. Jovens não estavam prestando muito atenção, os velhos estavam mais interessados em beber vinho de palma, e claramente Eusébio fazia um esforço enorme para ser ouvido pelos presentes. Não senti qualquer hostilidade, mas não poderia dizer que houve um interesse do público. Perguntei ao Eusébio, após a fala dele, o que ele disse sobre os planos das escavações. Ele me respondeu:

- Comentei que quando estive em Gâmbia, eu vi muitos turistas brancos e dos Estados Unidos que iam ao país para ver lugares de memória da época da escravidão. Que isso gerava muito dinheiro para as pessoas, que tinha museus, artesanato e passeios. Disse que a nossa aldeia poderia, através das suas pesquisas, se tornar algo assim, um local turístico e atrair desenvolvimento. É muito importante termos dinheiro na aldeia, as pessoas aqui são pobres, e precisam de dinheiro.

Mesmo eu nunca tendo dito nada sobre escravidão, ou feito qualquer relação dos concheiros com turistas, ele, pelas suas referências, fez uma analogia que considero correta, pois sim, de alguma forma, uma das consequências possíveis das pesquisas é criar uma consciência dos concheiros enquanto locais de memória, patrimônio e etc. O que fiquei pensando, somente, é se outras pessoas da aldeia compartilhavam de tal perspectiva “desenvolvimentista”, ou só queriam viver suas vidas como “sempre foram”. Me despedi da aldeia, com essas questões, e com muita vontade de realizar os trabalhos arqueológicos...

Devido a pandemia do COVID-19, tivemos que adiar por quase 2 anos os trabalhos de campo, conseguindo irmos somente em janeiro de 2022 a campo. Antes de irmos, liguei para Eusébio, e disse que chegaria à aldeia no dia 4 de janeiro, e que seria importante uma reunião com a aldeia toda para explicar o que faríamos e se teríamos a concordância da comunidade. Essa reunião já se configurou de forma totalmente diferente. Havia muito mais gente – estimo algo de 150 pessoas – e todos ali estavam para ouvir, não era um ambiente descontraído. Na mesa dos convidados

com direito a fala, estavam, além de mim e Marília, Eusébio, o Comitê Baciro, o Régulo Martinho Mangá e representantes da Associação Filhos de Coladje. Durante quase 2 horas, busquei explicar da forma mais detalhada os objetivos dos trabalhos, o que iríamos fazer, onde iríamos escavar. Houve uma linda discussão por parte dos mais velhos, que deram suas explicações sobre o porquê da existência daqueles concheiros enormes. Algumas mulheres também participaram, mas claramente, o espaço de fala e poder era masculino. A comunidade nos solicitou duas coisas para autorizar os trabalhos:

- 1- Que o trabalho fosse feito da melhor forma possível, porque era do interesse de todos saber mais sobre os antepassados;
- 2 – Que buscássemos, no futuro, a criação de um pequeno museu para apresentar a comunidade, e aos visitantes, a história dos montes de conchas e da aldeia.

Muito agradecidos com a enorme receptividade da aldeia, convidamos a todos que quisessem, para nos visitar durante os trabalhos e nos ajudar.

Durante os trabalhos de escavação, alguns jovens foram nos visitar para conhecer os trabalhos, e alguns outros inclusive nos ajudaram a escavar propriamente, e darem suas opiniões sobre as camadas estratigráficas. O local da escavação foi definido por mim, com um critério estritamente arqueológico: qual parede apresentava maior verticalidade, para economizarmos o trabalho de abrir o perfil estratigráfico. Escolhemos dois locais no I Cun I e I Cun III, que, ao topo, se encontravam artefatos cerâmicos que os jovens nos disseram que eram balobas/locais sagrados para as mulheres, parte do Fanado (culto de iniciação) feminino.

Questionei, por diversas vezes, se seria adequado escavar naqueles locais por causa das Balobas, e sempre nos foi dito, que como não iríamos atingir as balobas propriamente, e que eram só próximas, que não havia problema algum. Detalhe, que nenhuma mulher estava presente nessas discussões antes de iniciar as escavações, e como foi dito claramente na reunião geral que iríamos escavar nestes montes, e não foi colocado qualquer objeção pelas muitas mulheres presentes, decidimos continuar com os trabalhos.

Nos momentos dos trabalhos (Fig. 232), percebemos que todos que estavam indo nos ajudar eram amigos ou partes da Associação Filhos de Coladje, e que o seu presidente, Sousa, era um cristão. Não discutimos religião em nenhum momento, e não sei quantos ali presentes eram cristãos ou balobeiros.



Fig. 232 - Trabalhos de abertura da sondagem do concheiro Icun I

No último dia de trabalho, no entanto, algo ocorreu. Eusébio estava falando muito ao celular com diversas pessoas, e enquanto passávamos na casa de algumas pessoas até chegar aos concheiros, Eusébio era convidado a entrar nas casas para conversas longas. Isto não tinha ocorrido até então. Ao final do dia, quando fomos comprar sabão em pó no único mercadinho da aldeia – o dono nos pergunta se estávamos indo embora por causa dos “boatos das mulheres”. Disse que estávamos indo porque o trabalho tinha sido concluído. Sem saber o que era aquilo, conversei com o Eusébio que nos explicou o que estava acontecendo.

Após o início das escavações, muitas mulheres conversaram entre si dizendo estarem preocupadas com as duas balobas presentes no Icun I e Icun III, e que os trabalhos deveriam ser interrompidos para esclarecimentos. O boato, aparentemente era generalizado, somente nós não sabíamos. Ninguém nos deixou de tratar bem, ou dizer algo diretamente, mas certamente estava tendo esse debate nos bastidores, e uma tropa de “bombeiros” apagando o fogo, tropa esta formada por Eusébio e os membros da Associação Filhos de Coladje. Como era o nosso último dia de trabalho, e já tínhamos concluído, conversei com Eusébio e Sousa sobre a necessidade de uma reunião imediata, ou se aguardávamos a reunião final já planejada, e eles optaram pela segunda opção.

Assim, após 10 dias de escavações, partimos para outras aldeias para continuar os trabalhos, com a promessa, de ao fim de todos os trabalhos, retornar a Coladje, para um evento de despedida, e apresentação dos resultados e a inauguração de uma exposição na escola com fotografias dos concheiros Diola em 2019/2020.

Os trabalhos em outras aldeias se seguiram sem qualquer imprevisto “religioso”. Em Yal/Varela os concheiros são tratados como monturo, e em Elia, escavamos um concheiro associado a uma antiga casa. Curioso, no entanto, é que o nosso amigo em Elia, que nos guiou até o concheiro, João Manga Amparangau, após ver o que fizemos – uma pequena sondagem para coleta de material para datação – se sentiu empolgado em saber mais sobre a história da aldeia, e nos levou até uma baloba da sua família.

Claramente sendo um sítio arqueológico, com vestígios cerâmicos em superfície, ele nos pediu para escavarmos ali, que gostaria de saber mais sobre a história da aldeia e da sua família. Explicamos que nosso objetivo nesta pesquisa era somente os concheiros, e assim, infelizmente não poderíamos fazer a escavação. No entanto, eu perguntei:

- Por ter uma grande baloba aqui, não há problema em escavarmos?

Ele respondeu:

- É só fazer do lado, não pegando direto nela, não há problema.

Ao ter escutado este comentário, até fiquei mais tranquilo com relação a Coladje, pois talvez a questão das escavações perto de balobas realmente não fosse um consenso...

Como planejado desde o início das pesquisas, organizamos um evento em Bissau, no Centro Cultural Brasil Guiné-Bissau, órgão ligado a Embaixada do Brasil em Bissau, com os resultados das intervenções arqueológicas, conclusões prévias a apresentação da importância da arqueologia para a Guiné-Bissau. Além de mim, participou como palestrante do evento, o arqueólogo Bissau-guineense Leonardo Cardoso. O auditório de 60 pessoas estava lotado, incluindo muitas pessoas de Coladje que vivem em Bissau. Após o evento, durante o momento de café, algumas pessoas de Coladje se apresentaram para mim. Destaque para o Sr. Humberto. Ele é cadeirante, e é dono de uma das maiores escolas privadas de Bissau, com milhares de estudantes. Se apresentou como um fã do Brasil, país que já tinha visitado mais de uma vez.

Disse que durante o período que estávamos em Elia e Yal/Varela, estive em contato com o Souza e Eusébio, e que se deslocou até Coladje para conversar com as mulheres que colocavam oposição ao nosso trabalho. Disse que fez isso, porque acredita na importância da arqueologia, do desenvolvimento e da ciência. Como cadeirante, imaginamos a enorme dificuldade de fazer o deslocamento até Coladje, considerando as péssimas condições da estrada que liga Bissau a São Domingos, e as condições catastróficas da estrada de São Domingos até Coladje, que faz com que uma viagem de 14 quilômetros leve 1 hora e 15 minutos. Disse que após a sua ida, e a conversa com outras lideranças da Associação Filhos de Coladje com as mulheres, elas ficaram esclarecidas do trabalho.

No dia seguinte, dia 2 de fevereiro de 2022 – dia do suposto golpe de Estado em Bissau, retornamos à aldeia, em um carro cedido pela Embaixada do Brasil. Ao chegar, vimos a mesma quantidade de pessoas da primeira reunião, ou talvez até mais, e um clima mais descontraído, em um primeiro momento (Fig. 233). Havia música, dança, e parecia mesmo uma recepção para nos agradecer do trabalho feito pela comunidade. A mesa de “autoridades” agora tinha, além de mim e Marília, a ausência do Régulo, o comitê Baciro, a presença dos jovens da Associação Filhos de Coladje, e a presença do administrador da região de São Domingos (algo como o prefeito da zona), que se deslocou conosco, e uma brasileira, missionária, que foi convidada para se juntar a mesa.



Fig. 233 - Reunião para apresentação dos resultados das intervenções - Coladje

Estranhamos a presença dela, pois não a conhecíamos, nunca a tínhamos visto, e não entendíamos o porquê da sua presença na mesa. Ao princípio da reunião decidimos que dinâmica seria de uma apresentação geral, uma visita de todos os sítios escavados, e o retorno para as explicações e comentários.

As apresentações foram seguidas por longos agradecimentos de todos os participantes a aldeia, o apoio as pesquisas. Os agradecimentos eram direcionados, principalmente as mulheres. Após as falas, Souza – presidente da associação – convida a missionária dar uma palavra ao público. Ela então toma a palavra e afirma: *- A presença destes arqueólogos aqui na aldeia de vocês vem mostrar como Deus é bom e está agindo para o progresso desta terra. Quem poderia imaginar que conchas, algo tão singelo do seu cotidiano, seria tão importante? Só mesmo mostra como Deus é generoso e quer o desenvolvimento de Coladje. Estes pesquisadores brasileiros estão aqui como prova maior disso.*

A sua fala foi a última, e depois dela, levantamos para irmos até os sítios. Confesso que fiquei incomodado com sua fala, pois as pessoas poderiam confundir nossa atuação em prol da “ciência” a uma ação religiosa. Perguntei ao Eusébio se deveria pedir a palavra para dizer que nosso trabalho ali não tinha nenhuma conotação religiosa, muito menos tínhamos qualquer ligação com a Missionária ou Igreja Cristã. Ele me disse que não seria oportuno, pois quem a convidou para estar presente foi o

Souza e o Administrador, e assim, poderia causar um conflito desnecessário. Que ele, como muçulmano, sabia que aquilo era uma baboseira, mas que deveríamos entender como parte das relações externas da Aldeia, que inclui busca de melhorias para a escola, atendimento de saúde e etc... Entendendo a situação, me aproximei de várias pessoas, para dizer no particular que não concordava com aquilo, que inclusive nem cristão eu era, e etc... Assim seguimos para visitar o concheiro Icun I.

Neste local, a imensa maioria dos homens presentes nos disse que nunca tinham ido lá, que era uma surpresa enorme existir algo assim na aldeia, e estavam maravilhados, tirando fotos, selfies e gravando mensagens para enviar para outras pessoas(Fig. 234). Estava também presente um jornalista da Rádio Nacional, para realizar matéria sobre as pesquisas.



Fig. 234 - Moradores de Coladje visitando a escavação - Icun I



Fig. 235 - Souza e amigo posando para fotos no perfil do Iacun III.

Foi um momento mágico. Perguntei para mulheres presentes na visita, que disseram que todas conheciam ali, pois era um lugar sagrado delas. Apesar de estar perto da Baloba, a abertura do perfil não está tão perto assim, distando uns 10 metros à esquerda. Durante a minha fala explicando o que fizemos, ninguém fez qualquer comentário relativo a baloba.

Seguimos para o Iacun III (Fig. 235). Chegando lá, também fiz as explicações, e neste momento, um grupo de mulheres se manifestou. Elas questionaram principalmente que abertura do perfil foi feito praticamente embaixo do local da baloba. Realmente, o alinhamento é praticamente o mesmo, distando do início da abertura da parede até a baloba uns 2 metros, subindo o monte. Falando em Diola-Baiote, foi feito grande debate que não pude entender. Sempre com a palavra algumas mulheres jovens, e as respostas feitas por membros da Associação Filhos de Coladje e o Eusébio. Eusébio, inclusive, em dado momento, fala em kriol para as mulheres:

- A responsabilidade do buraco ter sido feito neste lugar é nossa, e minha, eu disse para eles que não tinha problema. Não misturem as coisas, temos que entender que o trabalho é para o bem da aldeia, e que se esse era o melhor lugar, assim foi decidido e aprovado por nós da aldeia que estávamos acompanhando Bruno e Marília.

Após muito debate, uma das mulheres me perguntou diretamente:

- O que vocês podem fazer para evitar que haja um desmoronamento do monte, e que a baloba seja destruída?

Naquele momento tão importante, conversei com a Marília e Eusébio, e propomos duas opções. A colocação de uma grande lona cobrindo o buraco, evitando assim a entrada da água da chuva, ou mesmo a construção de uma pequena estrutura com chapas de zinco, para evitar a chuva. Em conversa em Diola-Baiote, eles decidiram que a lona seria o suficiente, pois assim, poderiam retirá-la em algum momento, permitindo a visita e observação das camadas. Aparentemente as mulheres ficaram satisfeitas com a solução proposta. Acabamos que compramos a lona em Ziguinchor e demos para Eusébio entregar para a Associação colocar nos locais.

Após a visita, fomos ao Horon Guiba, que não teve qualquer comentário. Retornando ao local da reunião, se iniciou uma longa série de falas, novamente de agradecimentos. Ressaltamos aqui, que o administrador foi que mais falou, e ele insistentemente repetiu a seguinte frase:

- Gostaríamos novamente de agradecer o apoio de toda a tabanka de Coladje, em especial as mulheres. Depois de visitarmos locais tão incríveis, temos que agradecer vocês por terem preservado aqueles sítios por tanto tempo, e de forma tão cuidadosa. Se não fossem vocês esses sítios poderiam ter sido destruídos há muito tempo. Vemos que no Senegal os montes são destruídos para fazer estradas ou construções, e assim, é muito importante preservarmos os sítios e locais para que mais pessoas possam conhecer. As mulheres de Coladje estão de parabéns. Estes montes são um patrimônio de todos os povos da Guiné-Bissau.

Todos os discursos seguintes, principalmente de Humberto, seguiram o mesmo mote de agradecimento. Nenhuma mulher fez qualquer outra crítica, e algumas tomaram a palavra para fazer elogios ao nosso trabalho, desejando sucesso e que voltássemos no ano seguinte para continuar as pesquisas. Felizmente a missionária não fez qualquer comentário quando foi-lhe oferecida a palavra. A cerimônia se encerrou, com os primeiros comentários de que tinha ocorrido uma tentativa de golpe de Estado em Bissau, e uma linda dança e entrega de presentes para nós.

Este episódio, destacamos, para ilustrar como a arqueologia está permeada de diversos fatores. Enquanto arqueólogo em uma situação de ausência de trabalho

etnográfico próprio, tendo que confiar nas instituições locais para realizar os trabalhos, acredito que tive sucesso na empreitada, porém muitas reflexões e contradições ficaram. Em artigo posterior a tese, iremos analisar especificamente a questão religiosa envolvida no conflito. Agora nos cabe refletir sobre diversas questões: Teria eu “descoberto” os sítios Iacun, ou mais em geral, se o meu contato conseguido realizar a pesquisa caso o meu primeiro contato fosse um tradicionalista ao invés de um muçulmano? Mesmo me opondo ao discurso da missionária, teria eu conseguido realizar as sondagens se os jovens cristãos (evangélicos) de Coladje não tivessem assumido a responsabilidade de explicar e esclarecer a situação para as mulheres? Teria eu conseguido realizar a pesquisa, se Humberto e outros “da cidade” não tivessem ido lá explicar os possíveis benefícios das pesquisas? Mesmo que isso implique, de alguma forma, uma mudança no cotidiano e forma de vidas pessoas? Quais serão as repercussões das conclusões das pesquisas para esse debate religioso? Como ficarão os locais com as sondagens? Terão contribuído para, em um futuro, a destruição dos locais sagrados das mulheres?

São questões que não possuem resposta neste momento, e apontam para pesquisas futuras, especialmente os conflitos religiosos. Porém, retomamos nossa pergunta anterior: Não sendo os concheiros tão antigos, por que não há uma memória coletiva sobre a sua construção, considerando a sua monumentalidade e importância religiosa atual? Como explícito por este caso, não é que não exista uma memória sobre o lugar. As mulheres estimam, cuidam e valorizam muito os concheiros. Provavelmente, se realizarmos uma pesquisa semelhante a de Baum (1999), teríamos muitas informações históricas sobre o lugar, e poderíamos entender melhor o que de fato ele significa para as mulheres, para além de uma questão óbvia de sacralidade por possuir as balobas. Os concheiros Iacun I e III são, sem dúvidas, lugares significativos para as mulheres. O que nos intriga, porém, é como parte dos homens não terem conhecimento do lugar? Considerando que o “mundo” da aldeia não é tão grande, deveríamos pressupor que todos conhecessem bem toda a zona...

Sabemos, pela etnografia, que mesmo dentro de uma aldeia, existem lugares de homens e de mulheres (R. Baum, 1999a; L.-V. Thomas, 1959), o que este caso nos revela é que os concheiros podem, talvez, estar incluídos nesta esfera de gênero. Em todas as aldeias, foram somente os homens que nos guiaram na prospecção dos concheiros, o que visto de forma retrospectiva, mostra uma limitação. Aventamos a possibilidade, desta forma, que a quantidade de concheiros seja muito maior, e talvez

aí esteja a chave para respondermos uma questão aparentemente sem resposta: como é possível que Olga Linares encontrou sítios arqueológicos de 2 mil anos, e na mesma zona, em distâncias menores que 30 quilômetros, não encontramos nada antigo?

Outro elemento interessantíssimo, é que a partir do momento que estes homens conheceram o lugar, uma significação completamente estranha a cultura Diola foi feita, a ideia de patrimônio (ou mesmo do sítio arqueológico). Subitamente ocorre uma valorização dos concheiros enquanto um bem coletivo, não somente para a aldeia, mas para os Diola, Guiné-Bissau e os estrangeiros, que abre muitas possibilidades de ação, sendo a mais óbvia o turismo (calcado em uma ideia de desenvolvimento). Como as mulheres, protagonistas e “donas” reconhecidas por todos presentes, observam esse movimento?

Encerramos este capítulo, e a tese, com mais questões do que respostas. Considerando o pouco tempo de trabalho de campo, a falta de uma abordagem etnográfica, e a revelação no final do campo da complexidade de gênero, religiosa, geracional, hierárquica, apenas começamos a somente entender um pouco do passado e presente do complexo de concheiros Içun. Depois de ter percorrido todas as aldeias, e visto tantos concheiros, não resta dúvida da singularidade destes concheiros, impactantes em todos os aspectos, não somente em suas dimensões, mas, e especialmente, no seu papel relevante e ativo para a vida das mulheres da Aldeia, e agora, para o patrimônio cultural e arqueológico da Guiné-Bissau. Esperamos que nossas reflexões permitam abrir caminhos para novos trabalhos e projetos, pois é urgente que a Guiné-Bissau, em especial os povos da costa, tenham uma história (e presente) para além da documental colonial, que sabemos, tem seus limites.

Considerações finais

Não importa quão pequena, grande, simples ou complicada uma pilha de conchas é, todos estes sítios se formaram com intenção humana, através de tomada de decisões, e comportamentos padronizados que deixaram vestígios físicos na paisagem. Sendo a intenção humana simplesmente de dispor de refugio, construir uma plataforma, manter o odor de moluscos apodrecendo longe das áreas de habitação, ou construir um marcador de território ou um monumento cerimonial, concheiros foram formações humanas propositais com histórias multifacetadas. Desta forma, uma única explicação é insuficiente para caracterizar todas as formações dos montes de conchas, funções, usos, planos, intenções, simbolismos, construções ideológicas e comportamentos humanos que os formaram
Schwadron (2017)

Acreditamos que esta citação de Schwadron resume os propósitos e análises desta tese. Fazer pesquisa entre os Diola da Guiné-Bissau é vivenciar uma realidade em que as conchas e os concheiros são onipresentes em toda a vida das pessoas. Esta dinâmica atual permite termos certeza de que os concheiros são, de fato, multifacetados. Há uma complexidade no uso das conchas, e suas transformações e possibilidades de uso. E os concheiros, também, são constantemente produzidos, reproduzidos e transformados de acordo com as necessidades e inventividade das pessoas. Isso só reforça essa relevância deles na sociedade. Empilhar conchas significa muito mais do que simplesmente se livrar de um refugio, e espero que esta tese possa ter contribuído para demonstrar enfaticamente os diferentes significados e funções que os concheiros estudados possuem na sociedade. Na introdução apresentamos as quatro perguntas que nos conduziram durante a pesquisa:

- Quais coisas compõem os concheiros, e o que elas nos dizem sobre a sociedade?
- Quais funções os concheiros possuem na sociedade Diola atualmente?
- Qual a relação dos concheiros com a paisagem?
- O que os concheiros nos dizem sobre a história do território e da sociedade Diola?

À guisa de conclusões, vamos responde-las.

Quais coisas compõem os concheiros, e o que elas nos dizem sobre a sociedade?

Nossas observações etnográficas e as análises dos perfis estratigráficos conseguiram nos revelar a dinâmica da construção dos concheiros, e sua composição.

Em linhas gerais, os concheiros possuem composição majoritariamente de conchas, principalmente de duas espécies – Ostra e *combe* – estando todas elas abertas e com vestígios de cozimento, seja na água, seja direto ao fogo. Desta forma, não há dúvidas do papel alimentar das ostras na sociedade Diola. A sua integridade no concheiro, no entanto, varia, podendo ser vista inteira ou fragmentada. No caso da fragmentada há que ser fazer mais estudos para entender se elas foram propositadamente depositadas desta forma, ou se esta fragmentação ocorreu por ter tido uma fase enquanto superfície do concheiro, e portanto esta condição se deu pelo pisar das pessoas. Há casos, como no Icuin I face nordeste, que sugere esta segunda situação, enquanto no caso da plataforma Horon Guiba pode ser vista como a primeira hipótese. Invariavelmente parece alguma concha que não são destas espécies, mas são absolutamente minoritárias, com a exceção de um único concheiro em Coladje, que é composto unicamente de Caramuça.

Para além das conchas, há uma grande quantidade de artefatos em sua composição. A própria densidade de outros materiais é o critério principal para conseguirmos entendermos sua função na sociedade. Há concheiros com pouco ou nenhum vestígio de artefatos (visíveis) em sua composição, enquanto outros há uma enorme diversidade, inclusive na contemporaneidade. Analisando os artefatos que compõem o concheiro é possível observamos a intrincada relação entre o concheiro, as coisas e as atividades, e por fim, o próprio *terroir*.

Entendemos que ao estudarmos os concheiros, conseguimos entender a sociedade que o constrói e o papel da materialidade em suas vidas. O “lixo” nesta perspectiva, é o componente mais visível e abundante da composição do artefato concheiro, mas longe de ser o único, e longe de ser o mais representativo da atividade do concheiro, que defendemos nesta tese, é a síntese do *terroir*.

Quais funções os concheiros possuem na sociedade Diola atualmente?

A partir da análise da composição pudemos vislumbrar as diferentes funções que os concheiros possuem no presente, e especular sobre continuidades ou diferenças para o passado. Durante o trabalho etnográfico conseguimos identificar 5 funções para os concheiros.

Monturo

O que chamamos de monturo são a manifestação mais comum de concheiros, presente em todas as aldeias visitadas em grandes quantidades. É formado pelo acúmulo de conchas oriundo da alimentação e/ou venda da carne de ostra ou combé, conjuntamente com lixo doméstico, industrial e local. Percebemos duas configurações de monturo. Na maioria das aldeias, a disposição dos concheiros-lixeiros se dá em pontos de trânsito de pessoas dentro de um bairro da aldeia, ou nas margens do bairro, marcando mesmo uma transição entre zona habitada e o começo das plantações/pasto. Seu formato é geralmente de monte, variando de poucos metros de altura e diâmetro, para alguns enormes, principalmente em Elia, local que possui as maiores lixeiras (também é a aldeia mais populosa). Em algumas aldeias, no entanto, existem os chamados concheiros residenciais, que são oriundos da produção alimentar/comercial/doméstica de somente uma unidade habitacional, ficando próximo ou mesmo junto a uma residência específica.

Barreira

Este tipo de sítio está presente em somente três aldeias – Bulol, Elia e Coladje. Nas duas primeiras, as barreiras são ativamente construídas como forma de evitar a grande erosão e a subida do mar que está em curso na região. Nestas duas aldeias são visíveis a força do mar, em que as casas e os concheiros mais antigos foram tomados pela água, sendo visíveis somente em maré baixa. Ele é construído com a deposição de conchas (Ostra ou Combé) e também lixo doméstico diretamente na zona de erosão marítima, buscando criar uma barreira elevada para dificultar a erosão e proteger as residências e as plantações. Sua construção é feita pelos moradores que se encontram junto a linha da costa, e assim, ele compartilha de alguma forma com características do concheiro tipo lixeira. No caso de Coladje, a barreira hoje está muito distante da zona de habitação da comunidade e, assim, nos chama atenção a magnitude da obra, com mais de 2 km praticamente sem interrupções de uma barreira constante na linha da costa.

Caminho/aterro

Presente em Arame, Elia, Djobel e Suzana, são concheiros que são criados para facilitar a mobilidade das populações. Além das conchas, possuem também grande parte da composição em terra, misturado com as conchas para dar volume. Em Djobel os caminhos ligam conjuntos de casas, já em Susana liga a terra firme com

o porto. Em Arame e Elia são verdadeiras construções, se estendendo por quilômetros, permitindo a passagem de motos, e no caso de Elia, também veículos. As conchas são fundamentais para dar estabilidade a construção, e servem para diminuir a erosão na época das chuvas.

Porto

Presente em Susana e Coladje, consiste na criação de uma plataforma que adentra o mar e serve como porto para as populações. Os portos são planos, com conchas extremamente trituradas pelo pisar das pessoas, com a presença de baobá (cabaceira) e artefatos ligados à pesca, tendo formato oval. Eles se encontram no meio da barreira de conchas, e são fundamentais no cotidiano das populações, que os usam para evitar arrastar as canoas no período de maré baixa. No caso de Susana, o porto está atualmente desativado, pois o caminho que faz a ligação com a terra firme está erodido.

Complexo Iacun - Monumental

Configura-se como um conjunto de 5 montes monumentais existentes em Coladje, todos próximos, e com dimensões únicas entre todos os outros, passando dos 10 metros de altura e centenas de metros de perímetros. São concheiros que não estão sendo construídos, tendo dois deles, o Iacun I e III uma importância enquanto superfície de santuários para as mulheres da aldeia. Acreditamos que sejam exemplares únicos da dimensão das redes comerciais existentes entre os séculos XVII e XIX, além de um papel de marco da paisagem.

Qual a relação dos concheiros com a paisagem?

Buscamos entender a paisagem Diola através do conceito de *terroir*, ele próprio uma formulação de geógrafos em entender as dinâmicas sociais no ambiente. O mapeamento dos concheiros levou à identificação de 147 concheiros, divididos entre todas as aldeias da região. Os concheiros consistem em marcadores evidentes da presença humana no território, marcando a paisagem. Na perspectiva do *terroir*, que busca analisar os diferentes percursos de atividades humanas e suas relações com o ambiente, os concheiros se apresentam, mesmo que não de forma central na estrutura do *terroir*, como janelas para o todo, ao ponto que entendemos que a própria

formação, composição e relação das pessoas com os concheiros sintetiza a vivência e domesticação da paisagem, ou paisagem anfíbia. Estando presentes em todas as aldeias visitadas, se dispondo de formas diferentes, tendo funções diferentes, mostra como os montes de conchas estão onipresentes, mas também, e principalmente, as diferentes dinâmicas que elas são utilizadas para criar concheiros e estes transformarem a paisagem. Isto é principalmente evidente nos concheiros barreira, onde eles são fundamentais para manterem (ou tentar manter) as práticas essenciais para a vida e habitação, e portanto, do *terroir*. São, por último, lugares de memória, carregando em si uma ancestralidade não somente das conchas e dos artefatos em sua composição, mas principalmente, da presença humana e a construção do *terroir*.

O que os concheiros nos dizem sobre a história do território e da sociedade Diola?

Buscamos tratar os concheiros enquanto artefatos. Uma dimensão importante é a sua composição. As conchas possuem diferentes usos e funções na sociedade, circulando em diferentes esferas sociais na sociedade, presente em diferentes aspectos da vida, indo muito além da alimentação, e também os diferentes percursos do *terroir*, que geram cultura material, e por fim, acabam sendo matéria prima para a construção dos concheiros.

O concheiro, assim, é, ao mesmo tempo, construído pela materialidade advinda do *terroir*, mas também ele próprio construtor do *terroir*, ao transformar o ambiente o domesticando, seja através de estruturas funcionais – como os caminhos, barreira e plataforma – como também marco da paisagem e memória, visto sem dúvida nos concheiros lixeiras em toda zona, mas de forma explícita em Djobel. O concheiro, aqui defendemos, pode ser interpretado como uma síntese do *terroir* Diola, ao conter em sua composição as diferentes materialidades existentes nos diferentes percursos do *terroir*. Desta forma, esta tese contribui para entender a complexidade dos concheiros para as populações do presente, um modelo a ser pensado e refletido para outras sociedades que, por diferentes motivos, não fazem mais concheiros ou que a prática cultural terminou há milhares de anos. Ver a dinâmica na sua construção, dos seus diferentes significados e funções, e seu papel ativo na sociedade em constante mudança cultural, mas que o mantém como papel relevante, é algo incrível e

demonstra essa profunda ligação das populações Diolas e seus antecessores no território com os concheiros.

As datações obtidas nos concheiros estudados não nos permite contribuirmos para o debate iniciado por Linares (1971) na arqueologia, e seguido por Baum, Mark e outros, sobre a origem das populações Diola e a ocupação do território. Não temos dúvidas que todos os concheiros datados possuem uma ligação com as populações Diola do presente. Mesmo os concheiros mais antigos de Coladje podendo ter alguma ligação com as antigas populações Banhuns da área, já que segundo Baum, é justamente na região de Ziguinchor que estava ocorrendo invasões e conflitos entre os Diola e Banhus, isto não nos parece algo muito claro, pois os concheiros do complexo Iacun provavelmente foram construídos por décadas, já em um momento inequívoco de ocupação Diola baiote. Porém, as datações permitem entendermos uma dinâmica bastante peculiar em Coladje de criação de montes com grandes dimensões, concentrados, em um período que cruza com o apogeu do tráfico de escravizados na região. Pode ser uma mera coincidência, mas não acreditamos. Há alguma relação entre os concheiros e a intensificação da redes comerciais, a maior presença colonial, e claro, com o maior tráfico de escravizados. O fato dos concheiros Iacun não possuírem praticamente cultura material, sendo somente ostra, e por ter um relevante papel religioso contemporâneo, coloca mais enigmas e questões, que necessitam novas pesquisas.

A cronologia que trouxemos com as datações, assim, permitem inserir sem dúvidas as atuais aldeias no período moderno e contemporâneo. Mas elas também colocam uma questão absolutamente central, sem resposta. Se os concheiros que Olga Linares encontrou no Senegal, a meros 30 km de distância dos estudados na Guiné-Bissau, apontam para uma ocupação de mais de 2.000 anos, como não encontramos datas assim nos concheiros pesquisados? Indo além, considerando que a tipologia cerâmica, e a própria composição dos concheiros por ela estudados são muito diferentes dos que observamos, o que isto significa? É pouco crível pensar que as populações estavam habitando somente a margem sul do rio Casamança, não ocupando o mesmo ambiente até o rio Cacheu. Novamente, novas pesquisas são necessárias para que possamos entender melhor as dinâmicas de ocupação do território.

As reações das mulheres em Coladje também nos apresentam uma importante questão. Como se pensar e fazer pesquisas em comunidades em que o interesse de

pesquisa não é deles, mas nosso. Ao levar uma temática estranha à sua realidade, completamente alienada de seu cotidiano, é difícil se fazer entender e explicar seus propósitos. Aliado a essa dificuldade “natural” está o fato do pouco tempo. Ao privilegiarmos uma análise estratigráfica no segundo campo, nosso tempo para estar e conversar com a comunidade foi menor. É interessante pensar que todos os concheiros com os quais fizemos intervenções, principalmente os do complexo Iacun, eram considerados “lugares de memória” da comunidade, sendo apontados como muito antigos. Pudemos observar que sim, são antigos, mas não mais que 6 ou 8 gerações. Este é um dado interessantíssimo do ponto de vista de entendermos o conceito de tempo, passado e ancestralidade para eles, mas do ponto de vista da cronologia arqueológica, é pouco, e ainda mais se comparado com os sítios do Senegal, ou principalmente com os do Saloum, que são nossas únicas referências regionais. E isso nos coloca uma outra questão: Será mesmo que as pessoas, no caso as mulheres, não tinham memória ou deliberadamente a ocultaram para nós? Para responder esta pergunta é necessário uma relação duradoura e longa com a comunidade, para gerar confiança e de fato começarmos a entender os diferentes públicos e camadas de significados dos concheiros. Um especial, nos chama bastante atenção, e que permanecerá como reflexão para o futuro. Em uma África lusófona cada vez mais evangélica, com uma presença missionária considerável, principalmente de brasileiros, como esta realidade afeta a pesquisa arqueológica, e mais, como estes recém convertidos irão interpretar e vivenciar o passado e legado arqueológico? Em uma rápida busca no google scholar, não encontramos, no âmbito da arqueologia, trabalhos que discutam especificamente esta questão, que consideramos cada vez mais relevante para se trabalhar na África, em especial a lusófona.

Há muitas variáveis em qualquer pesquisa, sendo no nosso caso a principal o tempo. Considerando que a tese foi escrita sem me desvincular do meu trabalho de 40 horas semanais, não tive tempo para me dedicar de forma integral, inclusive usando minhas férias para realizar o primeiro trabalho de campo. Talvez, e hoje estou certo disso, em casos em que sabemos das limitações de tempo e recursos, as premissas, as questões e o projeto como um todo devem ser orientadas para questões

que permitam, no maior grau possível, uma confluência de interesse entre as comunidades e o pesquisador.

No meu campo de mestrado em Mbanza Kongo, Angola, foi exatamente o que ocorreu. Arqueologia é uma ciência cara, mas que é cara principalmente porque adotamos uma agenda que geralmente se baseia nas pesquisas feitas em países ricos com grandes financiamentos. Lendo as diversas teses e dissertações feitas no Senegal, quase todas sem nenhum financiamento, realmente me faz refletir que tipo de Arqueologia devemos fazer, e para quem. Colegas Senegaleses (e outros africanos em geral) estão há anos fazendo pesquisas, algumas de muita qualidade, partindo de suas realidades, com suas agendas e possibilidades. Acredito que o caminho seja de tentarmos realizar pesquisas que sejam orientadas pelos interesses locais e com as possibilidades que existem, sem tentarmos, não tirando o mérito destas pesquisas, fazer pesquisas semelhantes às do norte global sem a mesma estrutura.

Por fim, esta tese contribui, de forma contundente, para colocar a Guiné-Bissau na mapa da arqueologia africana. Em um contexto onde não se havia praticamente nenhum conhecimento sobre o passado arqueológico, com somente uma “pesquisa” feita nos anos 1950 (Mateus, 1954), conseguimos construir um mapa com mais de uma centena de sítios arqueológicos concheiros no noroeste do país, e analisa-los para entender suas funções e papel no *terroir*. Este é um legado da pesquisa que ficará para o futuro, e que desejamos que incentivem uma nova geração de arqueólogos, principalmente guineenses, a olharem para o território e conseguir enxergar o enorme potencial que a materialidade tem para nos contar sobre o passado e o presente. Também permitirá que os colegas Senegaleses busquem em suas já centenárias discussões sobre concheiro entender as dinâmicas que ocorriam na zona imediatamente abaixo do rio Casamansa.

Uma das fraquezas deste trabalho é não possuir uma análise de gênero. Sendo a atividade de coleta e processamento de moluscos essencialmente feminina, e especialmente após o debate em torno dos concheiros Iacun e seus lugares sagrados, conforme descrito no capítulo 10, é indispensável observar os concheiros para além de lugares importantes no *terroir* para os Diola, mas principalmente para as mulheres Diola. Seguramente uma abordagem que trabalhe com o conceito de *genderscape* (del Campo-Hermosillo, 2010; Krishna, 2004) terá muitos resultados, pois acreditamos que há, pelo menos nos concheiros do complexo Iacun, uma relação direta entre o

gênero e sua construção e significado. Infelizmente não tivemos tempo, e nem abertura para conseguir explorar esses caminhos. Mesmo a presença de uma arqueóloga na equipe não alterou a situação, pois para os Diola, é responsabilidade dos homens conversar com os estrangeiros. Talvez com o desenvolvimento e aprofundamento das relações durante os anos, este cenário se alterará, e estaremos atentos para conseguirmos acessar esta esfera absolutamente essencial para a pesquisa dos concheiros Diola.

Sabemos que, pelo menos em sua gênese, o Estado da Guiné-Bissau tinha o objetivo de uma história não centrada na presença portuguesa. Assim, resgatamos a citação de abertura da tese, em que no primeiro livro de história do país, publicado ainda durante a guerra de libertação pelo PAIGC, há uma demanda por uma história nacional, das diferentes etnias e grupos que formam o incrível mosaico cultural do país.

Assim, os colonialistas portugueses (...) tentavam fazer-lhes crer que elas não tinham uma história própria, não tinham passado e que a história começava somente a partir do momento de chegada dos primeiros navegadores portugueses, às costas da África. Mas hoje em dia, no mundo inteiro, os povos recusam deixar-se explorar e enganar por mais tempo. (...) Por isso, o povo deve conhecer o seu próprio passado (PAIGC, 1974).

Era justamente com o objetivo de propor o conhecimento de uma história pré-colonial, que o pano de fundo do interesse desta tese era tentar entendermos a história de longa duração das populações Diola, abordagem esta idealizada a partir dos resultados do trabalho da Olga Linares (1971). A admiração ao seu trabalho veio por justamente procurar construir um conhecimento sobre o passado Diola para os próprios Diola, sem uma intenção clara de relacionar com períodos históricos ou com o tráfico de escravizados e o colonialismo (principal tema de pesquisa na região). O objetivo, assim, era dialogar com o trabalho de Olga, tentando encontrar os contextos pré-coloniais da Guiné-Bissau, buscando com nosso trabalho entendermos a história dos povos da costa, marginalizados dentro dos trabalhos historiográficos do país, que privilegiam as populações com ligações ao império do Mali e, posteriormente, a colonização portuguesa.

A arqueologia é feita de surpresas, e também fomos surpreendidos com os dados obtidos das datações, que permitiram situar, de forma bastante contundente, os concheiros em um período próximo, e com possíveis imbricações com a presença colonial e as redes comerciais correlatas ao comércio de escravizados, no caso do complexo Iacun, e no caso dos sítios de Yal/Varela a confirmação de uma permanência

e construção de lixeiras domésticas por pelo menos 250 anos. Se isto “frustrou” nosso desejo inicial, não retirou o objetivo principal, que acreditamos ter cumprido, de apresentar uma história da Guiné-Bissau não baseada em fontes coloniais. Inclusive abre uma perspectiva diferente sobre esse período, calcada em uma materialidade concreta.

Mesmo estando situados no período do comércio de escravizados, os concheiros, e principalmente os do complexo Iacun, são uma obra e produto sem qualquer participação europeia na sua concepção, sendo portanto, um conjunto único para entendermos do ponto de vista africano este momento tão conturbado, e que usualmente se calca nas fontes coloniais do invasor para mediar a transmissão do conhecimento.

Para a Guiné-Bissau fica o legado da primeira tese de doutorado sobre arqueologia do país. Para os povos Diola, fica uma tentativa de entender os significados atuais e históricos dos concheiros. Para os estudiosos de Sambaqui e concheiros em outros lugares do mundo, espero que esta tese possa ambientá-los a um mundo onde as conchas e concheiros são presentes e possuem um papel marcante no cotidiano das populações.

Bibliografia

- Abrantes, M. (2018). *Kaabu, história de um império do início ao fim*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.
- Afonso, M., & De Blasis, P. (1994). Aspectos da formação de um grande sambaqui: alguns indicadores em Espinheiros II, Joinville. *Revista Do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 0(4), 21–30.
- Andersen, S. H. (2000). 'Køkkenmøddinger' (Shell Middens) in Denmark: a Survey. *Proceedings of the Prehistoric Society*, 66(February 2014), 361–384. <https://doi.org/10.1017/s0079497x00001857>
- Angell, C. L. (1986). *The biology and culture of tropical oysters* (Vol. 13). International Center for Living Aquatic Resources Management.
- Araujo, A. (2010). Welcome the diaspora: slave trade heritage tourism and the public memory of slavery. *Ethnologies*, 32(2), 145–178.
- Araujo, A. L. (2020). *Slavery in the age of memory: engaging the past*. Bloomsbury Publishing.
- Barbosa-Guimarães, M. (2006). Análise Espacial Intra-Sítio: Análise Espacial Intra-Sítio: Um Estudo De Caso No Sítio Ilha Da Boa Vista Iv, Cabo Frio, Rj. *Arquivos Do Museu Nacional*, 64(4), 271–286.
- Barbosa-Guimarães, M., Gaspar, M., & Scheel-Ybert, R. (2005). Da Presença De Concreções Em Sambaquis Brasileiros: O Caso Dos Sambaquis Boa Vista Da Planície Costeira Do Rio São João, Rj. X Congresso Brasileiro Da ABEQUA - Associação Brasileira de Estudos Do Quaternário, 1–6.
- Barreto, A., & Santos, F. (2014). Memoriais culturais e históricos como promotores do desenvolvimento: os memoriais de Guiledje e Cacheu na Guiné-Bissau. *African Dynamics in a Multipolar World: 5th European Conference on African Studies—Conference Proceedings*, 405–417.
- Barreto, H. P. (1843). *Memoria sobre o estado actual de Senegambia portuguesa: causas de sua decadencia, e meios de a fazer prosperar*. Typ. da viuva Coelho.
- Bassett, T. J., Blanc-Pamard, C., & Boutrais, J. (2007). Constructing Locality: The Terroir Approach in West Africa. *Africa*, 77(1), 104–129. <https://doi.org/10.3366/afr.2007.77.1.104>
- Baum, R. (1999a). *Shrines of the slave trade: Diola religion and society in precolonial Senegambia*. Oxford University Press.
- Baum, R. (1999b). *Shrines of the Slave Trade*. Oxford University Press.
- Baum, R. M. (2018). Setting out on the Awasena Path: Conducting Field Research in Diola Communities in Senegal. *Mande Studies*, 20(May 2021), 61. <https://doi.org/10.2979/mande.20.1.07>

- Berreman, G. (1980). Por detrás de muitas máscaras. In A. Z. Guimarães (Ed.), *Desvendando máscaras sociais* (pp. 123–176). Livraria Francisco Alves.
- Bianchini, G. F., Gaspar, M., De Blasis, P., & Scheel-Ybert, R. (2011). Processos de formação do sambaqui Jabuticabeira-II: interpretações através da análise estratigráfica de vestígios vegetais carbonizados. *Revista Museu de Arqueologia e Etnologia*, 21, 51–69.
- Bird, Douglas W; Bird, R. B. (2004). Meriam Ethnoarchaeology: Shellfishing and Shellmiddens. *Memoirs of the Queensland Museum, Cultural Heritage Series*, 3((1)), 183–197.
- Bird, D. W., & Bliege Bird, R. (2000). The ethnoarchaeology of juvenile foragers: Shellfishing strategies among Meriam children. *Journal of Anthropological Archaeology*, 19(4), 461–476. <https://doi.org/10.1006/jaar.2000.0367>
- Bird, D. W., & Bliege Bird, R. L. (1997). Contemporary Shellfish Gathering Strategies among the Meriam of the Torres Strait Islands, Australia: Testing Predictions of a Central Place Foraging Model. *Journal of Archaeological Science*, 24(1), 39–63. <https://doi.org/10.1006/jasc.1995.0095>
- Bird, D. W., Richardson, J. L., Veth, P. M., & Barham, A. J. (2002). Explaining shellfish variability in middens on the Meriam Islands, Torres Strait, Australia. *Journal of Archaeological Science*, 29(5), 457–469. <https://doi.org/10.1006/jasc.2001.0734>
- Bourgain, V. (1971). *Fadiouth: monographie d'un village serer*. Université de Dakar, Faculté des lettres et sciences humaines, Département
- Bowser, B. J., & Zedeño, M. N. (2009). *The Archaeology of Meaningful Places*. University of Utah Press.
- Brooks, G. E. (2003). *Eurafricans in Western Africa: Commerce, social status, gender, and religious observance from the sixteenth to the eighteenth century*. Ohio University Press.
- Broom, M. J. (1985). *The biology and culture of marine bivalve molluscs of the genus Anadara* (Vol. 12). WorldFish.
- Bühnen, S. (1992). Place Names as an Historical Source: An Introduction with Examples from Southern Senegambia and Germany. *History in Africa*, 19(May 2021), 45–101. <https://doi.org/10.2307/3171995>
- Cadango, E. D. (2018). *A historiografia da escravidão na Guiné Portuguesa*.
- Camara, A., Hardy, K., Dioh, E., Gueye, M., Piqué, R., Carré, M., Sall, M., & Diouf, M. W. (2017). Amas et sites coquilliers du delta du Saloum (Sénégal): Passé et présent. *L'anthropologie*, 121(1–2), 204–214.
- Campos, F. S. (1970). *Habitats Tradicionais da Guiné Portuguesa*. Junta de Investigação do Ultramar.
- Carreira, Antonio. (1947). Vida social dos Manjacos. *Boletim Cultural Da*

- Guiné Portuguesa*, 5, 273–276.
- Carreira, António. (1969). As Companhias Pombalinas de navegação, comércio e tráfico de escravos entre a costa africana e o nordeste brasileiro. *Boletim Cultural Da Guiné Portuguesa*, 23(93), 59–188.
- Catterall, C. P., Poiner, I. R., & Kerr, J. (1992). *Impact of dredging on the volute Cymbiolacca pulchra and its environment at Heron Island, Great Barrier Reef, Australia*.
- Cham, M. A. (1992). Culture of the West African mangrove oyster (*Crassostrea tulipa*) in the Gambia. *Aquaculture Systems Research in Africa: Proceedings of a Workshop Held in Bouake, Côte d'Ivoire, 14-17 Nov. 1988*.
- Chen, C., He, W., Nassirou, T. Y., Nsabiyumva, A., Dong, X., Adedze, Y. M. N., & Jin, D. (2017). Molecular characterization and genetic diversity of different genotypes of *Oryza sativa* and *Oryza glaberrima*. *Electronic Journal of Biotechnology*, 30, 48–57. <https://doi.org/10.1016/j.ejbt.2017.08.001>
- Choi, J. Y., Zaidem, M., Gutaker, R., Dorph, K., Singh, R. K., & Purugganan, M. D. (2019). The complex geography of domestication of the African rice *Oryza glaberrima*. In *PLoS Genetics* (Vol. 15, Issue 3). <https://doi.org/10.1371/journal.pgen.1007414>
- Cicourel, A. (1980). Teoria e método em pesquisa de campo. In A. Z. Guimarães (Ed.), *Desvendando máscaras sociais* (pp. 87–121). Francisco Alves.
- Claassen, C. (1991). Normative Thinking and Shell-Bearing Sites. In *Source: Archaeological Method and Theory* (Vol. 3).
- Cobbinah, A. (2010). THE CASAMANCE AS AN AREA of INTENSE LANGUAGE CONTACT: The CASE of BAÏNOUNK GUBAHER. *Journal of Language Contact*, 3(1), 175–201. <https://doi.org/10.1163/19552629-90000010>
- Cochet, H. (2012). The systeme agraire concept in francophone peasant studies. *Geoforum*, 43(1), 128–136.
- Coelho, F. L. (1990). Descrição da Costa da Guiné desde o Cabo Verde até Serra Leoa com todas ilhas e rios que os brancos navegam. Feito por Francisco de Lemos Coelho no anno de 1669. *Duas Descrições Seiscentistas Da Guiné*. Lisboa: Academia Portuguesa Da História.
- Cormier-Salem, M.-C. (1987a). *Approche socio-économique de l'exploitation du milieu aquatique casamançais Approche*. December 2015.
- Cormier-Salem, M.-C. (1987b). La cueillette des huîtres en Casamance : place de cette pratique dans le système d'exploitation diola. *Centre d'Recherche Oceanographiques de Dakar*, 106(Mai).
- Cormier-Salem, M.-C. (1990). Amenagements des espaces aquatiques en casamance. *Spaces Tropicaux*, 2.

- Cormier-Salem, M.-C. (1992). *Gestion Et évolution Des espaces aquatiques : La casamance*. ORSTOM.
- Cormier-Salem, M.-C. (1995a). Concepts et méthodes de la géographie pour l'étude des espaces halieutiques. *Questions Sur La Dynamique de l'exploitation Halieutique, Table Ronde ORSTOM IFREMER, 1993/11/6-8, Montpellier, January 1995*, 187–207.
- Cormier-Salem, M.-C. (1995b). Paysans-pêcheurs du terroir et marins-pêcheurs du parcours. Les géographes et l'espace aquatique. *Espace Géographique*, 24(1), 46–59. <https://doi.org/10.3406/spgeo.1995.3350>
- Cormier-Salem, M.-C. (1995c). Terroirs aquatiques et territoires de pêche : enjeux fonciers halieutiques des sociétés littorales ouest-africaines. In C. Blanc-Pamard & L. Cambrezy (Eds.), *Dynamique des systèmes agraires : terre, terroir, territoire : les tensions foncières* (pp. 58–81). ORSTOM.
- Cormier-Salem, M.-C. (1999a). *Rivières du Sud: Sociétés et mangroves ouest-africaines*. IRD Éditions.
- Cormier-Salem, M.-C. (1999b). The mangrove: an area to be cleared... for social scientists. *Diversity and Function in Mangrove Ecosystems, January*, 135–142. https://doi.org/10.1007/978-94-011-4078-2_14
- Cormier-Salem, M.-C. (2000). Appropriation des ressources, enjeu foncier et espace halieutique sur le littoral ouest-africain. In J.-P. Chauveu, E. Jul-Larsen, & C. Chaboud (Eds.), *Les pêches piroguières en Afrique de l'Ouest Dynamiques institutionnelles : pouvoirs, mobilités, marchés* (pp. 205–230). Karthala.
- Cormier-Salem, M.-C. (2013). *L'aménagement du littoral: un enjeu crucial pour les pêcheries artisanales*.
- Cormier-Salem, M.-C. (2018). Les dérives des politiques environnementales : chronique des injustices à l'encontre des cueilleuses de mangrove. In T. Sanjuan, M. Lesourd, & B. Tallet (Eds.), *Tropiques, développement et mondialisation*. l'Harmattan.
- Cormier-Salem, M.-C., & Mbaye, A. (2018). Les « terroirs » maritimes revisités. *Revue d'ethnoécologie*, 13, 0–24.
- Cormier-Salem, M. C. (1989). Une pratique revalorisée dans un système de production en crise: la cueillette des huîtres par les femmes diola de Basse-Casamance (Senegal). *Cahiers - ORSTOM, Serie Sciences Humaines*, 25(1–2), 91–107.
- Cormier Salem, M.-C. (1986). *L'estuaire de la Casamance: environnement, pêche, socio-économie*.
- Corrêa, A. A. M. (1943). *Raças do Império*. Portucalense Editora.
- Craig, O. E., Saul, H., Lucquin, A., Nishida, Y., Taché, K., Clarke, L., Thompson, A., Altoft, D. T., Uchiyama, J., & Ajimoto, M. (2013). Earliest evidence for the use of pottery. *Nature*, 496(7445), 351–354.

- Cubry, P., Tranchant-Dubreuil, C., Thuillet, A. C., Monat, C., Ndjiondjop, M. N., Labadie, K., Cruaud, C., Engelen, S., Scarcelli, N., Rhoné, B., Burgarella, C., Dupuy, C., Larmande, P., Wincker, P., François, O., Sabot, F., & Vigouroux, Y. (2018). The Rise and Fall of African Rice Cultivation Revealed by Analysis of 246 New Genomes. *Current Biology*, 28(14), 2274-2282.e6. <https://doi.org/10.1016/j.cub.2018.05.066>
- Curtin, P. D. (1975). *Economic Change in Precolonial Africa Senegambia in the Era of the Slave Trade*. University of Wisconsin Press.
- d'Almada, A. A. (1964). *Tratado breve dos rios de Guiné do Cabo Verde: dêz do Rio de Sanagá até os baixos de Santa Ana, de todas as nações de negros que ha na dita costa, e de seus costumes, armas, trajos, juramentos, guerras* (A. Brásio (ed.)). Editorial LIAM.
- Da Silva Domingos, S. L. (2009). *Productions céramiques de la région de Luanda et Kibaxe (Angola): contribution à l'étude de la préhistoire récente angolaise*. Université Toulouse: Tese de Doutorado.
- De Abreu e Souza, R. (2015). Globalização, consumo e diacronia: populações sertanejas sob a ótica arqueológica. *Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, 9(2), 36–62.
- De Blasis, P., & Assumpção, D. (2013). Prospectando Sambaquis. In Madu Gaspar & S. M. Souza (Eds.), *Abordagens estratégicas em Sambaquis*. Habilis.
- De Blasis, P., Kneip, A., Scheel-Ybert, R., Giannini, P. C., & Gaspar, M. D. (2007). Sambaquis e Paisagem - Dinâmica natural e arqueologia regional no litoral do sul do Brasil. *Arqueología Suramericana*, 3(1), 29–61.
- De Jong, F., & Rowlands, M. (2016). *Reclaiming heritage: alternative imaginaries of memory in West Africa*. Routledge.
- De Vynck, J. C., Anderson, R., Atwater, C., Cowling, R. M., Fisher, E. C., Marean, C. W., Walker, R. S., & Hill, K. (2016). Return rates from intertidal foraging from Blombos Cave to Pinnacle Point: Understanding early human economies. *Journal of Human Evolution*, 92, 101–115. <https://doi.org/10.1016/j.jhevol.2016.01.008>
- del Campo-Hermosillo, L. E. M. (2010). *Genderscape: The ecology of a gendering landscape*. University of Florida.
- Deloire, A., Prévost, P., & Kelly, M. (2008). Unravelling the terroir mystique: an agro-socio-economic perspective. *Perspectives in Agriculture, Veterinary Science, Nutrition and Natural Resources*, 3(32), 1–9.
- Deschamps, C., & Thilmans, G. (1979). Les tumulus coquilliers des îles du Saloum (Sénégal). *Bulletin de Liaison de l'Association Sénégalaise Pour l'Etude Du Quaternaire Africain Dakar*, 54–55, 81–91.
- Dias, G. E. A. G. (2019). *Avaliação de serviços de provisão e de regulação*

- nos mangais da Guiné-Bissau*. Universidade de Lisboa (Portugal).
- Diatta, C. S., Diouf, M., Sow, A. A., & Karibuhoye, C. (2020). The Joola civilization and the management of mangroves in Lower Casamance, Senegal. *Revue d'ethnoécologie*, 17, 0–20. <https://doi.org/10.4000/ethnoecologie.5855>
- Dieng, S. (1980). *Contribution a la connaissance des amas coquilliers de la region de Joal*. Universite Cheik Anta Diop.
- Diomandé, L., Coffi, A., Irène, K. F. K., Jean-Baptiste, A., & Atcho, O. (2019). Etude du régime alimentaire de *Cymbium glans* (Gmelin, 1791) de la Zone Economique Exclusive de la Côte d'Ivoire. *International Journal of Innovation and Applied Studies*, 27(2), 718–727.
- Diouf, M. W. (2021). *Contribution a L'Etude des Amas Coquilliers du Gandoul (Delta du Saloum, Senegal)*. Editions Universitaires Europeennes.
- Djaló, A. S. (2013). *Desenvolvimento sócio-econômico e dependência da Guiné-Bissau: caso do cajú*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2013.
- Djigo, A. (2000). *Exploitation en Carriere des Amas Coquilliers: Etude Socio-Historique et Culturelle dans les Îles Gandoul (Niodior, Dionewar et Falia) et Bettenty (Bettenty et Bossinkang)*. Universite Cheik Anta Diop: Dissertação de Mestrado.
- Donnay, S. C. (2016). *Territories, fortresses, and shifting towns: archaeological landscapes of the Upper Casamance (Senegal), 7th-19th C*. UCL (University College London).
- Douny, L. (2007). The materiality of domestic waste: the recycled cosmology of the Dogon of Mali. *Journal of Material Culture*, 12(3), 309–331.
- Egonmwan, R. I. (2008). *The ecology and habits of Tympanotonus fuscatus var. radula (L.)(Prosobranchia: Potamididae)*.
- Embaló, G. B. (2008). *A vulnerabilidade da população às alterações agro-ecológicas. Estudo de caso no sector de Pirada, região de Gabu, Guiné-Bissau*. Universidade Tecnica de Lisboa (Portugal): Tese de Doutorado.
- Esteves, M. L. (1988). *Cacheu, cidade antiga*. Centro de Estudos de Historia e Cartografia Antiga.
- Fernandes, V. (1952). Descrição da Costa Ocidental de África do Senegal ao Cabo do Monte, Século XV. In *Monumenta Missionária Africana*, 2ª Série. Vol. 1. Agência Geral do Ultramar.
- Figuti, L., & Lökler, D. M. (1996). Resultados preliminares dos vestígios zooarqueológicos do sambaqui Espinheiros II (Joinville, SC). *Revista*

- Do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 0(6), 169–187.
- Galdun, J. E. (2020). *DETERMINING FUNCTION OF THE LATE ARCHAIC SEA PINES SHELL RING USING CERAMIC SPATIAL DISTRIBUTION*.
- Gamble, L. H. (2017). Feasting, Ritual Practices, Social Memory, and Persistent Places: New Interpretations of Shell Mounds in Southern California. *American Antiquity*, 82(3), 427–451. <https://doi.org/10.1017/aaq.2017.5>
- Gaspar, MaDu. (1999). *Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro*. Companhia das Letras.
- Gaspar, Madu, Klokler, D. M., & Bianchini, G. F. (2013). Arqueologia estratégica e o estudo de sambaqui. In Madu Gaspar & S. M. Souza (Eds.), *Abordagens estratégicas em sambaquis. Erechim: Habilis* (pp. 49–74). Habilis.
- Gaspar, Maria, Klokler, D., & Deblasis, P. (2014). Were sambaqui people buried in the trash?: Archaeology, physical anthropology, and the evolution of the interpretation of Brazilian shell mounds. In *The Cultural Dynamics of Shell-Matrix Sites* (pp. 91–102). University of New Mexico Press.
- Gonin, A., & Gautier, D. (2015). Shift in herders' territorialities from regional to local scale: the political ecology of pastoral herding in western Burkina Faso. *Pastoralism*, 5(1), 1–12.
- Gosden, C., & Head, L. (1994). Landscape—a usefully ambiguous concept. *Archaeology in Oceania*, 29(3), 113–116.
- Gosden, C., & Marshall, Y. (1999). The cultural biography of objects. *World Archaeology*, 31(2), 169–178.
- Green, T. (2019). *A fistful of shells: West Africa from the rise of the slave trade to the age of revolution*. Penguin UK.
- Guerreiro, F. (1982). Relação anual das coisas que fizeram os Padres da Companhia de Jesus nas suas Missões nos anos 1600 a 1609. In H. P. Rema (Ed.), *História das Missões Católicas da Guiné*. Convento de São José.
- Guimarães, A. Z. (1980). *Desvendando máscaras sociais*. Francisco Alves Editora.
- Gutiérrez-Zugasti, I., Andersen, S. H., Araújo, A. C., Dupont, C., Milner, N., & Monge-Soares Antonio M., A. M. (2011). Shell midden research in Atlantic Europe: State of the art, research problems and perspectives for the future. *Quaternary International*, 239(1–2), 70–85. <https://doi.org/10.1016/j.quaint.2011.02.031>
- Hamilakis, Y. (2016). Archaeologies of forced and undocumented migration. *Journal of Contemporary Archaeology*, 3(2), 121–139.
- Hardy, K., Camara, A., Piqué, R., Dioh, E., Guèye, M., Diadhiou, H. D., Faye, M., & Carré, M. (2016). Shellfishing and shell midden

- construction in the Saloum Delta, Senegal. *Journal of Anthropological Archaeology*, 41, 19–32. <https://doi.org/10.1016/j.jaa.2015.11.001>
- Hawthorne, W. (1999). The production of slaves where there was no state: The Guinea-Bissau region, 1450-1815. *Slavery and Abolition*, 20(2), 97–124. <https://doi.org/10.1080/01440399908575279>
- Hawthorne, W. (2010a). *From Africa to Brazil: Culture, Identity, and an Atlantic Slave Trade, 1600-1830*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511779176>
- Hawthorne, W. (2010b). From Africa to Brazil. In *From Africa to Brazil*. <https://doi.org/10.1017/cbo9780511779176>
- Holtorf, C. (2002). Notes on the life history of a pot sherd. *Journal of Material Culture*, 7(1), 49–71.
- Huber, M. (2010). *Compendium of bivalves. A full-color guide to 3,300 of the world's marine bivalves. A status on Bivalvia after 250 years of research*. ConchBooks.
- Ichumbaki, E. B. (2014). Archaeological and Ethnographic Evidence for the Historic Consumption of Fish and Shellfish along the Coast of East Africa in Tanzania. *Journal of Indian Ocean Archaeology*, 10, 1–18.
- INEC, I. N. de E. e C. (Guinea-B. (1996). *Recenseamento geral da população e habitação, 1991*. República da Guiné-Bissau, Instituto Nacional de Estatística e Censos.
- Ingold, T. (1993). The Temporality of the Landscape Tim Ingold. *World Archaeology*, 25(2), 152–174.
- Ingold, T. (2000). *Perception of the Environment: Essays in livelihood, dwelling and skill*. Routledge.
- Jamabo, N. A., Alfred-Ockiya, J. F., & Chindah, A. C. (2009). Growth, mortality and recruitment studies of periwinkle *Tympanotonus fuscatus* var *fuscatus* (Linnaeus, 1758) in the Bonny River, Niger Delta, Nigeria. *Environment and Ecology*, 27(4A), 1672–1676.
- Jarju, A. (2019). *A instabilidade crónica da Guiné-Bissau: do Golpe de Estado de 1980 a 2018*.
- Joire, J. (1947). Amas de coquillages du littoral senegalais dans la banlieue de SaintLouis. *Bulletin de l'IFAN*, IX, 170–340.
- Journet-Diallo, O. (2007). *Les créances de la terre: chroniques du pays Jaaat (Jóola de Guinée-Bissau)*. Brepols.
- Junior, A. C., Da Silva, E. V., De Carvalho, R. G., & Rabelo, F. D. B. (2019). Áreas Protegidas Para a Conservação Dos Manguezais Em Guiné-Bissau: Estudo Sobre a Importância Do Parque Natural Dos Tarrafes Do Rio Cacheu. *Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental*, 8(2), 123. <https://doi.org/10.19177/rgsa.v8e22019123-154>
- Kamara, A. B. (1982). Preliminary studies to culture mangrove oysters, *Crassostrea tulipa*, in Sierra Leone. *Aquaculture*, 27(3), 285–294.
- Kantoussan, A. (2006). *Introduction à l'histoire des amas coquilliers de la*

- Petite Côte: étude du cas de Joal-Fadiouth*. Université Cheik Anta Diop.
- Kébé, M. (2006). *La domination coloniale française en Basse Casamance (1836–1960)*. Thèse de doctorat de troisième cycle, Université Cheikh Anta Diop, Dakar.
- Kelley, S. (2020). Enslavement in Upper Guinea during the Era of the Transatlantic Slave Trade: Biographical Perspectives. *African Economic History*, 48(1), 46–73.
- Klee, M., Zach, B., & Neumann, K. (2000). Four thousand years of plant exploitation in the Chad Basin of northeast Nigeria I: The archaeobotany of Kursakata. *Vegetation History and Archaeobotany*, 9(4), 223–237. <https://doi.org/10.1007/BF01294637>
- Klein, M. A. (2001). The slave trade and decentralized societies. *Journal of African History*, 42(1), 49–65. <https://doi.org/10.1017/s0021853700007854>
- Klein, R. G., & Bird, D. W. (2016). Shellfishing and human evolution. *Journal of Anthropological Archaeology*, 44, 198–205. <https://doi.org/10.1016/j.jaa.2016.07.008>
- Klokler, D. (2016). Animal para toda Obra: fauna ritual em sambaquis. *Habitus*, 14(1), 21. <https://doi.org/10.18224/hab.v14.1.2016.21-34>
- Klokler, D. (2018). Constructed seascapes in southern Brazil. *Hunter Gatherer Research*, 3(1), 87–105. <https://doi.org/10.3828/hgr.2017.6>
- Klokler, D., Gaspar, M. D., & Scheel-Ybert, R. (2018a). Why clam? Why clams? Shell Mound construction in Southern Brazil. *Journal of Archaeological Science: Reports*, 20(June), 856–863. <https://doi.org/10.1016/j.jasrep.2018.06.015>
- Klokler, D., Gaspar, M. D., & Scheel-Ybert, R. (2018b). Why clam? Why clams? Shell Mound construction in Southern Brazil. *Journal of Archaeological Science: Reports*, 20(April 2017), 856–863. <https://doi.org/10.1016/j.jasrep.2018.06.015>
- Klokler, D., Villagrán, X. S., Giannini, P. C. F., Peixoto, S., & DeBlasis, P. (2010). Juntos na costa: zooarqueologia e geoarqueologia de sambaquis do litoral sul catarinense. *Revista Do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 20, 53. <https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2010.89910>
- Knapp, B., & Ashmore, W. (1999). Archaeological Landscapes: Constructed, Conceptualized, Ideational. In B. Knapp & W. Ashmore (Eds.), *Archaeologies of Landscape: Contemporary Perspectives* (pp. 1–30). Blackwell Publishers.
- Kneip, A., Farias, D., & DeBlasis, P. (2018). Longa duração e territorialidade da ocupação sambaqueira na laguna de Santa Marta, Santa Catarina. *Revista de Arqueologia*, 31(1), 25–51. <https://doi.org/10.24885/sab.v31i1.526>

- Koster, J., McElreath, R., Hill, K., Yu, D., Shepard, G., Van Vliet, N., Gurven, M., Trumble, B., Bird, R. B., Bird, D., Coddling, B., Coad, L., Pacheco-Cobos, L., Winterhalder, B., Lupo, K., Schmitt, D., Sillitoe, P., Franzen, M., Alvard, M., ... Ross, C. (2020). The life history of human foraging: Cross-cultural and individual variation. *Science Advances*, 6(26), 1–8. <https://doi.org/10.1126/sciadv.aax9070>
- Krishna, S. (2004). A 'Genderscape' of Community Rights. *Livelihood and Gender: Equity in Community Resource Management*, 17.
- Linares De Sapir, O. (1971). Shell Middens of Lower Casamance and Problems of Diola Protohistory. *West African Journal of Archaeology*, 1(May 1966), 23–54.
- Linares, O. F. (1981). From tidal swamp to inland valley: on the social organization of wet rice cultivation among the Diola of Senegal. *Africa*, 51(2), 557–595.
- Linares, O. F. (1984). Households among the Diola of Senegal: Should norms enter by the Front or Back Door? In R. M. Netting, R. R. Wilk, & E. J. Arnould (Eds.), *Households: comparative and historical studies of the domestic group*. University of California Press.
- Linares, O. F. (1987). Deferring to Trade in Slaves: The Jola of Casamance, Senegal in Historical Perspective DEFERRING TO TRADE IN SLAVES: THE JOLA OF CASAMANCE, SENEGAL IN HISTORICAL PERSPECTIVE*. *Africa*, 14, 113–139.
- Linares, O. F. (1992). *Power, prayer and production: the Jola of Casamance, Senegal*. Cambridge University Press.
- Linares, O. F. (1996). Cultivating biological and cultural diversity: urban farming in Casamance, Senegal. *Africa*, 66(1), 104–121.
- Linares, O. F. (2002a). African rice (*Oryza glaberrima*): history and future potential. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 99(25), 16360–16365.
- Linares, O. F. (2002b). African rice (*Oryza glaberrima*): History and future potential. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, 99(25), 16360–16365. <https://doi.org/10.1073/pnas.252604599>
- Lopes, C. (1993). *Mansas, escravos, grumetes e gentio: Cacheu na encruzilhada de civilizações*. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa.
- Lopes, C. (1999). *Kaabunké: Espaço, território e poder na Guiné-Bissau, Gâmbia e Casamance pré-coloniais*. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- Luby, E. M. (2004). Shell mounds and mortuary behavior in the San Francisco Bay area. *North American Archaeologist*, 25(1), 1–33.
- Luby, E. M., Drescher, C. D., & Lightfoot, K. G. (2006). Shell mounds and mounded landscapes in the San Francisco Bay area: an integrated

- approach. *Journal of Island & Coastal Archaeology*, 1(2), 191–214.
- Luby, E. M., & Gruber, M. F. (1999). The dead must be fed: symbolic meanings of the shellmounds of the San Francisco Bay area. *Cambridge Archaeological Journal*, 9(1), 95–108.
- Lüpke, F. (2010). LANGUAGE AND IDENTITY IN FLUX: IN SEARCH OF BAÏNOUNK. *Journal of Language Contact*, 3.
- Maffeis, B. (1975). Tipologia dei Luoghi Sacri dei Felupe della Guinea-Bissau. *Africa: Rivista Trimestrale Di Studi e Documentazione Dell'Istituto Italiano per l'Africa e l'Oriente*, 30(3), 407–429.
- Malinowski, B. (1980). Objeto, método e alcance desta pesquisa. In A. Z. Guimarães (Ed.), *Desvendando máscaras sociais* (pp. 39–61). Francisco Alves Rio de Janeiro.
- Marietto, M. L. (2018). Observação participante e não participante: contextualização teórica e sugestão de roteiro para aplicação dos métodos. *Revista Ibero Americana de Estratégia*, 17(4), 5–18.
- Mark, P. (1985). *A cultural, economic, and religious history of the Basse Casamance since 1500*. Steiner-Verlag Wiesbaden-GmbH.
- Mark, P. (1992). *The wild bull and the sacred forest: form, meaning, and change in Senegambian initiation masks*. Cambridge University Press.
- Mark, P. (2002). *“Portuguese” style and Luso-African identity precolonial Senegambia, sixteenth-nineteenth centuries*. Indiana University Press.
- Mark, P., & Tomàs, J. (2010). ‘Traditional’Jola Peacemaking: From The Perspective Of An Historian And An Anthropologist. In J. Knerr & W. Trajano (Eds.), *The Powerful Presence of the Past* (pp. 137–153). Brill.
- Marquardt, W. H. (2010). Shell mounds in the southeast: middens, monuments, temple mounds, rings, or works? *American Antiquity*, 75(3), 551–570.
- Marwoto, I. (2019). From rubbish to cultural identity. *Wacana*, 2(2), 317–351. <https://doi.org/10.17510/wacana.v20i2.678.318>
- Mateus, A. de M. (1954). Acerca da pré-história da Guiné. *Boletim cultural da Guiné portuguesa*, IX(35), 457–472. <http://lib.ugent.be/catalog/rug01:002208711>
- Mauny, R. (1957). Buttes artificielles de coquillages de Joal-Fadioute. *Notes Africaines*, 75, 73–78.
- Maximo, B. P. (2016). *Um lugar entre dois mundos: paisagens de Mbanza Kongo*. Universidade de São Paulo: Dissertação de Mestrado.
- Mayer, D. E. B. Y., & Beyin, A. (2009). Late stone age shell middens on the Red Sea Coast of Eritrea. *Journal of Island and Coastal Archaeology*, 4(1), 108–124. <https://doi.org/10.1080/15564890802662171>
- McKinnon, J., Mushynsky, J., & Cabrera, G. (2014). A Fluid Sea in the Mariana Islands: Community Archaeology and Mapping the Seascape

- of Saipan. *Journal of Maritime Archaeology*, 9(1), 59–79.
<https://doi.org/10.1007/s11457-014-9126-8>
- Meehan, B. (1975). *Shell bed to shell midden*. Australian National University Canberra: Tese de Doutorado.
- Mendes, A., Sarró, R., & Temudo, A. (2018). O Museu Etnográfico Nacional da Guiné-Bissau: Imagens para uma História. *Porto: Greca*.
- Meyer, R. S., Choi, J. Y., Sanches, M., Plessis, A., Flowers, J. M., Amas, J., Dorph, K., Barretto, A., Gross, B., Fuller, D. Q., Bimpong, I. K., Ndjiondjop, M. N., Hazzouri, K. M., Gregorio, G. B., & Purugganan, M. D. (2016). Domestication history and geographical adaptation inferred from a SNP map of African rice. *Nature Genetics*, 48(9), 1083–1088.
<https://doi.org/10.1038/ng.3633>
- Milheiros, A. V., & Costa, E. (2009). *Arquitetura em Bissau e os Gabinetes de Urbanização colonial (1944-1974)*. 80–114.
- Moore, C. R., & Thompson, V. D. (2012). Animism and Green River persistent places: A dwelling perspective of the Shell Mound Archaic. *Journal of Social Archaeology*, 12(2), 264–284.
<https://doi.org/10.1177/1469605311431518>
- Moraes, C. de P. (2015). O determinismo agrícola na arqueologia amazônica. *Estudos Avancados*, 29(83), 25–43.
<https://doi.org/10.1590/S0103-40142015000100004>
- Mota, A. T. (1954). *Guiné Portuguesa* (Vol. 1). Agência Geral do Ultramar.
- Murray S.S. (2005). Searching for the origins of African rice domestication. *Http://Antiquity.Ac.Uk/ProjGall/Murray*, 78(300), 23.
- Newson, L. A. (2012). Africans and Luso-Africans in the Portuguese slave trade on the Upper Guinea Coast in the early seventeenth century. In *Journal of African History* (Vol. 53, Issue 1, pp. 1–24).
<https://doi.org/10.1017/S0021853712000011>
- Newson, L. A., & Minchin, S. (2007). *From Capture to Sale: The Portuguese Slave Trade to Spanish South America in the Early Seventeenth Century*. Brill.
- Nicklès, M. (1950). *Mollusques testacés marins de la côte occidentale d'Afrique*. Manuels ouest-africains.
- Nogueira, A. (1947). Monografia sobre a tribo Banhum. *Boletim Cultural Da Guiné Portuguesa*, II(8), 973–1008.
- Obodai, E. A., & Yankson, K. (2000). Effect of fouling organisms on cultured oysters, *Crassostrea tulipa*, in three Ghanaian lagoons. *Journal of the Ghana Science Association*, 2(2), 36–53.
- Oertle, A., & Szabó, K. (2019). From gathering to discard and beyond: Ethnoarchaeological studies on shellfishing practices in the Solomon Islands. In M. Leclerc & J. Flexner (Eds.), *Archaeologies of Island Melanesia: Current approaches to landscapes, exchange and practice* (pp. 151–164).

- Okeru, W. (1976). Observations on some population parameters of exploited stocks of *Senilia senilis* (= *Arca senilis*) in Sierra Leone. *Marine Biology*, 38(3), 217–229.
- PAIGC, P. A. da I. da G. & C. V. (1974). *História da Guiné e as Ilhas de Cabo Verde*. Afrontamento.
- Pelissier, P. (1966). *Les Paysans du Senegal; les civilisations agraires du Cayor a la Casamance*. Frabregue.
- Pélissier, P., & Sautter, G. (1970). Bilan sur perspectives terroirs africains d'une et recherche malgaches. *Études Rurales*, 37/39, 7–45.
- Pelissier, R. (1989). *História da Guiné: portugueses e africanos na Senegâmbia, 1841-1936*. Estampa.
- Prévost, P., Capitaine, M., Gautier-Pelissier, F., Michelin, Y., Jeanneaux, P., Fort, F., Javelle, A., Moïti-Maïzi, P., Lérique, F., & Brunshwig, G. (2014). Le terroir, un concept pour l'action dans le développement des territoires. *VertigO: La Revue Électronique En Sciences de l'environnement*, 14(1).
- Rathje, W., & Murphy, C. (2001). *Rubbish! The Archaeology of Garbage*. The University of Arizona Press. <https://doi.org/10.2307/2076008>
- Roche, C. (1985). *Histoire de la Casamance: conquête et résistance, 1850-1920* (Vol. 15). KARTHALA Editions.
- Rodney, W. (1982). *History of the Upper Guinea Coast: 1545–1800* (Vol. 25). NYU Press.
- Rodrigues, M. da C. (2012). Missão Antropológica e Etnológica da Guiné: objetivos e resultados. *Atas Do Colóquio Internacional Cabo Verde e Guiné-Bissau: Percursos Do Saber e Da Ciência*.
- Roe, M. (2018). Seascapes: food from the Marine Landscape. In J. Zeunert & T. Waterman (Eds.), *Seascapes: Shaped by the Sea* (pp. 140–159). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315647692-12>
- Roosevelt, A. C. (1995). Early pottery in the Amazon: twenty years of scholarly obscurity. In W. K. Barnett & J. Hoopes (Eds.), *The emergence of pottery: technology and innovation in ancient societies* (pp. 115–131). Smithsonian Institution Press.
- Ruibal, A. G. (2003). Desecho e identidade: etnoarqueología de la basura en Galicia. *Gallaecia*, 22(1977), 413–440.
- Russo, M. (2004). Measuring Shell Rings for Social Inequality. In J. L. Gibson & P. J. Carr (Eds.), *Signs of Power: The Rise of Cultural Complexity in the Southeast* (pp. 26–70). University of Alabama Press.
- Sall, M. (2010). Culture matérielle céramique et identités en pays Fogny (Casamance-Gambie). In I. Thiaw (Ed.), *Espaces, culture materielle et identites en Senegambie* (pp. 39–66). CODESRIA. <https://doi.org/10.2307/j.ctvk3gn5z.7>
- Salmón, E. (2012). *Eating the Landscape*. University of Arizona Press.
- Sanger, M. C., Quitmyer, I. R., Colaninno, C. E., Cannarozzi, N., & Ruhl,

- D. L. (2020). Multiple-Proxy Seasonality Indicators: An Integrative Approach to Assess Shell Midden Formations from Late Archaic Shell Rings in the Coastal Southeast North America. *Journal of Island and Coastal Archaeology*, 15(3), 333–363. <https://doi.org/10.1080/15564894.2019.1614116>
- Sanó, L. (2011). *A Valorização do conhecimento das mulheres sobre a gestão tradicional das conchas no Arquipélago dos Bijagós Área Marinha Protegida Comunitária das Ilhas Urok Formosa, Nago e Chediã, Guiné-Bissau*. Relatório Técnico da RAMSA.
- Santana, S. G. (2015). *Guiné-Bissau: que políticas culturais?*
- Santos, V. S. (2012). Bexerins e jesuítas: religião e comércio na Costa da Guiné (século XVII). *Métis*, 187–213.
- Sapir, J. D. (1971). “West Atlantic: An Inventory of the Languages, Their Noun Class Systems, and Consonant Alternation.” In T. Sebeok (Ed.), *Current Trends in Linguistics, vol. 7, Linguistics in Sub-Saharan Africa*. Mouton.
- Saunders, R. (2017). *Archaic Shell Mounds in the American Southeast* (Vol. 1). Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199935413.013.75>
- Saunders, R., & Russo, M. (2011). Coastal shell middens in Florida: A view from the Archaic period. *Quaternary International*, 239(1–2), 38–50. <https://doi.org/10.1016/j.quaint.2010.08.008>
- Sautter, G., & Péliissier, P. (1964). Pour un atlas des terroirs africains: Structure-type d’une étude de terroir. *L’Homme*, 1(4), 56–72.
- Schiffer, M. B. (1972). Archaeological Context and Systemic Context. *American Antiquity*, 37(2), 156–165.
- Schiffer, M. B. (1983). Toward the identification of formation processes. *American Antiquity*, 48(4), 675–706.
- Schiffer, M. B. (2016). *Behavioral archaeology: Principles and practice*. Routledge.
- Schwadron, M. (2017). Prehistoric terraformed communities of the Ten Thousand Islands, Florida. *Hunter Gatherer Research*, 3(1), 31–63. <https://doi.org/10.3828/hgr.2017.4>
- Sembène, O. (1975). *Ô pays, mon beau peuple*. PocketPress.
- Shanks, M. (1998). The life of an artifact. *Fennoscandia Archeologica*, 15, 15–42.
- Silva, F. (2009). Etnoarqueologia: uma perspectiva arqueológica para o estudo da cultura material. *Métis: História & Cultura*, 8(16), 121–139.
- Stein, C. C. (2021). *Dicionário bilíngue Português – Crioulo de Guiné-Bissau*. Editora UFPB.
- Stein, J. C., Yu, Y., Copetti, D., Zwickl, D. J., Zhang, L., Zhang, C., Chougule, K., Gao, D., Iwata, A., Goicoechea, J. L., Wei, S., Wang, J., Liao, Y., Wang, M., Jacquemin, J., Becker, C., Kudrna, D., Zhang, J.,

- Londono, C. E. M., ... Wing, R. A. (2018). Genomes of 13 domesticated and wild rice relatives highlight genetic conservation, turnover and innovation across the genus *Oryza*. *Nature Genetics*, 50(2), 285–296. <https://doi.org/10.1038/s41588-018-0040-0>
- Taborda, A. (1950a). Felupes de Susana (1ª Parte). *Boletim Cultural Da Guiné Portuguesa*, 18, 187–223.
- Taborda, A. (1950b). Felupes de Susana (2ª Parte). *Boletim Cultural Da Guiné Portuguesa*, 20, 511–561.
- Teixeira, T. G. (2021). *Análise histórica e social do conflito e da instabilidade política na Guiné Bissau e suas configurações (1980-2019)*.
- Temudo, M. P. (2008). From ‘People’s Struggle’ to ‘This War of Today’: Entanglements of Peace and Conflict in Guinea-Bissau. *Africa*, 78(2), 245–263. <https://doi.org/DOI: 10.3366/E0001972008000156>
- Temudo, M. P. (2015). Running with the hare and hunting with the hounds in Guinea-Bissau: The politics of NGO and state development. *Politique Africaine*, 1, 129–149.
- Temudo, M. P., & Cabral, A. I. (2017). The Social Dynamics of Mangrove Forests in Guinea-Bissau, West Africa. *Human Ecology*, 45(3), 307–320. <https://doi.org/10.1007/s10745-017-9907-4>
- Thiaw, I. (2012). Colonization and the development of Archaeology in Senegal. In C. G. Slappendel, N. Schlanger, & M. H. Van den Dries (Eds.), *European archaeology abroad: global settings, comparative perspectives* (pp. 349–362). Sidestone Press.
- Thilmans, G., & Descamps, C. (1982). Amas et tumulus coquilliers du delta du Saloum. *Recherches Scientifiques Dans Les Parcs Nationaux Du Sénégal*, 92, 31–50.
- Thilmans, G., Descamps, C., & Khayat, B. (1980). *Protohistoire du Sénégal: Les sites mégalithiques* (Issue 91). IFAN.
- Thomas, F. R. (2002). An evaluation of central-place foraging among mollusk gatherers in Western Kiribati, Micronesia: Linking behavioral ecology with ethnoarchaeology. *World Archaeology*, 34(1), 182–208. <https://doi.org/10.1080/00438240220134313>
- Thomas, L.-V. (1959). *Les Diola: essai d'analyse fonctionnelle sur une population de Basse-Casamance*. IFAN.
- Thompson, V. D. (2007). Articulating Activity Areas and Processes at the Sapelo Island Shell Ring Complex. *Source: Southeastern Archaeology*, 26(1), 91–107. <http://www.jstor.orghttp://www.jstor.org/stable/40713419>
- Thornton, J. K. (2004). *A África e os africanos na formação do mundo Atlântico 1400-1800*. Elsevier.
- Tomàs, J. (2009). L'enigma bainunk. Primeres notes per a una recerca futura. *Africana Studia*, 20, 72–76.

- Trigger, B. (2004). *Trigger HISTÓRIA DO PENSAMENTO* (Odysseus (ed.)).
- Veltman, M. A., Flowers, J. M., van Andel, T. R., & Eric Schranz, M. (2019). Origins and geographic diversification of African rice (*Oryza glaberrima*). *PLoS ONE*, 14(3), 1–28. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0203508>
- Vermeersch, P. M., Van Peer, P., Rots, V., Van Kerckhoven, L., & Van Neer, W. (2005). The Middle Holocene shell mound of El Gouna on the Red Sea (Egypt). *Journal of Field Archaeology*, 30(4), 435–442. <https://doi.org/10.1179/009346905791072143>
- Villagran, X. S. (2014). A redefinition of waste: Deconstructing shell and fish mound formation among coastal groups of southern Brazil. *Journal of Anthropological Archaeology*, 36, 211–227. <https://doi.org/10.1016/j.jaa.2014.10.002>
- Volman, T. P. (1978). Early archeological evidence for shellfish collecting. *Science*, 201(4359), 911–913. <https://doi.org/10.1126/science.201.4359.911>
- Walz, J. (2017). Toward an ethnoarchaeomalacology of achatina in East Africa. *Ethnobiology Letters*, 8(1), 90–96. <https://doi.org/10.14237/ebi.8.1.2017.751>
- Wambugu, P. W., Ndjondjop, M. N., & Henry, R. (2021). Genetics and Genomics of African Rice (*Oryza glaberrima* Steud) Domestication. *Rice*, 14(1). <https://doi.org/10.1186/s12284-020-00449-6>
- Wang, M., Yu, Y., Haberer, G., Marri, P. R., Fan, C., Goicoechea, J. L., Zuccolo, A., Song, X., Kudrna, D., Ammiraju, J. S. S., Cossu, R. M., Maldonado, C., Chen, J., Lee, S., Sisneros, N., De Baynast, K., Golser, W., Wissotski, M., Kim, W., ... Wing, R. A. (2014). The genome sequence of African rice (*Oryza glaberrima*) and evidence for independent domestication. *Nature Genetics*, 46(9), 982–988. <https://doi.org/10.1038/ng.3044>
- Waselkov, G. (1987). Shellfish Gathering and Shell Midden Archaeology. In *Advances in Archaeological Method and Theory* (Vol. 10). ACADEMIC PRESS, INC. <https://doi.org/10.1016/b978-0-12-003110-8.50006-2>
- Westerdahl, C. (1992). The Maritime Cultural Landscape. *The International Journal of Nautical Archaeology*, 21(1), 5–14. <https://doi.org/10.7208/chicago/9780226779386.003.0007>
- Wheat, D. (2016). *Atlantic Africa and the Spanish Caribbean, 1570-1640*. UNC Press Books.